

**MUNDIALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E DISCURSO
JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DO JORNALISMO ECONÔMICO**

RICARDO FONSECA RABELO

**Universidade Federal do Rio De Janeiro
Doutorado em Comunicação e Cultura**

**Professora Doutora Telenia Hill
Orientadora**

Rio de Janeiro

2002

**MUNDIALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E DISCURSO
JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DO JORNALISMO ECONÔMICO**

RICARDO FONSECA RABELO

Tese submetida ao corpo docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Profa. Dra. Telenia Terezinha Senna Hill (Orientadora)

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

Prof. Dr. Antonio Fausto Neto

Profa. Dra. Maria Regina Nabuco Brandão

Prof. Dr. Sócrates Nolasco

**Rio de Janeiro
2002**

Rabelo, Ricardo Fonseca

Mundialização, neoliberalismo e discurso jornalístico: Uma análise do jornalismo econômico / Ricardo Fonseca Rabelo. Rio de Janeiro, 2002. x, 230 f.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Faculdade de Comunicação Social – ECO, 2002.

Orientadora: Telenia Terezinha de Senna Hill

1. Economia na Atualidade 2. Jornalismo e Economia no Brasil 3. Análise do Jornal Gazeta Mercantil – Teses. I. Hill, Telenia Terezinha de Senna (Orient.). II. – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Mundialização, neoliberalismo e discurso jornalístico: Uma análise do jornalismo econômico

À memória de meus pais, exemplos de dedicação e trabalho;
à Rita, pelo estímulo e carinho muito importantes e
à Profa.Telenia Hill, pelo apoio e diálogo sempre estimulantes.

A todos que contribuíram para que esse trabalho pudesse, com todas dificuldades
e muito entusiasmo, ser realizado.

Em especial, à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
através do ICEG, da Faculdade de Comunicação, da Coordenação do Acordo
Interinstitucional PUC/UFRJ e da Pró-Reitoria
de Pós-Graduação,
à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
e aos professores do programa de Doutorado da UFRJ.

RESUMO

Rabelo, Ricardo Fonseca. Mundialização, neoliberalismo e discurso jornalístico: Uma análise do jornalismo econômico. Orientadora: Telenia Terezinha de Senna Hill. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2002. Tese (Doutorado em Comunicação Social).

Esta tese discute o papel atual desempenhado pelo jornalismo especializado em economia, com base no estudo do processo de mundialização do capital e das características deste jornalismo. Para isso mostra-se como o processo de mundialização gera um tipo específico de jornalismo econômico, fundamentado em uma teoria econômica elaborada em instituições nacionais e internacionais especializadas.

Analisa-se o surgimento e evolução deste jornalismo no Brasil, identificando seu papel no contexto do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, a partir da década de 50 do século XX. A trajetória do jornal *GAZETA MERCANTIL* é analisada desde sua criação até a etapa atual. É feita uma análise quantitativa e qualitativa do conteúdo editorial e do discurso jornalístico produzido por este jornal no período de maio de 2000 a maio de 2001. Mostra-se que o aparente compromisso com a isenção e profissionalismo, fundamentados na Ciência Econômica, se revela como a defesa de uma determinada estratégia econômica.

ABSTRACT

Rabelo, Ricardo Fonseca. Mundialization, neoliberalism and journalistic discourse: An analysis of the economic journalism. Orientadora: Telenia Terezinha de Senna Hill. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2002. Tese (Doutorado em Comunicação Social).

This thesis argues the current role played by the journalism specialized in economy, on the basis of the study of the mundialization process of the capital and the characteristics of this journalism. To do so, this thesis reveals how the mundialization process generates a specific type of economic journalism, based on an economic theory made in specialized national and international institutions. The present analysis shows the sprouting and evolution of this journalism in Brazil, identifying its paper in the context of the process of Brazilian economic development, from the decade of 50 of century XX. The trajectory of the leading brazilian business newspaper, GAZETA MERCANTIL, is analyzed since its creation until the current stage. A quantitative and qualitative analysis is made of publishing content and of the journalistic discourse produced for this periodical in the period of May of 2000 the May of 2001. It reveals that the apparent commitment with the exemption and professionalism, based on Economic Science, discloses the defense of one determined economic strategy.

LISTA DE SIGLAS

ALCA	-	Área de Livre Comércio das Américas
BANESPA	-	Banco do Estado de São Paulo
BC	-	Banco Central do Brasil
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CDB	-	Certificado de Depósito Bancário
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina da ONU
CONAR	-	Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária
COPOM	-	Comitê de Política Monetária do Banco Central
EMAE	-	Empresa Metropolitana de Águas e Energia
EMBRAER	-	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A
EUA	-	Estados Unidos da América
EXIMBANK	-	Export Import Bank
FED	-	Federal Reserv Bank
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	-	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
GAZETA	-	Jornal Gazeta Mercantil
GM	-	General Motors
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPMF	-	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
JB	-	Jornal do Brasil
MERCOSUL	-	Mercado Comum do Sul
MODERFROTA	-	Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e implementos associados e colheitadeiras
NIC	-	New Industrialized Countries (Países Recentemente Industrializados)
OCDE	-	Organisation de Coopération et de Développement Economique
OESP	-	O Estado de São Paulo
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PIB	-	Produto Interno Bruto
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNB	-	Produto Nacional Bruto
PNBE	-	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PPA	-	Plano Plurianual
PUC-RJ	-	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RBS	-	Rede Brasil Sul
SELIC	-	Serviço Especial de Liquidação e Custódia
SP	-	São Paulo
TEC	-	Tarifa Externa Comum
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE SIGLAS (continuação)

URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV	-	Unidade Real de Valor
USAID	-	United States Agency for International Development
USP	-	Universidade do Estado de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

I QUADROS

I	Distribuição dos editoriais por temas.....	107
II	Percentual de manchetes principais da primeira página favoráveis ou desfavoráveis à agenda neoliberal.....	133
III	Manchetes principais da primeira página favoráveis à agenda neoliberal.....	136
IV	Manchetes principais da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal.....	136
V	Manchetes secundárias da primeira página favoráveis à agenda neoliberal.....	139
VI	Manchetes secundárias da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal.....	140
VII	Percentual de manchetes secundárias da primeira página favoráveis ou desfavoráveis à agenda neoliberal.....	141
VIII	Percentual de distribuição das manchetes secundárias da primeira página por temas.....	145
IX	Títulos da seção nacional classificados por temas.....	156
X	Características das manchetes principais da primeira página.....	162
XI	Características dos títulos das matérias da seção nacional.....	163
XII	Temário da seção cartas e opiniões <i>versus</i> seção nacional	174
XIII	Manchetes da primeira página sobre crise energética	182
XIV	Títulos das matérias da seção nacional sobre crise energética	183
XV	Nomeação de atores nos títulos das matérias da seção nacional.....	187
XVI	Títulos das matérias da seção nacional favoráveis ou desfavoráveis à agenda neoliberal (Anexo I).....	194
XVII	Títulos das matérias da seção nacional favoráveis à agenda neoliberal (Anexo II - Corpus).....	198
XVIII	Títulos das matérias da seção nacional desfavoráveis à agenda neoliberal (Anexo II - Corpus).....	200
XIX	Títulos das matérias da seção nacional sobre crise energética (Anexo II – Corpus).....	201
XX	Títulos de todas as matérias da seção nacional sobre crise energética (Anexo III).....	202

II – Gráficos

1	Manchetes principais da primeira página favoráveis à agenda neoliberal	134
2	Manchetes principais da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal.....	135
3	Manchetes secundárias da primeira página favoráveis à agenda neoliberal	142
4	Manchetes secundárias da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal	143
5	Percentual de distribuição das manchetes secundárias da primeira página por temas	146
6	Títulos das matérias da seção nacional classificados por temas	157
7	Títulos das matérias da seção nacional - temário principal.....	159
8	Títulos das matérias da seção nacional favoráveis à agenda neoliberal (Anexo I)	195
9	Títulos das matérias da seção nacional desfavoráveis à agenda neoliberal (Anexo I).....	196

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO ECONÔMICO E A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL	07
1.1 As raízes do processo de mundialização.....	09
1.2 O debate globalização <i>versus</i> mundialização.....	12
1.3 Os pressupostos da mundialização	14
1.4 As transformações na produção de informações econômicas	27
2. A PRODUÇÃO DO DISCURSO ECONÔMICO.....	30
2.1 Metamorfoses do discurso econômico acadêmico: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo.....	32
2.2 A crise e o processo de constituição do projeto neoliberal	39
2.3 Jornalismo econômico e hegemonia neoliberal	49
3 ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO JORNALISMO ECONÔMICO	54
3.1 Surgimento e evolução do jornalismo econômico no Brasil.....	57
3.2 O jornalismo de negócios: da crítica ao modelo econômico ao debate da estabilização.....	62
3.3 A emergência do discurso neoliberal no jornalismo econômico.....	69
3.3.1 As mudanças nas fontes e no público: a hegemonia do neoliberalismo na elite intelectual e empresarial.....	74

3.3.2 O papel dos jornalistas: das relações de produção da informação econômica à conquista de corações e mentes.....	82
3.4 A hegemonia neoliberal no jornalismo de negócios.....	92
4. ANÁLISE DO JORNAL GAZETA MERCANTIL : CONTEÚDO EDITORIAL E DISCURSO ECONÔMICO.....	99
4.1 Editoriais : estratégias discursivas e temas relevantes.....	101
4.2 Manchetes principais e manchetes secundárias da primeira página: o discurso da agenda neoliberal.....	130
4.3 Seção Nacional: “objetividade e profissionalismo” na produção de notícias	147
4.3.1 Títulos da seção nacional : a construção do temário e a busca da credibilidade.....	155
4.3.2 Matérias da seção nacional: construção de notícias e polifonia no discurso jornalístico.....	166
4.4 Seção cartas e opiniões: a construção do receptor:.....	172
4.5 O Efeitos da crise: o caso “apagão”	176
4.5.1 Aspectos verbais e não verbais das operações discursivas.....	178
4.5.2 A construção do mundo possível: solução privatista da crise energética.....	187
CONCLUSÃO.....	189
ANEXOS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para esta Tese é o estudo das relações entre a economia, entendida como o lócus da produção material da sociedade e o campo midiático, definido como lugar de produção de práticas discursivas adequadas para a legitimação das estruturas de poder desta sociedade. Em particular, busca-se a pesquisa dos vínculos entre os acontecimentos econômicos e a produção do discurso jornalístico sobre a economia, procurando explicar suas características específicas no atual período econômico, genericamente designado como “globalização”. O ponto fundamental que orientou a pesquisa é justamente a busca da explicação de como neste período se processou uma mudança importante na relação entre a ideologia, tradicionalmente vinculada à “super-estrutura” da sociedade e a economia ou seja, sua base material. A ideologia tem como seus materiais próprios a linguagem e seus recortes práticos, denominados “discursos”. Imaginou-se que a linguagem era apenas reflexo de uma dada realidade e que os discursos tinham o papel de organizar esses “reflexos” com vistas à comunicação, à compreensibilidade (SODRÉ, 1997). Ou seja, o campo midiático, ao produzir seus discursos, tradicionalmente foi encarado como um sujeito passivo, apenas registrando e divulgando seu conhecimento sobre os acontecimentos. Na atual fase do desenvolvimento histórico, no entanto, que preferimos caracterizar como mundialização, esta relação se inverteu. Sabemos, hoje, que a linguagem *cria*, mais do que reflete, a realidade (SODRÉ, 1997). O discurso jornalístico é, assim, hoje, um grande produtor de realidades, mais que simples repórter destas. No jornalismo econômico a junção entre a economia e a linguagem produz efeitos eficientes e imediatos. No contexto da mundialização, ele é o porta-voz e ao mesmo tempo um agente do capital internacionalizado. Embora as características de produção local se mantenham, elas estão cada vez mais subordinadas ao processo de

mundialização, que integra num só movimento a produção seja de bens, seja de símbolos e significados. O importante hoje é que a produção local se molde cada vez pela economia mundial. “Cria-se um produto, com pequenas variações de características específicas, ligando-se o *global* ao *local* e ao *diverso*” (HILL,1997). Esse universalismo é produto, ao mesmo tempo, de uma junção do discurso midiático com a produção e a circulação de mercadorias. O mesmo acontece com os meios de comunicação global, como a News Corporation, de Rupert Murdoch, ou a Sony Corporation, do Japão, que induzem no público, em todo mundo, as mesmas preferências e posturas (HILL,1997).

O objetivo desta Tese é, portanto, responder a uma série de questões colocadas pelo surgimento e desenvolvimento de um tipo específico de jornalismo: o jornalismo especializado em economia, no contexto da mundialização do capital. Para isso, estabeleceu-se uma caracterização precisa do que se entende por mundialização. Rejeitou-se o conceito genérico, utilizado freqüentemente de forma ideológica, de “globalização”, para analisar o processo de internacionalização econômica, política e cultural no mundo atual. Buscou-se definir suas “diferenças específicas”, em relação a outras etapas históricas, entre as quais está a existência de elos muito importantes entre o processo de produção material e as práticas discursivas. Além disso, foi preciso explicar como este processo de mundialização do capital se vincula com o jornalismo especializado em economia. A financeirização do capital como um todo, sua dominação sobre o processo produtivo, a redução dos ciclos produtivos e de produção do valor coloca a informação econômica como uma mercadoria de estratégica importância para a reprodução do capital. Emerge daí a importância do jornalismo especializado em economia, que produz diariamente, sob a égide do capital mundializado, essas informações e notícias fundamentais.

Ocorre que o jornalismo econômico, para se produzir, necessita de se viabilizar, de ganhar credibilidade junto ao seu público e ao conjunto da sociedade, fundamentando-se no estatuto científico da Ciência Econômica. Foi, portanto, necessário explicar porque esse jornalismo faz uma opção teórica no campo da

ciência econômica, de corte neoliberal, marginalizando as demais teorias. Se a opção pela agenda neoliberal é feita de forma tão geral e passa a fundamentar um jornalismo que chegou a se pautar, em outras épocas, pelo pluralismo em termos econômicos, políticos e até ideológicos, é preciso explicar o processo pelo qual suas fontes e seus elementos constitutivos – redatores, analistas e empresas de comunicação, fazem sua “conversão” ao “pensamento único”. Estes fogem permanentemente da sua caracterização como adeptos do neoliberalismo, afirmando-se como “social-liberais”, “social-democratas” ou outro termo qualquer. “Esta é uma espécie de luxo de todo discurso hegemônico.” (SODRÉ 1997,p.130)

Foi também preciso determinar qual o conteúdo e discurso ,em termos midiáticos, é produzido. A importância de se buscar identificar as “marcas da enunciação” se deve à necessidade de definir a posição discursiva do emissor e sua relação com o receptor e com outros discursos existentes. E, também, verificar a existência de "estratégias de corporeidade" onde se força a identificação do receptor com um discurso. Buscamos, assim, partir de um marco teórico que permita captar a "enunciação jornalística" do jornalismo econômico dedicado a reportar e analisar os acontecimentos econômicos de uma economia “emergente” da América do Sul – a economia brasileira. Isso nos levou a pesquisar as características específicas do jornalismo econômico no Brasil, seu surgimento e desenvolvimento.

Para responder a estas questões elaboramos a Tese em quatro tópicos principais. No primeiro tópico tomou-se, como ponto de partida teórico, no plano da Ciência Econômica a análise do atual processo de internacionalização do capital, que transformou os parâmetros clássicos de funcionamento dos mercados em novas formas de produção e de circulação financeiras globais. Mostrou-se como o processo de mundialização, um conceito mais apropriado para a explicação científica do fenômeno, cria um ambiente propício para o desenvolvimento do jornalismo econômico. Identificou-se um processo de grandes transformações na produção de informações econômicas, constatando-se que os mecanismos de informação convencionais – a imprensa escrita não segmentada –

não são suficientemente ágeis para um acompanhamento eficaz dos mercados globais. As decisões econômicas fundamentais, das quais dependem o futuro de empresas de grande porte envolvendo bilhões de dólares, tem que ser tomadas em períodos de tempo cada vez menores. A partir dessa análise foi feito o estudo da produção do discurso econômico pelo jornalismo especializado em economia. Este tem a função de, como jornalismo segmentado, prestar um serviço de informações específico, e, ao mesmo tempo, se constituir como um setor importante para a operacionalização do próprio capital financeiro mundializado e para a busca de "consenso" em torno de seus objetivos

No segundo tópico, para explicar como o jornalismo econômico desempenha suas funções identificaram-se as formas de produção e disseminação do pensamento econômico que lhe dá sustentação: a "agenda neoliberal". Mostrou-se a vinculação desse pensamento com a imprensa especializada e como essa passa a ser sua veiculadora permanente. Para isso analisaram-se as características básicas do surgimento e desenvolvimento do pensamento econômico no Brasil e a disputa pela hegemonia no campo do discurso e da implementação da política econômica do governo. Essa disputa se deu tanto no plano acadêmico, com a hegemonia do projeto neoliberal, como no plano jornalístico, onde o jornalismo econômico abandona a postura crítica ao modelo do regime militar e passa a ser o principal difusor no novo projeto.

No terceiro tópico foi feito um estudo do surgimento e desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil. Mostrou-se que, seja pelos aspectos estruturais da produção de notícias, seja pelos seus aspectos subjetivos, esse desenvolvimento resulta em uma relação contraditória com o discurso econômico dominante. Embora predomine uma postura crítica no período do desenvolvimentismo autoritário do regime militar, no período atual a identificação com o neoliberalismo democrático é quase total. Nesse tópico se estuda como se constitui a hegemonia da agenda neoliberal a partir do processo de transformação das estruturas de produção de notícias, gerado pela mundialização do capital. Mostrou-se como as mudanças ocorridas afetam as relações de trabalho e os

métodos e técnicas de produção jornalísticas, bem como a relação da imprensa com o capital e com o mercado.

No quarto tópico, através do estudo concreto do Jornal *GAZETA MERCANTIL*, analisou-se como se estrutura, na imprensa especializada, um conteúdo editorial e um discurso jornalístico específicos. Para isso constituiu-se um “corpus” composto por manchetes da primeira página e títulos e matérias da seção nacional do primeiro caderno, durante o período de maio de 2000 a maio de 2001.¹A partir do estudo desse “corpus” viu-se que o jornalismo econômico manteve, neste período, a divulgação permanente de matérias favoráveis à chamada “agenda neoliberal”, enfatizando o sucesso das reformas neoliberais e da estabilização da economia, assim como omitindo ou dando tratamento secundário aos problemas daí advindos. Mostrou-se que temas como o aumento espetacular das tarifas de serviços de telefônicas e empresas de energia, a redução dos investimentos previstos nas empresas privatizadas, premiadas com vultosos financiamentos do BNDES, assim como os problemas da estabilização da economia, estiveram ausentes ou não foram suficientemente abordados nas páginas do jornal.

Para captar essa tendência, negada pela postura de profissionalismo e isenção do jornal, foi preciso um estudo aprofundado do seu discurso jornalístico. Em primeiro lugar, fez-se a análise do conteúdo dos editoriais, que permitiu evidenciar em que medida o jornal assumiu o discurso oficial e como tratou dos temas mais importantes da economia nacional. Verificou-se, através de pesquisa quantitativa e qualitativa das manchetes da primeira página uma grande identificação do jornal com a agenda neoliberal.

Mostrou-se, através da análise das matérias da seção nacional, como se dão operações discursivas, que possibilitam a produção de notícias como forma de produção social da realidade. Nos títulos desta seção, percebe-se uma construção e imposição de um temário ao público leitor, além de uma busca permanente de credibilidade com a utilização do suporte das Ciências

¹ Ver Anexo II

Econômicas. As matérias da seção se constroem de forma a impor um discurso que pressupõe a exclusão de críticas ou proposição de alternativas ao modelo econômico vigente.

A existência de um “monopólio do mercado de referencialidade” do jornal pelos empresários e executivos de alto nível permite uma relativa identificação do receptor com o discurso do emissor. Isso é percebido na análise feita da Seção Cartas e Opiniões, onde o discurso empresarial é predominante.

Finalmente, abordou-se a questão da crise como a possibilidade de negação temporária da agenda neoliberal no discurso do jornal. Essa negação é, no entanto, bloqueada, pela utilização de operações discursivas verbais e não-verbais que acabam por resultar na busca de construção de um “mundo possível” da solução privatista para a crise energética.

Espera-se que esse trabalho seja uma contribuição importante para a compreensão das relações entre a imprensa e a economia, ainda pouco analisadas cientificamente entre nós. Essa compreensão, possivelmente, não terá resultados imediatos e de curto prazo, na medida da solidez dos laços estruturais existentes. Poderá, no entanto, abrir caminhos para que novas rotas se construam, contribuindo para afastar falsas agendas econômicas pretensamente científicas, e estabelecer um jornalismo econômico comprometido com a divulgação dos fatos econômicos que interessem efetivamente ao conjunto da sociedade brasileira.

I O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO ECONÔMICO E A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL

A evolução do jornalismo especializado em Economia nas últimas décadas de 80 e 90 está, de certa forma, intrinsecamente vinculada às grandes transformações ocorridas na economia mundial. De um lado, tem-se a expansão da economia capitalista com características cada vez mais internacionalizadas, utilizando-se de forma ampla das inovações tecnológicas surgidas no período. De outro, tem-se a constituição de um jornalismo segmentado – especializado para a área econômica – que se expande conjuntamente com a economia, estabelecendo múltiplos vínculos com o próprio mercado, na medida em que as informações econômicas influenciam – muitas vezes decididamente – os próprios fatos econômicos.

No que diz respeito à economia, trata-se de uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, que por suas próprias características abre um espaço muito mais importante para a questão da informação e de seu tratamento.

O processo de mundialização do capital (CHESNAIS,1996) está indissolúvelmente ligado ao surgimento e desenvolvimento do jornalismo especializado em Economia. De um lado, a evolução concreta do capitalismo enseja sua expansão e sua “financeirização”. De outro, a imprensa se segmenta e separa o discurso econômico, cuja leitura exige um público especializado, do conjunto dos temas considerados importantes para o público amplo. O público formado por executivos, empresários, técnicos de instituições públicas e empresas privadas é mais propenso a absorver informações, que vão influenciar sua ação enquanto agentes econômicos, e mais receptivo ao discurso produzido por essa imprensa. O jornalismo especializado em economia estabelece, portanto, uma relação contraditória com a economia, em que busca perceber e expressar o pensamento do “mercado” e , ao mesmo tempo, divulga dados e informações que acabam por influenciar decisivamente este mesmo mercado. O discurso do jornalismo especializado em Economia passa , assim, a assumir dimensões

propriamente econômicas, uma vez que no ambiente de uma economia baseada no lado fictício do capital - o lado monetário ou financeiro - a palavra tem a propriedade de movimentar bilhões de dólares.

Para a compreensão desta relação entre o jornalismo especializado e a economia deve-se partir da análise do processo de mundialização do capital, seu surgimento e características atuais. As transformações que, na década de 80 e 90, mudaram radicalmente a face do mundo em termos econômicos, determinaram – e ainda estão determinando - alterações profundas no papel e características deste jornalismo, fazendo com ele não apenas redefina seus temas, seus projetos editoriais e seu discurso como passe a ter uma grande influência nos rumos da própria economia mundial.

1.1 As raízes do processo de mundialização

O processo de mudança do conjunto de condições de produção e de intermediação financeira que tem sido interpretado como globalização tem seu ponto de partida inicial na década de 70, com a ruína do chamado “Sistema de Bretton Woods” . Este sistema foi implantado logo após o término da Segunda Guerra Mundial, tendo como base a generalização do processo de produção “fordista” e sendo responsável pelo maior período de crescimento contínuo das economias capitalistas.

O sistema se consolidou a partir da criação das instituições de regulação e coordenação financeiras internacionais - Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – e tomou o dólar como a moeda hegemônica internacionalmente, cuja conversibilidade em ouro permitiu, por três décadas, uma certa estabilidade no mercado financeiro internacional.

Esta estabilidade revelou-se eficaz para garantir o avanço das economias dos EUA Europa e Japão, e permitir a emergência dos chamados NIC (New Industrialized Countries) com base em sistemas de proteção tarifária e de forte participação estatal na “promoção do desenvolvimento” destes países. Ensejou também o desencadeamento de profundas alterações nos comportamentos das empresas industriais dos países hegemônicos, que passaram a exportar não apenas seu capital, mas estruturas inteiras de produção, para os países da periferia.

Este processo leva ao desenvolvimento industrial de economias que haviam se tornado independentes de suas antigas metrópoles e conseguido estruturar uma incipiente economia urbana e industrial. Ao mesmo tempo, ele estabelece contradições novas, como a necessidade de financiamento da infra-estrutura necessária, que passa a ser feito via instituições financeiras internacionais, gerando a necessidade de permanente repatriação de lucros das multinacionais que aí se instalam. Os países da periferia passam a buscar a independência

nacional diante de suas metrópoles, ampliando os conflitos e contradições com as economias hegemônicas e tornando-se objeto da disputa de hegemonia política entre EUA e URSS. Esse é o caso dos países do Sudeste Asiático, que desencadeiam uma guerra prolongada contra os EUA, cujo efeito nas finanças do Estado americano é uma devastadora crise fiscal. A crise fiscal vai se combinar com uma dificuldade crescente dos EUA em conciliar a defesa seus interesses econômicos próprios, para atender as necessidades de estabilidade econômica interna com o seu papel de instrumento da estabilidade financeira internacional, cujo aspecto fundamental passa a ser a conversibilidade do dólar em ouro. Esta se torna cada vez mais problemática, na medida em que os EUA passam a se utilizar, crescentemente, da emissão de moeda para o financiamento de seus gastos estatais, ampliados enormemente em função da escalada militar no Sudeste Asiático. Essa contradição entre o dólar como moeda nacional e padrão internacional foi um dos motivos importantes para a desagregação do Sistema de Bretton Woods.

“Por volta de 1971, as reservas estrangeiras de dólar superaram a casa de 300 bilhões de dólares. Esse dinheiro seria suficiente para pagar os salários de metade da força de trabalho americana por um ano e era mais do que se ganhava em toda Alemanha e França juntas num ano. O problema era que, enquanto os estrangeiros tinham US\$ 300 bilhões, o governo dos Estados Unidos só tinha o equivalente a US\$ 14 bilhões em ouro em seus cofres em Fort Knox. Para cada dólar em ouro que os Estados Unidos tinham, os estrangeiros tinham US\$ 22 para resgatar. E com a Guerra do Vietnam se arrastando e a confiança nos Estados Unidos se deteriorando, os estrangeiros quiseram converter dólares demais em ouro. Com tantos dólares impressos para pagar os compromissos dos Estados Unidos como policiais do Mundo e com tantas indústrias transferidas para o exterior, o Sistema Bretton Woods tinha que acabar”. (KURTZMAN, 1994, p. 57)

Mas essa não foi a única causa, nem a mais importante. O fator decisivo foi a dificuldade cada vez maior dos países capitalistas centrais de darem

continuidade ao processo de expansão econômica iniciado no pós-guerra. Essa debilidade do processo de acumulação de capital interna de cada país fez ressurgirem as tensões e rivalidades amortecidas no pós-guerra. O questionamento da dominação econômica e monetária dos EUA era o passo necessário para que as economias européias e asiática pudessem se expandir. Os problemas americanos com o dólar eram, assim, um aspecto das transformações que passaram a se dar no mercado internacional, cujos aspectos mais evidentes eram o desenvolvimento mercado de eurodólares (para fugir ao controle americano) e o surgimento das empresas multinacionais, que inauguravam uma nova mobilidade internacional dos capitais.

Em 1971, o Presidente Nixon decreta unilateralmente o fim da conversibilidade e com isso impede que essas contradições acabem por mergulhar a economia americana em uma séria crise financeira. O resultado, em termos internacionais, é desastroso: os mercados financeiros perdem a referência segura do dólar / ouro e passam a viver em um ambiente de permanente incerteza e instabilidade.

“Pelo atual regime de câmbio flutuante, não existe oficialmente um padrão monetário internacional, nem paridade oficial entre as três moedas no topo da hierarquia monetária. Na falta de uma norma monetária internacional, a taxa de câmbio das moedas depende das relações entre as políticas monetárias nacionais e a arbitragem feita pelos mercados financeiros. (...) O enorme florescimento das finanças desregulamentadas combinou-se, então, com políticas internas de deflação monetária.” (BRUNHOFF, 1998, p.50)

Essa instabilidade tem se manifestado através de crises financeiras cuja dimensão e profundidade se expandem. Inicialmente circunscritas aos mercados financeiros, a este ou aquele setor ou ativos, passaram a atingir a esfera produtiva das economias, deprimindo-as e gerando situações de recessão e desemprego em economias antes consideradas as mais dinâmicas do mundo, como a dos chamados “Tigres Asiáticos”.

As mudanças de uma economia mundial razoavelmente estável, mas com fenômenos de “estagflação” cada vez maiores para uma economia basicamente instável, com crescimento lento e crises financeiras periódicas não alterou apenas o regime de taxas de câmbio internacional ou a estrutura do mercado financeiro. Há mudanças profundas no processo de produção, na relação entre o setor produtivo e o setor financeiro e transformações tecnológicas importantes.

1.2 O debate globalização *versus* mundialização

O conceito de “globalização” tem sido usado para caracterizar o processo de mudança econômica em curso e justificar um projeto político determinado. Em linhas gerais, ele se apóia em fatos reais, referentes ao desenvolvimento da economia capitalista mundial nas últimas décadas, a partir dos anos 80.

Utiliza-se de dados reais para sustentar a opção pelo projeto político “neoliberal”, e para defender a tese de que sua adoção é inevitável, resultado de uma certa “lei de ferro” dos mercados. O próprio jornalismo especializado em economia adota esse projeto, com pequenas variações.

O raciocínio básico é de que ocorreu uma mudança fundamental no mundo, de forma a forçar o abandono de medidas de política econômica destinadas a proteger as nações contra as práticas espoliativas do capital internacional e de medidas de proteção dos interesses dos trabalhadores contra determinadas mudanças nas relações de trabalho que esse capital busca impor.

“Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer idéia de procurar orientar, dominar, controlar canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização

é a expressão das 'forças de mercado', por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século.” (CHESNAIS,1997, p.25)

As transformações pelas quais passou a economia internacional nas últimas décadas são mais bem explicadas pelo conceito de mundialização do capital, mais adequado a uma compreensão científica do fenômeno. Rejeita-se o uso ideológico e político que se faz do atual estágio do capitalismo mundial sem negar as mudanças reais existentes.

“(…) Para abreviar, à medida que prosseguíamos, nosso ceticismo ia aumentando até nos convenceremos de que a globalização, da maneira como é concebida por seus defensores mais extremados, é basicamente um mito. Assim sustentamos que:

- 1. A atual economia altamente internacionalizada tem precedentes: é uma das diversas conjunturas ou estados da economia internacional que existiram desde que uma economia baseada na tecnologia industrial moderna começou a ser generalizada a partir dos anos 1860. Em certos aspectos, a economia internacional é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914.*
- 2. Empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras. A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais.*
- 3. A mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento (...)*
- 4. (...) a economia mundial está longe de ser genuinamente 'global'.*
- 5. (...) Os mercados globais de modo algum estão, assim, fora da regulação e do controle, ainda que o alcance atual e os objetivos da governabilidade econômica*

sejam limitados pelos interesses divergentes das grandes potências e pelas doutrinas econômicas que prevalecem entre suas elites.” (HIRST, PAUL AND THOMPSON, GRAHAME, 1998, p.15)

Essa visão, embora seja correta em considerar a mundialização como mais um estágio do capitalismo, peca por não entender as *tendências* da economia mundial, que claramente apontam para um aumento – e não diminuição -- do grau de internacionalização e principalmente porque nunca houve um tão grande grau de consenso entre as “elites” das grandes potências – e também dos países em desenvolvimento – de que o projeto neoliberal é o que deve ser implementado em todo o mundo.

O processo de mundialização é a tendência maior no atual estágio de evolução do capitalismo, significando sua vertente financeira uma mudança estrutural dessa evolução. Nesse sentido, é possível – e desejável – o desenvolvimento de mecanismos de controle e de coordenação econômica para minimizar suas características anárquicas e irracionais – que se revelaram em toda sua magnitude nas recentes crises financeiras localizadas. Não é a perda de governabilidade econômica nacional o principal problema gerado pela mundialização: o que está em jogo é governabilidade em nível internacional, o que coloca em questão não a globalização, mas o próprio capitalismo internacional.

1.3 Os pressupostos da mundialização

O processo de mundialização passa a assumir características específicas a partir do final da década de 70 e início da década de 80. Parte-se de uma situação e instabilidade cambial e financeira geral gerada pelo desmoronamento do Acordo de Bretton Woods e pelo não surgimento de qualquer outro tipo de Sistema Internacional institucionalizado.²

² Um Sistema, isto é, um mecanismo internacional de coordenação e controle e não Acordos Monetários, Reuniões de Cúpula ou Blocos Regionais, mesmo tão importantes como a União Européia.

A solução que passa a ser dada a esta situação de instabilidade geral é a da desregulamentação e da privatização dos mercados financeiros internacionais. Levantam-se as barreiras que até então se colocavam à livre circulação de capitais internacionais e, mais do que isso, esta liberdade é patrocinada e sustentada pelos Governos de Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher na Inglaterra. Já nas décadas anteriores havia se assistido a uma gradual perda de importância das instituições internacionais e estatais nos empréstimos internacionais e sua substituição pelos Bancos privados. Mas o progresso dessa tendência era impedido por uma situação em que – dadas altas taxas de inflação e baixas taxas de juros internacionais – os juros reais negativos impediam uma grande afluência de capitais privados aos mercados internacionais. Essa situação vai se alterar radicalmente a partir de 1979, quando o FED americano decide por uma política de majoração das taxas de juros, o que joga para cima o conjunto das taxas de juros internacionais. Uma decisão que se justificava por razões internas (combater as altas taxas de inflação), que novamente tem efeitos internacionais muito importantes.

O impacto que estas mudanças vão ter sobre a economia mundial é muito grande. Em primeiro lugar desloca-se uma parcela significativa das poupanças nacionais – onde há ainda regulamentação e controle dos movimentos de capital – para a órbita internacional, do mercado de eurodólar, dos paraísos fiscais, onde há pouco ou nenhum controle dessa movimentação. Em segundo lugar, favorece-se o desenvolvimento dos movimentos internacionais de capital – em especial do investimento externo direto – tornando os fluxos comerciais de bens e serviços entre os países uma proporção cada vez menor em relação a estes. Em terceiro e último lugar propicia-se a aplicação em larga escala dos novos avanços tecnológicos e organizacionais ao processo de produção, ensejando aumentos crescentes de produção e produtividade. O conjunto dessas transformações vai gerar um grande avanço do processo de acumulação de capital, possibilitando novos saltos de produtividade e crescimento da produção, mas com tendências decrescentes do nível de emprego. É difícil avaliar qual o peso específico de cada

uma dessas transformações, mas suas características mais excludentes devem ser debitadas não somente ao processo de internacionalização das forças produtivas capitalistas ou às tendências do mercado, mas também à decisão política conjunta de pelo menos dois países - EUA e Inglaterra – que adotaram políticas agressivas de privatização, desregulamentação e liberalização essenciais para que a mundialização viesse a se dar da forma em que se deu.

“A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 80, sob impulso dos governos Thatcher e Reagan.” (CHESNAIS.1997, p.34)

Os objetivos dessas políticas eram, em princípio, os de quase uma utopia capitalista, com promessas de crescimento, liberdade de iniciativa, e desenvolvimento tecnológico para todos. Promessas que se confrontam com a realidade do desemprego em larga escala, autoritarismo, desagregação social e o aprofundamento da desigualdade social em todo o mundo. Mesmo a economia americana, que é a principal beneficiária do processo, tem apresentado índices crescentes de precarização das condições de trabalho e vida e um processo de concentração de renda que estão ocultos atrás dos índices altos de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico.

“Uma pesquisa sugere que cerca de 10 por cento da força de trabalho (em torno de 13,5 milhões de pessoas) está subempregada. Esses números incluem 4,5 milhões de trabalhadores de meio expediente que querem o tempo integral e trabalhadores que procuraram emprego nos últimos 12 meses, sem sucesso. O Departamento de Trabalho dos Estados Unidos calcula que 12,2 milhões de trabalhadores estão empregados como força de

trabalho eventual na condição de trabalhadores sob contrato.(...) Por último, todas as estimativas dos índices de emprego na América devem levar em conta suas taxas de encarceramento: mais de um milhão de pessoas, que estariam procurando trabalho se a política penal americana se parecesse com a de qualquer outro país ocidental, estão atrás das grades” . (GRAY,1999, p.148-149)

Após décadas de mundialização, o balanço geral mostra que a economia capitalista mundial, embora não tenha realizado os sonhos da utopia capitalista, passou por transformações profundas , que são a base sobre a qual se desenvolveu o jornalismo especializado em economia. Este processo, por outro lado, explica como esta imprensa serve de suporte ao projeto político da mundialização, e, ao mesmo tempo, se torna uma co-participante, ao fundir a difusão de informações econômicas com os mecanismos de tomada de decisão acerca de investimentos, aplicações financeiras,etc. Essa participação possibilita legitimar as atitudes do “mercado” em relação tanto a momentos de “boom” dos negócios, como nos momentos de crises financeiras agudas que tem abalado a economia mundial nos últimos anos.

Uma das características mais evidentes do processo de mundialização do capital é o abandono da idéia – e da prática – do principio da concorrência capitalista. Os vários analistas ainda não chegam a um consenso de como retratar a situação atual e as tendências da economia mundial, mas é certo que há uma concentração internacional de capital em grupos industriais e financeiros cada vez mais poderosos. Essa é a prova cabal de que a concorrência capitalista se dá em níveis cada vez menores, embora com grandes e crescentes divisões e disputas, gerando mega-fusões e incorporações que liquidam totalmente com a utopia de um capitalismo concorrencial e harmônico.

O aparente aumento da concorrência no plano nacional, propiciado pelas políticas de desregulamentação e privatização que foram aplicadas em todos os países nos últimos anos, se torna pressuposto geral de um movimento de

concentração e centralização. Ele se dá em um nível que transcende as origens nacionais das empresas, a tradição anterior de concorrência entre elas e até mesmo envolve questões éticas e políticas, quando este processo, por exemplo, chega a atingir os grandes grupos de comunicação de massa.

“Formas muito concentradas de produção e de comercialização em escala internacional , não são novidade nenhuma. Na indústria do petróleo ou da extração e tratamento de metais não ferrosos (por exemplo – o alumínio) a elevada concentração constitui, há muito tempo, uma característica dominante da oferta. O que é característico da chamada fase de mundialização é a extensão de estruturas de oferta muito concentradas, para a maior parte das indústrias de alta intensidade de P& D ou “alta tecnologia”, bem como a numerosos setores de fabricação em grande escala. Nas indústrias de alta intensidade de P & D, na verdade, as maiores exceções são os setores onde as estruturas de oferta são ainda mais concentradas: é o caso dos lançamentos espaciais, aviões civis de longo curso ou outros produtos muito especializados da indústria militar. Nessas indústrias, o desaparecimento de um ou dos poucos concorrentes que restam só pode ter como efeito levar a situações de puro e simples monopólio.”
(CHESNAIS, 1997, p.95)

Alguns fatores são responsáveis por esse processo de concentração, além dos já tradicionalmente estruturais no capitalismo. Em primeiro lugar, as empresas são obrigadas a se verem às voltas com pesados investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento como forma de manterem a vanguarda no processo tecnológico. Isto importa não apenas no investimento em capital constante, isto é, máquinas, equipamentos, instalações industriais, mas também em capital variável, isto é, em custos de aprendizagem cada vez maiores. Estes custos são considerados “irrecuperáveis” devido às mudanças rápidas de tecnologia e do alto grau de incerteza que envolve o processo. Além disso, as

grandes empresas enfrentam um fenômeno ligado ao seu próprio gigantismo, qual seja o custo vinculado à gestão de uma unidade de produção que a obriga a “internalizar” cada vez mais suas operações. Paralelamente, as empresas são obrigadas a enfrentar uma economia mundial cada vez mais instável, fazendo com que a incerteza seja o elemento predominante no ambiente onde vão produzir.

O resultado desse conjunto de transformações é que a informação passa a ocupar o papel de variável chave na definição do porte e eficácia da grande empresa. Não são mais eficazes os antigos métodos de gestão que privilegiavam planejamento e controle: a adaptação às mudanças de demanda e tecnológicas, além da permanente instabilidade financeira, obrigam as empresas a colocarem na produção de informação – através do uso intensivo das telecomunicações e da informática – o elemento central de sua estratégia empresarial. Tudo isso torna, cada vez mais, as grandes empresas as únicas capazes de dominar o mercado e estabelecer “barreiras à entrada” de novas empresas. Força também, a transformações profundas na forma de organização do próprio processo produtivo.

É o caso das chamadas “empresas-rede”. Em geral estas empresas desvinculam o setor de criação e gestão, onde existe investimento em tecnologia e custos de aprendizagem altos, dos setores de produção e comercialização, onde predominam custos de mão de obra baixos (nos países periféricos como Sudeste Asiático e América Latina). Dessa forma se expulsam do interior das empresas determinados custos que muitas vezes se ligam a estruturas burocráticas. Ao contrário do que vários autores têm afirmado, isso não significa uma eliminação do controle e da submissão das empresas terceirizadas. Significa o fortalecimento desse controle, fazendo pesar sobre as empresas externas o ônus das flutuações financeiras e econômicas, bem como das bruscas mudanças tecnológicas.

O motivo básico da criação e estruturação das grandes empresas – a economia de tempo, gerada pela proximidade física de várias atividades - tende a se esvaziar, dado o desenvolvimento das tecnologias de transmissão da informação. O controle externo, ao mesmo tempo, garante que as hierarquias serão mantidas, não exigindo a presença permanente do “chefe” a exigir uma

eficiência que o próprio processo de trabalho garante. A tendência, então, que se realiza já agora com as empresas –rede é a mudança do papel da informação no processo de trabalho de valorização do capital. Em um nível superior do processo, com maior investimento em capital e trabalho qualificado, se dá a valorização da informação. No nível inferior a “produção física”, fazendo o papel de suporte material do valor. No espaço intermediário, a luta pela transmissão da informação para qualquer parte do mundo onde os custos de fazê-lo seja o menor possível, para poder fazer frente aos altos custos irrecuperáveis do primeiro nível. A mundialização, já no nível do processo produtivo propriamente dito, coloca no eixo central a questão da Informação, a comunicação produtiva, mostrando assim as raízes onde se assentam o papel e o poder do jornalismo especializado em economia. (DANTAS, 1999, p.248-49)

A década de 90 assistiu a um processo de aprofundamento da mundialização do capital em um sentido inesperado pela maioria dos analistas, sejam eles críticos ou apologistas na “nova era”. Esses últimos, sempre dispostos a ressaltar as excelências dos grandes desenvolvimentos tecnológicos, se maravilharam, nos princípios da década, com as inovações também na área financeira. As transformações nos serviços bancários serviam como uma luva para a idealização da chamada globalização: a modernização aliava uma grande simplificação dos serviços para os usuários, com acessos a contas e transações bancárias on-line com um grande aumento do desemprego no setor, com a dispensa em massa de bancários. Era um exemplo dos “ônus inevitáveis” da globalização e da necessidade de todos assimilarem o processo.

A mundialização financeira tem, no entanto, outras características mais importantes e com ônus muito menos suportáveis que o “enxugamento” nos bancos. Os críticos da globalização sempre se mostraram mais reticentes com a questão do avanço das finanças mundiais, mas inicialmente julgavam que tudo se tratava de uma distorção, e não de uma mudança estrutural da centralidade, no capitalismo, da esfera produtiva.

A características mais marcantes dessa “financeirização”, que começaram a chamar a atenção dos analistas foram as operações financeiras de aquisições e fusões, que fortaleceram inevitavelmente os grandes grupos financeiros. Esses passaram a colocar títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais, sem necessitar da anuência ou da intervenção de fatores nacionais, tanto econômicos como políticos. Os grupos industriais, por outro lado, passaram a se dedicar com muito maior desenvoltura, a operações especificamente financeiras, que ganharam cada vez maior importância em relação às atividades ligadas à esfera produtiva.

Restava saber o que origina o lucro do setor financeiro. Para os defensores da mundialização financeira, nada impede a sua caracterização como uma indústria, isto é, como um local legítimo de disputa pelo lucro em condições de concorrência como em qualquer outro ramo, sem aceitar, portanto, qualquer regulamentação ou entrave à livre circulação desse capital. Para os críticos, há uma resistência muito grande em considerar possível uma grande autonomia do capital financeiro em relação ao produtivo:

“A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo- no setor produtivo. (...) A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada.”
(CHESNAIS,1996, p. 241)

A questão é que a maioria dos autores críticos se esquece da capacidade do Sistema Financeiro, pela sua própria natureza, de criar moeda, fato que é facilmente demonstrado pelo chamado mecanismo do multiplicador bancário.(DORNBUSCH,1991,p.452) É evidente que o mercado financeiro não cria a riqueza material, produzida pelo trabalho direto, e se não cria valor diretamente, cria símbolos do valor, que no capitalismo funcionam como tal, isto é , como expressão, mediada pela forma- dinheiro, do valor.

O que está em questão é saber qual é a relação real, nos processos de mundialização, entre a esfera produtiva e a esfera financeira e não questionar se, teoricamente, ela é possível. Quanto aos fatos objetivos, não há discordância que, na última década, a mundialização tem se confundido com a financeirização da economia mundial. Há, inegavelmente, um grande aumento da taxa de crescimento das atividades financeiras, crescimento este verdadeiramente explosivo. A atividade produtiva, em que pese o processo acelerado de progresso tecnológico, amarga baixos níveis de crescimento, ainda que com grande diferenciação de país para país sendo os EUA uma das poucas economias que manteve, de forma constante, crescimento econômico na década de 90 do século XX.

A hipertrofia da esfera financeira e sua “relativa” autonomia em relação à produção real pode ser comprovada por vários dados importantes. Em primeiro lugar, pela desproporção entre o montante de transações vinculadas às transações diárias do comércio internacional de mercadorias e o correspondente às operações de câmbio. Enquanto o câmbio faz circular diariamente 1,5 trilhões de dólares, o comércio de mercadorias representa apenas 3% desse valor. Outro indicador também importante é o da relação entre crescimento da produção e dos ativos financeiros, já que, no período entre 1980 e 1992 os ativos financeiros cresceram mais de 2 vezes e meia em relação ao capital fixo, e significavam o dobro do PNB dos países da OCDE.

Mas não é só uma relação quantitativa que veio a se estabelecer entre o capital produtivo e o financeiro. Há uma mudança qualitativa, estrutural, que redefine as características do atual regime de acumulação capitalista para uma dominação hegemônica do capital financeiro sobre o produtivo.

"A dominância financeira - a financeirização - é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo. Por dominância financeira apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metal-mecânico e eletro-eletrônico - têm em suas aplicações

financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza." (BRAGA,1993, p.26)

Além dessa característica geral, cujas consequências para o desenvolvimento do jornalismo especializado em economia são cruciais, é necessário analisar também os traços principais da "característica específica" do capitalismo atual e do próximo milênio.

O atual "regime de acumulação financeirizada" à escala global, que se estrutura a partir da década de 80, e se concretiza na década 90 do século XX, não é fruto de um desenvolvimento cego das forças de mercado apenas. Na sua origem, estão os efeitos da mudança do regime cambial, na década de 70, a desregulamentação dos mercados de capitais e a execução, em escala global, de políticas econômicas contracionistas e monetaristas, nos anos 80, cujo resultado principal foi a adoção de taxas de juros reais positivas em todos os países da OCDE e, posteriormente, nos países devedores. Outro fator importante foi a substituição, na estrutura do capital financeiro, dos bancos pelos fundos de pensão e de investimento, em especial os de origem anglo-saxã, como setor fundamental em termos de volume de recursos e de influência nos fluxos internacionais de capital.

Esta série de fatores resultou numa desintermediação financeira global, estimulando uma ligação cada vez mais direta entre os sistemas monetários nacionais e os mercados financeiros globais e também o ressurgimento de um Sistema Financeiro privado, que não é regulado por nenhuma autoridade monetária nacional.

A mundialização do capital com dominância do capital financeiro, entretanto, não elimina a existência de estados e sistemas financeiros nacionais: integra-os, pelo contrário, em uma hierarquia global. As pesquisas mostram que a manutenção do papel do dólar, como moeda internacional, assegura um lugar dominante, entre outros fatores, ao capitalismo americano frente aos outros. No

início da década de 90, 2/3 do comércio mundial e 3/4 dos créditos bancários internacionais eram realizados em dólar, fazendo com que no novo regime de acumulação em vigor a política monetária norte-americana se transforme no seu mais importante instrumento de regulação. (BRUNHOFF, 1998, p.52)

Isto tem possibilitado que os EUA, através de seus grupos econômicos e financeiros, ocupem um papel fundamental na atual fase da mundialização, reforçando, ao mesmo tempo, o poderio político e militar do seu Estado nacional. A mundialização debilitou algumas funções dos estados nacionais, mas este fenômeno não se dá de forma homogênea, resultando em novas relações econômicas e de poder entre eles. E atribuiu aos EUA, sem nenhuma dúvida, o topo desse sistema de poder.

O processo de financeirização tem como seus agentes principais novas formas de acumulação financeira e novos modos de gestão. Há alterações nas características de agentes predominantemente financeiros (fundos de investimento) e no comportamento básico dos próprios grupos industriais, que passam a agir como se fossem agentes financeiros.

Os grandes grupos industriais, premidos pelos grandes investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, irrecuperáveis somente via acumulação no setor produtivo, e pela competição acirrada entre eles, atuam cada vez mais diretamente no mercado financeiro. (SERFATI, 1998, p.141) Por outro lado, os grupos financeiros passam a incluir cada vez mais suas participações em grupos industriais como “ativos de rendimento” obrigando-os a adotar a mesma perspectiva “curto-prazista” e especulativa.

O centro do processo de financeirização é, no entanto, a evolução ocorrida nos próprios mercados financeiros, em especial nos EUA e Inglaterra. Na verdade, os fundos de pensão e de investimentos, os novos "investidores institucionais", desempenham o papel central no novo regime de acumulação. A característica principal de atuação desses grupos é o “curto-prazismo” que obriga a tomada de decisão de investimentos vultosos em frações de segundo, levando a ganhos e

perdas em velocidades e montantes cada vez maiores. Isso faz com processo especulativo afete o mercado de bens e serviços com essas mudanças bruscas de valor, determinando significativos e irrecuperáveis prejuízos materiais, numa lógica claramente irracional e não, como pensam alguns, “saudável”:

“Em 6 de junho de 1996 de fato, a casa de negócios japonesa Sumitomo foi vítima de uma manobra especulativa sobre o cobre organizada principalmente por dois hedge funds norte americanos , O Quantum Fund, de G. Soros e o Tiger Fund de J. Robertson, aos quais uma sociedade pública chinesa (a Citic) teria igualmente se juntado (Financial Times, 17 de Junho de 1996, p.3). Desde já, as perdas causadas pela venerável casa japonesa elevam-se a 1,8 bilhões de dólares e mesmo,segundo algumas estimativas, a mais de 4 bilhões (Financial Times , 2-22 de Junho de 1996.p.1)” (FARNETTI,1998, p. 207)

Assim, nesse novo regime de acumulação, os períodos de valorização do capital financeiro são cada vez mais curtos, impondo ao capital produtivo uma velocidade que ele não pode ter, fazendo com que o caráter especulativo do investimento se amplie cada vez mais. Por maiores que sejam os ganhos de produtividade obtidos via avanços tecnológicos, reorganização do sistema de trabalho e aumento da exploração, a produção não consegue acompanhar essa urgência. Desse modo, a recessão e a estagnação se aliam à pura especulação sobre preços futuros de bens que, frequentemente, não chegarão a ser produzidos. Quando as expectativas otimistas não se confirmam, dá-se a fuga desordenada para outros ativos e mercados, provocando , principalmente nos países periféricos, crises financeiras e econômicas.

Embora o cerne das políticas monetaristas seja a insistência na redução dos déficits públicos, elas são as principais geradoras desses déficits, ao insistirem na manutenção de altas taxas de juros. Ainda que tenham sido eficazes no combate à inflação, foram responsáveis, também, pela alta das taxas de juros nominais. Essa alta das taxas de juros, por sua vez, resultou em quedas

importantes do crescimento econômico nos principais países industrializados e gerou um desequilíbrio crônico das contas públicas, trazendo à tona os processos de falência do Estado.

Por outro lado, as taxas de juros reais altas forçaram os governos a um cada vez maior endividamento, que por sua vez acarretou um peso cada vez maior dos juros no déficit público. Para eliminar esse déficit, os governos passam a recorrer ao mercado internacional para lançamento de títulos. Em consequência, os mercados de títulos públicos tornaram-se, nessa década, um dos setores mais importantes do mercado financeiro internacional, só superado pelas operações cambiais.

Estabelece-se, assim, nesse novo modo de acumulação, um círculo vicioso inevitável: há um aumento contínuo e irreversível dos déficits públicos, provocado seja pelas altas taxas de juros, seja pela drástica queda das receitas fiscais em função da queda do emprego e da renda, entre outros fatores.

Essas políticas monetaristas e de ajuste fiscal, nos países da periferia capitalista não foram adotadas voluntariamente: elas são fruto da ação obstinada e permanente das Agências Financeiras Internacionais, em particular do FMI e do Banco Mundial e, mais recentemente, da Organização Mundial do Comércio. Com o pretexto da renegociação da dívida externa, ou, como no caso do Brasil, de uma “operação de socorro” em função de uma crise financeira, impõe-se um cardápio de medidas, de tonalidade monetarista e recessiva, agravando a situação econômica desses países e tornando seus governos dóceis diante das “exigências da globalização”.

“O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal; seu Banco Central e Ministério da Fazenda são reorganizados (freqüentemente com a cumplicidade das burocracias locais); suas instituições são anuladas e é instituída uma “tutela

econômica”. Um “governo paralelo” que passa por cima da sociedade civil é estabelecido pelas instituições financeiras internacionais (IFIs). Os países que não aceitam as “metas de desempenho” do FMI são colocados na lista negra. (CHOSSUDOVSKY,1999,p.28)

As transformações geradas pela mundialização nas órbitas de valorização e circulação do capital têm suas raízes fincadas também na órbita da produção do valor, ou seja, nas relações de trabalho. De um lado, o capital direciona-se para setores de onde se exige mão de obra super qualificada, onde os altos excedentes gerados garantem sua integração à economia, pela via de bons empregos e salários. De outro lado, predomina a submissão de setores inteiros da indústria – em termos mundiais – aos imperativos da mundialização financeira, onde o rebaixamento da remuneração ao seu nível mínimo vai de par com a precarização das relações de trabalho - a chamada flexibilização. Finalmente, pela via das reestruturações produtivas, milhões são condenados ao desemprego e ao trabalho temporário na chamada “economia informal”.

1. 4 As transformações na produção de informações econômicas

O processo de mundialização financeira se confunde com a transformação das condições de circulação da informação, em especial a informação econômica. Por um lado, a rápida transformação das condições de produção, com o grande desenvolvimento de investimentos em pesquisa & desenvolvimento com a conseqüente revolução tecnológica, gerou a necessidade do surgimento de um jornalismo especializado em economia, capaz de produzir um volume de informações abrangente e aprofundado não só sobre a evolução dos mercados como das políticas econômicas a serem adotadas e das perspectivas futuras de evolução. Trata-se de não apenas estar informado como caminha Wall Street ou a City Londrina, mas de conhecer a fundo os processos de transformação econômica em qualquer país do mundo. A economia global significa uma inter-relação entre todos os mercados, e as mudanças em um deles podem indicar

transformações importantes no conjunto do capitalismo mundial. Os abalos financeiros que têm se tornado freqüentes, como formas selvagens de adaptação dos mercados à sua própria financeirização, ilustram claramente este processo.

Por outro lado, os mecanismos de informação convencionais – a imprensa escrita não segmentada – não são suficientemente ágeis para um acompanhamento eficaz dos mercados globais, já que as decisões econômicas fundamentais – das quais dependem o futuro de empresas de grande porte inteiras ou de alguma centena de milhões de dólares – devem ser tomadas em períodos de tempo cada vez menores .

“O stress é incrível. As decisões envolvendo milhões de dólares devem ser tomadas em um quarto de segundo em razão da extrema volatilidade do mercado de cobre. Você constrói uma posição; depois, subitamente, o mercado cai e é necessário sair rapidamente para limitar as perdas, sem entrar em pânico”(Le Monde, 23-24 de Junho de 1996, p. 13) (FARNETTI, 1999,p.208)

A generalização da especulação e do “curto-prazismo” como padrão de organização dos mercados, tanto financeiros como produtivos, impôs a necessidade de um jornalismo especializado em Economia capaz de produzir um volume e qualidade de informações que ultrapasse os meros cadernos ou suplementos econômicos da imprensa escrita.

A análise do jornalismo especializado em Economia deve se dar, assim, numa ótica que associe seu papel concreto , no processo de mundialização financeira, com sua estruturação específica, enquanto mecanismos de comunicação, produtores de um discurso específico, para um público específico.

A análise deste jornalismo deve buscar também o entendimento do seu papel de legitimação do próprio processo de mundialização, que passa a ser considerado como algo inevitável, advindo de uma lógica determinada pelo avanço tecnológico e pelos mercados. Nessa perspectiva, a análise do jornalismo especializado em Economia deve tentar contribuir para situar seu papel

fundamental na consolidação, ao lado de outros instrumentos, da hegemonia de uma interpretação específica dos fatos econômicos. Deve-se, assim, analisar a produção e recepção de sentido na mídia envolvida com a questão econômica, tentando entender como ela pode contribuir para a consolidação do chamado “discurso neoliberal “ e como podem se desenvolver alternativas a ele.

II A PRODUÇÃO DO DISCURSO ECONÔMICO

O processo de mundialização do capital gerou na imprensa mundial o jornalismo econômico, um instrumento eficaz para a difusão de um discurso específico, o discurso econômico. Com o desenvolvimento dos sites de informações econômicas na Internet, esse jornalismo une a difusão do discurso econômico a serviços de investimento no mercado financeiro, tornando-se também um instrumento da expansão da mundialização. Embora jornais especializados em noticiário econômico tenham surgido em período bem anterior ao da mundialização financeira do capital, seu desenvolvimento atual busca sustentação - seja econômica, seja no sentido jornalístico- nas necessidades e atividades desse processo.

É fundamental analisar os elementos básicos, constitutivos, do jornalismo econômico no atual momento da mundialização do capital. Isso significa identificar as características fundamentais do jornalismo econômico, do ponto de vista econômico, político e midiático, de forma a estabelecer com precisão sua vinculação com as transformações tecnológicas, econômicas e financeiras que caracterizam a mundialização do capital.

Trata-se de indicar porque e como esta imprensa se tornou viável, funcional e estruturante do processo de geração e disseminação de informações e idéias adequadas à lógica mais geral do processo de mundialização. Para isso é necessário identificar como nasce e se desenvolve o discurso desta imprensa acerca da realidade econômica atual.

Há características do jornalismo especializado em economia, do ponto de vista de sua estrutura, de seu "modus operandi" e do ponto de vista de seu discurso que estabelecem relações, ainda que contraditórias, muito estreitas com o processo de mundialização do capital.

A imprensa especializada em economia é, na fase atual do processo de

mundialização, um setor importante do próprio capital mundializado, inserindo-se ela própria no movimento geral de mundialização. Essa imprensa tem, assim, a função de, como jornalismo segmentado, prestar um serviço de informações especializado e específico, e, ao mesmo tempo, se constituir como um setor importante para a operacionalização do próprio capital financeiro mundializado e para a busca de "consenso" em torno de seus objetivos.

Para entender como o jornalismo econômico desempenha esta dupla função não basta apenas analisar o que é produzido em termos puramente jornalísticos, do discurso midiático. É preciso entender as formas de produção e disseminação do próprio discurso econômico. Trata-se, assim, de buscar identificar as fontes originais de produção desse discurso e suas características próprias. Quais são os fundamentos básicos do pensamento econômico atual? Como ele é elaborado e se torna hegemônico, a ponto de passar a ser considerado "pensamento único"? Como se dá a vinculação desse pensamento com a imprensa e como esta passa a ser veiculadora permanente de um determinado pensamento econômico?

Para responder a estas questões é necessário analisar as características básicas do surgimento e desenvolvimento do pensamento econômico moderno e da disputa pela hegemonia no campo do discurso econômico e da implementação da política econômica do governo. Esta análise é importante para o entendimento do processo de constituição de um discurso econômico hegemônico e sua relação com a realidade atual da mundialização do capital. Seu objetivo é mostrar a importância de suas formas de elaboração e difusão, em relação com as quais o jornalismo econômico estabelece os fundamentos mesmo de sua existência.

Há dois setores responsáveis pela produção do discurso econômico dominante: o pensamento econômico acadêmico e os órgãos responsáveis pela elaboração das estratégias econômicas do governo. O discurso econômico produzido na Universidade é fundamental para embasar cientificamente tanto empresários, investidores e executivos na sua ação no "mundo dos negócios",

como para gerar apoio e adesão às mudanças que o processo de mundialização gera. Já os órgãos do governo responsáveis pela elaboração e implementação de sua estratégia econômica são um fator fundamental para a concretização de um determinado projeto econômico, já que contam com uma legitimidade (ou poder coercitivo) e um “saber” específico que faz parte do discurso governamental.

Paralelamente à grande influência do discurso econômico acadêmico, há outros centros de elaboração teórica e de pesquisa fora do âmbito dos centros universitários. Eles surgem nos órgãos do governo federal, como o IPEA e o BNDES, nas empresas de consultoria independentes, nos departamentos econômicos das empresas, em especial das multinacionais e dos bancos, além das entidades de classe gerais e setoriais. Outros centros importantes de produção e difusão desse pensamento econômico são as agências econômicas internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Há, é certo, uma diferença substantiva entre a produção desses novos centros e as tradicionais universidades. Trata-se de uma produção teórica voltada para objetivos econômicos e políticos pré-definidos, qual seja a de servir de suporte para a ação do governo, das agências internacionais, das empresas multinacionais e dos grandes conglomerados financeiros.

É na análise dos fundamentos teóricos e científicos acadêmicos adequados às características de cada período histórico é que se pode compreender como se produz um determinado discurso econômico capaz de dar suporte às políticas econômicas concretas que vão ser implementadas pelo Estado. Permite, também, estabelecer as bases para o estudo do discurso do jornalismo especializado em economia.

2.1 As metamorfoses do discurso econômico acadêmico: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo

A característica básica do discurso acadêmico científico no Brasil, quando de seu surgimento é a da disputa de hegemonia entre duas vertentes fundamentais:

a desenvolvimentista e a monetarista. Tal polarização se destacou nas décadas de 60 e 70, quando estiveram em jogo as opções cruciais de modelo econômico para a economia brasileira. A corrente desenvolvimentista teve origem na chamada teoria “cepalina” , oriunda da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina da ONU), que enfoca primordialmente as relações centro-periferia como explicativas do subdesenvolvimento. Como afirma Mantega (1997):

"O desenvolvimentismo originou-se do subdesenvolvimento da CEPAL e dos estruturalistas latino-americanos, resultando no modelo de substituição de importações de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Conceição Tavares. Foi um modelo pioneiro, que conseguiu fornecer importantes subsídios para o entendimento da transição das economias primário-exportadoras para economias industrializadas. Mas ofereceu uma explicação precária da dinâmica da acumulação periférica, vista ainda como mero reflexo do setor exportador". (MANTEGA, 1997, p.108)

Ao desenvolvimentismo se associaram inicialmente as teorias de filiação marxista, que buscam mostrar a vinculação desta desigualdade econômica internacional às relações de contradição e conflito entre as classes, acopladas ao processo de acumulação de capital e extração de mais-valia internos.

O monetarismo conservador se filiou desde o início a matrizes norte-americanas do liberalismo econômico, precursores e fundadores da atual escola neoliberal. O núcleo básico de sua teoria é a idéia de filiação smithiana do mercado como regulador universal, e a incapacidade genética do Estado como agente econômico equilibrado e racional. A partir deste núcleo comum, originam-se duas correntes rivais, uma mais orientada para aceitar a política desenvolvimentista, outra defensora dogmática do equilíbrio orçamentário e da não ingerência do Estado na órbita produtiva. Oscilando entre estes dois pólos básicos , sem uma conformação própria, vai se desenvolver uma corrente originada do Keynesianismo norte-americano, que ora se associa a uma ora a outra das vertentes principais.

Durante as décadas de 60 e 70, o panorama das Ciências Econômicas no Brasil permanecia sob a hegemonia do desenvolvimentismo como projeto econômico dominante. O que cimentava tal projeto, com base em um amálgama de vertentes teóricas, eram duas idéias fundamentais. Primeiro, que a economia brasileira estava destinada a sair do subdesenvolvimento e se projetar como economia desenvolvida, superando o atraso tecnológico, econômico e social que a havia marcado em toda sua história anterior. Segundo, que este processo não poderia se dar automaticamente via mecanismos de mercado e que o Estado deveria intervir para proporcionar uma moldura institucional e uma infra-estrutura econômica para que o desenvolvimento se tornasse possível.

A hegemonia desse pensamento econômico no Brasil se vinculava de certa forma com a hegemonia do keynesianismo e de suas políticas macroeconômicas na Europa, nos EUA e no Japão no mesmo período. Nestes países não se tinha, evidentemente, um projeto desenvolvimentista, mas algo similar, representado pelas políticas econômicas anticíclicas e de bem-estar social, com forte intervenção do Estado na economia.

A derrota política da vertente estruturalista na década de 60 na maioria dos países latino-americanos deu impulso ao monetarismo conservador na tentativa de desarticular o projeto desenvolvimentista. Essa derrota teve um aspecto político, na medida que os golpes militares encerraram as tentativas de reformas progressistas. Mas teve também um aspecto teórico, na medida em que não souberam explicar a nova etapa do capitalismo periférico e apostaram numa estagnação econômica prolongada que foi desmentida pelo crescimento da economia no período do “milagre econômico”. Sob a égide do estado autoritário, os defensores da economia livre de mercado, da não intervenção do Estado na economia, etc. se tornaram os responsáveis doravante pela política econômica dominante. Ao contrário de outros países da América Latina, como o Chile e Argentina, o Brasil manteve a hegemonia do projeto desenvolvimentista, agora na variante autoritária, monetarista e internacionalizadora, negando a visão anterior

nacionalista e democrática. Ao contrário de colocar em ação as propostas liberais, o regime autoritário brasileiro desencadeou um vasto programa de intervenção estatal na economia, seja do ponto de vista da regulamentação das atividades econômicas, seja do ponto de vista do Estado como agente econômico, intervindo diretamente na alocação de recursos. O conservadorismo monetarista nas contas públicas, a busca do equilíbrio orçamentário, a exigência de padrões de produtividade e eficiência das empresas estatais (e não mais públicas como anteriormente) se aliou ao desenvolvimentismo no sentido que o objetivo central estratégico era a promoção do desenvolvimento. E para tal apelava-se sem preconceitos aos instrumentos de planejamento econômico, centralização e regulamentação econômicas.

“Por isso, a interpretação autoritário-modernizante, além de seu caráter essencialmente capitalista, na medida em que defende enfaticamente a livre-empresa, é uma interpretação tecnoburocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia não apenas como regulador mas também como produtor de bens e serviços. O projeto industrializante, antiliberal, burguês e tecnoburocrático, da interpretação nacional-burguesa reaparece na interpretação autoritário-modernizante. O que desaparece é o discurso nacionalista e principalmente o discurso popular ou populista” . (PEREIRA,1997 ,p.24-25)

O debate teórico - fortemente contido pelo regime autoritário - gira em torno da definição de qual é o "modelo de desenvolvimento" a ser incentivado pelo Estado. De um lado, o modelo dominante do Estado autoritário, de uma grande abertura à economia internacional, do privilegiamento da grande empresa - estatal, privada nacional ou multinacional, e da ênfase ao setor de bens de consumo duráveis como "pólo dinâmico" da economia. De outro, a proposta de um modelo voltado para o mercado interno, assentado na empresa pública e nas pequenas e médias empresas privadas nacionais, e em uma grande

independência em relação à economia capitalista mundial. Outro grande ponto importante da controvérsia é a questão concentração de renda gerada pelo modelo dominante, como decorrência das características do padrão de acumulação adotado.

Tal confronto de vertentes teóricas se dá em um contexto muito desfavorável para a vertente aqui designada estruturalista desenvolvimentista. Na verdade, é a falência do modelo desenvolvimentista proposto pela CEPAL, na medida em que "o modelo de substituição de importações" não possui mais alcance explicativo para o desenvolvimento capitalista a partir da década de 70. De acordo com essa visão se esperava um período de profunda estagnação econômica, o que vai ser desmentido pelo vigor demonstrado pela economia brasileira com o chamado "milagre econômico". Também as teorias de inspiração marxista "estagnacionistas" enfrentam o mesmo problema: ao identificarem o subdesenvolvimento - ou seja a não industrialização - como uma característica universal das economias periféricas aos grandes centros capitalistas, se mostram incapazes de explicar a realidade da retomada da acumulação de capital no Brasil, após a crise de 61-67. Surge, como alternativa a estas teorias, a chamada "Teoria da Dependência", que ressalta a importância do capital estrangeiro para a retomada do crescimento e nega a idéia de uma burguesia nacional autônoma. Essa teoria, no entanto, não consegue superar a idéia de que o eixo dinâmico das economias latino-americanas continua sendo exógeno, isto é, baseado em relações com as economias desenvolvidas, o que foi vigorosamente criticado pelo modelo cepalino. A diferença é que tais relações são agora pensadas como positivas para o desenvolvimento e não necessariamente geradoras do subdesenvolvimento.

Uma nova vertente teórica, também de inspiração marxista, vai se formar no auge do sucesso do "desenvolvimentismo autoritário" na esteira de uma crítica radical ao dualismo cepalino, das teses estagnacionistas e da teoria da dependência. Trata-se, agora, de explicar o processo endógeno de acumulação de capital, suas contradições e os conflitos que gera, muito mais do que tentar

explicar a realidade a partir da oposição centro - periferia. Como afirma OLIVEIRA (1975):

“tomando como um dado a inserção e filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 30, passa a ser , predominantemente, uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes continuam em si a possibilidade de reestruturação global do sistema , aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema de divisão internacional do trabalho do próprio sistema capitalista mundial fosse adverso. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade quando há sincronia entre os movimentos interno e externo.”
(OLIVEIRA,1975,p.29)

Esta vertente torna-se objeto de perseguição política pelos órgãos repressivos do regime e de uma "conspiração do silêncio" que bane do debate político e da opinião pública tais idéias "exóticas".

É justamente neste momento, em meados da década de 70, no auge do processo de silenciamento repressivo do debate sobre a orientação da política econômica em vigor , de um lado, e das grandes taxas de crescimento obtidas pela economia brasileira, de outro, que podemos situar o nascimento do jornalismo econômico no Brasil. É sintomático que ele se torne a forma de jornalismo dominante neste período, tanto pela expressiva ênfase dada pelos grandes jornais à chamada cobertura econômica, como pelo surgimento, a partir de uma reestruturação e modernização, do primeiro grande órgão especializado em economia no Brasil: a GAZETA MERCANTIL. No contexto do regime autoritário e da hegemonia do discurso econômico desenvolvimentista autoritário, emerge um jornal com características próprias, mas capaz de prosperar quando outros órgãos de imprensa sofrem pesado cerceamento por parte dos órgãos repressivos do regime.

Na década de 80, no entanto, dá-se a crise do modelo adotado e , ao mesmo tempo, a crise das correntes teóricas vinculadas ao projeto

desenvolvimentista. O capitalismo não promete mais um caminho rápido para o crescimento, via intervenção do Estado, provocando a marginalização e exclusão dos países subdesenvolvidos da economia mundial, condenados ao pesado ônus da crise da economia mundial, via o pagamento dos altos juros das dívidas externas destes países. Os Estados Nacionais, exauridos pelos grandes grupos econômicos pelas suas políticas de incentivo ao desenvolvimento, entram em crise fiscal, e por assumirem o pagamento das dívidas externas até mesmo as feitas pelas empresas privadas, tornam-se incapazes de continuarem a ser os financiadores do processo "superação do subdesenvolvimento" de seus países.

Paulatinamente, o projeto desenvolvimentista, cujo maior compromisso é o direcionamento das políticas econômicas para a obtenção de altas taxas de crescimento econômico, cede seu lugar ao projeto de estabilização econômica, cuja maior preocupação é a queda das altas taxas de inflação e o equilíbrio orçamentário e financeiro do Estado. Do ponto de vista conjuntural, a passagem se dá quando a última política econômica francamente expansionista do Estado - a que é aplicada pelo Ministro Delfim Netto (Governo Figueiredo) em 1980-81 - se choca estrondosamente com os limites existentes de financiamento nacional e internacional da economia brasileira.

"É preciso entender que a situação está ruim para todos e que não há mesmo dinheiro no exterior para financiar o desenvolvimento brasileiro. Eu tenho certeza de que no dia seguinte àquele em que a gente conseguir equilibrar ou obter um superávit na balança comercial, eles voltam a nos emprestar dinheiro" (Netto, Delfim apud GOLDSTEIN, 1986, p.131)

A esperança - ingênua ou hipócrita - de uma possível "retomada do crescimento" tão logo "eles voltem a nos emprestar dinheiro" revelou-se infundada - e a lógica do projeto econômico dominante se volta para a questão da estabilização, em nome da qual sempre é possível se fazer "sacrifícios", como ter crescimento negativo, quebra de empresas, desemprego, etc. Mas essa aposta na estabilização, no período final do regime autoritário se prendeu ainda, de certa forma, a um projeto de "ajuste" que acreditava, em termos teóricos, na retomada

de altas taxas de crescimento. O mesmo vai ocorrer com os chamados "planos heterodoxos" de estabilização, durante o Governo Sarney. Ao contrário dos planos monetaristas do governo militar, eles estão permeados por um discurso desenvolvimentista, no sentido de criarem condições para retomada do desenvolvimento, ainda que não tenham pretendido nenhuma mudança estrutural em relação ao modelo econômico adotado durante o regime militar. O Plano Cruzado, por exemplo, é decretado com grandes preocupações com relação à questão da distribuição de renda e do desenvolvimento. É criado um "Fundo de Desenvolvimento Nacional" a ser composto pelos recursos obtidos através dos chamados empréstimos compulsórios de julho de 1986 com o objetivo de recolocar o Estado como agente de promoção do crescimento econômico.

2.2 A crise e o processo de constituição do projeto neoliberal

No bojo das várias tentativas fracassadas dos "planos heterodoxos" é que se começa a fortalecer as bases teóricas, ideológicas e políticas para a adoção, no Brasil, do projeto neoliberal. O projeto neoliberal possui alcance econômico, político e ideológico global. Representa - nesses aspectos - o processo objetivo de mundialização do capital. Suas características, são, resumidamente:

- 1) Mudança estrutural do papel do Estado nos países capitalistas. O Estado regulador anti-cíclico e de bem estar social das décadas 50 e 60 teria gerado um descontrole de gastos e um fortalecimento exorbitante do poder de barganha dos assalariados, resultando numa grande crise fiscal e no processo inflacionário aberto deste período. O Estado deve passar a ser um instrumento de regulação das condições mínimas de sustentação da acumulação de capital, desobrigando-se das funções de garantidor da reprodução ampliada da força de trabalho e suporte da infra-estrutura material dessa acumulação.
- 2) O objetivo máximo da política macroeconômica deve ser a da estabilidade monetária e do equilíbrio fiscal. Este deve ser conseguido mantendo-se e

ampliando-se os benefícios fiscais aos agentes do capital, mas reduzindo-se ou eliminando-se estes benefícios aos agentes do trabalho.

3) Estes objetivos acima devem ser obtidos mesmo à custa de quedas mais ou menos importantes das taxas de crescimento das economias e do emprego da força de trabalho. Ou seja, os objetivos de pleno crescimento e pleno emprego das políticas macroeconômicas keynesianas são abandonados em favor da manutenção da estabilidade monetária e fiscal. Não se trata de uma "pausa" necessária do processo de crescimento, mas de uma condição permanente do "modus operandi" atual do capital.

4) O desemprego não é visto como um problema ou um defeito a ser reparado mas um resultado necessário e desejável, na medida em que significa a possibilidade de manter ,sem coerção estatal, os níveis adequados de salários, além de se justificar como um subproduto inevitável do progresso tecnológico. Contraditoriamente, altos níveis de desemprego passam a ser encarados, ao contrário dos projetos desenvolvimentistas ou anti-cíclicos de indicadores de avanço das "reformas estruturais" do neoliberalismo triunfante.

5) A desigualdade social também não é vista como uma disfunção do organismo econômico, mas como algo inevitável e desejável. Um igualitarismo no plano econômico seria um instrumento de redução dos incentivos ao aumento de produtividade, ao impedir os processos competitivos no interior da força de trabalho. Assim , trata-se de gerar situações de maior desigualdade social, como fatores positivos à obtenção dos resultados esperados na produção e na produtividade. A estrutura tributária deve ser capaz de favorecer esse processo, beneficiando os mais ricos em detrimento dos mais pobres.

6) A busca de estabilidade monetária , vista como um valor em si mesma, revela os interesses predominantes por trás desse projeto: o capital financeiro. Em qualquer situação, propõe-se, como instrumento de estabilização monetária, uma alta taxa de juros, sempre positiva em termos reais, capaz de garantir uma economia sem pressões inflacionárias, que possam comprometer a saúde do sistema financeiro. Mostra-se, claramente nesse particular, que o objetivo é

carrear, sempre, a transferência do excedente gerado no setor produtivo, para a fração financeira do capital, em detrimento dos outros setores.

7) A retirada do Estado da órbita produtiva é vista como inevitável, na medida que sua presença impede o avanço do progresso tecnológico e do aumento da produtividade. Isso por dois motivos: porque impede a circulação de capital em nível internacional e porque estabelece níveis "artificiais" de remuneração da força de trabalho. Esses dois fatores fazem com que o Estado seja obrigado a aportar sempre maior volume de recursos às empresas estatais, sendo uma fonte permanente de desequilíbrio fiscal e instabilidade monetária.

8) Nos países subdesenvolvidos ou da Europa do Leste, o amplo setor estatal existente é considerado a fonte de todos os males, em especial devido aos altos níveis de inflação apresentados. A privatização, com a transferência desses ativos para o setor privado, deve ser um indicador visível de que se abandonou o projeto anterior e se "fez o dever de casa" eliminando os focos de déficit público que possam levar investidores internacionais a retirarem seus capitais do país.

9) Existe a necessidade , para viabilização desse projeto e para uma maior eficiência do funcionamento do mercado, da desorganização da classe trabalhadora em termos orgânicos, políticos e sindicais. A mudança estrutural dos processos de trabalho, com as constantes reestruturações produtivas, amparadas pelas novas tecnologias, representa uma operação de grande envergadura para quebrar a capacidade de resistência e de negação em bloco desse novo projeto. Paralelamente, adotam-se mudanças institucionais e legais no sentido da "flexibilização das relações trabalhistas", com a retirada de qualquer direito considerado lesivo à obtenção de altos níveis de produtividade e da competitividade internacional. (ANDERSON,1995)

O projeto neoliberal manteve-se aceso durante décadas apenas no âmbito acadêmico desde a sua elaboração por um grupo de economistas liderados por Friedrich Hayek , na Europa e por Milton Friedman, nos EUA. Sua implementação só se tornou possível com a conjunção de duas crises: a crise do capitalismo mundial ,iniciada no final da década de 70, e a crise do chamado

"socialismo real" no final da década de 80. Com a crise do capitalismo mundial, a grande culpa foi atribuída, pelos interesses dominantes, às políticas keynesianas e de bem-estar social nos países desenvolvidos e aos projetos desenvolvimentistas dos países subdesenvolvidos. A crise do socialismo real, gerada pelos processos de burocratização e da própria vinculação dessas economias, via sistema financeiro internacional, com o capitalismo internacional em crise, passou a ser atribuída ao modelo econômico adotado, à ampla intervenção do Estado e à fraqueza dos mecanismos de mercado.

A viabilização do projeto neoliberal não seria possível apenas com as mudanças ocorridas no âmbito acadêmico, com a crise do pensamento marxista e keynesiano e a reemergência dos paradigmas neoclássicos e "novoclássicos". Era preciso unir elaboração teórica com capacidade de imposição política de novas práticas e atitudes das autoridades governamentais. Para isso, criam-se grupos de pesquisadores e técnicos com formação teórica e remuneração adequadas, juntamente aos organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, OCDE, e mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio.

O neoliberalismo econômico já existia no Brasil, do ponto de vista teórico e ideológico, desde sua criação nos EUA, através da escola monetarista fundada por Eugênio Gudin e continuada pelos ministros da área econômica do regime militar, cujo maior expoente foi, sem dúvida, Roberto Campos. Mas nunca esteve perto de uma hegemonia no plano acadêmico ou dos órgãos de planejamento e estudos econômicos do governo, cuja tônica era predominantemente desenvolvimentista. Isso explica em grande parte a dificuldade de implantação, no Brasil, das metas de ajuste exigidas pelo FMI, na medida em que havia um grande diferencial entre as posições defendidas por seus técnicos e os membros mais conservadores da equipe econômica do Governo João Figueiredo. Por outro lado, do ponto de vista político, a viabilização de um projeto neoliberal era muito difícil, dada a grande intervenção do Estado na área econômica e as ligações do setor estatal, durante o regime militar, com as próprias Forças Armadas.

A crise econômica social e política da década de 80 cria, ao inviabilizar as

alternativas heterodoxas de seu enfrentamento, o solo teórico, ideológico e político necessário para a mudança estrutural do projeto econômico hegemônico. A política econômica adotada por Mailson da Nóbrega no período 88-89 , de um monetarismo clássico, se dá agora sob a égide do novo projeto, que ainda esbarra em obstáculos políticos e institucionais para se concretizar amplamente. A política econômica ganha o nome de "feijão com arroz" , ou seja, rejeita a adoção de medidas associadas aos planos heterodoxos- congelamento de preços, tablitás, gatilhos salariais- todas classificadas como de ingerência do Estado no funcionamento "saudável" do mercado. Em seu livro recente, Mailson mostra claramente sua perspectiva de permanente opositor das reformas sociais desencadeadas com a queda do regime militar, e sua aposta numa continuidade de seu "trabalho" no Governo Collor, com o qual tenta não se identificar.

"Em 1988, conclui-se amplo diagnóstico sobre a situação das tarifas aduaneiras e nos níveis de proteção à indústria brasileira. Amadureceu dentro do governo, particularmente nos ministérios da área econômica, a consciência da necessidade de iniciar o processo de abertura da economia e de revisão da enorme gama de incentivos fiscais. (...) Infelizmente, o processo de reforma do Estado foi revertido pela Constituição de 1988, que representou a contra-reforma. Viraram mandamento constitucional os monopólios do petróleo, das comunicações e do resseguro. Criaram-se restrições ao investimento estrangeiro em energia elétrica, mineração e navegação de cabotagem. Impedimentos gerais ao capital estrangeiro foram estabelecidos no capítulo da ordem econômica. Apesar disso, o processo de reforma econômica continuou. Em 1990, a abertura da economia se acelerou". (NÓBREGA , 2000, p. 76)

Nóbrega, como ministro da fazenda no período 1988-89, conseguiu aliar as maiores taxas de inflação da história do Brasil, com as maiores taxas de juros reais e o pagamento de cerca de U\$ 50 bilhões da dívida externa sem qualquer alteração no seu estoque ou perfil de pagamento. Ele tem sido um dos mais persistentes vulgarizadores do pensamento neoliberal no Brasil. Ao mesmo tempo

em que defende, no seu discurso, os avanços da democracia brasileira como se fizessem parte do ideário neoliberal, mostra nesta passagem que os neoliberais no Brasil sempre estão contra a constituição democrática de 1988. Esta é apresentada como "retrógrada" e "irracional" justamente nos seus aspectos mais democráticos, ao resguardar os direitos sociais e econômicos do cidadão brasileiro.

O registro das posições de NÓBREGA (2000) é importante na medida que, até a crise de 99, ele provavelmente foi um dos analistas mais requisitados pelo jornalismo econômico, na defesa dos ideais neoliberais. Seu otimismo permanente com a evolução economia brasileira e sua defesa militante de tudo que diz respeito ao neoliberalismo, abertura econômica, privatizações, reforma fiscal, etc, explica esta presença constante nos jornais especializados e nas páginas de economia dos grandes jornais.

O Governo Collor, apesar da pesada intervenção estatal realizada quando da Reforma Monetária de 15 de Março de 1990, se consagrou como aquele que deu o início ao processo de "transformação" neoliberal referido por Nóbrega. Após a confusa e problemática atuação de Zélia Cardoso de Mello, que não conseguiu implementar as reformas neoliberais e as privatizações, dá-se início à gestão Marcílio Marques. Ela vai representar, na verdade, o primeiro grande impulso a uma política econômica de cunho neoliberal no Brasil.

Este impulso vai ser retomado pela equipe do Ministro, depois presidente Fernando Henrique Cardoso. Pésio Árida, Lara Resende, Edmar Bacha e Francisco Lopes foram os criadores do Plano Cruzado, uma experiência fracassada de combate à inflação pela via do choque heterodoxo. Embora a análise da inflação como advinda da indexação de preços e salários - a inflação inercial - tenha sido abordada pioneiramente por Luís Carlos Bresser Pereira na FGV-SP, vai ser este grupo de economistas oriundos da PUC-RJ que consolidam o diagnóstico e a terapia antiinflacionária. Já na época do Plano Cruzado se confrontaram duas concepções. Uma, representada por Francisco Lopes, defendia a adoção de um choque com o congelamento de preços e salários no

início do plano, para impedir que o conflito distributivo entre os vários setores sociais pudesse gerar o desequilíbrio nos preços relativos e com isso jogar por terra o esforço de desindexação. A desindexação seria o instrumento fundamental, pois eliminaria a realimentação da inflação pela via do reajuste automático de preços. Outra opção seria o gradualismo, com a adoção temporária de um indexador universal, para sua posterior transformação em moeda. A proposta de choque acabou predominando, contra a vontade de Pêrsio Árida e André Lara Resende, que julgavam o congelamento uma agressão à economia e mercado. Em estudo sobre esta questão, Paulani (1997), aponta bem este aspecto ortodoxo da dupla Lara e Arida:

“(...) se fosse necessário definir, dentro do próprio quadro heterodoxo, seu lado heterodoxo. A primeira posição caberia a Arida e Resende e a segunda a Francisco Lopes. A insistência dos dois primeiros quanto à racionalidade dos agentes e a importância das expectativas, bem como sua profunda desconfiança e mesmo aversão a mecanismos de controle administrativos, alinham-nos à cartilha ortodoxa, particularmente à sua versão mais moderna, centrada no postulado das expectativas racionais. A marca da heterodoxia permaneceria aí por conta da admissão do caráter inercial da inflação e da recusa a programas ortodoxos de controle da demanda. Fosse por choques, fosse gradualmente. Contrariamente, Francisco Lopes permaneceria enquadrado integralmente no grupo heterodoxo, com seus ‘agentes keynesianos’ e com sua desconfiança quanto à viabilidade de uma transição a uma situação de estabilidade monetária sem o concurso de uma forte intervenção e regulamentação governamental.”(PAULANI,1997,p.173)

Na implementação do Plano Real a proposta da moeda indexada volta à tona e vai ser implementada com a adoção da URV e , posteriormente, do Real. Ao contrário do que ocorreu no Plano Cruzado, cuja implantação se deu no contexto do projeto desenvolvimentista , reforçando o papel do Estado, o Plano Real vai concretizar o projeto neoliberal de uma forma quase integral. Além da

desindexação, que foi implementada completamente, o Plano tem como instrumentos básicos de contenção da inflação a abertura da economia ao mercado externo, para forçar a queda dos preços internos, e a redução do déficit fiscal, através de artifícios legais, como o Fundo Social de Emergência e o IPMF. As chamadas reformas neoliberais, as privatizações, a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária têm o objetivo de não só obter resultados econômicos, como a redução do déficit fiscal, mas implantação de um Estado cujo papel é de regulamentar e não intervir. Outros elementos estão presentes: a investida contra o movimento sindical, com objetivo de eliminar sua organização e resistência à manutenção de uma alta taxa de desemprego.

Para que houvesse a aceitação do projeto neoliberal, foi preciso fazer acelerar a inflação a níveis insuportáveis de uma hiperinflação. Isso já havia sido feito anteriormente, na gestão Mailson da Nóbrega, ao fim do governo Sarney. Nada se fez para tentar impedir a hiperinflação, o que viabilizou o grande confisco de poupanças implementado pelo Plano Collor. No período anterior ao plano real, na gestão Fernando Henrique e depois Ricupero, promoveu-se uma aceleração da inflação, que tornou viável a aceitação pela população da nova moeda. Este fato é ressaltado por Oliveira (1996):

“De novo, a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride. Acompanhamos as peripécias do Governo Itamar até a posse do senador Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, preparando a URV, forma pedagógica de incutir a desesperança nas formas econômicas, sociais e políticas que estavam sendo construídas, que lutaram contra o projeto neoliberal, para uma nova investida neoliberal.”
(OLIVEIRA, 1996, p.26)

A eficácia do Plano Real nos seus primeiros anos, no sentido de fazer

baixar significativamente a inflação, e atrair um grande volume de capital financeiro estrangeiro, apesar dos problemas nas contas externas, favoreceu a eleição de Fernando Henrique, integralmente comprometido com o projeto neoliberal, contribuindo para torná-lo hegemônico. A crítica ao Estado, encarado como fator gerador da inflação, resultou na adesão dos antigos teóricos da teoria da dependência – Cardoso inclusive – e dos heterodoxos às idéias centrais do projeto neoliberal. A análise da crise fiscal e financeira do Estado herdado do regime militar possibilitou a transição para uma crítica do Estado como um todo, levando a adoção das teses básicas do neoliberalismo. A liderança intelectual é de Roberto Campos, que abandona suas idéias desenvolvimentistas tecnocratas em proveito do ataque ao setor estatal da economia brasileira como responsável por todos os seus males. Essa tônica comum – de caracterização do Estado como o problema central da economia brasileira (e mundial) – unifica uma gama diversificada de teóricos de várias ciências sociais o que vai favorecer a hegemonia do discurso econômico no interior do pensamento acadêmico brasileiro. A crítica ao projeto neoliberal, que tem se generalizado em função dos seus resultados concretos – desemprego, recessão, “crashes” financeiros globais, e o fracasso das privatizações, têm levado os teóricos brasileiros a não aceitarem esse “rótulo”. Mas não rejeitam a defesa de pontos fundamentais do projeto.

“A interpretação social-liberal parte, portanto, da crise do Estado e do processo de globalização da economia mundial para fazer seu diagnóstico do Brasil. É social porque reafirma o papel do Estado na afirmação dos direitos sociais e, em menor grau, na promoção do desenvolvimento econômico. Mas, ao mesmo tempo, afirma o papel central do mercado na coordenação da economia. O papel do Estado é complementar. Quando o mercado não tem condições satisfatórias de alocar recursos, promover a poupança e distribuir a renda de forma adequada (e o mercado tem uma efetividade decrescente no exercício destes três papéis), o Estado, e cada vez mais, as organizações públicas não estatais, passam a assumir o papel. A interpretação social-liberal não aceita a tese neoliberal de que,

embora existam falhas do mercado, as falhas do Estado são sempre maiores , não se justificando por isso a intervenção . Não aceita, também , a idéia individualista de que cada indivíduo tem plena capacidade de defender seus interesses. Isto é verdade para um número crescente de cidadãos , mas está longe de poder ser generalizada para toda a sociedade, onde o número de pessoas que precisa de ajuda para sobreviver com um mínimo de dignidade – principalmente mulheres e crianças pobres – é ainda imenso.”
(PEREIRA,1997,p.59)

Torna-se evidente que o “social-liberalismo” se identifica totalmente com o projeto neoliberal, já que a preocupação “social” é apenas a necessidade de se aplicar “medidas compensatórias” para os grandes problemas sociais gerados pelas medidas liberais. Nenhum outro processo de “desestatização” foi tão amplo como o brasileiro. As privatizações foram feitas sem qualquer participação da sociedade, seja diretamente ou através do Congresso Nacional. Elas ficaram a cargo do BNDES, ironicamente o mesmo que foi criado para viabilizar o projeto desenvolvimentista na década de 50. O "modelo" adotado foi "selvagem" pois se fez de modo a atender estritamente os interesses dos grupos compradores e não os objetivos, mesmo os do projeto neoliberal, do Estado. O alardeado ágio - diferencial entre o preço estipulado pelo governo e o efetivamente pago pelas empresas - foi depois usado como benefício aos grupos compradores, sendo considerado "antecipação de receita fiscal". No caso do setor de telecomunicações e energia elétrica (não totalmente privatizado como no caso de Furnas e CEMIG) estabeleceu-se uma indexação das tarifas, ficando o setor com privilégios inexistentes para os assalariados, por exemplo.

No plano acadêmico, a tradição desenvolvimentista e as novas interpretações de inspiração neo-socialista cresceram desenvolveram uma grande produção teórica de crítica ao neoliberalismo. À medida que o projeto neoliberal mostra seus resultados em termos de alto nível de desemprego, reduzido crescimento econômico e desnacionalização da economia, essas vertentes do pensamento acadêmico se ampliam e se fortalecem. Com a crise do plano real ,

a economia passa a ser comandada pela política econômica “sugerida” pelo FMI. Tanto a nova produção teórica em economia, como as reações populares à política econômica vão ter um pálido reflexo no jornalismo econômico. Na verdade, os críticos vão sempre representar o “outro negativo”, sendo os resultados das políticas econômicas neoliberais a eles atribuídos. A oposição representa sempre, principalmente para o colonismo econômico, o perigo da volta da inflação, e, mais recentemente, tenta-se culpá-los pelas crises e instabilidades que o próprio neoliberalismo propiciou.

A viabilização do projeto neoliberal no Brasil teve, portanto, um ponto de apoio fundamental, a saber, adesão universal da mídia em geral, e da imprensa escrita em particular aos seus princípios, o que facilitou a aceitação da política econômica levada a cabo pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Alguns órgãos da grande imprensa exerceram uma crítica da pouca eficiência na implementação do projeto, não de seu conteúdo em si, além de veicular denúncias de corrupção. A adesão do jornalismo econômico ao discurso gestado no âmbito acadêmico e de órgãos de pesquisa governamentais, se dá, assim, no contexto de um “consenso” das elites e da imprensa em geral em torno das virtudes do projeto neoliberal. Essa adesão do jornalismo especializado em economia a um determinado projeto econômico não se deu de forma automática e imediata. Esse processo, portanto, deve ser analisado como uma problemática específica a pesquisar.

2.3 Jornalismo econômico e hegemonia neoliberal

O fato de que o jornalismo econômico é fortemente influenciado pelas contradições da produção acadêmica e da política econômica nos coloca diante de uma problemática específica. Esse jornalismo, principalmente os jornais especializados, tem como estatuto de sua legitimidade a Ciência Econômica, que não é acessível ao conjunto do seu público. Na medida em que esse jornalismo omite a divulgação de uma parte dessa produção acadêmica, ou não a

considera na estruturação de sua política editorial, ele arrisca perder grande parte de sua legitimidade e restringir seu público-alvo. Por outro lado, ao abordar as questões de política econômica de forma unilateral, ele pode se tornar o instrumento de uma determinada parte da sociedade, impedindo sua legitimação como portadores de uma verdade universal. Esse dilema vai ser vivido de forma permanente pelo jornalismo especializado em economia no Brasil. Como surge e se desenvolve no contexto de autoritarismo do regime militar, ele se torna desde o início uma peça fundamental para a legitimação de uma certa produção teórica, da política econômica da época e do sistema econômico empresarial correspondente. Ao desempenhar essa função, no entanto, ele vive uma permanente contradição com o “outro negativo” e é obrigado a operações discursivas específicas, diferenciadas do conjunto da cobertura jornalística.

No período estudado o jornalismo econômico passou por mudanças importantes na sua estrutura e no seu discurso. Ele vai ser o grande agente de difusão e legitimação do projeto neoliberal no país, em um momento de crise econômica aguda e onde este ainda disputava a hegemonia com o projeto desenvolvimentista e com o projeto neo-socialista. A sua opção decidida e ampla pelo neoliberalismo na sua vertente latino-americana vai ser um fator fundamental para o ritmo em que esse projeto se torna hegemônico no país, contribuindo para sua legitimação, e a obtenção de apoios nas áreas acadêmica, institucional e empresarial. Em todas as suas formas, o jornalismo especializado vai também se vincular orgânica e editorialmente com os instrumentos nacionais e internacionais de difusão desse projeto, ao passar a reproduzir matérias e encartes dos principais órgãos da imprensa neoliberal mundial. O amplo processo de avanço tecnológico e ampliação dos meios de comunicação em nível internacional, criou meios para transformação completa dos discursos midiáticos nacionais em um discurso midiático internacional "globalizado". Outro papel importante foi sua participação em uma ampla campanha de desmoralização de qualquer tentativa coerente de crítica ou de formulação de proposições alternativas que possam surgir.

Para viabilizar esse papel, adotou-se um padrão de cobertura dos acontecimentos econômicos assentado nas seguintes características:

1) O noticiário econômico sobre a "situação da economia" procura destacar os aspectos mais relevantes da conjuntura do mundo dos negócios, ou seja, se há grandes perspectivas de crescimento e expansão das empresas e de seus lucros ou não. As notícias diárias se centram nos movimentos das Bolsas de Valores, taxas de juros, cotação de moedas e pouca ou nenhuma atenção é dada aos aspectos "reais" da economia e principalmente às questões estruturais como distribuição de renda, investimentos em educação e pesquisa tecnológica, etc.

2) O noticiário sobre as políticas econômicas, sempre interessado em dar "boas notícias", apoiando dessa forma as medidas adotadas pelo governo ou as que, de acordo com os editores do jornal, devem ser adotadas. É o campo de análise mais propriamente político dos jornais e por isso mesmo, tem seu tratamento diferenciado na grande imprensa, ganhando grande destaque. Nos jornais especializados, como a sua ideologia básica é manter uma postura a mais "técnica" possível, é necessário que as questões de política econômica sejam tratadas em editoriais específicas de forma a não dar a conotação de adesão explícita do jornal a uma ou outra idéia ou proposta.

3) O noticiário sobre o "movimento dos mercados", ou seja, preços, cotações e indicadores vários. Este é, na verdade, o instrumento principal da imprensa econômica, especializada ou não, para se manter um "contrato de leitura" com seus assinantes e leitores em geral. As naturais oscilações do mercado produzem uma permanente incerteza de empresários, investidores, executivos e nos próprios consumidores, que os obriga a estar informados diariamente sobre os vários indicadores que possam lhes dar pistas sobre o futuro de suas aplicações e negócios.

4) O noticiário sobre "saúde" das empresas, ou seja, do processo econômico visto a partir da chamada ótica "microeconômica". Ele é uma parte muito importante dos jornais, na medida em que os empresários não só podem se informar sobre a concorrência, como saber de novas oportunidades de investimentos ou como esta ou aquela empresa vêm atuando no mercado. É a parte cada vez mais privilegiada nos jornais especializados.

5) O noticiário de "serviços" sobre economia, criado para orientar o consumidor perdido no meio das oscilações do mercado e que tem treinamento ou informação suficientes para entender o jargão da ciência econômica. Essa vertente se presta também a induzir o "pequeno investidor" a certas opções de investimento consideradas adequadas para ele. Trata-se de um tema pouco considerado nos jornais especializados, mas de grande importância para os grandes jornais, que tem aí o grande assunto para seus suplementos econômicos.

Essa padronização possibilita, seja para a cobertura da grande imprensa, seja para os jornais especializados, uma aparência de "neutralidade" diante dos debates teóricos e políticos sobre a economia. Agir de acordo com os preceitos neoliberais passa a significar eficiência, modernidade, e até mesmo ter sentido ético, enquanto que se opor às práticas predatórias e antipopulares do neoliberalismo passa a ser "antiquado", "incompetente", etc. O discurso econômico moldado pelas escolas acadêmicas - onde o critério de avaliação é científico e teórico - passa a ser objeto de um discurso midiático específico e com características próprias de legitimação também no interior do seu próprio campo jornalístico. O enfoque neoliberal busca identificar-se com os padrões éticos de "isenção", "objetividade", "adequação aos novos paradigmas científicos" e rejeição de "antigas abordagens ideológicas". O jornalismo econômico que buscar outros parâmetros contrários aos do neoliberalismo será sempre "antiquado", "ideológico", "panfletário", etc. Os critérios para análise da realidade não são dados pela busca da verdade e da visão de conjunto do processo econômico. A realidade é toda ela retalhada em "indicadores", resultados (geralmente relativos a

contas públicas ou outros vistos como importantes pela ótica neoliberal) , e opiniões do "mercado" , uma entidade criada pelo discurso do jornalismo econômico para representar a opinião dos analistas do sistema financeiro dominante. O discurso econômico hegemônico encontra no jornalismo econômico, parte integrante do processo de mundialização, uma forma adequada de difusão em escala ampliada.

III CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO JORNALISMO ECONÔMICO

No processo de constituição do jornalismo econômico existe uma dupla determinação: de um lado, a diferenciação e segmentação no interior das empresas jornalísticas, que resulta no surgimento dos "jornais econômicos". Por outro lado, na internacionalização e financeirização aprofundadas da economia capitalista contemporânea, que se apóia precisamente na maior intensidade, agilidade e no alto volume de produção da informação econômica. Analisar este processo na sua complexidade e nas múltiplas dimensões implica em considerá-lo como determinante do papel estrutural que desempenha hoje o jornalismo econômico. Há uma vinculação estreita do jornalismo econômico com os grandes grupos monopolistas internacionais e nacionais, seja no aspecto propriamente econômico, da constituição do capital das grandes empresas jornalísticas, seja no aspecto da organização do seu corpo editorial e , como consequência, na produção de seu discurso específico.

Essas características atuais do jornalismo econômico são resultantes do processo histórico de constituição e desenvolvimento da própria imprensa. O surgimento da imprensa , tal como se conhece hoje, é na verdade precedido pelas empresas de "notícias de negócios". Como afirma HABERMAS:

(...) "de forma análoga ocorre com a circulação de notícias, que se desenvolve com a circulação de mercadorias. O cálculo comercial orientado para o mercado necessitava, com a dilatação do comércio , de informações mais freqüentes e mais exatas sobre os fenômenos territorialmente distanciados. Desde o século XIV, a velha circulação comercial de cartas torna-se , por isso, uma espécie de sistema de correspondência de agrupamentos profissionais." (HABERMAS,1984, p.35)

Há, portanto, na evolução rumo ao capitalismo industrial do século XX, uma transformação da circulação de notícias que acompanha *pari passu* a circulação das mercadorias. Numa primeira fase, a informação deixa de ser tratada artesanalmente e passa a ser comercializada como notícia, com relatos pormenorizados sobre as transações de compra e venda e de aplicações financeiras, misturados com notícias "fúteis" sobre acontecimentos das cidades, humor e informações sobre o clima. Numa segunda etapa, aparece a imprensa como produção empresarial de notícias onde o posto principal cabe às informações políticas e ideológicas, ficando as informações econômicas em segundo plano.

Muito embora as notícias econômicas não tenham deixado de ter um papel importante no amplo espectro das notícias divulgadas pela imprensa ao longo dos séculos XVIII e XIX, sua permanente vinculação, de forma secundária, às notícias de cunho político e ideológico é necessária à difusão das chamadas idéias universais, características da época. Afinal, é uma fase de intensa disputa com os jornais de cunho anticapitalista, cuja difusão é facilitada pelas características ainda pré-industriais da própria imprensa. À medida que o capital se assenhora das condições de produção também da indústria jornalística, esta disputa se reduz, pois não está assegurado ao campo anticapitalista a propriedade de meios de produção jornalísticos industriais. Por outro lado, o movimento do capital industrial, ainda que envolvendo oscilações e contradições, não exige ainda uma grande especialização da produção de notícias econômicas. Faz-se mister que ocorra a emergência do capital monopolista no final do século XIX e início do século XX para que essa especialização se torne cada vez mais necessária. Inicialmente com agências telegráficas, depois com boletins impressos, gradativamente vai se formando o jornalismo econômico, constituído de empresas especializadas na divulgação de notícias sobre as empresas e os negócios.

Esta etapa se caracteriza , no entanto, por um jornalismo econômico ainda marginal no contexto da indústria jornalística, na medida em que a polarização ideológica da guerra fria mantém a predominância da imprensa política . Outro aspecto desta mesma questão é que o capital se valoriza neste período de modo preferencial na órbita produtiva. A dinâmica da acumulação não se vincula tão diretamente à produção de notícias econômicas, ligadas prioritariamente à órbita financeira do capital. O processo de expansão e concentração do capital da indústria mediática só vai se aprofundar a partir de finais da década de 70 e início da década de 80 do século XX, contribuindo para manter nesse período em plano secundário o jornalismo especializado em economia, em geral vigorosamente liberal e conservador, em relação à grande imprensa, mais afeita às necessidades hegemônicas do capitalismo de tipo "keynesiano" e do "welfare – state".

A ascensão do jornalismo econômico à um papel cada vez mais destacado no conjunto da imprensa , tanto do ponto de vista da natureza do capital dos grandes grupos jornalísticos, como das características da produção de notícias e do discurso econômico, começa a ocorrer a partir de meados da década de 80 e se consolida na década de 90. O processo de concentração do capital das indústrias jornalísticas tornou cada vez mais integrado o capital das empresas do ramo. Por outro lado, a mundialização do capital, ao produzir uma acentuação cada vez maior do processo de financeirização da economia, passa a exigir um grau cada vez mais volumoso, eficiente e ágil das informações econômicas. O conteúdo e a forma da produção de notícias vão aproximar o conjunto dos órgãos de imprensa do neoliberalismo econômico, produzindo o fenômeno do chamado "pensamento único" que passa a servir às necessidades hegemônicas do conjunto do capital.

Neste contexto, é importante analisar como surge, se desenvolve e se consolida o jornalismo econômico brasileiro para se entender o papel específico este jornalismo vai ter no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro recente.

3.1 Surgimento e evolução do jornalismo econômico no Brasil³

O jornalismo econômico no Brasil passou por duas fases de gestação. A primeira, onde predominam os "jornais do comércio" e a cobertura esparsa na grande imprensa se liga ao desenvolvimento industrial que se deu após a crise de 30 e cuja influência vai perdurar ao longo da década de 50. São geralmente de propriedade de associações empresariais, e o noticiário econômico se reduz à defesa de interesses de segmentos econômicos, ou à publicação de editais de cartório, protestos, atas de assembléias, balanços de empresas, comunicados ao público, de onde vem também a fonte de receita principal. Por isso mesmo, a publicação de matérias de cunho econômico sem o devido pagamento era rejeitada por estes jornais.

A segunda fase, na qual vai se constituir efetivamente um jornalismo econômico, tem início no final da década de 50 e acompanha o processo de conflito entre o "modelo nacional desenvolvimentista" e o "desenvolvimentismo associado". A própria definição do que é noticiário econômico, em contraposição ao noticiário político faz parte deste embate. A imprensa populista - nacionalista, que gira em torno do Jornal "Última Hora" de Samuel Wainer, estreitamente vinculado ao segundo Governo Vargas e às propostas nacionalizantes e estatizantes estrutura um grupo de redatores de análise econômica formado por: Ignácio Rangel, Domar Campos, Sidney Latim e Jesus Soares Pereira. O jornal "O Estado de São Paulo" edita, de 12 de Junho de 1949 até 28 de Janeiro de 1964 um suplemento industrial e comercial, redigido por um grupo de três jornalistas estrangeiros, um alemão e dois franceses. Este suplemento caracterizou-se desde o início, a partir de comentários dos redatores e notícias de Agencias Internacionais, por uma linha doutrinária liberal e anticomunista, de combate à política nacionalista e estatizante de Vargas, defendendo teses liberais e internacionalizantes.

³ As informações para esse item foram retiradas de QUINTÃO (1967, ps.47-85)

Este tipo de jornalismo econômico, baseado no colunismo econômico e com noticiário esparso vai dar lugar a um jornalismo econômico mais maduro, com cobertura sistemática de assuntos de economia. A hegemonia do desenvolvimentismo, agora na versão juscelinista, se mostra na formação da chamada "Rocha Press" - que se constitui de um grupo de irmãos editores de economia do Última Hora, do JB, do Correio da Manhã e do próprio Estado de São Paulo (sucursal carioca).

A análise da conjuntura econômica que enfatiza a crítica ao capital estrangeiro e ao modelo que está em implantação no país neste período - o desenvolvimento associado - recebe o rótulo de "jornalismo político", característico da "Rocha Press"

Por outro lado, o aqueles analistas que se omitem diante dos problemas e contradições advindos dos privilégios dados ao capital estrangeiro e adotam uma postura de "neutralidade" , se limitando a divulgar dados e informações que refletem a "euforia desenvolvimentista", são considerados efetivamente como jornalistas econômicos. Isso se dá paralelamente ao processo de delimitação mais precisa entre o jornalismo econômico e o político, que vai depois ser consolidada no período do regime militar. A rejeição do jornalismo econômico crítico como "jornalismo político" e a consolidação do jornalismo econômico, aparentemente neutro e técnico, refletem também as mudanças que estão em curso na economia. O grande fluxo de capital estrangeiro que entra no país se dirige para a indústria automobilística e eletro-eletrônica, estruturando-se em grandes empresas multinacionais. Além das questões políticas e ideológicas, ganha importância o papel das novas agências de publicidade estrangeiras, associadas às matrizes de grandes multinacionais, que mostram sua preferência pelo "jornalismo econômico" mais adequado aos interesses destas empresas para a publicação de seus anúncios.

A opção pelo modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro no Brasil é acompanhada pela limitação cada vez maior das liberdades políticas. Esse processo vai se manifestar com maior contundência na crise política que se estende de 1961 a 1963 - com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a posse do Primeiro Ministro Tancredo Neves, seguida pela posse de João Goulart como presidente com plenos poderes. Há uma polarização ideológica cada vez maior e qualquer análise da conjuntura econômica que não se oriente pelas teses ortodoxas e liberais é considerada "de inspiração comunista".

A vitória do golpe militar de Abril de 64 vai institucionalizar esta polarização, o que vai levar à derrocada do jornalismo nacional- desenvolvimentista, cujo maior símbolo é o jornal Última Hora, e implantar a censura como "modus operandi" do novo Regime. O jornalismo econômico que começa a se estruturar pós-64 vai se orientar pelas idéias ortodoxas na vertente do desenvolvimentismo associado.

Ao contrário dos governos anteriores, em que a relação com a imprensa era mantida pelos seus representantes propriamente políticos, o novo regime, cuja legitimidade se assenta no êxito econômico, passa a estruturar de forma permanente uma relação com a "área econômica" do governo. Isso vai ter início no Diário de Notícias, onde um dos editorialistas, Oliveira Bastos, veicula teses do Ministério do Planejamento, cujo primeiro ocupante é o embaixador Roberto Campos.

A estratégia de Campos no Ministério é de trabalhar uma relação especial de cooptação do jornalismo especializado em economia. O primeiro passo foi estabelecer uma prática de contato direto e diário com os jornalistas, onde o Ministro lutava contra resistências ao Regime e ao Ministério e buscava criar laços com a imprensa. O segundo passo foi a criação da Assessoria de Imprensa do Ministério do Planejamento, a cargo do próprio Oliveira Bastos que traz para trabalhar na assessoria Hamilton Pequeno, jornalista muito popular na época. Outra aquisição importante para a Assessoria foi a contratação de um dos irmãos

da Rocha Press, que inicialmente rejeitavam a política econômica do novo governo.

O terceiro passo foi talvez o mais ousado - a contratação de 100 jornalistas como funcionários do IPEA para comporem o chamado Grupo de Redação. Eles passam a divulgar em todo o Brasil matérias de apoio à política econômica do Governo, sob orientação do ex-assessor da Embaixada nos EUA, Naum Sirotsky. O quarto passo vai ser a criação de um Programa na TV Rio "O assunto é política", mas que só debate temas economia., patrocinado pela Chrysler e com apoio da Agencia Standard. O quinto passo é a criação da Assessoria Parlamentar, para veicular idéias e aprovar propostas do Ministério no Congresso. Finalmente, Campos cria o Grupo Precursor, formado por jornalistas experientes e que antecipa a ida às cidades ou comunidades que o Ministro vai visitar ou fazer palestras para obter informações e criar um clima no local favorável ao governo.

A estratégia de Campos vai se generalizar posteriormente, tornando-se a criação de Assessorias de Imprensa e de Relações Públicas, os principais instrumentos de cooptação da imprensa para a divulgação de idéias e notícias adequadas ao novo Regime.

A nova política econômica adotada pelo governo Costa e Silva em 1967 tem ingredientes claramente expansionistas. Em um contexto de capacidade ociosa alta na indústria, gerada pelas recessões anteriores, a expansão administrada da demanda juntamente com novo ciclo de investimentos internos e externos produz o chamado "milagre brasileiro". O termo milagre foi "importado" do jornalismo econômico internacional: é usado pela primeira vez em um artigo do "The Economist" comparando taxas de crescimento de 70 a 74 no Brasil com as da Alemanha Japão e Coréia em períodos anteriores.

O novo ciclo de crescimento econômico em um ambiente de grande cerceamento do debate político dá grande impulso ao jornalismo econômico. Tratar de economia significa assumir uma postura positiva frente ao Governo, considerado responsável pelo crescimento "milagroso".

Todos os jornais da grande imprensa passam a dedicar um espaço cada vez maior e dar um destaque especial aos novos resultados da expansão econômica. Muda também a cobertura diária, que passa a acompanhar a Bolsa de Valores, os indicadores econômicos e dar eco aos grandes temas da economia. Procura-se dar ao tema o tratamento "técnico" aparentemente isento de grandes polêmicas. Tenta-se dar uma abordagem positiva das grandes operações financeiras internas ou externas e, dependendo do órgão, uma maior ou menor defesa explícita da política econômica em vigor. Temas como a modernização industrial e agrícola, o desempenho dos agregados macroeconômicos ou dados sobre fluxo dos meios de pagamento, dos investimentos globais déficit público, open market, passam a freqüentar assiduamente as páginas dos jornais. Há que destacar duas experiências que nascem neste período. A primeira é a iniciativa do CORREIO DA MANHÃ, um dos maiores jornais da grande imprensa carioca do período, de editar um encarte, DIRETOR ECONÔMICO, de dezesseis páginas diárias dedicadas à economia. Com a equipe de redação composta por nomes como Washington Novais, Aloísio Biondi e Aloísio Santos, o DIRETOR ECONÔMICO passa a realçar as aplicações financeiras e principalmente a Bolsa de Valores que tem um ciclo de alta, importante no período. Com o "crash" da Bolsa em 1971, o DIRETOR ECONÔMICO perde seu prestígio e passa a fazer uma análise crítica da política econômica do governo, que busca manter desesperadamente o "milagre" com base na manipulação de notícias e falsificação de dados e informações. A postura do "Diretor" era incompatível com as diretrizes do governo e por isso foi retirado de circulação. O "Diretor" representa a primeira tentativa de se fazer um "jornalismo de negócios" no Brasil, baseado em uma postura de independência e crítica, distinta da adotada pelos demais jornais da grande imprensa, que só divulgavam dados e notícias favoráveis ao governo.

3.2 O Jornalismo de negócios: da crítica do modelo econômico ao debate da estabilização

O jornal *GAZETA MERCANTIL* foi criado em 1920 e se manteve até a década de 50 como um mero Boletim Comercial, com notícias sobre mercados, empresas e cotações, mimeografado. A partir da década de 50 passou a ser impresso por linotipos, mas não deixou seu caráter de "Boletim de Mercados". É em meados da década de 70 que o grupo controlador decide torná-lo um Jornal de Negócios, nos moldes do inglês Financial Times. É significativo que essa transformação em "Jornal de Negócios" se dê no momento mesmo em que o capitalismo brasileiro - e o Regime Militar - começam a entrar em crise após a euforia do "milagre econômico". Evidentemente que o Jornal não se alinha com a imprensa de oposição ao Regime, a chamada imprensa alternativa, de onde surgem as análises críticas mais contundentes à política econômica do Governo. Desde o início, a Gazeta define claramente seu público. O Fórum *GAZETA MERCANTIL* é composto pelos grandes empresários de São Paulo e colabora na orientação editorial do Jornal com idéias, sugestões e críticas sobre temas relevantes.

Uma das características mais marcantes da *GAZETA MERCANTIL* nesta fase é o seu compromisso com a informação verdadeira, fundamentada em análise isenta e científica dos fatos econômicos, não se deixando levar pelo oficialismo em voga nas Seções de Economia dos Grandes Jornais. Isto vai se concretizar com a grande importância dada pelo seu grupo controlador à autonomia do corpo editorial na definição da estratégia geral do jornal. Por outro lado, a exigência de "isenção e objetividade" vai fazer com o Jornal busque a colaboração de intelectuais de oposição ao Regime. Isso colocou a Gazeta em rota de colisão com o regime militar, pois suas reportagens sempre causavam problemas para o governo. Foi assim no questionamento dos índices de inflação em 1974, quando desmascarou a manipulação feita pelo governo, ou na questão

do Acordo nuclear Brasil Alemanha, quando escapou com artimanhas de uma ordem de apreensão integral da edição. (LACHINI,2000,p.79)

Outra característica importante do Jornal nesta fase é a busca da modernização, visando torná-lo ágil e eficiente na coleta de dados e informações e rápido na distribuição e circulação. Para atender à tarefa de modernização foi criado o Centro de Informações, que fornece dados não só para a redação, mas também para terceiros. O Centro deveria trabalhar com "profundidade e rapidez" de acordo com recomendação de Roberto Muller, editor-chefe em 1974. Foi utilizada uma metodologia especial, agrupando os dados em oito títulos gerais, e reunindo os mais diversos temas, indo da macroeconomia à microeconomia. Faz parte do Centro o DataInvest, que registra todos os investimentos públicos e privados por estado e por setor.

Outro aspecto da modernização foi a mudança da forma de impressão do jornal. Desde o início o jornal sentia a contradição entre a necessidade de dar notícias sobre a economia com base nos dados e as informações mais atuais, e o atraso com que os exemplares chegavam às mãos do leitor. Em função disso, foi adotado, a partir de 1979, o sistema de impressão simultâneo a laser, o terceiro do mundo e o primeiro do hemisfério, atingindo inicialmente Rio, Brasília, Porto Alegre, Salvador e Curitiba.

Toda esta estrutura sustentava o jornal em plena vigência de um regime ditatorial, cujas peças de resistência eram a censura à imprensa e o êxito econômico. Isso possibilitou à *GAZETA MERCANTIL* se consolidar enfrentando o discurso triunfalista da grande imprensa, gerado diretamente dos corredores ministeriais. O jornal se tornou o veiculador de uma crítica eficiente porque verdadeira à política econômica do regime militar, e se mostrou um canal importante dos empresários para a manifestação das suas discordâncias com o regime. Foi assim em 1978, quando um documento do Fórum *GAZETA MERCANTIL* se tornou o Manifesto dos oito empresários, que teve uma influência decisiva na aceleração da chamada "política de abertura" do regime. O mesmo vai ocorrer em 1982, quando os empresários se manifestam por uma ampla

reforma financeira, e que a responsabilidade pelos débitos em dólares fosse transferida para o Estado, pela unificação dos orçamentos federais e proteção do poder de compra dos salários, além do caráter temporário do controle de preços. (LACHINI,2000,p.121)

Esta forma de atuação tem a haver com a especificidade do próprio capital que compõe a Gazeta. Há um *valor econômico* específico na produção da mercadoria notícia de economia. Não se trata de um mero discurso que, na maior parte das vezes ,serve para encobrir a realidade. É preciso ter , antes de tudo, credibilidade, para que o capital investido no setor se rentabilize. Para o receptor, não pode haver ruído na transmissão da informação , pois ela é matéria prima para a atividade do empresário e/ou executivo. Como afirma Quintão(1987) :

" Numa economia altamente inflacionada a partir de 1975, uma informação sobre as taxas de inflação, ou das cadernetas de poupança , ou dos reajustes cambiais ,ou da remuneração das aplicações, ou ainda sobre a evolução da "guerra "nos países produtores de petróleo torna-se tão importante para a Gazeta e seus leitores quanto o valor intrínseco das próprias moedas . A informação é vista como uma mercadoria perecível. portanto , há necessidade de agilidade e precisão na sua divulgação ". QUINTÃO(1987,p.82)

O valor do capital investido na *GAZETA MERCANTIL* foi de certa importância, constituindo-se em um dos principais investimentos do Grupo Hebert Levy. Só na montagem da transmissão a lazer foi gasto US\$ 1 milhão de dólares. Esses investimentos vão ter bons resultados, já que a receita anual do Jornal evoluiu de US\$ 8,3 milhões em 1976 para US\$ 11,3 milhões em 1977 e US\$13, 7 milhões em 1978. Nos dois anos seguintes consta que a receita oscilou em torno de US\$ 15, 5 milhões. O Jornal passou a fazer parte, em 1980, do Grupo Poli Participações S. A., que também administra negócios na área de agropecuária e criação de cavalos. Seus proprietários são Luís Fernando e Paulo Roberto

Ferreira Levy, filhos do fundador, Hebert Levy. Fazem parte do grupo ainda a empresa Resa Participações S/A - que gerencia atividades de reflorestamento, produção de madeira e publicidade e a empresa Hebert Levy Participações S. A . Além do jornal, a empresa passou a produzir regularmente os Relatórios Especiais e o Balanço Anual - em conjunto com o Fórum Gazeta Mercantil, além de um programa de televisão - o Crítica e Autocrítica . Estas mudanças se dão no auge do chamado "processo de transição política" e o Jornalismo econômico também acompanha as mudanças econômicas e políticas desse período.

A transição do regime militar ao regime democrático se deu paralelamente à grande transformação no processo de produção jornalístico. No âmbito da grande imprensa, o perfil dos grandes conglomerados que se criaram no período final do regime militar se contradizia com a máquina repressiva do regime militar, a censura prévia. A mercadoria por excelência da empresa jornalística, a notícia, era muitas vezes suprimida ou torcida, o que impedia a intensificação do processo de produção jornalística.

Uma das saídas da grande imprensa foi o investimento em áreas jornalísticas não diretamente atingidas pelo rigor do regime como a cobertura esportiva e policial. Gradativamente este também passou a ser o caso do jornalismo econômico, com ocupação de grandes espaços na grande imprensa e com o respectivo aumento do prestígio - e dos salários - para os profissionais com especialização na área.

O jornalismo econômico da grande imprensa, no período de transição, vai enfrentar a nova tarefa de se aperfeiçoar em duas áreas principais:

- 1) prestação de serviços ao consumidor, orientando-o quanto a aplicações financeiras, indicadores econômicos, etc.
- 2) Informações sobre os planos de estabilização econômica heterodoxos, também como o mesmo sentido de "orientação ao consumidor" . (SARDENBERG,1995)

Nesse contexto, a tônica do discurso favorável ao governo durante o período do regime militar, vai ser substituída por um apoio tácito às novas políticas econômicas da transição, mas com o distanciamento de uma ênfase na

reportagem em detrimento da análise. Para os jornalistas há dificuldades crescentes em desempenhar esse novo papel, o que aprofunda as exigências de especialização. Trata-se de relatar o mais rápido e precisamente as medidas adotadas pelo governo, que são cada vez mais abrangentes e complexas. É necessário, por isso mesmo, informar sobre o debate que se trava na área acadêmica, entre as várias orientações de política econômica. Esse papel passa a ser cumprido pelo novo colunismo econômico, cujo símbolo maior é Joelson Betting, encarregado de explicar o "economês" em linguagem compreensível para o leigo.

Com o regime de liberdades democráticas passou ser crucial a busca por informações novas, geralmente surgidas dos "vazamentos" de informações sigilosas para a imprensa. A transformação da informação econômica em mercadoria acabou por completar o seu ciclo: doravante ela se transformaria em capital, na medida em que as somas envolvidas e o alcance das medidas poderiam significar perdas ou ganhos altamente significativos.

Como consequência, o jornalismo de negócios se consolida neste período, ensejando que o grupo editorial do Jornal *GAZETA MERCANTIL* se expanda para outras publicações e passe mesmo a compartilhar, ainda que de forma indireta e por um curto período de tempo, o poder. É nesse período que vai caber à imprensa especializada em economia a dura tarefa de fazer a cobertura - e análise - dos planos de estabilização heterodoxos que marcaram época neste período (1985-1990)., destacando-se aí o Plano Cruzado

O jornal *GAZETA MERCANTIL* vai viver o seu momento de maior crescimento e expressão. Do ponto de vista editorial, isto vai se ver na difícil tarefa de realizar a cobertura dos Planos de Estabilização heterodoxos do período de forma isenta e ética, quando vários de seus colaboradores participavam ativamente do Governo Sarney. Seu vice-presidente, Roberto Müller foi chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda Dilson Funaro que tinha na sua equipe vários integrantes do Fórum *GAZETA MERCANTIL* como João Manuel C. Mello e Belluzzo. Além disso, o Assessor de Comunicação do Governo Federal era

Getúlio Bittencourt , licenciado de suas atividades na *GAZETA MERCANTIL*. Tudo indica que essa "proximidade com o poder" faz parte de uma evolução natural da linha editorial do jornal, no período final do regime militar. O jornal havia adotado uma linha crítica ao regime militar, expressando o ponto de vista de lideranças empresariais que desde 1978 faziam parte do "Fórum Gazeta Mercantil" . Em 1983 o Jornal lançou um livro, "FMI x Recessão" , que teve como coordenadores João Manuel C. de Mello e Beluzzo. O economista Pedro Malan coordenou a equipe de problemas externos constituída por André Lara Resende, Dércio Munhoz, Luciano Coutinho e Paulo Nogueira Batista Jr. . Adroaldo Moura da Silva ficou com coordenação da equipe de questões internas, contando com a contribuição de Carlos Lessa, Edmar Bacha, Paulo Rabello de Castro e Rogério Furquim Werneck.

A formação dos jornalistas da própria Gazeta incluiu nesse período vários cursos de economia brasileira, ministrados por professores da UNICAMP, coordenados pelo prof. João Manuel Cardoso de Mello e pela equipe do Fórum. Com a nova equipe econômica, liderada por Funaro, antigos colaboradores da *GAZETA MERCANTIL*, que tinham postura crítica à política econômica anterior, passaram a participar do Governo. Não havia homogeneidade de pensamento entre eles. Por isso, os debates sobre estratégias do plano de estabilização a ser adotado repercutiram nas páginas do jornal e além delas.

Nessa época o programa de televisão "Crítica e Autocrítica", produzido em conjunto com a TV BANDEIRANTES, colocava as principais questões econômicas em debate, reunindo economistas, empresários e membros do Governo. Um programa especial foi realizado quando do lançamento do plano cruzado, com uma entrevista do Ministro da Fazenda Dílson Funaro. O ministro também concedeu uma entrevista ao jornal, quando do fim da moratória em 1987. Ao contrário dos suplementos de economia dos grandes jornais, que evoluíram cada vez mais para um jornalismo de serviços, deixando o comentário dos grandes temas de economia para os colunistas de economia destes cadernos, a *GAZETA MERCANTIL* mantém sua linha editorial de privilegiar a análise dos temas

econômicos, ilustrando as matérias com dados e gráficos de seu centro de informações. Algumas mudanças, no entanto, são realizadas pelo novo editor-chefe Matias M. Molina. Uma delas, para concorrer com o jornalismo de serviços da grande imprensa, foi a criação de colunas especiais para cada seção. Na seção mercados, procurou-se ampliar a cobertura para além das bolsas, com a inclusão do acompanhamento de produtos agrícolas de exportação ou importação, metais, ativos financeiros, produtos e serviços. Na editoria de finanças, foram criadas colunas diárias de uma série de temas como custo de dinheiro, CDB, open market, derivativos, poupança, ouro e metais preciosos, cambio internacional, dólar e juros internacionais. Assim também se fez na editoria de agropecuária, de matérias-primas e transportes. Além disso, se necessário, se editavam páginas inteiras sobre o tema de uma coluna, caso houvesse um interesse maior durante um período. Posteriormente as colunas se transformavam em editorias, como foi o caso de tecnologia, empresas, informática e meio ambiente.

A combinação de uma política editorial adequada à conjuntura com uma proximidade com o poder valeram à *GAZETA MERCANTIL* um sucesso importante em termos de vendas e lucros. O jornal passou de 85 mil exemplares em 1985 para 107.151 em 1987, e 104.091 em 1989, sendo 77.560 assinantes. A receita operacional líquida subiu de US\$ 15 milhões nos anos 1979/80 para US\$ 25 milhões em 1984/85. Fazendo uma relação direta da receita com a evolução da circulação total do jornal, avalia-se uma receita operacional líquida de US\$ 37 milhões em 1989.

Ressalte-se que o Jornal, nesse período, sempre zelou pela independência também no plano financeiro, não incorporando recursos de outras empresas, nacionais ou estrangeiras. Essa talvez seja uma das razões pela qual o grupo não conseguiu se expandir para outras áreas editoriais, apesar das tentativas.⁴ No

⁴ Neste período, outra trajetória é traçada pelos jornais da grande imprensa. O Estado de São Paulo obtém empréstimos de US\$ 27 milhões junto ao Eximbank e Banco de Boston. O Globo contrata um empréstimo de US\$ 12 milhões de dólares no Eximbank. As primeiras impressoras off-set do Jornal Folha de São Paulo foram financiadas com recursos da AID (Agency for International Development).

período 1979-1988 a *GAZETA MERCANTIL* parecia se tornar uma grande empresa editora de jornais e Revistas . Foram lançados com circulação mensal o *BALANÇO FINANCEIRO*, tentando repetir o sucesso do *BALANÇO ANUAL*, a Revista *ADMINISTRAÇÃO E MARKETING*, a revista *DADOS E IDÉIAS*, *GOURMET INTERNACIONAL* e a revista *ISTO É*, adquirida de Mino Carta. O insucesso comercial de um Jornal coligado no Rio Grande do Sul, *DIÁRIO DO SUL*, e as dificuldades de sustentar um número tão grande de publicações sem importantes investimentos, levou a empresa a extinguir , em 1988, todos esses órgãos.

Era um indício que resultados tão bons, também na *GAZETA MERCANTIL*, poderiam não perdurar. O período seguinte, de 1990 a 1994 , vai anunciar mudanças não só para um jornal especializado em economia , mas para o conjunto do jornalismo econômico, confrontado com as mudanças gerais que se dão no país e no mundo, com a ascensão do neoliberalismo como ideologia econômica dominante.

3.3 A emergência do discurso neoliberal no jornalismo econômico

Durante os anos 80 jornalismo econômico passa, de forma gradativa, por um processo de transformação cada vez mais evidente. Nos jornais da grande imprensa, há a consolidação, ao lado do "jornalismo de serviços", de um colunismo econômico encarregado de "traduzir" para o grande público os meandros da problemática econômica. Esta centrada basicamente na questão da chamada "crise do Estado" e da política econômica.

Além disso, uma nova forma de jornalismo econômico se desenvolve, através de boletins e revistas, com vinculação seja com empresas de assessoria e consultoria, seja com departamentos econômicos de grandes bancos. A sua função é buscar estratégias para o enfrentamento, pelas empresas e publico mais especializado, dos problemas causados pela inflação na economia.

Paralelamente ao jornalismo econômico especializado, o jornalismo de negócios, representado pelo Jornal GAZETA MERCANTIL, passa por uma de suas maiores crises, com queda de vendagem acentuada, seja em banca ou em assinaturas. A análise oficial do jornal é que essa crise se deveu a uma experiência fracassada de marketing, em especial no que toca à venda de assinaturas. O certo é que há uma nova mudança nos rumos do jornalismo econômico neste período, na medida em que este se torna um dos principais veículos de difusão da ideologia neoliberal no país.

A mudança se dá de forma ampla, com uma transformação das próprias empresas jornalísticas, que passam a se estruturar cada vez mais como empresas de comunicação, com investimentos em várias áreas do setor e não mais apenas no estritamente jornalístico. Esse processo se justifica parte pela própria crise econômica, que atingiu de forma forte os grupos empresariais do setor, parte pelas transformações tecnológicas na produção dos jornais. Liga-se, portanto, à mundialização do capital, seja pela necessidade de recorrer a aportes financeiros externos aos grupos, seja pela busca de modernização tecnológica. Deve-se considerar que o público leitor desses jornais foi também atingido em cheio pela crise econômica e pela reestruturação das empresas, e mais tarde pela própria privatização. Como consequência, há toda uma mudança no discurso jornalístico, cuja principal característica é a busca de uma postura didática e até doutrinária na divulgação de notícias e nas análises econômicas.

O jornalismo da grande imprensa, assim como o jornalismo especializado, se distanciam da busca da isenção e neutralidade “técnicas” ou da análise crítica das proposições de reformas neoliberais. Trata-se agora de dar maior ênfase aos aspectos chave da ideologia neoliberal, como a crítica ferrenha às empresas estatais, vistas como ineficientes e "corporativistas". Todos os problemas econômicos do país passam a ser atribuídos à longa e expressiva intervenção do Estado na economia, eliminando da pauta temas como dívida externa, concentração de renda, participação importante do capital estrangeiro na própria crise, etc.

Como mostra Kucinski:

"Numa primeira aproximação, notamos que o discurso do jornalismo econômico, a partir do reinado Fernando Henrique, tornou-se totalmente homogêneo, característica surpreendente, numa sociedade socialmente polarizada, e ideologicamente dividida, na qual existem várias correntes de opinião. O jornalismo não vem refletindo, ao contrário, vem suprimindo as divergências existentes na sociedade, especialmente em relação aos temas que as classes dominantes devem considerar estratégicos."
(KUCINSKI,1997, p.14)

Desde a década de 40 o jornalismo econômico no Brasil se pautou pela defesa intransigente do liberalismo econômico, contra a intervenção do Estado na economia e a favor da iniciativa privada. O principal órgão jornalístico no período, o ESTADO DE SÃO PAULO, sempre se caracterizou por uma postura que foi por muito tempo considerada anacrônica, tendo em vista o êxito das políticas keynesianas no capitalismo e do Planejamento Econômico nos países soviéticos. Embora essa postura tenha sido acompanhada em linhas gerais pelos outros jornais, a crença nas virtudes do mercado e a ojeriza ao estatismo foi substituída no período do regime militar por uma aceitação tácita da maior intervenção do Estado já feita na economia brasileira, tanto em termos de regulamentação e fechamento do setor externo, como de crescimento das empresas estatais.

Como explicar, então, o vigoroso consenso em torno da ideologia neoliberal pelo conjunto dos órgãos de imprensa, a partir da década de 90? No caso do jornalismo econômico esta adesão se deu, nos jornais da grande imprensa, de forma tão forte que se passou a identificar neoliberalismo com o próprio jornalismo econômico. Já na imprensa especializada, particularmente a *GAZETA MERCANTIL*, tal processo foi muito mais complexo, dada a necessidade de se conciliar idéias de isenção e rigor científico com os lemas privatizantes e aberturistas.

Um dos motivos dessa adesão ao neoliberalismo está em que seus defensores tentam difundir a idéia de que não há grande incompatibilidade entre o discurso modernizante e desenvolvimentista com a pauta neoliberal. Na medida em que a privatização e desregulamentação passam a ser propostas como necessárias à superação da inflação, da crise do Estado e à retomada do crescimento, trata-se de uma certa continuidade, não de uma ruptura.

Um outro motivo é que a crise fiscal do Estado determina a necessidade de freqüente limitação dos gastos, o que reduz seu papel de grande anunciante e o poder de influência sobre a imprensa. Assim, os assinantes e anunciantes privados se tornam a principal base de sustentação, já que a crise econômica não deixou de afetar a estrutura empresarial dos grupos controladores da grande imprensa e órgãos especializados. No período de transição, de 1985 a 1990, o próprio aparelho de estado vai sendo gradativamente ocupado por arautos das propostas neoliberalizantes. O momento de inflexão pode ser caracterizado pela gestão Maílson da Nóbrega, que antecipa uma agenda completamente oposta à até então assumida pelo Estado brasileiro.

Outro aspecto importante reside no âmbito empresarial propriamente dito. A retirada do Estado da economia leva a novas articulações entre os vários grupos econômicos obrigando as empresas jornalísticas a diversificarem suas atividades (multimídia, Internet, TV, etc.) para a sobrevivência no mercado.

A questão mercadológica também ocupa um lugar importante: na medida que o discurso neoliberal se torna a ideologia dominante, a manutenção do mercado de leitores ou sua ampliação só se torna viável se houver adesão do jornal a esse discurso.

O aspecto mais decisivo desta mudança está certamente na própria reestruturação do capital mundial e suas conseqüências no Brasil. É sabido que no cenário da mundialização um dos setores que mais tem sido atingido pela reestruturação do capital é o das comunicações. O fenômeno mais importante é o processo de concentração da propriedade, deslançado pela desregulamentação representada pelo Telecommunications Act dos EUA em 1996, que gerou uma

onda de fusões e associações entre os principais grupos do setor. No Brasil esta tendência tem-se também afirmado, principalmente com a política adotada pelo Governo Federal de apoiar intensamente a participação do capital estrangeiro no setor, seja na legislação da TV a cabo (1995), na quebra do monopólio estatal das telecomunicações (1996), na Lei Geral das Telecomunicações (1997) e no processo de privatização das empresas de telecomunicações (1998). No setor das telecomunicações esta política resultou numa participação majoritária do capital estrangeiro, parte dele estatal em seus países de origem. No mercado editorial continuam a prevalecer os grupos de origem nacional com uma concentração econômica extremamente grande e crescente. Atualmente, esse mercado é dominado por cinco grupos: GLOBO (majoritário), OESP, FOLHA DE SÃO PAULO, JORNAL DO BRASIL (em processo de desagregação) e RBS. Esse processo de digopolização se deu ao longo das últimas três décadas e tem a particularidade de manter grupos familiares no controle destas empresas. Parte do sistema de televisão (as chamadas repetidoras), de rádio e de jornais é de propriedade de elites políticas regionais, que se perpetuam no poder com a ajuda de concessões de rádio e repetidoras de tv outorgadas pelo poder central.

No interior dessa estrutura já concentrada e em processo de ainda maior concentração, o jornalismo econômico não poderia estar alheio. As principais editorias de economia da grande imprensa estão submetidas às injunções da sua política editorial mais geral. No jornalismo especializado, a GAZETA MERCANTIL, inicialmente independente, acabou tendo significativa participação acionária do Grupo Abril, embora o grupo controlador original ainda mantenha a maioria do capital. Em 2000, surge o jornal VALOR ECONÔMICO, fruto de uma “joint-venture” entre o Grupo Globo e o Grupo Folha. Não se trata, portanto, de fazer uma vinculação mecânica do ideário neoliberal à estrutura de propriedade das grandes empresas de comunicação. Trata-se de compreender os vínculos concretos entre as empresas jornalísticas, enquanto parte do processo de mundialização e o papel do jornalismo econômico no campo midiático. A capacidade de produção de uma mercadoria específica - a informação econômica

- é o que torna o jornalismo econômico tão importante para o capital do setor. E é justamente no momento da mundialização do capital que estas características sobressaem com maior vigor. Um empreendimento como o jornal *VALOR ECONÔMICO*, cujo design foi elaborado a partir de uma concorrência internacional e que resulta da parceria de dois grupos rivais mostra o "valor" que permeia o processo mais geral. Não se pode negligenciar o peso e a importância do capital financeiro, o principal patrocinador desse discurso, na medida em que as empresas jornalísticas se tornam cada vez mais dependentes de seus recursos, tanto internos quanto externos. As dívidas das empresas jornalísticas, como é o caso das Organizações Globo, se internacionalizaram. É cada vez maior a participação do capital estrangeiro nestes grupos, seja como empréstimo, aporte de capital a empresas do grupo ou de participação no processo de produção. Por outro lado, os bancos e empresas financeiras em geral funcionam também como fontes importantes do jornalismo econômico. Eles dispõem de boas equipes de técnicos e analistas do mercado, sempre se prestando à divulgação de análises, projeções e balanços que são julgados valiosos para o jornalismo econômico, uma vez que significam informação "quente", ou seja, significativa pois partem de agentes econômicos muito influentes. O capital financeiro age, assim, combinando o papel de fonte, financiador e cliente publicitário do jornalismo econômico.

3.3.1 A mudança nas fontes e no público: a emergência do neoliberalismo na elite intelectual e empresarial

A característica mais marcante do pensamento econômico brasileiro desde a década de 50 foi a defesa da necessidade da intervenção do Estado para promoção do desenvolvimento. A adoção de políticas protecionistas e a ação do Estado como empresário era um consenso até mesmo para economistas ideologicamente anti - estado como Roberto Campos. A década de 90 vem inaugurar a "novidade" de se julgar essa postura pró - estado um "erro" por parte de muitos intelectuais que compõem a elite política do país após o fim do regime

militar. Hoje já é possível demonstrar o desastre econômico e social da política neoliberal, a vulnerabilidade externa crônica, o crescimento exponencial da dívida pública Interna e da dívida Externa, a dominação quase total da indústria nacional pelo capital estrangeiro. Isso sem que o Estado voltasse a desempenhar suas funções básicas, como se propagava, da saúde, educação e política social.

A difusão da ideologia neoliberal teve como ponto de partida os intelectuais que participaram da formulação das chamadas políticas econômicas heterodoxas, e cujo fracasso desencadeou uma intensa crítica ao Estado. Entende-se o enorme campo para aceitação das teses liberais em um momento de fim de um regime autoritário. O mesmo processo ocorreu no final do Estado Novo: passa-se a associar Ditadura, uma forma de Estado, um regime político, com o Estado. Outro aspecto importante é que a forma autoritária e repressiva como se desenvolveu a política desenvolvimentista impediu uma ligação entre setores da população, interessados no desenvolvimento, e as estatais. As estatais brasileiras mantidas, ampliadas ou criadas pelo regime militar haviam deixado há muito de representar conquistas advindas de reivindicações de amplas maiorias, como aconteceu com a PETROBRÁS, para serem apenas uma nova forma de capital, a serviço do processo de acumulação mais geral.

È esse contexto que explica a adesão ao projeto neoliberal de um conjunto de intelectuais que estiveram na oposição ao regime militar. Eles abandonam a crença na possibilidade de uma mudança do Estado - e do modelo econômico - no sentido de uma efetiva transformação social. Optam pela rejeição da intervenção do Estado, identificada como a razão de todos os problemas, mesmo que isso signifique sua substituição pelo capital estrangeiro ou grande capital nacional. Esse processo se inicia a partir dos ortodoxos, que nunca deixaram de propugnar uma redução do tamanho do Estado na economia, e acabaram por ganhar novos adeptos, antigos adversários. É um ortodoxo, Maílson da Nóbrega, que dá início a uma política de crítica e "desmonte" do Estado já a partir de 1989, mas a nova ideologia perpassa os principais Centros Acadêmicos de Economia do país, em especial o da PUC-RJ e da USP. De um lado têm-se os cristãos novos,

como José Serra, Edmar Bacha, Luís Carlos Bresser Pereira, Pedro Malan, o próprio Fernando Henrique Cardoso, que abandonam as teses desenvolvimentistas e estatizantes como retrógradas e errôneas, para aderirem às idéias difundidas pelo chamado consenso de Washington, isto é, pelo FMI e Banco Mundial. De outro, tem-se os profetas do novo mundo neoliberal, da utopia capitalista, cujo maior exemplo é Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e responsável pela política cambial de moeda sobrevalorizada do real.

Esta transformação de alguns componentes da elite intelectual que, por força da transição democrática, migraram para a atividade política, explica em grande parte a conquista de grande espaço para as teses neoliberais junto ao jornalismo econômico. Mas não há como justificar o "esquecimento" de que grande parte da intelectualidade é responsável por uma produção teórica importante e crítica ao neoliberalismo como, por exemplo, Maria Conceição Tavares e Celso Furtado.

A corrente neoliberal obteve expressão nos meios acadêmicos e políticos e por isso passa a ser uma influência poderosa sobre os jornalistas, como fontes de informação e debate sobre suas teses principais como a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação da economia. Isso explica, em grande parte, porque o jornalismo econômico, em especial os cadernos de economia dos grandes jornais, o colunismo econômico, as revistas, boletins e mais recentemente boletins eletrônicos, a partir da década de 90, abandonaram a referência na isenção e no pluralismo científico, para adotar uma perspectiva claramente a favor das teses neoliberais, submetendo a corrente de pensamento crítico a um profundo silêncio. Isso em um país que, desde a primeira eleição presidencial de 1989 se mostra dividido entre governantes neoliberais e uma oposição socialista com grandes vinculações como movimentos operários e populares. Trata-se, portanto, não apenas de uma mudança na postura das principais fontes, mas também de uma rigorosa seleção de fontes, entre as quais sempre constam alguns nomes como o do próprio Mailson da Nóbrega (responsável pela maior

hiper-inflação da economia Brasileira) e raramente constam nomes como o de Maria Conceição Tavares e outros economistas da oposição.

Outra mudança importante ocorre no próprio meio empresarial, principalmente nos grandes bancos e empresas. A rápida difusão do ideário neoliberal e sua identificação com o jornalismo econômico têm também uma base sólida nos interesses e necessidades de uma categoria social - a dos empresários, executivos e técnicos de alto nível. Junto a esse público a informação econômica se viabiliza como mercadoria, pois possui uma utilidade própria e estratégica, de forma ainda mais expressiva na nova realidade econômica.

As pesquisas feitas pela *GAZETA MERCANTIL* entre seu público mostra que ele é realmente específico. Uma primeira pesquisa, realizada em setembro de 1991, junto a 5 mil empresários e executivos, 94% considerou a *GAZETA MERCANTIL* como a publicação mais importante para sua atividade profissional. As características buscadas pelos leitores, que a *GAZETA MERCANTIL* aponta como suas, são: objetividade, trazer informações exclusivas, independência, influenciar as decisões de negócios, contribuir na formação de valores e opiniões, não ser muito regionalista. Do total entrevistado, 62% tinham renda mensal superior a US\$ 3,800.00 e 12% declararam renda superior a US\$ 10,600.00 mensais. A maioria - 95% era do sexo masculino e 66% pertenciam à faixa etária de 35 a 54 anos.

Duas outras pesquisas foram realizadas pela *GAZETA MERCANTIL*, agora entre seus leitores, uma em 1997, com 1017 entrevistados e outra em 1999, com 3500 entrevistados. Constatou-se um aumento da participação feminina - de 5% em 1997 para 17% em 1999. Outra mudança foi a maior importância dos jovens - leitores até 35 anos, cuja participação subiu para 40%, enquanto os acima de 55 anos caíram de 14% para 7%. Continuou, no entanto, o perfil econômico: 92% dos leitores eram da classe A/B e 8% da classe C em 1997, contra 71,5% na classe A, 27,5% na classe B e 1% na classe C em 1999. Houve também, mudanças no item escolaridade: em 1999 há mais leitores de grau superior completo com pós graduação (de 23% para 33%) embora haja menos leitores com grau superior

completo (queda de 80 para 76%).Sarcinelli(1999) chama a atenção para essa prioridade quase absoluta do jornalismo econômico para o público empresarial:

“Uma leitura rápida nas páginas econômicas dos jornais de hoje é suficiente para perceber que a reportagem de economia passou a concentrar seu foco em apenas um segmento da sociedade: a classe empresarial e seus representantes. As equipes de reportagem estão posicionadas junto ao poder político e econômico - presidente, governadores, prefeitos, deputados, ministros, senadores, vereadores e empresários - vendo o país e sua realidade econômica e social apenas pelo ângulo do poder, ignorando a parcela mais significativa da sociedade: trabalhadores, aposentados, donas-de-casa, estudantes, microempresários e funcionários públicos.”
(SARCINELLI,1999,p.1)

Falta aos excluídos, segundo SARCINELLI(1999), o aparato técnico e institucional das empresas e organismos políticos. Além disso, há uma relação de clientelismo mútuo entre as empresas e os jornais, o que envolve a possibilidade de acesso a editores, repórteres e troca de favores, tudo lastreado em uma generosa comunidade de interesses.

Além dessa relação íntima, há um claro privilegiamento de temas, que como aponta SARCINELLI(1999), interessam a esse público. Há que se considerar, no entanto, que este privilegiamento de temas e público não é acidental, ele está diretamente vinculado ao modo como, neste setor do capital, se criam as condições para sua valorização e reprodução: para isto é fundamental que a notícia, a informação econômica se torne mercadoria. Ora, não há mercadoria sem valor de uso, sem uma utilidade específica e escassa. Isto inclui, evidentemente, a dimensão publicitária do jornal, para a qual também se constitui a notícia e a informação como valores de uso. Aqui, no entanto, realça-se o aspecto do consumo no processo de formação do valor de uso específico da

informação econômica como mercadoria. Uma pista é dada pela pesquisa feita pela própria *GAZETA MERCANTIL* : o jornal, entre empresários e executivos , é o que mais tem importância para sua vida profissional. Outra pista também vem de Sarcinelli, quando afirma:

"A busca de informações privilegiadas - a necessidade egocêntrica de "furar" o concorrente - sobre novos investimentos, principalmente no setor industrial e financeiro, transformou-se numa verdadeira obsessão. A globalização econômica contribuiu para acirrar a disputa por estas informações, na medida em que inseriu o país na rota dos capitais internacionais." (...)

A competição comercial entre os veículos induziu as Redações a uma verdadeira corrida pelo "furo" de um novo investimento. E dentro desta corrida, a ética muitas vezes acaba atropelada. A informação verdadeira, medida, checada, nem sempre predomina" SARCINELLI(1999,p2)

O valor de uso do jornalismo econômico é, assim seu caráter específico de informação vinculada ao trabalho de gestão e direção de empresas e organizações em geral. Evidentemente, não se trata de informação estratégica, sigilosa. Esse tipo de informação só possui valor de uso se tiver difusão restrita e , por isso mesmo, quando “vaza” , isto é, passa a circular como mercadoria, perde esta utilidade. Trata-se, portanto, de um conjunto de informações, dados, indicadores cujo conhecimento faz parte do que se poderia chamar de "condições gerais de produção" da esfera de "governança corporativa" , em especial das grandes empresas, mas também do setor público.

Fica clara a distinção entre esta mercadoria específica e a gerada pelo jornalismo para a “grande massa”. Como aponta Marcondes :

“A notícia, tal qual se apresenta para o receptor , como forma "quebrada" de realidade, como pedaço do real, de onde se abstrai somente o fato específico que a originou, e como disposição múltipla e diversificada no

jornal, na televisão, no rádio, no cinema, atua no receptor participando de um jogo psíquico , em que num momento ela desencadeia processos de preocupação e, noutro, de alívio e descontração. " (FILHO, MARCONDES, 1986,p.14)

Nesse particular, a própria natureza da informação econômica limita esta função de “alternar preocupação e alívio”. Ela deve corresponder exatamente à situação existente do mercado, que pode significar mais preocupação que alívio, mesmo contra a vontade de uma imprensa geralmente “otimista”. A própria atividade do jornalismo econômico pode, se não criar, pelo menos colaborar para acelerar os ritmos de reação às oscilações dos mercados, possibilitando ondas de especulação e de desânimo geral cada vez mais freqüentes. Mas isto se dá em correspondência com as características atuais dos mercados, cuja intensa e ampla financeirização, intrínseca ao processo de mundialização do capital, impõe ritmos cada vez menos equilibrados ao processo de acumulação do capital.

Uma outra característica da informação como mercadoria, essa muito importante no jornalismo econômico, é a mística que envolve a utilização da mercadoria, apontada por MARCONDES (1986,p.14). Como qualquer outra mercadoria um jornal pode não só possuir seu valor de uso intrínseco – a informação econômica útil – mas também características abstratas como “seriedade”, “alto nível”, “inteligência”. E, ao contrário das outras mercadorias, pode apresentar contradições, como um artigo de um socialista em um jornal liberal.

A mercadoria GAZETA MERCANTIL, por exemplo, transmite ao seu assinante uma característica de “status” que é muito adequada ao seu público: quem a lê é inteligente, conhecedor dos complexos meandros da economia e, principalmente, amplamente bem informado sobre os vários aspectos da vida econômica nacional e internacional. O próprio jornal reconhece que as “características abstratas” do jornal sempre foram mais importantes para sua viabilização como mercadoria do que qualquer estratégia de marketing. Seus

editores alegam que nunca se utilizaram de estratégia deste tipo, já que a grande divulgação do jornal se dá pelo fato de ser citado em reuniões, jantares, encontros de negócios ou nas aulas de muitos cursos de formação ou de pós-graduação, indo até a mesa de muitos ministros de Estado, governadores, presidentes de empresa e do próprio Presidente da República. Outra particularidade na notícia econômica como mercadoria é a sua vinculação com o processo de decisão empresarial. A decisão empresarial se dá, como apontam autores tão diferentes como Keynes e Marx, no terreno da incerteza. Isto é: o conhecimento das reais condições de lucratividade do capital somente se concretizam “ex-post” ou seja após a realização do investimento.

Dessa forma, o papel da informação econômica é crucial para minimizar a incerteza, aperfeiçoando o processo de decisão e reduzindo os riscos do investimento. SCHUCH (1997), partindo do princípio que toda ação econômica é racional, mostra que há basicamente três fases no processo de decisão: a sinalização, a complementação e a finalização. Na primeira fase o agente econômico toma conhecimento superficial do tema, não alterando sua conduta decisória. Na segunda fase as informações são mais amplas e profundas, possibilitando ao agente econômico maior conhecimento efetivo do tema. A finalização se dá com a tomada de decisão do agente econômico, em função de informações jornalísticas consistentes que, em conjunto com as de outras fontes, possibilitam um nível alto de conhecimento e informação sobre o tema.

O ponto crucial apontado por SCHUCH(1997) é que a informação, para ter valor de uso e de troca, deve ser completa. Ou seja, o jornalismo econômico, para se tornar viável e lucrativo, deve manter sempre abastecidos seus leitores de um volume grande de informações, cujo máximo necessário é de difícil quantificação. Mas, além da quantidade, a mercadoria informação econômica deve ter outros atributos.

"Neste seu papel de apoio à decisão, a matéria jornalística deve ter algumas propriedades, como credibilidade, oportunidade, precisão, abrangência, consistência, que, em conjunto, produzem sua propriedade

fundamental: a utilidade. Sendo rigorosamente uma matéria jornalística, suas informações podem ser um instrumento de apoio à decisão.

Aqui não trata, por isso, de uma busca de informações jornalísticas sem finalidade específica, ou, em outras palavras, ' para estar bem informado' - expressão consagrada pelo senso comum. Ao contrário, se trata sim, de uma busca deliberada com o objetivo de se ter a propriedade de informações para a execução de negócios. Neste sentido, as informações jornalísticas adquirem um valor econômico, estabelecido pelo seu valor-de-uso, sua utilidade, no processo decisório.

Por isso, ao mesmo tempo, muda a natureza do processo de produção destas informações. De um jornalismo cujo objetivo é difundir notícias passa-se para um jornalismo cujo objetivo é difusão de informações jornalísticas especializadas." (SCHUCH,1997)

Assim , o processo de mundialização do capital, acirra a competição no interior do capital e gera a necessidade imperiosa da informação econômica como elemento constitutivo do processo de acumulação e não algo suplementar e externo a este. A ideologia neoliberal é sua correspondente lógica , sendo a forma adequada de retratar a nova realidade econômica para os agentes econômicos. Por outro lado, a constituição da informação econômica como mercadoria torna possível a acumulação de capital no setor. É por isso que os leitores apontam, na pesquisa de 1991, a *GAZETA MERCANTIL* como "o jornal mais competente, mais confiável, mais pragmático e mais coerente". Estas características mostram que o jornal atinge sua plenitude como mercadoria útil, porque "competente e confiável" , ou seja veiculador de uma informação cuja posse significa um importante "diferencial no mercado" .

3.3.2 O papel dos jornalistas: das relações de produção da informação econômica à conquista de corações e mentes.

A assimilação pelo jornalismo econômico do ideário neoliberal não teria sido possível sem a ampla adesão dos jornalistas econômicos. Ao contrário do

período do autoritarismo militar, em que se constituiu uma imprensa alternativa que conseguiu articular uma crítica ao modelo econômico, o regime atual, pretensamente democrático, tornou impossível a sobrevivência de uma imprensa alternativa efetiva. Mais do que isso, impediu o desenvolvimento de uma corrente de opinião, entre os jornalistas, que passasse a integrar, no patrimônio ético da categoria, a crítica ao ímpeto destrutivo do neoliberalismo sobre a economia nacional, seu caráter autoritário, e do uso do Estado para benefício (legal ou não) de interesses privados. Pelo contrário, partiu de jornalistas, mesmo os de tradição mais crítica, a "revisão" de idéias e o "mea culpa" da "antiga" defesa de idéias estatizantes e protecionistas. Esse processo, evidentemente, não pode ser explicado apenas pela existência de práticas de cooptação ou mesmo de corrupção.

O surgimento das editorias de economia nos grandes jornais se deu pelas necessidades do próprio processo de produção jornalística. No período do regime militar é a única área que tem menos vigilância da censura e, devido aos êxitos do período do milagre, sempre divulga "boas notícias" para o regime. Isso leva a um investimento dos grandes jornais na criação de editorias próprias de economia. O caráter do saber econômico necessário para a editoria acaba por gerar uma diferenciação no interior do processo de trabalho. Os repórteres, redatores, colunistas e editores de economia são privilegiados com melhores salários, mais espaço nos jornais e maior relevância dada ao tema. Há também um processo de maior reconhecimento interno e externo das editorias e sub-editorias, sendo que as primeiras chegam a participar dos conselhos editoriais das redações e servir como consultores dos negócios dos próprios jornais.

Uma característica importante dessa mudança é a especialização a que são forçados os repórteres de economia, obrigados a entrar em contato permanente com órgãos técnicos do governo ou de entidades empresariais. Por outro lado o editor de economia acaba por passar a ter funções de secretário de redação e de chefe de reportagem, na medida em que é ele que elabora a pauta e toma decisões sobre a prioridade de temas a serem abordados. O importante é que há

uma autonomização da editoria de economia , pois além do seu tema ter estas características especiais, o seu público leitor também é específico - formado pelas novas categorias profissionais que emergem após o "milagre econômico" - economistas , administradores, técnicos especializados, e os próprios empresários "modernos", ávidos por informações econômicas "neutras" e imparciais. Já o público externo, os anunciantes, é constituído pelas grandes empresas multinacionais e grandes grupos nacionais, além das empresas estatais, para os quais a lucratividade de seus negócios depende em grande parte do noticiário econômico.

A análise de QUINTÃO (1987) , apesar de ser específica para o período do regime militar, já mostra algumas características importantes do jornalista de economia. Esses elementos estão presentes até hoje na sua caracterização geral. Em primeiro lugar, o jornalista de economia não conta como elemento de sua profissão a formação em economia. Ela é algo externo à sua capacitação profissional. Portanto, o tipo e o conteúdo da formação recebida pelo jornalista de economia, pelo próprio jornal ou em convênio com Universidades, influencia de forma determinante o conteúdo das matérias produzidas.

Outro elemento importante apontado por QUINTÃO(1987) é que o jornalismo econômico absorve e depois difunde de forma ampla certos termos técnicos e jargões científicos que acabam criando uma linguagem específica desse jornalismo. Essa linguagem se caracteriza pela internalização de um discurso praticado pelas grandes instituições financeiras e econômicas internacionais, inclusive com a utilização de palavras em inglês ou neologismos. Além disso, há uma elitização do jornalismo econômico, com análises que são de difícil compreensão do público leitor. Essa elitização se revela no uso de complexas siglas de instituições ou de indicadores econômicos e a apresentação de dados sobre a produção econômica na forma de gráficos e tabelas, que acaba por torná-los ainda mais herméticos ao grande público.

O fundamental é que essa é uma linguagem desenvolvida no interior de um determinado universo metodológico e doutrinário da Ciência Econômica. O

jornalista econômico passa a ser porta-voz de uma determinada interpretação dos fatos econômicos , de acordo com a matriz teórica que lhe foi transmitida nos cursos de treinamento e depois é reforçada pelas fontes e pela própria editoria. O elitismo no tratamento das matérias se aplica em maior grau ao jornalismo especializado, pois na grande imprensa há uma preocupação contrária, de didatismo na explicação dos fatos. Esse didatismo, no entanto, também encobre, frequentemente, uma determinada orientação de teoria econômica que não é explicitada.

QUINTÃO(1987) aponta com propriedade o processo de cooptação do jornalista que resulta na "legitimação do regime político autoritário e o sistema econômico concentrador de renda e alienante em vigor". Um dos elementos principais desse processo é a preferência das fontes por determinado jornal ou repórter , preferência que é incentivada pelos editores e jornais. Isto possibilita a recepção de informações exclusivas por alguns repórteres , tornando-os bem informados e contribuindo para sua ascensão na carreira. Contribui, assim, para que sejam divulgadas notícias e informações sob controle estrito das fontes, geralmente empresários ou membros do governo.

Há toda uma ação desses setores para garantir que sejam divulgadas apenas notícias e informações "adequadas", através de mecanismos de cooptação. Um deles, muito eficiente, é a promoção de viagens ao exterior, por organismos oficiais , favorecendo em grupos de jornalistas ou de forma individualizada. Há também o desestímulo às análises críticas ou de uma reportagem "investigativa". O governo abastece os repórteres através de meios indiretos, como "releases", recados e "briefings" oficiais. Os próprios empresários se limitam muitas vezes às declarações oficiais das entidades de classe. E há sempre a ameaça de descredenciamento do jornalista, o que o tornaria incapaz de sequer ter acesso às repartições públicas e gabinetes. Como algumas notícias são consideradas de segurança nacional, e algumas entidades ou pessoas não podem sequer ser citadas, sai do alcance do jornalista a possibilidade de uma matéria "crítica". No regime militar essas restrições eram exercidas pelos órgãos

de repressão, tendo sido substituídos no regime democrático pelas editorias-gerais ou diretorias dos próprios jornais.

Outra forma de evitar “notícias indesejáveis” é o estímulo à organização de associações de jornalistas de economia independentes. Durante o regime militar este era um meio de facilitar a obtenção de informações econômicas e evitar a ação da censura, mas sem protestar politicamente contra ela. Na verdade, um instrumento corporativo e de isolamento político dos jornalistas de economia do conjunto da categoria. No atual regime democrático, a censura prévia foi substituída por uma menos visível, mas não menos eficiente ação dos agentes econômicos que “patrocinam” jornais ou colunistas econômicos e excluem os demais.

Se o jornalismo econômico serviu à legitimação do regime militar, ainda que com críticas importantes a algumas medidas de política econômica, no regime democrático ele vai manter este papel, com ainda mais importância, principalmente a partir da década de 90, com o triunfo do neoliberalismo nas redações e editorias.

Apesar de toda a crise política que envolveu o governo Collor e seu Impeachment, o jornalismo econômico manteve-se completamente alheio ao que se passava, mas subscrevendo totalmente o projeto econômico do governo. A lógica do jornalista econômico, repórter "neutro" da conjuntura econômica e explicador das medidas governamentais manteve-se mesmo com o devastador plano “Brasil Novo” e o confisco de poupanças de pequenos poupadores. A análise dos jornalistas econômicos era que o plano Collor era "coerente e consistente" o que criou uma grande aura de legitimidade para uma política econômica que foi elaborada de forma equivocada e implementada de forma autoritária, através de medidas provisórias.

Como explicar, mais além dos mecanismos de inculcação ideológica e de cooptação pessoal, a adesão irrestrita dos jornalistas ao neoliberalismo econômico? Segundo FARIA (1994) haveria alguns fatores subjetivos que explicariam a grande hegemonia conquistada pelo neoliberalismo na imprensa

econômica. Embora tenha analisado somente a questão da privatização, o autor aponta fatores de grande alcance, que podem englobar todo o projeto neoliberal. Ele ressalta o processo de "conversão" dos intelectuais de vertente socializante e estatizante aos princípios liberais, após alguma experiência no Governo Federal e governos estaduais. Outro fator seria a identificação do Estado autoritário com as empresas estatais e da democracia com o liberalismo econômico. FARIA(1994) cita ainda como fatores importantes o corporativismo das estatais, as experiências internacionais, a falência do Estado e a mística do mercado, a globalização e o chamado "desejo social". A questão do corporativismo criou uma temática na imprensa, com reportagens extensas mostrando os "exageros" em cargos e salários. Trata-se de uma temática fabricada, na medida que os baixos salários médios brasileiros é que são o verdadeiro problema, não os "altos" salários das estatais. Como mostra FARIA(1994), há silêncio quando o corporativismo reaparece na política de privatização, com a venda aos funcionários de 10% das ações das empresas privatizadas. Ressalte-se, como exemplo, o atual silêncio do jornalismo econômico sobre os salários astronômicos pagos aos executivos das empresas concessionárias dos serviços de telecomunicações privatizadas. A divulgação das experiências internacionais também foi uma temática filtrada, pois nenhum problema ou fracasso na privatização em outros países é divulgado aqui, apenas os sucessos.

Por outro lado, é muito atrativa a idéia de que para resolver os problemas da economia, basta "desmontar o Estado". A idéia de que o "Estado faliu" foi chave para uma ampla aceitação da tese neoliberal. Esta tese não surgiu apenas do raciocínio ortodoxo de que a expansão dos gastos públicos acima da receita gera inflação, bastante difundida, mas nunca comprovada, mas também da própria crítica ao Estado Capitalista e suas contradições. Viu-se que há laços estreitos entre a crise fiscal do Estado e a mundialização do capital, um processo desigual em termos internacionais. As estatais brasileiras foram, no final da década de 80, desigualmente atingidas por essa crise. De resto, é importante considerar que as estatais, mesmo aquelas em pior situação financeira, eram empresas modernas

e lucrativas, não fosse o peso da política de tarifas e das dívidas assumidas para sustentar a política econômica do final do período militar. Todos estes fatos, extremamente difundidos e debatidos, passaram a ser omitidos pelos adeptos do "Consenso de Washington". Entra em ação aí uma outra idéia - a chamada "mística do mercado". Trata-se de uma concepção apriorística que atribuiu ao mercado uma grande eficiência administrativa e organizacional, confundindo o aspecto microeconômico, ou seja o sucesso de algumas (grandes) empresas nesses dois campos, com a análise global, macroeconômica, do processo de acumulação de capital mundial.

O processo concreto de privatização da década de 90 mostrou as várias contradições das teses neoliberais. Em primeiro lugar, as estatais foram vendidas muitas vezes acima do preço estipulado pelo governo com financiamento do BNDES. Algumas são altamente lucrativas, mas alguns setores, como o de telecomunicações e energia, enfrentam séria crise. Em segundo lugar, não apresentam, melhoras importantes na prestação de serviços e constituíram oligopólios internacionalizados sem qualquer preocupação com programas sociais, por exemplo. Pelo contrário, tais empresas são campeãs de demissão imotivada e terceirização. Finalmente, são também insensíveis aos direitos do consumidor e várias delas não admitem sequer a prática capitalista da transação de suas ações no mercado de capitais. Tais fatos nunca são retratados no jornalismo econômico - como de resto, pelo conjunto da imprensa - como eles realmente são.

Outro fator sempre apontado para a grande receptividade das idéias neoliberais é a questão da globalização, com conseqüente eliminação das barreiras nacionais, reduzindo a importância e a eficácia do Estado Nacional. Como observa FARIA (1994) a argumentação sobre a globalização lança o novo conceito da interdependência dos países como se a questão da desigualdade entre estes tivesse sido por isso resolvida. A defesa veemente da globalização como justificativa "neutra" das políticas neoliberais, pois seria algo "inevitável", vinculado à "lógica do capital" carece de qualquer fundamento científico. Ela dá

ao jornalismo econômico uma espécie de "salvo-conduto" para considerar isenção e objetividade de análise como o apanágio da postura antiestado.

Outro argumento levantado por FARIA (1994) é o chamado "desejo social". Existiria na sociedade um forte desejo social pelas mudanças no sentido neoliberal, o que torna o jornalista um mero porta-voz dessa verdadeira "onda social". Ocorre que esta "onda social" nunca foi comprovada em termos científicos na análise da sociedade. Todas as pesquisas de opinião realizadas pela própria imprensa ou por Institutos de Opinião resultaram em indicadores contrários à privatização. Não é acidental que elas sempre tenham sido esporádicas e claramente manipuladas, com perguntas dirigidas etc. Por outro lado, o Governo FHC nunca fez qualquer consulta à população sobre temas vinculados à questão do Estado na Economia, justificando que as eleições teriam significado a vitória também da política de privatização.

Se é verdade que durante um período da década de 90, o chamado "pensamento único" chegou a dominar completamente "corações e mentes", sua perda de influência e a emergência de uma crítica fundada social e politicamente em termos internacionais é cada vez mais patente. Esse processo, no entanto, não chega ao jornalismo econômico, nem mesmo ao jornalismo especializado.

Há, também, um conjunto de mudanças estruturais na imprensa e, particularmente no jornalismo econômico, que favoreceu essa adesão rápida e total ao neoliberalismo. Em primeiro lugar, uma alteração radical no processo de trabalho do jornalista, com aplicação em massa de tecnologia de informática que transformou completamente as relações de produção da notícia. Embora no conjunto do capitalismo haja uma cada vez maior autonomização do capital em relação à força de trabalho é no jornalismo que esse processo se acentuou de forma expressiva. Em 1979 houve uma primeira greve geral de jornalistas no Brasil por melhores salários e outras reivindicações. Apesar do relativo sucesso da greve, com paralisação de grande parte da categoria a greve em nada afetou os processos de produção da notícia e os jornais continuaram circulando.

Se isso era verdade em 1979 , é mais verdade ainda em 2001. A autonomização do capital é hoje praticamente total, se analisarmos a produção da notícia de forma ampla e não só apenas a oriunda dos jornais. Há assim, uma perda da função específica do jornalista enquanto elaborador de uma matéria, do repórter como realizador de uma cobertura de um tema.

"A qualidade do trabalho dos jornalistas está em vias de regressão e, com a galopante precarização da profissão, seu status social também . Assiste-se a uma verdadeira e formidável taylorização de sua profissão. Basta ver o que se tornaram as redações, tanto as dos jornais quanto as dos rádios e da televisão: podemos ver celebridades que assinam os grandes editoriais ou que apresentam os telejornais, mas por detrás dessas "estrelas" se ocultam na verdade centenas de jornalistas que formam simplesmente o elenco de apoio". 'Progressivamente - explica Patrick Champagne - o setor midiático é conquistado , por sua vez, pelo neoliberalismo, e a informação tende a ser cada vez mais subtratada por jornalistas precários, à mercê da corvéia, que trabalham à sua maneira e fabricam a informação sob encomenda' " (RAMONET,1999,p.51)

Por outro lado, houve grande desenvolvimento do colunismo econômico, com as colunas sendo redistribuídas a jornais locais e regionais. Esse colunismo deve conseguir agradar tanto o leitor das grandes metrópoles como o de um diário de província. Deve , então, tornar sua análise a mais genérica possível, a mais abrangente e a mais atraente do ponto de vista gráfico, etc. Corresponde, também, a uma grande diferenciação social no interior do jornalismo econômico, com "grandes personalidades" com grandes salários , e um massa de "news workers" sem personalidade e sem salário, com formas variadas de remuneração.

É evidente que, quanto maior o salário - e portanto, quanto maior a "personalidade", maior a identificação com o neoliberalismo. No jornalismo francês, Christine Ockrent é uma destas personalidades. Uma de suas reportagens:

"Eis a razão pela qual é bom empreender, todos os anos, o caminho de Davos e escutar aí, em sua diversidade e contradições, todos os que contribuem para mudar o planeta. Salário: (na televisão TF2 francesa) 120.000 francos por mês. Salário médios dos jornalistas em França : entre 14000 e 2000 francos. Salário dos subalternos e free-lancer 565 f líquido por dia. Diante dessas informações, Halimi(1997) se pergunta : "Será que é ainda possível ser jornalista sentindo pelo neoliberalismo um desgosto qualquer? (HALIMI, 1997,p.85)

Poderíamos citar vários exemplos de colunistas econômicos enquadrados nesta categoria no Brasil, muitos deles com remuneração superior à de sua colega francesa. No Brasil o papel desse colunismo foi fundamental para o "milagre "da aceitação do Real como nova moeda e, também, na aceitação de sua crise como inevitável e gerada pela "crise global" . Como mostra KUCINSKI:

"Durante a crise do real, mais uma vez verificou-se o papel crucial desempenhado por um seleto grupo de formadores de opinião que vem ocupando espaços privilegiados nos jornais, rádio e televisão. Quase todos esses formadores de opinião, a partir do acesso privilegiado às fontes oficiais, reproduzem o discurso oficial, limitando suas críticas a questões pontuais. Quase todos, não por simples coincidência, são jornalistas especializados na cobertura econômica. Esses formadores de opinião determinam o padrão da cobertura."(KUCINSKI, 1997,p.16)

O grande jornal trabalha de forma cada vez mais centralizada, e com uma Editoria de Economia que impõe, necessariamente o enfoque a ser abordado nas matérias. A imposição começa na verdade na seleção que é feita através de cursos dados a trainees, e sua seleção através de concurso. Prossegue com o famoso manual de redação ao qual todos devem agora se submeter. E também com a realização de cursos, alguns em convênio com as Universidades.

Outra grande mudança é a da questão da ética jornalística. A superabundância da informação, com a multiplicação de meios de transmissão de notícias, transforma o "metier" jornalístico em uma super corrida pelo exclusivo, o novo, o espetacular. Nessa corrida desaparece cada vez mais o "muro" entre a informação e a publicidade: é notícia ou publicidade a divulgação de "resultados surpreendentes" de uma empresa pelo jornalismo econômico? Grandes abalos no mundo financeiro podem ser simplesmente provocados pela ânsia do jornalista em "criar impacto".

"Nas finanças, uma revelação sobre o estado de saúde de uma empresa tem um impacto na Bolsa.: 'Fazer decolar ou derrubar uma sessão da Bolsa é muito agradável, alegra-se Thierry Philippon. Os jornalistas da agência Reuters - especializada em informações financeiras - têm o raro prazer de ver seus despachos terem efeito imediato. Nas suas telas, a partir do momento que seus despachos aparecem na metade direita, as cotações da bolsa enlouquecem simultaneamente na metade esquerda". (MAMOU,1992, p.142)

3.4 A hegemonia neoliberal chega ao jornalismo de negócios

Embora a adesão às teses neoliberais tenha sido total no jornalismo econômico da grande imprensa, sua assimilação pelo jornalismo de negócios, foi mais complexo. No caso da GAZETA MERCANTIL, sua trajetória durante a década de 90 vai ser, por isso mesmo, permeada por uma crise e reestruturação não só da política editorial mas de seu perfil como jornal e sua organização empresarial.

Gradativamente, o jornal se distanciou do projeto de um jornal de negócios independente, que não se prestou a ser um instrumento de legitimação do regime militar, ainda que vinculado aos grandes empresários. Sua transformação em um jornal adequado ao ideário neoliberal exigiu mudanças na política editorial, na

estrutura organizacional interna e na própria organização empresarial do grupo controlador do jornal.

A *GAZETA MERCANTIL* surgiu para possibilitar um investimento lucrativo do grupo Herbert Levy através de um produto jornalístico, com perfil único e exclusivo no mercado. Para materializar este perfil, do ponto de vista editorial, o jornal contratou jornalistas especializados em economia, inicialmente Hideo Hanaga e posteriormente Roberto Muller. Apesar da direção geral ser de Luís Fernando Levy, a editoria do jornal foi organizada por critérios de competência profissional e não rejeitou, pelo contrário, acolheu jornalistas de filiação ideológica diversa da dos proprietários do jornal.

Nesta primeira fase, A *GAZETA MERCANTIL* possui 12 editorias ou seções, a saber:

Primeira Página - Decidida e elaborada pela secretaria de redação, aprovada pelo editor-chefe, com a colaboração de todos jornalistas.

Internacional - cobre tendências da economia e da diplomacia mundiais, com ajuda de correspondentes, das agências de notícias e o uso de matérias de publicações estrangeiras

Nacional - mostra as tendências da política econômica, da macroeconomia e cuida das contas nacionais. Temas: inflação, balança comercial, reservas, emprego, arrecadação de tributos, evolução do PIB, etc.

Opinião - Editorial

Legislação - explica leis, normas, decretos.

Indústria - acompanha a evolução do setor de transformação, com ênfase na manufatura.

Matérias-primas: enfoca as "commodities" não agrícolas.

Agropecuária - acompanha a situação do setor, com cobertura da política oficial para o setor.

Finanças: - atenção especial às atividades do mercado financeiro e mercado de capitais.

- Mercados - cotações de Ações, Taxas dos mercados financeiros, preços de Commodities
- Administração e Serviços - cobertura do Marketing e Publicidade
- Insolvências - parte tradicional do jornal, dedicada a falências e concordatas, leilões, etc.

Esta estrutura editorial serviu bem ao papel que o jornal desempenhou na época de crítico competente da política econômica do regime militar e de veiculador das demandas dos empresários ao regime. Dava ênfase à análise dos grandes problemas nacionais, do ponto de vista macroeconômico, ressaltando-se os grandes "furos": a manipulação dos índices da inflação em 1973, a guerra da soja com os EUA, os problemas do Acordo Brasil-Alemanha de Energia Nuclear, etc.

Em 1979-80, em função da transição política, foi criada a editoria de política. Significativamente, na mesma época, foi criada a editoria de trabalho, sendo muito fortalecida durante o período 1980-85. Em 1985 começa a primeira grande mudança nesta estrutura. A principal foi a ampliação da seção mercados, que passou a acompanhar de forma detalhada as ações das bolsas de valores nacionais e Internacionais, os preços locais e mundiais dos produtos agrícolas de que o Brasil fosse grande exportador ou importador, os metais de interesse para a indústria e os ativos financeiros. Além disso, criaram-se colunas para cada tema considerado importante nas outras seções, em especial na seção Finanças e na de Investimentos e também na de agropecuária. Foram criadas, ainda no período 86-87, as editorias transportes, tecnologia e empresas, sendo que em 1989-90 vieram informática e meio ambiente. Com isso a Gazeta se adequava ao novo período, de grande instabilidade econômica política e social, mas mantinha sua linha editorial básica, de predomínio da análise dos grandes temas de política macroeconômica nacional. De qualquer forma, começa-se a dar ênfase à cobertura de temas do mundo empresarial, em especial na editoria mercados.

Estas mudanças passam a se configurar com mais força após a derrota das esquerdas nas eleições de 1989, e o início da crise do movimento sindical com a

política econômica de Collor a partir de 1990. Há uma perda de importância gradativa das editorias de trabalho e política e um reforço cada vez maior àquelas vinculadas ao mundo empresarial propriamente dito.

Com a vitória de FHC em 1994 e a nova situação econômica e política, o jornal passa por uma pequena reforma gráfica, mas de grande impacto no plano editorial, no sentido das mudanças que vinham ocorrendo desde 90. Sob a inspiração do diretor - geral Dirceu Brisola, o primeiro caderno do jornal foi transformado em três: A - destinado às matérias tradicionais de política econômica, legislação, editorial, artigos, opinião, privatização ; B - abordando unicamente finanças e mercados e C- dedicado a empresas e negócios. Juntamente com estas alterações o jornal passou a editar jornais locais, iniciados pela *GAZETA MERCANTIL* Rio Grande do Sul, que passaram a substituir o caderno D. Posteriormente, o novo diretor - geral Antonio M. Pimenta Neves introduziu as seis colunas nas páginas internas.

Estava claro o sentido das novas mudanças: possibilitar o rápido acesso à temas de mercado, finanças e empresas, e gradativamente reduzir o foco dos grandes temas de política econômica. Estes ainda continuam, no entanto , ter ênfase nas manchetes da primeira página, que redirecionam os leitores para os cadernos, pois é lá que as matérias têm seqüência.

A grande transformação vai ocorrer em 1998, com a reforma implantada pelo novo editor-chefe Mário de Almeida. Essa reforma vai reduzir drasticamente as matérias com abordagem macroeconômica, que ficaram restritas às páginas de opinião, compostas pelo editorial e por artigos de personalidades e jornalistas e à seção nacional. A ênfase no mundo de negócios passa a ser a principal característica da “nova” *GAZETA MERCANTIL*. O jornal passou a funcionar com três coordenadores de caderno: nacional, finanças e mercado, empresas e carreiras, que definem o perfil do jornal junto com o chefe de redação. Essa estrutura vertical se articula com uma transversal, o que significa a combinação do tradicional jornalismo de negócios com o jornalismo de serviços. Essa abordagem de serviços é feita por dia de semana:

- Segunda-feira - três poderes, mas numa abordagem dos bastidores , dos meandros do poder, embora possa ser gerada uma matéria mais analítica se for o caso.
- Terça - feira - dia de "você no trabalho", com matérias sobre a vida profissional dos executivos e empresários.
- Quarta-feira - análise de impostos, para pessoas físicas e jurídicas
- Quinta-Feira - e-commerce, analisando vendas, inovações, fracassos e sucessos, etc.
- Sexta- Feira - leitura de fim de semana - um suplemento de arte, cultura e lazer.

Esta estrutura editorial permite que a Gazeta se adapte aos “novos tempos” em que o “mundo dos negócios” ganha prioridade em relação aos temas macroeconômicos e de política econômica. A nova estrutura permite também uma adesão do conjunto do jornal ao neoliberalismo sem que para seja necessária uma “profissão de fé” diária. A prioridade da cobertura ao que ocorre no âmbito dos negócios e das empresas permite diluir essa nova orientação em uma ampla gama de seções e colunas, onde o tratamento dos temas é que indica a política editorial do jornal.

Até 1994 a *GAZETA MERCANTIL* havia conseguido uma espécie de milagre econômico, ao se manter como um grupo editorial praticamente isolado na atividade jornalística e com autonomia econômica e financeira. A crise de 1990-1993, que significa também uma crise do projeto editorial, vai obrigar a direção do jornal a mudar esta orientação. Em 1994 o jornal foi transformado em sociedade anônima de capital aberto, tendo colocado R\$ 22 milhões em ações preferenciais sem direito a voto junto aos principais fundos de pensão do mercado. Paralelamente a empresa passou por um intenso processo de reestruturação interna, com mudança de sede, informatização ampla e um programa de demissões voluntárias, além de mudanças na direção do jornal e maior centralização da área de marketing, publicidade e assinaturas. O resultado veio em 1996, com forte crescimento de vendas e aumento de 17% na receita bruta que atingiu o valor de R\$119,3 milhões.O aspecto mais relevante é que a conta

de publicidade passa agora a ocupar o posto de fonte mais importante de receitas para o jornal. Se é certo que as medidas significaram uma reestruturação do jornal em termos empresariais, resultaram também em perda de autonomia financeira, tanto em relação aos novos "partners" na empresa, quanto em relação às fontes de receita. Embora o discurso de isenção e objetividade continue, é patente a aproximação cada vez maior não só com a ideologia neoliberal mas também com sua prática e isso se manifesta concretamente com a grande proximidade com o Governo federal em promoções como o Seminário Internacional Brasil-Itália realizado em Roma em 1997 com a presença do Presidente da República e no lançamento do jornal para o Mercosul.

Em novembro de 1997 a Poli Participações, *holding* de 95,4% das ações ordinárias da *GAZETA MERCANTIL*, realizou um empréstimo de US\$ 20 milhões com o Nations Bank, via emissão de debêntures simples. Em dezembro de 1998, o Jornal informa que o Grupo Abril adquiriu 49% de suas ações ordinárias, ficando o Nations Bank / Liberal, responsável pela aproximação dos grupos, encarregado de contratar uma empresa para fazer auditoria contábil, fiscal e legal na *GAZETA MERCANTIL*. Tudo indica que uma das grandes características do Jornal até a década de 90, a autonomia econômica e financeira, se transformou em uma estreita vinculação e dependência do capital financeiro e de um grande grupo editorial. Além disso, o jornal Gazeta não é mais único especializado em economia, travando intensa competição com o jornal *VALOR ECONÔMICO*, lançado em maio de 2000.

O Jornal *VALOR ECONÔMICO* é um projeto jornalístico fruto de um investimento conjunto de US\$ 50 milhões da Empresa Folha da Manhã S/A, que edita o jornal *FOLHA DE SÃO PAULO*, e a Infoglobo Comunicações, que publica o diário carioca *O GLOBO*.

O Jornal tem se revelado um grande sucesso de vendas em banca e de assinaturas, assumindo desde o início uma postura de enfrentamento direto da concorrência com a *GAZETA MERCANTIL*. Sua orientação editorial é afinada com a mundialização e seu discurso hegemônico, mas suas "operações discursivas"

são mais complexas, já que lança mão de recursos visuais como fotos, infográficos, etc. Em uma análise inicial é possível identificar um otimismo artificial com os dados da conjuntura e um apoio tácito às ações do Governo, embora o jornal tente se apresentar com independência fazendo entrevistas e reportagens pluralísticas, além de contar com a participação de colunistas de tendências ideológicas de todos os matizes..

O lançamento do jornal Valor resultou do investimento das duas maiores empresas jornalísticas brasileiras, com ambiciosos objetivos financeiros e econômicos. Trata-se de uma operação de "joint-venture", fundada em pesquisas de mercado e projeto gráfico globalizado, com objetivo de conquistar um "mercado em expansão" e com olhos voltados para o aporte de capitais internacionais. Por maior que seja a proximidade entre o projeto econômico do grupo Frias e do grupo Globo, é marcante a diferença entre o projeto editorial do jornal FOLHA DE SÃO PAULO, de independência frente ao governo FHC e de abertura para críticos do próprio projeto neoliberal e o projeto do Grupo Roberto Marinho, que sempre se pautou na defesa do liberalismo econômico. Tais diferenciações perdem qualquer importância quando se trata de se afirmar o interesse puramente econômico.

4. ANÁLISE DO JORNAL *GAZETA MERCANTIL*: CONTEÚDO EDITORIAL E DISCURSO ECONÔMICO

Uma das características mais marcantes do Jornal *GAZETA MERCANTIL* é a sua apresentação gráfica geral. Ele a mantém desde a década de 70, inspirada no *FINANCIAL TIMES* inglês. O layout tradicional e a ausência de cores e fotos, não se deve a questões técnicas: é uma opção editorial. O objetivo é aparecer como o único Jornal "sério" na grande imprensa. Não há fotos nem cores e para evitar a monotonia as matérias são ilustradas, em alguns casos, com gravuras que reproduzem fotos de empresários, membros do governo ou políticos. Outro recurso que garante esta aparência "séria" é a ausência da Manchete principal com letras garrafais. A primeira página apresenta uma distribuição de manchetes sem estruturar, aparentemente, uma hierarquia entre elas. Um exemplo do significado desta opção está no tratamento dado à crise da economia brasileira, em janeiro de 1999. Nos momentos mais agudos da crise, o jornal manteve sua atitude "fria", sem manifestar através das manchetes maiores preocupações com a gravidade do momento e, na cobertura, adotou uma postura de objetividade e neutralidade.

As manchetes da primeira página são acompanhadas de trechos das notícias, cuja seqüência se dá nos cadernos do jornal. E, nas páginas internas, repete-se a parte que já havia sido exposta na primeira página. Assim, a primeira página é uma espécie de síntese geral do que o leitor, se tiver tempo e disposição para ler, encontrará nas páginas internas. Para demonstrar sua "frieza" e objetividade técnica diante dos fatos, são utilizadas sofisticadas tabelas e gráficos como forma de ilustrar dados econômicos.

Os editoriais são publicados sempre na segunda página, logo abaixo da reprodução do logotipo do Jornal, com os nomes dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Editorial. Na mesma página encontramos o Expediente, o Correio (cartas de leitores) e duas outras seções. Uma, de nome Observador, por não ser assinada, tem caráter semi-editorial, mas no formato de

notas breves e sem pretensão de expressar uma opinião fundamental do jornal sobre um tema. A outra, de nome "Opinião", reproduz artigos de outros jornais (New York Times , por exemplo) ou de articulistas variados, sendo que o título da seção e o fato de serem artigos assinados praticamente eliminam o compromisso do jornal com seu conteúdo.

A localização do editorial , portanto, lhe concede a chancela de opinião "oficial" do Jornal. Não há indicação explícita da Seção Editorial : é a localização , o formato dos títulos (já por si editoriais) e forma de redação - claramente opinativa - que lhes assegura este papel.

O jornal tem tido um papel singular na cobertura dos fatos econômicos, neste último período, contribuindo para uma vulgarização da teoria econômica e para a formação de um certo consenso sobre estes fatos e sobre as medidas de política econômica. Esta ação se concretiza na produção de um conteúdo que se apóia em uma série de estratégias discursivas propicias a valorizar certas atitudes e idéias frente aos fenômenos econômicos e a desvalorizar outras. Estas estratégias determinam a seleção de temas, de porta-vozes autorizados, na consagração de certos comentaristas de economia, e na eleição de certos fatos como os merecedores de atenção e cobertura, em detrimento de outros.

Em todos estes aspectos a estratégia discursiva do jornal encontra-se velada, mascarada por uma pretensa neutralidade técnica, ou na objetividade dos números frios da atividade econômica. Isso não acontece nos editoriais. Nestes, expressa-se a " opinião oficial" do jornal, como uma forma até mesmo de transmitir a idéia de que há objetividade nos demais elementos do discurso. O editorial "opina" sobre uma questão considerada relevante, configurando elementos que estão ocultos ou até mesmo inexistentes em outros aspectos do produto jornalístico.

4.1 Editoriais: estratégias discursivas e os temas relevantes

A análise dos Editoriais do Jornal *GAZETA MERCANTIL* mostra que ele articula duas formas diversas de exposição dos temas. A tônica geral é a apresentação de um problema econômico, e as linhas gerais de ação racional para resolvê-lo. De outro, a defesa abstrata e dogmática - sem necessidade de demonstração - das vantagens da economia de mercado. Estabelece-se assim um “monopólio do mercado de referencialidade⁵” típico, onde o discurso de uma classe social - os empresários - passa a ser apresentado como de toda a sociedade. Esse discurso não possui concorrência possível, pois toda idéia diferente é apresentada como irracional e ineficaz. Os editoriais tentam mostrar a excelência da economia de mercado, da necessidade de se preservar os investimentos privados, a saúde das empresas como base para o desenvolvimento econômico. Essas são verdades irrefutáveis, que buscam se fundamentar em argumentos técnicos e que fazem passar necessidades e interesses privados como idênticos ao de toda a sociedade.

No editorial de 22 de Maio de 2000, por exemplo, a Gazeta sai em clara defesa dos empresários com o título expressivo de “O pesado custo do superávit fiscal “ Afirma ser “inadmissível” absorver um “fardo fiscal” que atinge já 30% do PIB. O “garrote”, prejudica o mercado interno e desestimula o “desejado” investimento externo de longo prazo.

Em vários outros editoriais se percebe a defesa das empresas ou dos empresários frente a determinadas medidas de política econômica e se fala em nome deles. No editorial de 23 de Junho de 2000 a abordagem da questão dos juros- uma peça de resistência dos editoriais- se explicita mais uma vez esse monopólio de referencialidade:

⁵ Define-se mercado de referencialidade como um "sistema de regras sociais regendo o intercâmbio de certas 'mercadorias' constituídas pelas representações, predicções e designações verificado entre os diversos segmentos que compõem a estrutura de classes de uma sociedade em dado momento" (NUNES,1995.)

“ (...) A questão agora é saber se a queda da taxa Selic pode ter continuidade. Acreditamos que sim. Como mostram os números, a taxa real ainda está acima de dois dígitos, não vemos nenhuma razão para que as autoridades não possam, nos próximos meses trazer, a taxa nominal de juros para 15%. Isso é essencial para aliviar as empresas nessa fase de expansão. (...)”

A análise dos editoriais da Gazeta nos fornece, sinteticamente, uma estratégia discursiva que consagra a razão como forma básica de sua articulação. Ao contrário de outros jornais em que o editorial expressa uma tomada de posição claramente ideológica, política e até mesmo partidária, no caso da Gazeta os editoriais são estruturados em torno de uma proposição, geralmente considerada irrefutável, e uma série de argumentos estritamente racionais, quase sempre baseados em dados estatísticos sobre a realidade econômica. Outra base sobre a qual se assenta o Editorial é a idéia de consciência: a não compreensão racional dos fatos apontados pelo Editorial é a única explicação para que as atitudes dos que não possuem consciência dos problemas existentes. Isto não exclui, evidentemente, a existência de uma postura definida diante das questões analisadas.

Alguns aspectos das estratégias discursivas que orientam a estruturação dos editoriais podem ser realçados através da busca de "marcas" que revelam o "dispositivo de enunciação" vigente. Em várias passagens os editoriais consideram irrefutáveis, porque racionais, as proposições que faz. Frases como "(...)A resolução da questão fundiária constitui, sem sombra de dúvida, uma das prioridades nacionais" (10/07/00) ou "(...) Em uma demonstração de confiança nos fundamentos da economia, inegavelmente muito bons" (23/06/00) mostram que se busca a legitimidade de forma interna ao próprio discurso, que tem como uma das suas características a idéia da racionalidade e da consciência.

A construção da imagem do emissor se dá, na maior parte das vezes, pela sua negação. Isto é, trata-se de omitir a origem do discurso, para melhor apresentá-lo sob a capa da racionalidade, objetividade e da argumentação

técnica. Em uma avaliação do plano de plurianual de ação do Governo Federal, o editorial de 16/04/01 se fundamenta nos resultados do censo do IBGE para afirmar que “saltam aos olhos os avanços registrados na área da educação”.

A extensa utilização de dados estatísticos possibilita que se adicione adjetivos como “auspiciosa” e “importantes”, pois a imparcialidade é corroborada pelos dados. O discurso se posiciona diante de uma realidade positiva, não em relação à ação governamental relatada no plano.

O Editorial se constrói a partir de uma tese, e se desdobra em argumentos racionais e técnicos para demonstrá-la. Mas, em alguns casos, quando se trata de medidas de política econômica, a figura do emissor aparece, geralmente na terceira pessoa do plural, indicando a idéia de um coletivo discursivo com um posicionamento nada isento sobre a questão abordada. No que se refere à questão agrária, por exemplo, o discurso abandona qualquer compromisso com a isenção. No editorial de 10/07/00, “A reforma que o campo reclama”, apesar de reconhecer uma “disparatada estrutura fundiária” e a necessidade da Reforma Agrária argumenta ser “realmente inadmissível” que as autoridades “às pressões dos extremistas”.

A construção da imagem do receptor também tende a não explicitá-lo diretamente. Mas há uma construção deliberada deste receptor como um leitor capaz de absorver os argumentos “lógicos e racionais”, para os quais não pode haver “sem sombra de dúvida”, refutação possível. Há uma referência mais ou menos explícita, no entanto, aos receptores “construídos” pela estratégia discursiva.

Estes receptores prioritários são os empresários e as empresas. Marca-se sempre uma distinção entre receptor e emissor. As empresas são sempre os agentes produtivos, em busca de eficiência, produtividade e agindo no mercado em plena concorrência. Se há alguma concessão a uma abordagem “negativa” da empresa isso só pode ocorrer quando se refere às empresas estrangeiras. Já os empresários são a parte mais relevante da sociedade civil, que age

racionalmente, de acordo com princípios defendidos pelo jornal. Não há lugar aqui para outro tipo de empresário, a não ser como exceção.

No editorial “Avanço das pequenas usinas elétricas”, de 29/06/00 , por exemplo, afirma-se que “(...)a capacidade de iniciativa de empresários de todo o País vêm dar uma importante contribuição para suprir as deficiências no abastecimento de energia elétrica, de modo a garantir o desenvolvimento do Brasil nos próximos anos(...) “ . Em 02/01/01, o editorial termina com a declaração de que: “(...) Nada, porém, é mais importante do que a efetiva participação da sociedade civil e dos empresários, em especial, nas decisões que digam respeito ao futuro do Brasil(...). Note-se que a posição dos empresários recebe destaque em relação ao conjunto da sociedade. O título do editorial é, neste sentido, esclarecedor: “A nação que a sociedade admeja”. É apenas quando se aborda temas eminentemente políticos que há uma certa ampliação deste conceito de sociedade, para abarcar outros setores. Isso fica claro no editorial de 07/07/00 :“(...)O grau de repúdio da sociedade à escalada da violência pode ser medido pela pluralidade do movimento, que aglutina sindicalistas, organizações não-governamentais, artistas e entidades de classe, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).(...)” A busca de separação entre receptor e emissor, que se revela em quase todos editoriais pesquisados é, no entanto, apenas formal. O que se pretende, na verdade, é uma total identificação do receptor com o emissor, o que não é assumido pois do contrário acarretaria a perda da “neutralidade “ e “objetividade” , fundamento principal da legitimidade do discurso do emissor. No editorial de 15/08/00, essa barreira entre emissor e receptor é quebrada, mostrando a real identificação entre o jornal e seu público-alvo, os empresários. “ (...). Como muitos empresários, entendemos que há espaço para diminuir ainda mais a taxa Selic. Sem dúvida, se o Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua reunião marcada para os dias 22 e 23, for determinar uma nova queda da taxa de juros básicos, atualmente em 16,5%, isso reforçará a confiança das empresas

e concorrerá para atenuar as pressões sobre os preços.(...)” (Mercado confiante no crescimento).

Os editoriais são construídos de forma contraditória, buscando se mostrar dotados de racionalidade e neutralidade técnica. Em alguns momentos, no entanto, se convoca alguns apoios a este discurso. Apesar do tom crítico dos editoriais com relação à política econômica, em especial com relação à questão do ritmo de queda da taxa de juros, apela-se em algumas ocasiões para autoridades da área econômica do governo como suporte as argumentações do Jornal. Como no editorial já citado, de 02/01/01 em que a palavra de Armínio Fraga, presidente do Banco Central é usada para corroborar a opinião do jornal favorável à queda dos juros.

O que mais chama a atenção nos editoriais, no entanto, é a exclusão de outros agentes. A postura oposicionista, que tem críticas ao ajuste fiscal e o acordo com o FMI é vista como irracional e não deve, portanto, ser levada em conta. No editorial de 09/03/01, intitulado “Um modelo promissor de privatização”, essa exclusão se explicita claramente, quando argumenta que “não vemos por que fazer objeções à privatização dessas companhias, a começar por Furnas”. E desqualifica possíveis opositores ao afirmar que “não fazem sentido as resistências de alguns setores, pois o modelo pulverizado exclui a possibilidade de desnacionalização”.

Outra "marca" importante do "dispositivo de enunciação" montado são as referências ao governo e ao Congresso. O primeiro aparece designado de duas formas diferentes. A denominação governo é a mais utilizada para caracterizar o Estado, mas sempre de forma a não identificá-lo com o governante. Essa identificação é evitada, pois é extremamente rara. Em um conjunto de 166 editoriais, o nome do Presidente aparece apenas duas vezes e o do presidente do BANCO CENTRAL apenas uma vez. Geralmente isso é feito para personalizar decisões, contrapondo-as com o restante do “governo”. Por exemplo, no editorial de 22 de Maio de 2001, contrapõe-se a vontade do Presidente com a de seu próprio governo:

“(...) Com seu desastrado programa, o governo procura conter o consumo por intermédio da aplicação de multas - o que, a propósito, contradiz as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que as medidas de racionamento não contemplariam nenhum tipo de sobretaxa (...)”

Já quando se trata de criticar a ação do governo, usa-se o termo genérico "autoridades". Em alguns casos, a "lentidão" ou "falta de decisão" dão atribuídas ao governo, mas nos Editoriais pesquisados, o Ministro da Fazenda nunca aparece como antagonista, embora a insistência do jornal na aceleração da queda da taxa de juros seja uma discordância importante com a política econômica praticada pelo Ministro. A única citação do Presidente do Banco Central se refere justamente ao período em que este adotou uma política de redução das taxas de juros, aplaudida pelo editorial de 15/08/00.

O Congresso é tratado sempre como um agente passivo. Ele não é citado nominalmente, pois sua atuação se reflete apenas nos projetos de leis e emendas constitucionais elaborados pelo Executivo ou pela referência a seus membros: parlamentares, legisladores, e até mesmo sob o genérico termo autoridades. As medidas de política econômica já foram racionalmente analisadas e concluiu-se pela sua necessidade. Cabe ao Congresso aprová-las, pura e simplesmente. Nem mesmo a questão da taxa de juros, cuja queda é insistentemente cobrada do governo ao longo dos editoriais, é admitida como passível de deliberação pelo Congresso.

Em um extenso editorial intitulado “Regulamentar o sistema financeiro” , de 21 de Novembro de 2000, argumenta-se a importância da regulamentação do artigo 192 da Constituição, mas significativamente, não se registra aí a importância do Congresso ou mesmo de seus membros para isso:

“(...) Torna-se urgente, portanto, a regulamentação do artigo 192 da Constituição de 1988, cujo inciso III prevê uma lei complementar disposta sobre as condições para a participação do capital estrangeiro em instituições financeiras, O que até hoje não ocorreu. (...) Essa regulamentação serviria de orientação para os bancos nacionais e seria bem-vinda também pelos

estabelecimentos estrangeiros, que, ao conhecerem as regras consistentes de nosso sistema, ficariam a salvo de políticas intempestivas(...)"

Além dessas características do discurso dos editoriais, é preciso entender qual é o conteúdo da proposta editorial da GAZETA MERCANTIL. Para isso, um dos caminhos de pesquisa possíveis é se determinar quais são os temas selecionados como mais importantes e que tipo de tratamento é dado a eles. Na análise quantitativa dos títulos dos editoriais pode-se começar a perceber quais são os temas relevantes para a Gazeta e quase são relegados ao segundo plano. A análise dos títulos já reflete a visão do jornal, já que os editoriais tratam apenas de um tema e de forma mais opinativa que as matérias.

Quadro I – Distribuição dos Editoriais por Temas

Tema	Participação percentual
Campo	9,04
Questão social	3,61
Questão Fiscal / tributária	5,42
Setor Externo	3,61
Temas ideológicos	21,69
Crise energética	6,02
Conjuntura Econômica	8,43
Internacional	20,48
Setor Financeiro	3,01
Total	100,00

No quadro acima, um primeiro aspecto que nos chama atenção é a grande importância dos temas ideológicos nos editoriais. Esta designação engloba os editoriais que apresentam nos títulos palavras-chave como: desenvolvimento, segurança, concorrência, violência, etc. Outro aspecto intrigante é a ausência do tema indústria nos editoriais, na medida em que o jornal busca se vincular diretamente aos empresários, em especial os industriais. A única vez que a

palavra-chave aparece em um título de editorial no período estudado é para se referir à indústria da soja, na verdade uma agroindústria. Há, por outro lado, uma grande série de títulos (15) referentes à agricultura. Destaca-se também uma grande importância quanto a temas relacionados à inserção do Brasil na economia Internacional, englobando os temas referentes ao setor externo da economia (6) e temas referentes à economia internacional (34). Intriga também o pequeno número de editoriais dedicados ao setor financeiro e à questão social que engloba a questão do trabalho.

Como identificar a orientação geral dos editoriais da Gazeta no contexto do processo de desenvolvimento da economia brasileira? Para responder a esta questão será necessária uma análise do conteúdo, de acordo com os temas que caracterizam os editoriais. Na amostra representativa selecionada de cada tópico, há um total de 50 textos, dentro de um universo de 166 editoriais.

Um primeiro tema importante é o da questão agrária. O enfoque adotado pelo jornal ao analisar a questão é claro: uma defesa da modernização agrária, como instrumento de melhoria da economia brasileira, em particular no que diz respeito às exportações agrícolas. Os adversários estão também muito bem definidos. De um lado os sem terra, que são caracterizados como “extremistas”. De outro, o governo, com sua insistência na questão fiscal.

No editorial de 10 de julho de 2000 afirma-se que:

“(...) sentimo-nos à vontade para criticar não somente a temerária escalada do processo de ocupação de terras produtivas pelos sem-terra, como também a forma com que as autoridades federais vêm lidando com o problema. É realmente inadmissível, em nosso modo de ver, assistir às mais altas autoridades da República ceder às pressões dos extremistas, como ocorreu na semana passada.(...)”.

O jornal argumenta que, apesar de reconhecer os problemas da questão agrária, como a grilagem de terras, não pode concordar com ações de ocupações de

prédios públicos pelos sem-terras. E termina o editorial com uma proposta “racional” de reforma agrária: o Banco da Terra.

Já no editorial do dia 7 de fevereiro de 2001 usa-se o argumento do bom desempenho das exportações agrícolas que poderão “assegurar um saldo da balança agrícola superior aos US\$ 12,110 bilhões colhidos no ano passado” para defender um programa do Governo Federal de apoio à produção de máquinas agrícolas- o MODERFROTA do BNDES. Trata-se de uma defesa da agroindústria brasileira, carente de mecanismos de financiamento para sua mecanização. Outro editorial, de 30 de maio de 2001 critica a opressiva carga tributária sobre a produção agrícola, em especial no que diz respeito à produção de grãos e em particular a indústria da soja.

Essa análise dos editoriais sobre a agricultura mostra que se faz a defesa não de um “modelo exportador “ assentado em bases arcaicas, mas num incentivo às grandes empresas agropecuárias para que sejam um instrumento importante do ajuste de nossas contas externas. Demonstra, também, não ter muita simpatia por um processo de Reforma Agrária.

Essa falta de simpatia atinge o conjunto da abordagem dada à questão social, em que revela-se um baixíssimo percentual de editoriais sobre o tema: 3,6%. Os editoriais não aprofundam a análise, abordam questões tópicas relativas ao emprego, a saúde pública e a ação social das empresas. O maior número deles se dedica a atestar com estatísticas oficiais uma pretensa queda do nível de desemprego no período 2000/2001. O discurso é sempre otimista, buscando detectar mudanças pouco significativas no quadro de devastação social provocado pelas políticas neoliberais, como indicadores de uma tendência de crescimento do emprego.

O editorial de 19 de maio de 2000, afirma por exemplo que “não é só na indústria que o desemprego vem caindo” , indicando que o setor de serviços apresenta maior queda. Todo o editorial , apesar de reconhecer que não há um real superação do problema, busca sempre “indícios” de melhoria nos dados divulgados pelo IBGE. Uma pequena melhoria na indústria automobilística ou no

comércio é motivo para o jornal especular com melhoras possíveis “nos próximos meses”, Usa-se de artifícios para realçar aspectos positivos dos dados. Como a comparação com o péssimo ano de 1999, ou a ênfase em setores mais dinâmicos. Um exemplo dessa manipulação de indicadores é se utilizar o crescimento do número de interessados em procurar emprego ou o “grande afluxo de jovens ao mercado” para justificar o aumento real do desemprego, agora comparado com o mês anterior.

Já no editorial “Efeitos da maior oferta de empregos” de 27 de outubro de 2000, aponta-se para a retomada no setor de bens de consumo não-duráveis (têxteis e alimentos) como um atestado de um aumento no emprego na economia. E anunciam-se bons tempos, após se reconhecer que a economia havia apresentado no período anterior uma queda significativa da produção no setor. Não há qualquer tentativa de explicação dos fatores macroeconômicos que estariam gerando essa vibrante retomada do crescimento. O fator maior neste período seria uma tradicional expansão da demanda em função das festas de fim de ano, mas isto não é referido no editorial. Chega-se inclusive a abandonar temporariamente a bandeira da redução da taxa básica de juros, uma “peça de resistência” do jornal, porque há uma grande fé no vigor da retomada. A única possibilidade de reversão do quadro otimista seria uma grande crise internacional, que não se estima possível. Afirma-se que “a economia brasileira está no rumo do crescimento e o cenário para 2001 é francamente otimista.”

Outro editorial indicativo da visão do jornal sobre a questão social se intitula “Tecnologia a serviço da saúde pública”, de 28 de março de 2001. Nele se procura construir uma visão otimista sobre a situação da saúde pública no país, selecionando-se alguns indicadores favoráveis, como a mortalidade infantil. Ao reconhecer, no entanto, o quadro mais geral dramático do setor, o editorial passa a criticar a saúde pública em contraposição ao setor privado. Para o jornal, a culpa pela má situação da saúde pública advém “(...) basicamente, da incapacidade financeira do governo federal em prover um adequado serviço de saúde pública. Basta verificar que o investimento per capita no Brasil monta a US\$ 210 por

habitante/ano, total muito aquém daquele registrado em outros países “. Não há qualquer referência aos cortes efetuados no setor por força de acordo com o FMI ou pela própria política monetarista da equipe econômica. O objetivo do discurso é outro: trata-se de mostrar a eficiência da rede hospitalar privada, por seu maior avanço tecnológico e da sua generosidade em dar seu apoio à rede pública, com atendimento gratuito através do SUS. Para o jornal, “É gratificante constatar que serviço de Primeiro Mundo, prestado por uma rede hospitalar tida como referência internacional, contribua para respaldar o sistema de saúde pública. “.

Vê-se, assim , que a *GAZETA MERCANTIL* não inclui a questão social no seu discurso econômico, a não ser como elemento reforçador de sua agenda positiva com relação à conjuntura econômica ou de sua vigorosa defesa da iniciativa privada, mesmo quando se refere a setores em que , como a saúde, a ação das empresas em benefício de interesses privados é, em geral, pouco proveitosa para uma grande parte da sociedade.

Essa defesa da iniciativa privada no terreno social fica ainda mais clara no editorial de intitulado “Empresas e ONGs na ação social” , de 5 de maio de 2000. Nele se advoga a tese de que o Estado é ineficiente para atuar na área social. Por isso se desenvolve o chamado “terceiro setor” , agrupando ONGs , com a presença de empresas privadas. Segundo o editorial, o grande crescimento desse setor se deve a que a sociedade não pode esperar que a ação dos governos resolva “os problemas sociais que nos afligem” . Essa resolução é possibilitada pela ação decidida das grandes empresas, que estruturam institutos ou fundações para o desenvolvimento de projetos nesta área. Há também a atuação das ONGs, muitas vezes operando com patrocínio empresariais.

Mas quanto ao setor público? O silêncio neste aspecto é total, sendo a carência de serviços uma das razões alegadas para o desenvolvimento do próprio terceiro setor. Trata-se de uma estratégia para mostrar a sua importância, onde é mínima a participação do Estado – apenas 14,5% do total.

O conjunto de temas relativos à conjuntura econômica, como inflação, recessão, política econômica é um importante indicador a respeito da orientação editorial da GAZETA MERCANTIL. Afinal, o jornal possui uma tradição na cobertura nesta área.

É aí que o jornal revela de forma mais clara sua identificação com a chamada agenda neoliberal, ainda que isso não signifique apoiar integralmente a política econômica do governo FHC. Analisando a questão do superávit fiscal obtido em 2000, aplaude o sucesso da ultrapassagem das metas do FMI, mas critica o insuportável fardo fiscal que “consome mais de 30% de toda a riqueza produzida no País”. Já com relação à política monetária, o jornal elogia as medidas relativas à queda da taxa de juros, como no editorial do dia 23 de junho de 2000 intitulado, significativamente: “Juros podem e devem baixar mais”. Nesse editorial são apresentados argumentos favoráveis à ainda maior queda da taxa (nominal) de juros, para favorecer as empresas. Além disso, o jornal argumenta que a captação de recursos externos se apresenta favorável. Os argumentos são todos de ordem técnica, macroeconômica e apresentados na mesma lógica da agenda neoliberal.

Não há, assim, um questionamento dos fundamentos do modelo econômico, mas uma tentativa de redirecionar os custos desse modelo para outros setores: uma política tributária e fiscal que não onere o “setor produtivo” e uma redução da taxas de juros para que as empresas possam crescer. Outros editoriais enfrentam a questão tributária/fiscal e monetária, propondo a Reforma Tributária e a contenção dos juros, através da Reforma do Sistema Financeiro. . No período ocorre a privatização do BANESPA, com aumento significativo da participação do capital estrangeiro no setor financeiro. Diante disso, o jornal assume uma posição defensiva, no mesmo editorial:

“(…) Importantes reservas, porém, têm de ser feitas. Não somos, de modo algum, contrários à participação de bancos do exterior no mercado brasileiro, considerando-a mesmo como uma consequência inevitável da globalização. Todavia, acreditamos que a desnacionalização crescente do sistema

bancário brasileiro é indesejável, na medida em que pode transferir para o exterior decisões vitais sobre a nossa economia.(...)”

A referência à inevitabilidade da globalização mostra que, apesar de algumas críticas à política econômica vigente, o jornal se enquadra na defesa da agenda neoliberal. Outra característica importante é a visão permanentemente otimista sobre o desempenho da economia. Este otimismo é claramente injustificado porque o próprio jornal critica pontos básicos da política econômica – como as altas taxas de juros - como se não fizesse parte do modelo econômico adotado que permite apenas um crescimento econômico medíocre. Embora a economia tenha apresentado um crescimento real no período, este crescimento é “inchado” ao se tomar como referência o desempenho da economia em 1999, quando ocorreu uma brutal queda da produção, da renda e do emprego. Na verdade é uma das características mais marcantes da agenda liberal no Brasil o viés “artificialmente positivo”, que não se restringe apenas à Gazeta. Trata-se de uma construção do real, pelo conjunto da imprensa econômica, seja ela especializada ou dos cadernos de economia da grande imprensa. Tem apoio acadêmico, dos institutos de pesquisa e dos formadores de opinião que acreditam que o estímulo às boas expectativas pode significar um efetivo suporte para o crescimento da economia. Este otimismo permanente se choca com a realidade das crises, cada vez mais freqüentes. Como entender as crises e “crashes” quando eles acontecem, se as previsões eram tão positivas?. Como um raio no céu azul, as crises ocorrem por acidentes de percurso, ou por razões fortuitas ligadas ao “mau funcionamento” do mercado nacional ou internacional.

Apesar de ter feito uma cobertura permanente sobre o tema crise energética, o jornal parece ter sido surpreendido por ela tanto quanto FHC. O motivo do silêncio dos editoriais sobre a crise, que se tornou a mais dramática prova da falência do modelo neoliberal no país, é justamente a identificação do jornal com esse modelo. O primeiro editorial a tratar do tema no período tenta uma solução do problema energético e é de 29 de junho de 2000. Sob o título de “O

Avanço das pequenas usinas elétricas”, ele analisa e aplaude esse “avanço”. Trata-se de um projeto do Governo, de reestruturação das antigas pequenas usinas existentes e da implantação de novas, visando um aumento de 630 MW no fornecimento de energia no país. O editorial enfatiza o fato de que a implantação das usinas deve-se à iniciativa privada e do fim do perigo de serem estatizadas pelo governo. No fundamental, o jornal defende com ênfase a solução do problema energético, pelo menos em parte, pelo pequeno capital. A crítica ao modelo de desenvolvimento se centra, assim, no fato de que “ele tendeu a se basear quase exclusivamente em grandes obras” consideradas no editorial como de elevado custo, demorada execução e geradoras de problemas ecológicos e de imigração de núcleos populacionais.

Os demais editoriais em que o tema é retomado, a crise energética já está na sua fase aguda. Eles identificam as raízes do problema – a drástica redução de investimentos no setor a partir de 1995, mas atribuem tal fato a uma “letargia” do governo em tomar decisões para a privatização do setor. Para o jornal, não foi o processo de privatização que levou à crise, mas a sua ausência. Rejeita a alternativa de um modelo híbrido, isto é, estatal e privado, alegando que seria esse modelo o responsável pela crise energética na Califórnia (EUA). Aplauda a última proposta do governo de privatização do setor (a “pulverização” das ações) e critica a matriz energética implantada no país, excessivamente baseadas nas hidrelétricas.

“(…)Uma correção de rota, contudo, se faz mais do que urgente para reduzir a perigosa dependência que o País experimenta em relação à matriz hidrelétrica, responsável por 92% de toda a oferta energética. As oportunidades mais promissoras para promover a desejável diversificação da matriz energética repousam, como se sabe, sobre o gás natural. O Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) prevê a construção de 49 usinas a gás até 2003, que deverão ofertar 15 mil MW, o equivalente a uma Itaipu. O avanço do programa, entretanto, vem sendo dificultado pela indefinição do

cálculo da tarifa - se baseada em dólar ou real(...)" (Para Evitar Futuras Crises de Energia 14 de Março de 2001)

Essa indefinição é originada pelo fato de que o capital privado deseja transferir para o Estado ônus de qualquer desvalorização cambial. Ou seja, o modelo de privatização manteria o Estado como financiador do processo, sem auferir quaisquer ganhos com as tarifas. O citado editorial, entretanto, não admite esta realidade. E afirma que "(...) de toda forma, não nos parece ser difícil chegar a um denominador comum que contemple as expectativas de investidores e as necessidades de consumidores. (...)". Mas não diz como isso seria possível. Confirma-se nesse tema crucial a virtual identificação do jornal com a agenda neoliberal, mesmo quando ela dá mostras de total ineficácia econômica concreta, como nesse caso.

Para o jornal *GAZETA MERCANTIL* a questão da inserção do Brasil na economia internacional é de suma importância. Isto está patente no número de editoriais dedicados ao tema, seja a questão do comércio exterior, seja da situação da economia internacional ou da questão dos blocos econômicos (MERCOSUL E ALCA). Na discussão da situação do setor externo da economia brasileira, a preocupação maior é com a eliminação do déficit na Balança Comercial ou mesmo a obtenção de um superávit. Há uma grande dificuldade de se obter este resultado no contexto da política de abertura comercial adotada pelo governo, mas para o jornal o problema é outro. "(...) Não consideramos um problema o expediente da importação em si. Economias modernas e abertas, na verdade, sabem dinamizar seu mercado interno e potencializar suas próprias exportações recorrendo às oportunidades do mercado internacional (...)". O jornal ignora que a importação, no momento atual, é o verdadeiro problema, gerado pela política de abertura comercial do governo e põe a culpa na "(...) incipiente cultura empresarial exportadora, até atingir o elevado número de empecilhos burocráticos. Nenhuma delas, entretanto, é tão opressiva quanto a política tributária. "(Novo patamar para o comércio externo 7 de junho de 2000).

No plano estrutural, o comércio exterior será dinamizado, segundo a Gazeta, pela ainda maior retirada do Estado, que reduziu drasticamente as tarifas sobre importações e agora é chamado a desonerar as exportações e financiar os exportadores, além de investir em reforma dos Portos, promoção dos produtos brasileiros e logística. (O setor exportador rearticula-se 17 de novembro de 2000)

Já no plano conjuntural, busca-se uma série de situações potencialmente favoráveis para a obtenção de um saldo na Balança Comercial. Uma retomada da economia americana, uma redução significativa das importações, mas principalmente uma expansão das exportações, são os principais fatores que podem trazer bons resultados no comércio externo. As importações devem continuar sendo permitidas, porque se acredita em um “processo de substituição de importações estimulado pelo nível do câmbio”. Segundo o editorial “O item que deve apresentar maior expansão é de importação de bens de capital, o que é um bom sinal.” (Alento para a balança comercial 2 de março de 2001)

Contraditoriamente a esta busca de um saldo na balança comercial, os editoriais sempre insistem na importância do MERCOSUL e da ALCA. É sabido que o Mercosul é um dos responsáveis pelo nosso déficit comercial. Segundo o editorial de 10 de maio de 2001,

“(...) No primeiro quadrimestre de 2001, a corrente de comércio (exportações mais importações) entre o Brasil e a Argentina, um bom indicador do nível de intercâmbio no bloco, aumentou 6% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações brasileiras para o mercado do país vizinho atingiram us\$ 1,871 bilhão, enquanto as importações de produtos argentinos somaram us\$ 2,178 bilhões(...)” (Importância vital de reforçar o PROEX).

Apesar desse déficit nas transações com o principal parceiro do Mercosul, há uma série de editoriais se posicionando sempre pelo seu fortalecimento como um elemento estratégico das relações internacionais do Brasil. Os títulos são bem expressivos: “A ampliação do Mercosul em marcha”, de 24 de maio de 2001 (sobre a possível entrada de outros países, como a Venezuela),” Um Mercosul

unido rumo à ALCA”, de 9 de abril de 2001 (sobre a decisão de se realizar as negociações mais concretas da ALCA somente em 2005), etc.

Também o posicionamento em relação a ALCA – de apoio com críticas - é uma preocupação constante de vários editoriais. Mas o principal obstáculo , no entender do jornal, é a questão do subsidio dos EUA a uma série de produtos, prejudicando as economias da América Latina.

“(...) Estamos convencidos de que não há por que temer o convívio com economias poderosas, como a americana ou a canadense, num ambiente de livre comércio, desde que as regras do jogo sejam claras e justas para todos. (...) Estabelecer regras equânimes que ditem o mercado de tais produtos é, portanto, matéria prioritária nas discussões com os integrantes do Nafta, a sigla inglesa para o Acordo de Livre Comércio da América do Norte.(...)” (Um Mercosul Unido Rumo à Alca- 9 de abril de 2001).

Neste tema da inserção do Brasil no mercado internacional a Gazeta subscreve, com algumas reservas, a posição oficial do Brasil. O apoio ao MERCOSUL e à ALCA, com evidentes prejuízos atuais e futuros para o comercio externo brasileiro, que são vistos como inevitáveis, mas superáveis em um processo de negociação. Negociação essa quase inexistente, como no caso da ALCA, em que as imposições dos EUA são a tônica do processo. O resultado é quase sempre uma construção de uma realidade diversa da realmente existente, pois há necessidade de se afirmar a crença de que a agenda neoliberal resultará em crescimento econômico, lucratividade, produtividade,etc. Isso em um período em que o modelo econômico se desmorona em todo o mundo, mas em especial nos chamados países emergentes. Para entender como e porque esta construção é necessária é preciso investigar como os editoriais tratam as questões ideológicas, que podem ser sintetizados em três grandes blocos: democracia e desenvolvimento; mercado e estado; nação e sociedade.

No primeiro tópico, as contradições aparecem logo no fato de que não há uma grande preocupação quanto à democracia: encontraram-se apenas dois

editoriais, um falando sobre a liberdade de expressão na propaganda comercial, outro sobre a informatização do judiciário. Nos editoriais, a importância do Congresso se revela mínima, na medida que não se atribui ao mesmo um papel legislativo. A questão do Judiciário se resume à necessidade de “agilidade” no encaminhamento dos processos, lembrada no editorial “Justiça ágil fortalece a democracia” de 26 de março de 2001. Curiosamente há nesse editorial uma das raras referências ao Congresso. “(...) É entusiasmante constatar que o esforço de dinamização do Judiciário se dá no mesmo instante em que o Congresso Nacional estuda a aprovação de Juizados Especiais para apreciar processos contra a União, que devem desafogar os tribunais federais, congestionados por milhares de processos que levam até cinco anos para serem julgados (...)”

Outro editorial que trata da questão democrática é o que critica o governo por querer regulamentar a propaganda de alimentos industrializados, medicamentos, cosméticos e produtos de limpeza, visto pelo jornal como uma forma de coibição à liberdade. Para a Gazeta o mecanismo de autorregulamentação através do CONAR seria o exemplo dado pelo setor publicitário à sociedade, na medida que impõe um comportamento ético que impediria os abusos advindos da luta pela concorrência. De qualquer forma, o jornal assume um compromisso importante com a livre expressão, ainda que isso não se reflita necessariamente em outros editoriais ou nas matérias.

“(...) Defensores de primeira hora do direito à livre expressão, repudiamos toda e qualquer forma de censura. nem é preciso recorrer ao exemplo dos governos autoritários, de todos os matizes, que encontraram na mordaza um dos instrumentos de poder. Preferimos ficar com a lúcida advertência de Gustave Flaubert: 'A censura, seja qual for, parece-me uma monstruosidade, algo pior do que homicídio: o atentado contra o pensamento é um crime de lesa-alma (...)’ (Ameaça ao Direito de Livre Expressão, de 13 de julho de 2000)

Outro tema fundamental neste primeiro bloco, é o referente aos conceitos de progresso, desenvolvimento, crescimento. O jornal afirma sempre, nos

editoriais pesquisados, a defesa do desenvolvimento e do progresso, mas essa defesa é frágil. O termo progresso não é usado como sinônimo de um programa para o futuro, mas como algo que ocorre na conjuntura. Assim, tenta-se associar o termo ao conceito de forma artificiosa. A idéia, no editorial “ Progressos que devem ser perseguidos”, de 24 de julho de 2000, é associada a idéia de evolução natural. São progressos que o país obtém no campo da agilidade maior nos serviços devidos à comunidade, na redução da mortalidade infantil, e outros indicadores sociais. Há um nítido esforço, presente em todos editoriais, de retirar dos dados, no caso da PNAD – IBGE, resultados “alentadores”. O editorial é todo desenvolvido em torno a dados positivos e interpretações que tentam dar cunho científico ao otimismo sempre necessário. Termina afirmando que é preciso buscar o crescimento com afinco.

Já o termo desenvolvimento tem uma acepção mais ligada ao crescimento do país, em especial na infra-estrutura. Em um editorial em que o tema principal é a violência, se argumenta que ela só será extinta através do desenvolvimento. “(...) Só ele é capaz de multiplicar as oportunidades de trabalho, engrossar investimentos em saúde e educação e reverter em melhores condições de vida, terreno em que a criminalidade encontra maior dificuldade para fincar raízes. (...)” (Segurança advém do desenvolvimento, 21 de junho de 2000)

Em outro editorial, se apóia o programa de recuperação de estradas rodoviárias federais como uma importante iniciativa para o desenvolvimento. Vincula-se a continuidade do crescimento à eficiência da malha rodoviária, seja para abastecer o mercado interno, seja para favorecer o transporte até os portos.

Finalmente, o tratamento da questão da segurança é muito contraditório. Nos editoriais pesquisados, aplaude-se o Plano Nacional de Segurança, mas critica-se o “gasto excessivo” que seria, segundo o jornal, melhor empregado em atividades produtivas. Ao mesmo tempo o jornal elogia o fato de que se cumpriram as metas com o FMI, o que daria certa estabilidade para a economia.

Em síntese a postura do jornal com relação à democracia é basicamente imediatista, corporativista e formal. Seu projeto de desenvolvimento de “crescer com afinco” não toca nas questões cruciais e se manifesta de acordo com as “metas do FMI” que são sinônimos, quando cumpridas, de recessão e portanto de não desenvolvimento. Já quanto à segurança o jornal se une às campanhas pela paz e aplaude o plano de segurança do governo, mas julga que as verbas seriam melhor gastas no “setor produtivo” .

Um dos indicadores da adesão do jornalismo econômico à Agenda neoliberal é o tratamento dos conceitos de mercado e Estado. O primeiro, apesar de indefinido, se torna um agente econômico fundamental e saudável. Já o Estado é visto como possível causador de todos os males se não restringir sua ação à defesa do “mercado”.

No discurso ideológico dos editoriais do jornal, o mercado aparece como um ente dotado de personalidade, cuja ação tem grande impacto sobre a sociedade. Este “fetiche do mercado” não é característica apenas deste jornal, é uma das peças fundamentais do discurso ideológico dominante. No editorial de 15 de agosto de 2000, anuncia-se que “o mercado está confiante no crescimento”. Mas não há qualquer indicação de quem fala pelo mercado. Mas, como é freqüente, o “mercado” é que impõe-se em todos os temas: sua “palavra” confere credibilidade aos fatos da economia. O editorial se coloca, assim, na perspectiva do “mercado” e passa a mostrar porque o crescimento é mesmo confiável:

“(…) Há motivos reais para o clima de confiança no mercado quanto à evolução da economia brasileira. O governo preferiu não enfrentar neste momento questões fundamentais, como a reforma tributária, e muitos empresários vêem com apreensão certas medidas que trazem de volta a triste lembrança de políticas de controle de preços. Apesar disso, a economia vem dando nítidos sinais de recuperação, não há uma séria ameaça de surto inflacionário, as contas públicas estão em ordem e a imagem externa do Brasil melhorou consideravelmente.” (O mercado está confiante no crescimento – 15 de Agosto de 2000)

É importante destacar o contraponto entre o mercado – em clima de confiança – e o governo, colocado sob suspeita, pelo que não fez e o que pode vir a fazer. Os fatores objetivos da economia também são positivos. O aspecto negativo é o governo que “preferiu não enfrentar neste momento questões fundamentais” e que desperta apreensões nos empresários com a desconfiança de que possa aplicar instrumentos de política econômica “antimercado”. Quando o governo age de acordo com o mercado, como no caso da troca de títulos “bradys” por outros com prazo mais longo, sua ação é destacada, mas apenas como uma adaptação às “leis naturais” que regem a economia.

“(…) Constata-se que o mercado sanciona as expectativas do presidente do BC, não acreditando que a inflação possa disparar. E, com efeito, já está havendo uma redução do custo de crédito para as empresas. Como muitos empresários, entendemos que há espaço para diminuir ainda mais a taxa SELIC(…)”. É, portanto, o mercado que julga se as expectativas do Presidente do Banco Central foram racionais, de acordo com o editorial

A crença de que o mercado é sempre um agente racional e ético fica clara quando o jornal analisa o Código de Ética para a conduta da alta administração, decretado pelo governo. O jornal aplaude a medida apesar de considerar que houve muito atraso. A “quarentena” por um certo período após a saída do governo, impedindo que administradores públicos se empreguem em empresas privadas que negociam com o governo, é aplaudida pelo jornal. “(…) A medida, entretanto, é meritória, não só por seu aspecto emblemático, mas por se tratar do primeiro esforço moralizador sério da gestão pública (...)” (Austeridade à administração pública -23 de agosto de 2000). Encara então, a possibilidade de “contaminação” pelo mercado da ação dos administradores públicos. O mercado, no entanto, é analisado como ético na medida que a comissão que irá analisar a conduta das autoridades é formada por “membros da sociedade civil” como o jurista Miguel Reale e o empresário Roberto Teixeira da Costa, o que, segundo o jornal, constitui garantia de autonomia de ação em relação ao governo. Isto significa que a presença de um empresário – representante maior do mercado –

confere a necessária isenção ética para julgar a presumida falta de ética do governo.

A ação do Estado para corrigir a ineficácia do mercado em propiciar melhor distribuição de renda, melhor alocação de recursos ou controle dos monopólios e da poluição ambiental sempre foi aceita até mesmo nos manuais de economia mais liberais. Mas nos editoriais da Gazeta a situação se inverte. É o protecionismo, ou seja, a ação do Estado em prol das empresas nacionais, o grande vilão. A idéia é repetida em vários editoriais, sobre os mais variados temas. Combate-se o protecionismo da Europa em relação aos produtos agrícolas que competem com aqueles exportados pelos países subdesenvolvidos ou “emergentes”. No editorial “Por uma partilha mais justa da riqueza, de 28 de setembro de 2000” afirma-se que: “(...) Nada, porém, é mais importante do que a redução das barreiras protecionistas e da cornucópia de subsídios dos desenvolvidos à sua agricultura, muitas vezes incapaz de concorrer sem essas muletas.(...)” Refere-se ao conjunto de medidas que poderiam ser tomadas para promover a justa partilha da riqueza, como a redução da dívida externa, por exemplo.

Por outro lado o jornal rejeita como protecionismo a exigência dos países desenvolvidos de respeito a certos direitos trabalhistas ou a medidas de preservação ambiental. Ainda que possa se aceitar que haja a utilização destes argumentos de forma abusiva pelos países desenvolvidos, é surpreendente como o jornal justifica a iniquidade social vigente no Brasil e a permanente devastação da natureza, ambas oriundas da ação do mercado, tão elogiada pelo jornal:

“(...)Com efeito, exigências para que as empresas instaladas nos países mais pobres paguem salários comparáveis aos dos países desenvolvidos ou proporcionem a seus trabalhadores assistência semelhante à de que gozam os assalariados do Primeiro Mundo podem parecer uma atitude solidária e generosa. Mas na realidade isso torna os países em desenvolvimento menos atraentes para investimentos, além de criar obstáculos para as empresas já instaladas em seu território, que se vêem a braços com acréscimos de custos

devidos a deficiências de infra-estrutura, escassez de mão-de-obra especializada e, não raro, crises político-econômicas. (...)”

O editorial prossegue nessa linha de raciocínio, criticando também a exigência de proteção do meio ambiente e alegando que a “magnanimidade” dos desenvolvidos se identifica com um protecionismo.

(...). Enquanto crescem as exigências sobre os produtos que importam do chamado Terceiro Mundo, os países aumentam os subsídios à sua produção agrícola e reforçam progressivamente suas estruturas protecionistas. Frequentemente se recusam mesmo a discutir suas leis e regulamentos sobre concorrência tachada de desleal ou imposição de direitos chamados compensatórios sob o argumento de que se trata de 'questões internas'. Só querem tratar nos foros internacionais da defesa de patentes (...) (Um alento contra o protecionismo, 30 de janeiro de 2001).

Apesar de registrar corretamente a hipocrisia dos países dominantes, em nível internacional, nas relações com os países dominados, o jornal assume a defesa da situação existente, mostrando as contradições de seu discurso.

Esta atitude benevolente para com o mercado se revela de forma ainda mais enfática quando se analisa a questão da política do Estado em relação ao mercado. Significativamente, não há qualquer rejeição do Estado quando este vem a defender os interesses das empresas. Os editoriais aplaudem, por exemplo, planos de financiamento a juros subsidiados para as empresas, ainda mais se estes planos não interferem com a atividade das empresas, mas a suportam. No editorial “Indução para elevar a nacionalização “, de 24 de outubro de 2000, o jornal elogia as diretrizes de uma “política industrial inteligente” de acordo com as quais “(...) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem orientando a sua política de crédito para o fortalecimento de cadeias produtivas, política estreitamente ligada à substituição de importações(...)”. Já no

editorial “Para fortalecer o Novo Mercado” , de 31 de janeiro de 2001, analisa positivamente os planos do governo para estimular a abertura de capital das empresas:

“ (...) Nada mais oportuno, portanto, que o programa de apoio às novas sociedades anônimas da BNDESPAR, que já em 2000 comprou R\$ 50,4 milhões em debêntures conversíveis de empresas emergentes com faturamento de até R\$ 60 milhões por ano (...) Também se prevê a concessão de financiamentos a juros menores pela taxa de juros a longo prazo (TJLP), atualmente em 9,25%, com spread de 2%, bem abaixo da média do mercado financeiro, às empresas que abrirem o capital nos novos moldes para que procedam à ampliação e modernização de seus processos de produção.(...)”

O apoio irrestrito aos interesses empresariais fica patente quando se analisa a questão da privatização. No editorial “Um modelo inovador de privatização de 9 de março de 2001” , o jornal defende a privatização de FURNAS, deixando de analisar o caos provocado no setor pela política de privatização. Para o jornal , o expediente da “pulverização” de ações eliminaria os problemas da privatização. A defesa veemente da privatização pela Gazeta, neste caso, que acabou sendo abandonada pelo próprio governo, mostra em que grau o discurso ideológico do jornal se identifica com a “agenda neoliberal” , embora o jornal tente se pautar, no terreno do discurso jornalístico como isento diante de todas estas questões.

“(...) Preenchidos esses requisitos, não vemos por que fazer objeções à privatização dessas companhias, a começar por Furnas, que o presidente Fernando Henrique Cardoso espera levar a leilão até o fim de seu mandato. Não fazem sentido as resistências de alguns setores, pois o modelo pulverizado exclui a possibilidade de desnacionalização. Investidores estrangeiros poderão vir a aplicar nesses papéis, mas seus investimentos

deverão ser limitados e há meios para evitar conluios. O essencial é que, com o aumento da eficiência com a privatização, a estrutura de capital dessas companhias possa ser fortalecida, possibilitando investimentos para aumento da geração de energia elétrica no Brasil no novo ciclo de desenvolvimento em que já ingressou.(...)” (Um modelo inovador de privatização de 9 de março de 2001)

A defesa do modelo de privatização está intrinsecamente vinculada ao sucesso: aumento de eficiência, aumento de geração de energia elétrica um novo ciclo de desenvolvimento. Para a Gazeta, evidentemente, os fatos não serão nunca o suficientemente eloqüentes para que o discurso da agenda neoliberal seja abandonado.

Uma questão fundamental é identificar no discurso dos editoriais, o que significam os conceitos de nação e sociedade para a Gazeta. Estes conceitos indicam a postura ideológica da Gazeta e fundamentam o tratamento das matérias da seção nacional do jornal. Apesar disso, no período em análise, de um ano, identifica-se apenas dois editoriais preocupados com esses conceitos de forma direta e mais dois, de forma indireta.

No editorial “A nação que a sociedade almeja”, de 2 de janeiro de 2001 é que se encontram as definições mais cristalinas sobre esses conceitos. O editorial se propõe analisar as perspectivas do país no novo milênio. Parte de uma visão essencialmente otimista, de que o país ainda enfrenta graves problemas, mas, afirma: “não há como negar: o Brasil que irrompe o novo milênio é um país menos injusto do que o de anos passados.”. Para sustentar essa afirmação, não recorre às estatísticas de distribuição de renda, mas a indicadores indiretos e inadequados como: como renda per capita, taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, e acesso a serviços públicos atribuindo o “sucesso” à “estabilidade econômica que o plano real conseguiu instaurar.”

Este é o duplo diapasão que vai regular a atitude do jornal diante da situação atual do país. De um lado, a idéia que o país mudou para melhor nos

últimos anos, com base em dados levantados pelo IBGE. De outro, um forte apoio à política econômica do atual governo, identificada com “um ambiente de estabilidade econômica” . É evidente que há um filtro nessa construção de um conceito de nação feita pela Gazeta. Os dados do IBGE são selecionados de forma adequada para se obter um determinado resultado.

No editorial “Para conhecer melhor o Brasil real” de 16 de maio de 2000 ,o Brasil é considerado como “uma sociedade de consumo de massa”, embora com grande número de excluídos afirmando que “com a retomada do desenvolvimento e o progressivo aumento de renda, que esperamos seja mais bem distribuída, o mercado vai ampliar-se muito”.

Essa idéia de uma redistribuição automática da renda advinda do crescimento econômico não corresponde à realidade, na medida que o principal problema econômico do Brasil, apontado por vários estudos científicos é que o país, em que pese seu desenvolvimento industrial, não conseguiu passar para a fase de uma sociedade de consumo de massa , mantendo a maioria de seus habitantes à margem do mercado. O uso da frase “esperamos seja mais bem distribuída” mostra que o jornal se fundamenta apenas em desejos bem intencionados, mas sem fundamento na realidade. Por outro lado, o jornal cita estudos e pesquisas para tentar legitimar seu discurso, sem, no entanto, indicá-los precisamente Mas a idéia de que o Brasil já é uma sociedade de consumo de massa é a base conceitual sobre a qual vão ser elaboradas as matérias da Seção Nacional do jornal.

No editorial “Boas novas sobre o Brasil Real “ , de 26 de dezembro de 2000, os dados preliminares do Censo de 2000 são utilizados para aperfeiçoar esta análise. Em essência, afirma-se nesse editorial que o Brasil tem uma baixa taxa de crescimento populacional sem nenhuma política de controle oficial, com um fluxo migratório dirigido para as regiões Centro-Oeste e Norte. Segundo a Gazeta, esse movimento imigratório, que foi determinado pela falta de oportunidades no campo, deve mudar porque as grandes propriedades rurais tendem a operar como empresas , oferecendo melhores condições de trabalho.

Têm o mesmo sentido a implementação de programas nas áreas de educação, combate a endemias, estradas vicinais e eletrificação rural.

Esta também é uma análise inexata, na medida que o desenvolvimento nas novas regiões de fronteira rural tem contribuído para a expulsão do campo de enormes contingentes populacionais, que, ao não encontrarem emprego nas regiões urbanas, retornam ao campo e buscam o acesso à terra através, por exemplo, dos programas oficiais de Reforma Agrária. Estes, no entanto, são cada vez menos eficientes, resultando na explosão de violentos conflitos agrários e na constituição de movimentos sociais.

Além de considerar o Brasil menos injusto, o jornal se identifica plenamente com a idéia de que o país se encontra no rumo certo, ao abandonar as “práticas intervencionistas” e adotar a agenda de reformas neoliberais designada como “um programa de desregulamentações e de privatização de estatais”.

“O Brasil do novo milênio”, afirma o editorial de 2 de janeiro de 2001, “é também um país que aprendeu a reconhecer as virtudes da austeridade pública.” Segundo o jornal, este reconhecimento foi consagrado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que, afirma, “constitui um aval para a consecução, de forma sustentada, dos investimentos em infra-estrutura de que tanto o País necessita.”

Essa visão tem tido críticas de vários setores, ao mostrar que a citada Lei considera isentos do conceito de responsabilidade, os gastos do Estado com os encargos financeiros da dívida, cada vez mais importantes. O jornal se coloca pela redução desses encargos, não percebendo as altas taxas de juros como parte integrante do Plano Real. “A redução das taxas de juros”, afirma o citado editorial, “não é apenas o fermento que o caldo de cultura dos negócios requer para se desenvolver, mas também constitui a mais eficaz ferramenta para abater os pesados encargos da dívida pública, que consomem recursos equivalentes a 8,34% do Produto Interno Bruto (PIB).”

Apesar dessa visão sobre as altas taxas de juros, o jornal ainda acredita que o país estaria, naquela altura, no limiar de um novo ciclo de crescimento

econômico, amparado pela taxa de crescimento do PIB de 4,5 % em 2000 e da previsão de investimentos da ordem de US\$ 450 bilhões em cinco anos, feita pelo governo, ainda que sabendo que 85% destes recursos deveriam sair da iniciativa privada. Para isso, no entanto, entende que “de todos os importantes pontos em pauta, nenhum deles é mais premente do que a execução das reformas institucionais, particularmente a tributária, cuja desmesurada carga constrange a vida econômica.”

Do ponto de vista Internacional, o jornal propõe a criação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul”, encarada como fundamental “caso o País pretenda, de fato, negociar seu ingresso na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e sua inserção numa economia dominada por grandes blocos econômicos em condições de igualdade.”

O jornal *GAZETA MERCANTIL* estabelece uma identificação com a democracia, como, de resto, a maioria dos órgãos jornalísticos. Sua visão de democracia é, no entanto, particularmente estreita. No citado editorial, o jornal define como essencial “efetiva participação da sociedade civil” pois segundo a Gazeta “dizer que país queremos deixou de ser uma atribuição do Estado, mas é, mais do que nunca, uma prerrogativa da sociedade.” Qual seria o conceito de sociedade que nos fala o jornal? Em todos momentos em que se refere à participação da sociedade civil, não se deixa de realçar a participação da iniciativa privada ou dos empresários. Nada é dito a respeito de outros setores sociais, como os assalariados, profissionais, etc. Já no editorial “O espaço devido à sociedade civil”, de 2 de agosto de 2000, afirma-se ser o jornal e os diretores do jornal “partidários de primeira hora da participação do cidadão e do empresário na tomada de decisão dos rumos do País”. Em uma matéria que reproduz o discurso do Diretor-Presidente da Gazeta Mercantil, em 07 de junho de 2000, para cerca de cem líderes cooperativistas paranaenses sobre o tema “As tendências da economia nacional e mundial - uma visão de futuro”, Luiz Fernando Levy, o jornalista afirma que “os empresários, assim como alguns líderes dos

trabalhadores, devem ser mais objetivos em suas propostas e reivindicações. Em alguns casos, os líderes empresariais precisam ser mais agressivos”.

A menção aos trabalhadores não é, no entanto, a tônica das matérias do Jornal. No período considerado (maio de 2000 a maio de 2001) , e considerando o conjunto dos cadernos do jornal, com exceção dos regionais, constata-se que apenas 8 matérias continham no título a palavra trabalhadores. Destas, apenas 6 se referiam a trabalhadores brasileiros e apenas 3 se referiam a participação dos trabalhadores na sociedade. A mesma pesquisa feita para a palavra empresários encontrou 76 respostas sendo 18 sobre empresários estrangeiros, 33 sobre a participação na sociedade e 25 sobre temas econômicos e outros.

A análise do discurso do Jornal *GAZETA MERCANTIL* mostrou algumas características importantes. A primeira é a do monopólio do mercado de referencialidade, que foi claramente identificada nos editoriais do jornal. Estabelece-se o discurso dos empresários - e a defesa da economia de mercado - como universal e válida porque racional e eficiente. Impede-se a possibilidade de outros concorrentes neste mercado, vistos como irracionais e inconscientes.

Uma segunda característica é a estratégia discursiva do jornal, alicerçada na não identificação do emissor. Na Gazeta Mercantil, o Jornal se apresenta ao receptor como portador da razão e da consciência e estrutura sua legitimidade discursiva a partir da demonstração da racionalidade de suas teses.

A terceira característica é a construção do receptor como empresário, cidadão e contribuinte. Trata-se de um receptor que está disposto a aceitar as teses da necessidade do ajuste econômico e do acordo com o FMI, mas que, ao mesmo tempo, está preocupado com as conseqüências da política econômica. Nesse particular, a proposta que emerge dos editoriais, de redução das taxas de juros a níveis razoáveis, é adequada à identificação do empresário como principal receptor construído.

A quarta característica é a exclusão dos defensores de uma outra racionalidade e críticos da agenda neoliberal, considerados irracionais e sem capacidade de ação na cena econômica.

A quinta e última é a busca de apoio no Governo ou na sociedade para dar sustentação e solidez ao discurso do jornal.

Já a análise de conteúdo dos editoriais mostrou que, para o jornal *Gazeta Mercantil*, a nação brasileira vive hoje um processo intenso de mudanças tanto demográficas como econômicas. Para o jornal o país passa por uma fase de estabilidade econômica, garantida pelas políticas de desregulamentação, privatização e cambial, cuja flexibilização impediu a sangria de recursos para o exterior. Naquele momento iniciava-se um novo ciclo de crescimento econômico, a ser sustentado pelo investimento privado e garantido pela queda da taxa de juros e pela reforma tributária. No plano internacional o país estaria se preparando para constituir a *Amercosul* como uma etapa preliminar para a *ALCA*. O jornal julga importante a participação da sociedade civil no processo, em especial dos empresários, cabendo a outros setores sociais a participação como cidadãos (classe média) ou como setores sociais que sejam “objetivos” e “não extremistas” (trabalhadores, camponeses). Trata-se de uma conceituação que vai ganhar concreticidade nas matérias da *Seção Nacional* do jornal.

4.2 Manchetes principais e manchetes secundárias da primeira página: o discurso da agenda neoliberal

Para a análise do significado das manchetes do jornal era preciso estabelecer, em termos quantitativos, os temas privilegiados e os desprezados. As manchetes da primeira página chamam a atenção por fugir quase totalmente aos padrões do restante da grande imprensa. Não há a manchete verdadeira, que ocupe toda a extensão horizontal do primeiro caderno, com letras maiores. A primeira página apresenta três manchetes em destaque no alto (a chamada primeira dobra do jornal), às quais se designou de manchetes principais, seguidas de pequenas manchetes em corpo menor. Estas “pequenas manchetes” foram chamadas de secundárias pelo pouco destaque que recebem graficamente, não pelo seu conteúdo. Elas abordam, muitas vezes, temas de alta relevância

nacional, cujo destaque não é de interesse do jornal. As manchetes secundárias da “segunda dobra” trazem também temas relativos a determinadas empresas ou a serem mais desenvolvidos nos cadernos do jornal. As manchetes de notícias do caderno regional saem quase sempre nesta parte da primeira página .

O que suscita estranheza é que raramente as manchetes principais tratam de temas de grande apelo na grande imprensa, como crises na bolsa, alterações na política econômica do governo ou os chamados temas macroeconômicos. A ênfase se dá em certos temas restritos às empresas, sejam tratadas individualmente ou em grupo ou mesmo como setores da economia (as teles, a indústria têxtil, etc). Os grandes temas econômicos têm sua grande ênfase na questão da bolsa ou dos grandes bancos e fundos financeiros e quando tem dimensão internacional, em especial Estados Unidos, Argentina (MERCOSUL) e Europa. Os temas macroeconômicos – inflação, balança comercial, PIB, Déficit Público, etc. - tem pouco destaque, embora sejam noticiados sempre na primeira dobra. O motivo desta abordagem pelo jornal dos temas noticiados seria a busca de um “contrato de leitura” com seus leitores, que são empresários e executivos e , portanto, mais receptivos às notícias e manchetes sobre empresas e o chamado mundo corporativo.

Para uma interpretação do significado desta apresentação inusitada da primeira página da Gazeta é preciso identificar qual relação das manchetes principais (e também as secundárias) com o projeto editorial do jornal, que reflete a agenda neoliberal. Isto é, trata-se de captar qual é o significado real das várias manchetes agrupadas na primeira página e não somente o que cada uma relata isoladamente. A estratégia do jornal deve ser analisada a partir das conclusões da análise dos editoriais. Não é acidental que se procure colocar em destaque as notícias positivas em relação à abertura da economia, às privatizações, a flexibilização das relações trabalhistas. Há uma ênfase importante, em termos quantitativos, nas manchetes que se identificam com esses temas de modo positivo, e também nas notícias sobre as empresas. Faz parte da agenda neoliberal a ênfase na suposta eficiência automática do mercado, “lócus”

privilegiado pelo jornal para as notícias sobre empresas. Nestas notícias predomina a visão de que as empresas estão crescendo, apresentando novas tecnologias, contribuindo para o bom desempenho da economia. Neste sentido, não cabem, pelo menos como manchetes de primeira página, a falência ou os maus resultados de empresas privadas. “Fiat concentra operações e garante lucros” (11/5/2000), “Empresa aberta recupera o nível de eficiência” (02/10/2000), “Emprego farto nas telefônicas”, (3/4/2001) são exemplos de manchetes, que revelam uma tendência a ressaltar aspectos positivos da situação das empresas.

No mesmo período tivemos empresas – como a FORD e a GM, em grandes dificuldades e prejuízos – mas o destaque da Gazeta é a FIAT, que desfruta de uma boa situação econômica. “Mercado força bancos a buscar mais eficiência” (08/08/2000). Na verdade, o mercado fez os bancos pouco eficientes na intermediação financeira, principalmente a longo prazo, apesar do alto custo do crédito e dos serviços bancários. O número de empresas abertas declinou no período, mesmo entre as empresas recém-privatizadas, que fecharam seu capital. “VOLKS E FIAT exportam mais que importam” (13/11/2000) A tendência mais expressiva das indústrias no período recente, foi justamente importarem mais do que exportam, que a manchete não revela, privilegiando algumas empresas que fogem à regra. A mesma abordagem tendenciosa se revela nas outras manchetes: “Prejuízo diminui nas empresas da nova economia” (02/01/2000) em um momento de grande número de falências de empresas “ponto com”, fala-se em aumento do emprego quando há grandes operações de corte de pessoal nas telefônicas e o grande “susto” do apagão, não previsto por nenhuma empresa, que recebe a generosa manchete “Empresas antecipam-se ao apagão”.(15/05/2001)

A tendência a destacar notícias favoráveis à agenda neoliberal em detrimento das que revelam a real natureza do processo econômico, como o desemprego, a falência de empresas “eficientes”, os problemas gerados pela privatização, pode ser comprovada estatisticamente. A pesquisa mostrou o predomínio de manchetes favoráveis à agenda neoliberal. Esta tendência é maior

no período maio / dezembro de 2000 e decresce à medida que a economia mostra sinais de desaceleração e se desenha a crise energética.

Quadro II
Percentual de manchetes principais da primeira página
Favoráveis ou Desfavoráveis à agenda neoliberal

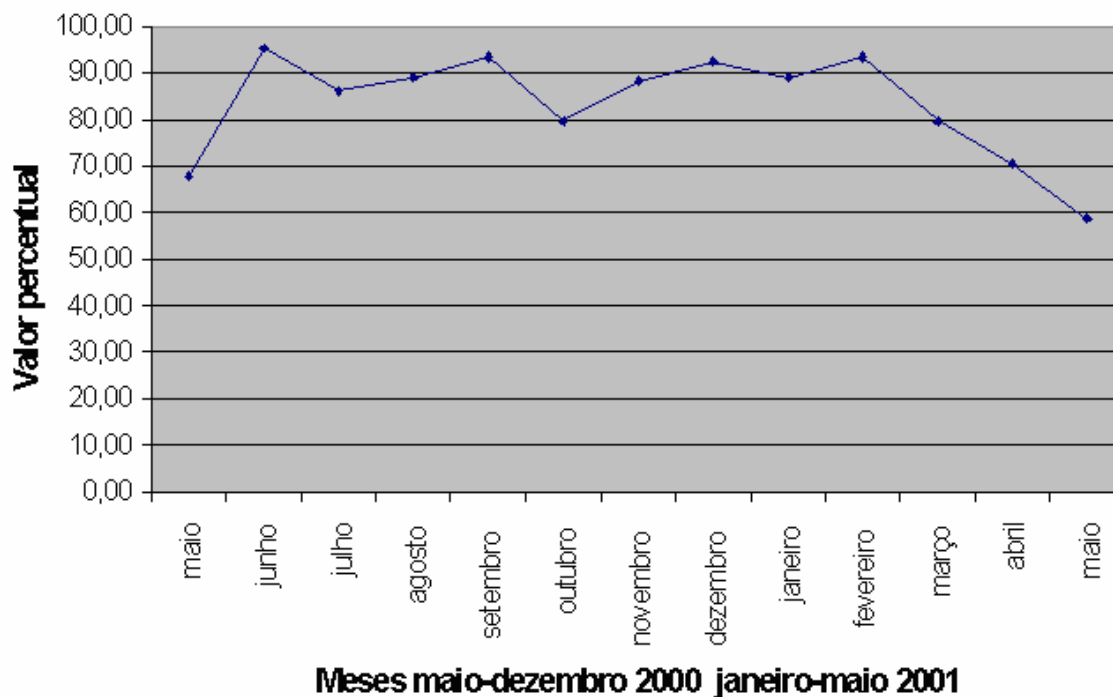
Ano: 2000	Favoráveis	Desfavoráveis
meses	(%)	(%)
maio	67,74	32,26
junho	95,24	4,76
julho	86,11	13,89
agosto	88,89	11,11
setembro	93,33	6,67
outubro	79,63	20,37
novembro	88,24	11,76
dezembro	92,31	7,69
Ano: 2001	Favoráveis	Desfavoráveis
meses	(%)	(%)
janeiro	88,89	11,11
fevereiro	93,33	6,67
março	79,63	20,37
abril	70,37	29,63
maio	58,73	41,27

Fonte : Banco de dados de manchetes

Por outro lado, as manchetes principais abordando temas desfavoráveis à Agenda Neoliberal, apresentam um movimento de crescimento exatamente no período em que se manifesta a crise do racionamento de energia elétrica (março, abril e maio de 2001). Estes dados, que podem ser mais bem analisados através de um gráfico, mostram que, por trás de uma postura de neutralidade, o jornal destaca na primeira página, através das manchetes principais, as notícias favoráveis à agenda neoliberal e à economia de mercado. Ressalte-se que os dados analisados estão estruturados com base em uma ponderação pela frequência percentual do número de manchetes por mês.

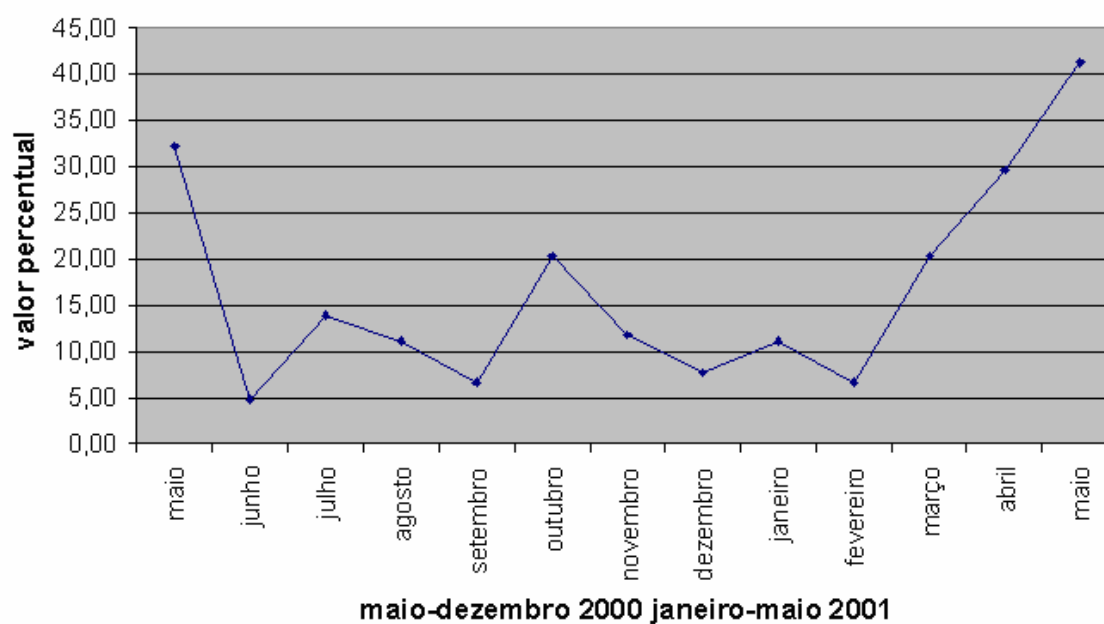
Gráfico 1

Manchetes principais da primeira página favoráveis à agenda neoliberal



O gráfico acima mostra a manutenção de um número constantemente alto de manchetes pró-agenda neoliberal, com oscilações alguns meses como junho e outubro de 2000 e janeiro de 2001. De qualquer forma, obteve-se sempre um percentual acima de 80% de manchetes principais pró-agenda neoliberal. No final do período, significativamente, nota-se uma abrupta queda neste percentual, chegando-se em maio ao valor mais baixo do período, ou seja, 60%. Isto é decorrência direta da crise energética, que se confronta diretamente com a agenda neoliberal, mostrando o fracasso do processo de privatização. Como as manchetes principais da 1ª. Página tem número fixo – são apenas 3, a queda de manchetes pró-agenda neoliberal reflete o outro fenômeno, o crescimento do número de manchetes desfavoráveis a essa agenda, como mostra o quadro e o gráfico.

Gráfico 2
Manchetes principais da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal



O gráfico mostra que o jornal mantém um percentual baixo, em torno de 10% , de manchetes desfavoráveis à agenda neoliberal. Com o início da crise energética, há um crescimento significativo, chegando-se a um percentual de 40% no mês de maio de 2001. Em geral, as manchetes são relativas à crise energética. No quadro, com alguns exemplos das manchetes favoráveis e desfavoráveis à agenda neoliberal, foi dada ênfase às manchetes referentes a temas consumo, inflação, investimentos, ao contrário do quadro anterior, que enfatizavam manchetes relativas a empresas, mercados, etc.

Quadro III

Manchetes principais da primeira página favoráveis à agenda neoliberal

Data	Manchetes Principais
23/5/2000	Mais consumo eleva crédito de pessoa física
3/7/2000	Salto na captação externa
12/9/2000	Fundos têm crescimento real de 17%
26/10/2000	Não duráveis a caminho da recuperação
28/11/2000	Siderurgia cresce produzindo aço de menor valor
4/12/2000	Ganhos recordes no melhor ano do Plano Real
18/1/2001	Juro diminui as dívidas e induz investimentos.
22/2/2001	Os investimentos crescem no ritmo da expansão
19/3/2001	Inflação segue controlada
6/4/2001	Energia atrai investimentos
15/5/2001	Brasil dribla o risco e capta 3,3 bilhões de dólares

Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

Quadro IV

Manchetes principais da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal

Data	Manchetes Principais
16/5/2000	Aumenta Importações de Insumos
24/7/2000	Estrangeiros em retirada
16/8/2000	Lucro Cai 50% em alimentos industrializados
13/9/2000	Furnas não paga e lança incerteza sobre o MAE
22/10/2000	Magro retorno das ações
20/11/2000	As elétricas na contramão
10/12/2000	Brasil solitário na ALCA
29/1/2001	EUA fazem nova ameaça ao aço brasileiro
5/2/2001	O sufoco das corretoras
27/3/2001	Dólar eleva risco até das ações de exportadores
1/4/2001	Concorrência passa longe da telefonia fixa
14/5/2001	4,3 bilhões de reais saem dos fundos de investimento

As manchetes favoráveis à Agenda Neoliberal tem como característica principal realçar um “fato econômico positivo” e vincular esse resultado à política econômica do governo. Deve-se considerar que, efetivamente,

o ano de 2000 vai apresentar alguns indicadores positivos, dada a tímida recuperação do crescimento em curso naquele período. Essa situação objetiva é, no entanto, divulgada em termos que extrapolam os dados existentes, partem muitas vezes de erros de apreciação – como a insistência de se tomar como referência, em 2000, o ano de 1999, perante o qual qualquer indicador será positivo, dada a recessão e desequilíbrio geral da economia naquele ano. É o caso, por exemplo, da manchete de 26/10/2000, “Não duráveis a caminho da recuperação” , que não deixa claro o que significa esta recuperação.

Já as manchetes que se mostram desfavoráveis à agenda neoliberal não chegam nunca a negá-la completamente, embora expressem um problema real da economia baseada nesta agenda. A manchete de 10/12/2000 é exemplar neste sentido: mostra a dificuldade do governo brasileiro aceitar as imposições dos EUA para a criação da ALCA, mas coloca a ALCA como algo já existente, diante da qual o Brasil se acha solitário. Outro exemplo é a manchete “Dólar eleva risco até das ações de exportadores” que omite o fato de que é a política econômica do governo que, ao flutuar o câmbio a sabor das vicissitudes do mercado, faz “o dólar” , isto é, o real, prejudicar o lucro dos exportadores.

A questão da identificação dos agentes econômicos não se limita ao caso apontado acima: é uma característica que se repete ao longo do tempo. O governo é raramente identificado como responsável ou como gerador direto de um determinado acontecimento ou situação da economia. É o caso da manchete “A inflação segue controlada” de 19/3/2001. O governo, ator real neste caso, não aparece na manchete. Já as empresas são atores válidos, identificados seja em termos genéricos como na manchete: “As elétricas na contramão” , de 20/11/2000 ou com seus nomes próprios , como em “Fiat vende mais carros e bate Volkswagen” , de 13/2/2001.

Por trás da aparência de neutralidade e isenção , as manchetes principais são peça fundamental na montagem de um discurso em favor da agenda neoliberal. O mesmo critério foi utilizado para classificar as demais manchetes da primeira página. Elas são designadas de manchetes secundárias porque não há

uma diferenciação grande com as manchetes principais a ponto serem caracterizadas como simples chamadas. E, em muitos casos, essas manchetes secundárias destacam temas que, pela sua importância conjuntural, deveriam compor as manchetes principais. Não o fazem por opção editorial do jornal. Há uma aparente desorganização nessas manchetes, dispersas “em torno” das manchetes principais na 1ª. Dobra e, sem qualquer referência, na 2ª. Dobra.

Um primeiro resultado da análise destas manchetes é a constatação que sua distribuição na primeira página é, majoritariamente, destinada a matérias favoráveis à chamada Agenda Neoliberal. Assim como acontece com as manchetes principais, estas manchetes sempre tentam apresentar os fatos econômicos, aparentemente “técnicos” e isentos, com uma conclusão favorável ao mercado ou à política econômica atual. Os fatos negativos muitas vezes são atenuados nas manchetes, dando um sentido dúbio sobre o tema. De forma aparentemente contraditória, muitas manchetes secundárias reportam os fatos econômicos mais relevantes do dia, como quedas bruscas das bolsas, movimentos especulativos, ou medidas controversas adotadas pelo governo. É a forma como o jornal busca atenuar qualquer instabilidade da economia e transmitir ao leitor a imagem de estabilidade que é, a o mesmo tempo, a identificação que o jornal busca com o leitor. A Gazeta quer se mostrar um jornal equilibrado, eficiente na divulgação de informações mas comedido no tratamento dos temas, obscurecendo a contundência que podem ter os fatos da realidade. Os quadros a seguir mostram alguns exemplos destas manchetes, classificando-as em favoráveis e desfavoráveis à agenda neoliberal.

Quadro V

Manchetes Secundárias da primeira página favoráveis à agenda neoliberal

Data	Manchetes Secundárias
2/5/2000	Consumo de Aço confirma retomada
7/6/2000	Produção de carros chega ao nível de 96
13/7/2000	Real mais estável que moeda europeia
30/8/2000	O menor déficit público desde 91
20/9/2000	Para FMI, turbulência não virá de emergentes.
23/10/2000	Aumenta a oferta de empregos efetivos
12/11/2000	Salário menor em dólar ajuda exportação
18/12/2000	Perdas das Bovespa caem pela metade
15/1/2001	Otimismo leva a salto no valor das ações
14/2/2001	O Brasil a caminho de liderar os emergentes
5/3/2001	O plano de Fernando Henrique Cardoso contra a miséria
8/3/2001	Venda de Furnas vai ser acelerada
4/4/2001	Cesp vai a leilão com preço de 1,7 bilhões de reais
4/5/2001	Confiança aumenta e o Brasil volta a captar

Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

Da mesma forma que nas manchetes principais, as manchetes secundárias buscam sempre passar um sentido “positivo” ao desenrolar do processo econômico. A manchete “Real mais estável que moeda europeia”, foi publicada em 13 de julho de 2000, um ano e meio após a brusca desvalorização do Real e alguns meses antes de nova escalada de desvalorização. Outras manchetes revelam um otimismo que se assemelha a verdadeiras peças de propaganda: “ O Brasil a caminho de liderar os emergentes” , “ O plano de Fernando Henrique contra a miséria “.Por outro lado, há manchetes mostram uma parte das possibilidades de desenvolvimentos dos fatos econômicos, mas omitem outras possibilidades, que acabam por se revelar mais concretas. A manchete “A venda de Furnas será acelerada” é publicada no contexto de um vasto conflito político e de crise do projeto de privatização que resultou na manutenção da empresa como propriedade estatal. Ela não deixa, no entanto, de manifestar um fato real, qual seja, o desejo de setores do governo FHC de acelerar essa privatização. Mas, ao omitir o ator por detrás da ação, acaba produzindo uma mensagem que não

corresponde à realidade do processo que está sendo noticiado. Deve-se ressaltar que este tratamento não é o único, e muitas manchetes podem ser classificadas como desfavoráveis à agenda neoliberal.

Quadro VI

Manchetes Secundárias da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal

Data	Manchetes Secundárias
8/5/2000	Burocracia emperra exportação brasileira
1/6/2000	Despenca Captação Externa Brasileira
3/7/2000	Receita da AL com privatização cai 58%
8/8/2000	BNDES reduz o crédito de exportação
21/9/2000	Banco da Terra pode criar novos endividados
3/10/2000	Importação supera boas vendas externas
2/11/2000	Juro mais alto para papéis de 2002
18/12/2000	Prefeitos entre a lei fiscal e o mínimo
9/1/2001	Importações continuarão em alta em 2001
1/2/2001	Fracassa leilão da banda C de telefonia celular.
16/3/2001	BC vende dólares, mas alta persiste.
17/4/2001	Gargalos inibem PIB para acima dos 4%
24/5/2001	Incerteza faz o BC elevar juro a 16,75%

Estas manchetes se referem ao processo econômico concreto desencadeado pela crise econômica de 1998 -1999 e pelo Acordo firmado pelo Governo FHC com o FMI. Não por acaso a maioria delas se refere ao setor externo da economia, onde vão se manifestar as contradições mais fortes da economia brasileira nesse período. “Despenca Captação Externa Brasileira”, “Receita da AL com privatização cai 58%” , “Gargalos inibem PIB para acima dos 4%” são manchetes que destacam a situação real da economia brasileira e latino – americana, após a adoção das reformas neo-liberais. O fato de elas constarem da primeira página do jornal não mostraria uma postura do profissionalismo jornalístico da Gazeta?

A análise mostra que essas manchetes estão na primeira página, mas apenas como manchetes secundárias. Pela sua importância para uma compreensão da realidade econômica brasileira, elas deveriam fazer parte, de forma mais constante, das manchetes principais. A pesquisa mostrou que as manchetes principais são, em sua maioria, favoráveis à agenda neoliberal. Mais do que isso, predominam as manchetes relativas à vida das empresas. Isso explica porque cabe às manchetes secundárias a pauta dos temas como crises, conflitos, e a instabilidade característica do período analisado. Mas, a análise das manchetes secundárias mostra novamente o mesmo resultado em relação à agenda neoliberal: a sua maioria é favorável a esta agenda, com o quadro abaixo:

Quadro VII

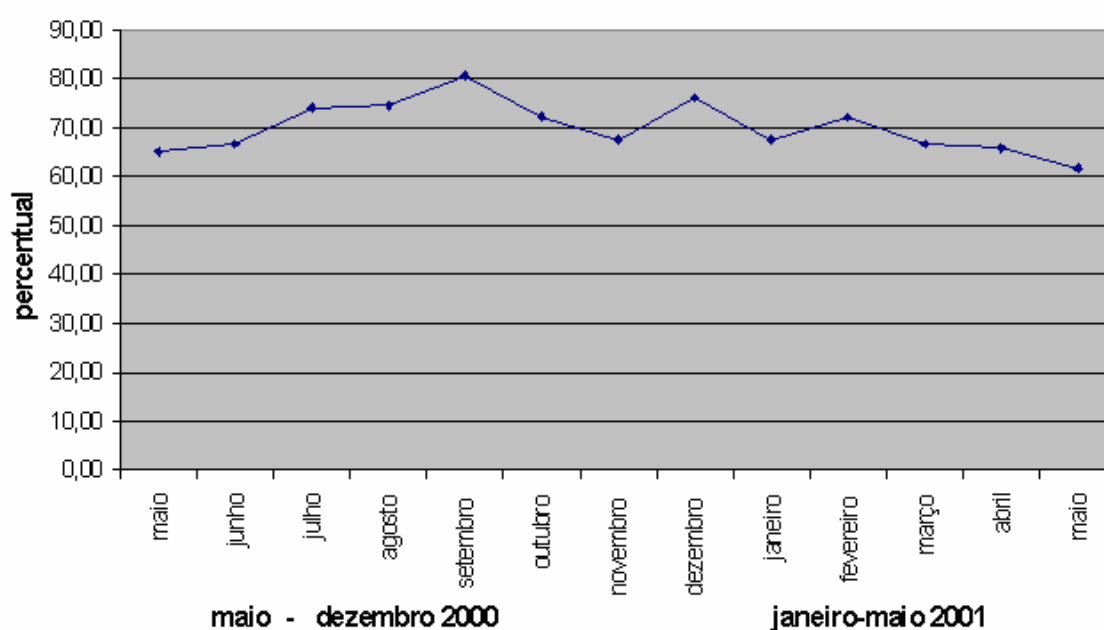
Percentual de manchetes secundárias da primeira página favoráveis ou desfavoráveis à agenda neoliberal

Ano:2000	Favoráveis	Desfavoráveis
Meses	(%)	(%)
Maio	65,12	34,88
Junho	66,67	33,33
Julho	74,00	26,00
Agosto	74,58	25,42
Setembro	80,60	19,40
Outubro	72,31	27,69
Novembro	67,62	32,38
Dezembro	76,19	23,81
Ano:2001	(%)	(%)
Janeiro	67,57	32,43
Fevereiro	72,13	27,87
Março	66,67	33,33
Abril	65,82	34,18
Maio	61,84	38,16

Fonte: Banco de Dados de Manchetes

Estes dados mostram a grande ênfase também nas manchetes secundárias aos temas da agenda neoliberal, contribuindo para que o leitor seja direcionado para estes temas, julgando que a escolha que faz na sua leitura é “espontânea” e “racional”. Aprofundando a análise, procurou-se perceber como se manifestou a frequência destas manchetes ao longo do tempo. O resultado está retratado nos gráficos a seguir.

Gráfico 3
Manchetes secundárias da primeira página favoráveis à agenda neoliberal



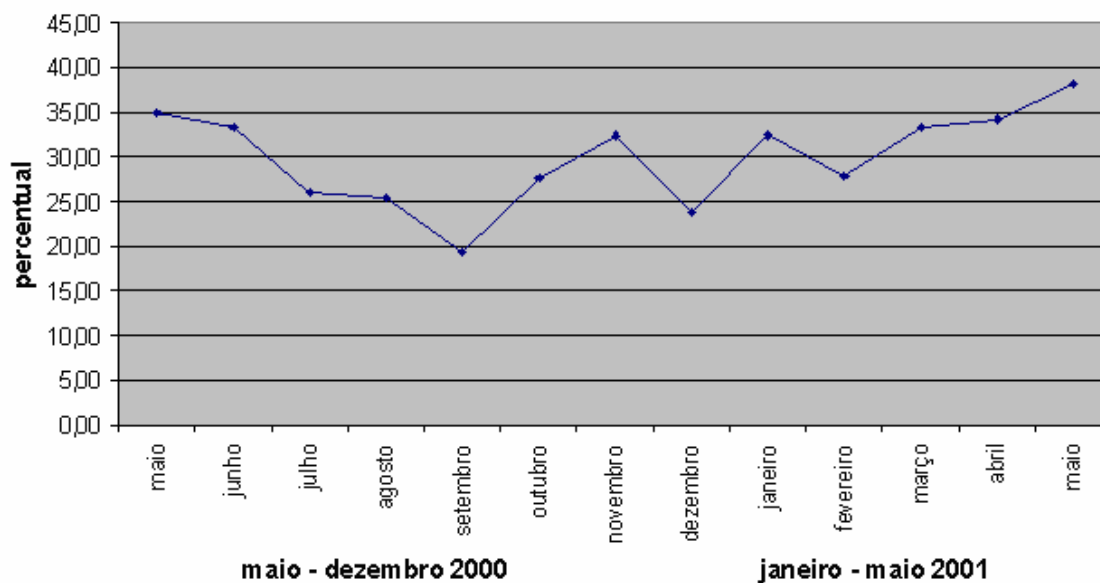
Este gráfico retrata dois fenômenos conexos. Em primeiro lugar, o fato de que as manchetes favoráveis permaneceram sempre acima dos 60% do total, confirmando a tendência já presente nas manchetes principais. Em segundo lugar, o fato de que há um sensível crescimento dessas manchetes de junho de 2000 a fevereiro e, a partir daí, uma queda constante nos meses março, abril e maio de 2001. Esse comportamento é explicado com base em dois fatores objetivos e concretos: a primeira fase, de crescimento das manchetes favoráveis, coincide com um movimento ascendente do ciclo econômico, em que efetivamente há alguns indicadores de crescimento econômico, e de melhoria do comportamento

da economia. A segunda fase, coincide com a reversão desse ciclo de crescimento provocado fundamentalmente pela crise energética e seu impacto sobre as expectativas dos agentes econômicos. Há um outro movimento, de relativa queda da frequência das manchetes favoráveis, nos meses de setembro a novembro de 2000. Esse fato se deve em primeiro lugar ao “pico” de manchetes favoráveis atingido em setembro de 2000, o que levaria naturalmente a uma queda no período seguinte. Mas há outros fatores relativos à conjuntura econômica, no que diz respeito às relações da economia brasileira com o exterior. Há um aumento das manchetes desfavoráveis à agenda neoliberal no que diz respeito a investimentos externos, conflitos na OMC, crise da Argentina, crise da Turquia ,etc.

A análise das manchetes secundárias desfavoráveis é, assim, simétrica à das manchetes favoráveis. O quadro anterior e o gráfico a seguir mostram que as manchetes secundárias desfavoráveis tiveram, também, um comportamento semelhante às manchetes principais desfavoráveis.

Gráfico 4

Manchetes secundárias da primeira página desfavoráveis à agenda neoliberal



Como mostra o gráfico, há um decréscimo no número de manchetes desfavoráveis no período maio - setembro, seguido de um crescimento de setembro a novembro, seguido de novo decréscimo em novembro e dezembro de 2000. A partir de dezembro há um crescimento constante até maio de 2001. Durante todo o período, no entanto, as manchetes secundárias desfavoráveis à agenda neoliberal não ultrapassaram os 40% do total.

Outro aspecto importante nas manchetes secundárias é a aparente dispersão dos temas tratados. Nas manchetes principais é fácil notar a grande preferência por temas relativos ao mercado e às empresas. Já nas manchetes secundárias, a multiplicidade de temas é a regra, assim como o grande número de manchetes na primeira página. Visando analisar este fenômeno, fez-se uma criteriosa classificação dos temas tratados nas manchetes, agrupando todas elas, sem a divisão feita anteriormente entre favoráveis e desfavoráveis à agenda neoliberal.

Optou-se por esta classificação com base no conteúdo das manchetes, mas enfatizando quando possível sua relação com o processo econômico como um todo. Por esse motivo, foram englobadas na categoria Governo, todas as manchetes que se referiam à ação do Governo, no plano das políticas públicas e das políticas monetária e fiscal. No caso da categoria empresas, agruparam-se todas elas, sejam notícias de empresas, sejam de pequenas atividades econômicas. Em geral estas notícias se referem à performance das empresas, à competição entre empresas de um determinado setor (aquisições, fusões, etc.) ou a problemas vividos por uma determinada empresa ou um setor da economia. Os atores principais são os próprios empresários ou executivos destas empresas, ficando outros atores possíveis, empregados, consumidores, ou o próprio governo em segundo plano. Isto ocorre mesmo quando se trata de empresas estatais. Raramente as manchetes buscam relacionar este “mundo corporativo” com o “mundo econômico” mais geral, ou com outros atores.

O resultado desta análise das manchetes por temas está retratado no quadro a seguir.

Quadro VIII**Percentual de distribuição das manchetes secundárias da primeira página por temas**

temas	%
Agricultura	4,46
Alca	1,88
Bancos	2,35
Bolsa	3,05
Comércio	1,88
Crise energética	17,14
Empresas	12,44
Eua / Brasil	2,11
Exterior	2,58
Financeiro	8,22
Governo	5,87
Indústria	4,46
Mercosul	1,41
Privatização	3,99
Saúde	1,17
Setor externo	14,08
Tecnologia	2,82
Teles	2,11
Outros	7,98

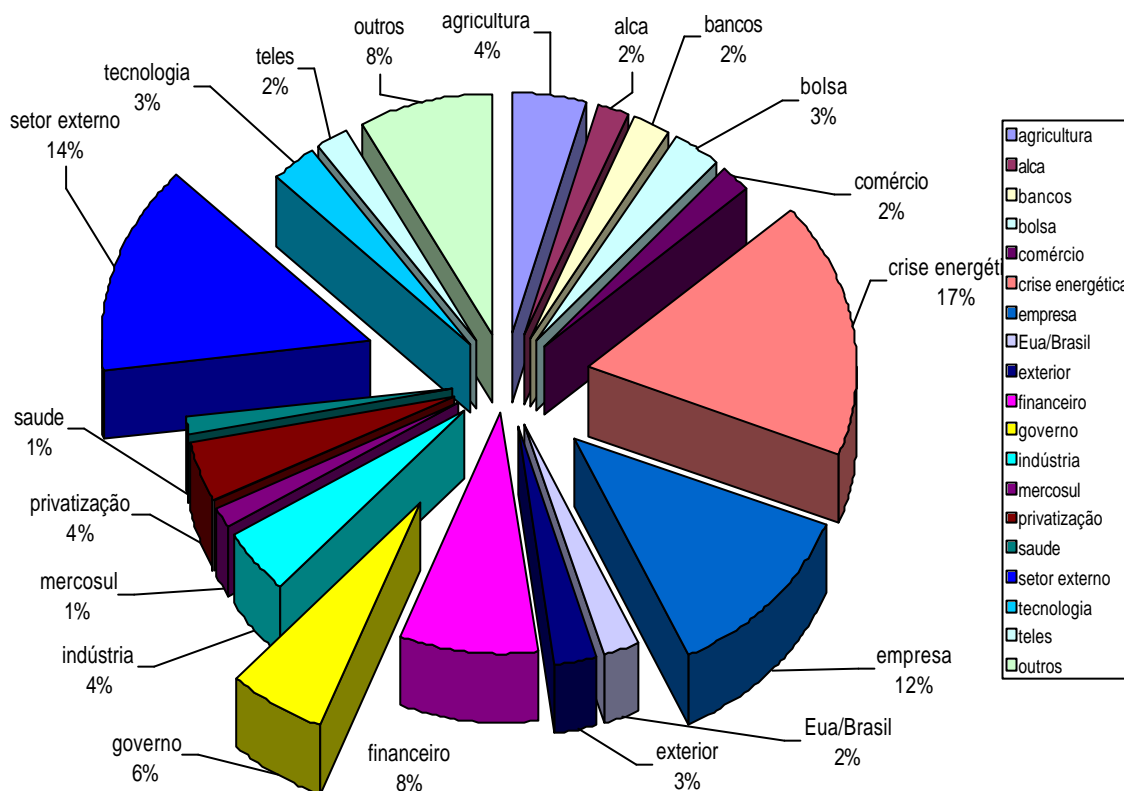
Fonte: Banco de Dados de

Manchetes

Este quadro mostra uma grande concentração das manchetes em torno de três temas: Crise Energética, Setor Externo e Empresas.

As manchetes sobre crise energética foram uma constante no jornal desde o segundo semestre do ano 2000, quando refletiam os conflitos no governo em torno da questão da privatização de Furnas e da adoção do Plano de Emergência de Termelétricas pelo governo. O tema empresas se destaca, portanto, com 12,44% do total ao lado do tema Setor Externo, com 14,08% do total. Essa repartição entre temas pode ser melhor realçada pelo gráfico a seguir.

Gráfico 5
Percentual de distribuição das manchetes secundárias da primeira página por temas



Essa análise nos mostra, portanto, três ordens de questões importantes. Em primeiro lugar, os temas relativos ao desempenho da economia brasileira e mundial aparecem com mais frequência nas manchetes secundárias do que nas manchetes principais, o que pode ser constatado pela grande participação de temas como setor financeiro, governo, agricultura e, principalmente, setor externo nestas manchetes. Isso mostra uma característica do discurso da Gazeta, qual seja o de buscar centrar o foco do jornal no “mundo corporativo”. Os grandes temas nacionais, que seriam o objeto “natural” de um jornalismo econômico, perdem assim o lugar para os temas empresariais. Em segundo lugar, podemos perceber por estes dados, que mesmo nas manchetes secundárias se privilegiam os temas relativos ao mundo empresarial. Finalmente, a crise energética, que

resulta do fracasso do projeto de privatização do governo FHC, e que exige uma abordagem numa perspectiva mais global, recebe um tratamento que privilegia as empresas.

Esse tratamento “empresarial” não é apenas o resultado da cobertura dos fatos econômicos, mas uma estratégia editorial, que reflete ao mesmo tempo um “contrato de leitura” entre o emissor e o receptor e os fundamentos do discurso midiático que é expresso pelas matérias do jornal.

4.3 Seção nacional: “objetividade e profissionalismo” na produção de notícias

A análise das manchetes da primeira página já detectou alguns elementos do que constitui o discurso de um jornal de negócios como a Gazeta Mercantil. Sua preocupação fundamental com temas relativos às empresas, com uma abordagem e com uma mensagem essencialmente favorável à agenda neoliberal são as características apontadas pela pesquisa das manchetes principais e secundárias da primeira página. É preciso aprofundar esta análise para entender o que constitui o discurso jornalístico contido nas matérias do jornal. Para isso organizou-se o “corpus” a partir das matérias publicadas na seção nacional do primeiro caderno, no período de maio de 2000 a maio de 2001.

A Seção Nacional é a maior do primeiro caderno, que possui, como seções fixas além da Nacional, as seguintes:

1. Editorial, Cartas e Opiniões (Página A2)
2. Análises e Perspectivas (Página A3)
3. Nacional (A4 a A11 – variável)
4. Política
5. Legislação
6. Internacional

O corpus é centrado na seção nacional porque se busca analisar o discurso propriamente econômico do jornal, e, em particular, o discurso relativo às grandes

questões da economia brasileira como inflação, balanço de pagamentos, crescimento econômico, mercado de trabalho, nível de atividade econômica, etc. O que se pretende é perceber como estas grandes questões são tratadas pelo jornal. A análise de conteúdo da Gazeta nos seus editoriais permitiu uma percepção de suas características básicas em termos econômico, político e ideológico. Trata-se, agora, de buscar entender como esta postura editorial permeia a produção diária das matérias do jornal, diante de fatos econômicos concretos e cuja resposta nem sempre pode ser facilmente estruturada como no caso dos editoriais, onde a matéria prima é só parcialmente fornecida pelos fatos econômicos cotidianos.

Os fatos econômicos são a matéria prima principal do jornalismo econômico. Estes fatos são determinados, em parte, pelo processo econômico objetivo, que no capitalismo é mediado pelo mercado. Outra determinação fundamental dos fatos econômicos é a ação do Estado na economia, seja diretamente, como agente econômico, seja indiretamente através da política econômica.

O discurso jornalístico econômico tem, assim, sua especificidade na medida em que a própria natureza do seu objeto é diversa do restante do discurso jornalístico em geral. O processo de produção de notícias tem como origem o acontecimento, que parte dos fatos mas não se reduzem a ele. De acordo com ALCINA (1996) , é característica fundamental do acontecimento a alteração que ele causa em um sistema, rompendo com seu funcionamento normal. O acontecimento deve ter , além disso, outras características básicas como ter claramente um início e um fim com uma duração limitada e ser “espetacular”, extraordinário e imprevisível.

Estas características não são totalmente idênticas às dos “acontecimentos” que se tornam notícias no jornalismo econômico. Uma das características desse jornalismo é transmitir ao seu leitor a idéias de estabilidade, de segurança e previsibilidade do sistema econômico. Na análise das manchetes viu-se que há

todo um trabalho jornalístico para não adotar a mesma postura dos demais jornais tradicionais diante de crises como quedas da Bolsa ou pacotes econômicos. Não há uma manchete principal, e as manchetes nem sempre remetem a fatos “espetaculares”. Os acontecimentos econômicos se repetem ciclicamente, e as variações são em geral quantitativas (cresce a produção, diminui a taxa de juros, etc) e não qualitativas. A “variabilidade” dos fatos econômicos que garante sua transformação em acontecimentos se manifesta, assim, pelo aspecto “não espetacular”, mas extremamente oscilantes, de taxas e cifras. A incerteza quanto a estas variações é que torna os fatos econômicos um acontecimento jornalístico, capaz de gerar notícias econômicas. Por outro lado, está inscrito na natureza do fato econômico uma potencialidade de ruptura com a normalidade que não ocorre em outros aspectos da vida social: tanto a crise como a prosperidade podem determinar verdadeiras catástrofes ou sucessos humanos. Embora não seja essa a substância das notícias econômicas, ela fornece um “contorno” latente que obriga a produção permanente de notícias sobre todos os aspectos da economia, cotidianamente. E é essa divulgação permanente dos fatos, através da produção de notícias econômicas, que também produz os próprios acontecimentos econômicos.

O jornalismo econômico pode, assim, construir ou destruir um acontecimento, simplesmente ao dar-lhe ou negar-lhe divulgação. É comum um fato banal – a entrevista de um grande executivo ou do Diretor-Chefe do Federal Reserve Bank dos EUA – se tornar um acontecimento econômico ao ser divulgado pelo jornalismo econômico, causando devastadoras conseqüências para os mercados, bolsas e as empresas. Isto porque uma das características do jornalismo econômico mais marcante é a redundância. Um mesmo fato – como a declaração do executivo de grande empresa – repetido “ad nauseam” produz um efeito multiplicador, de orquestração. Um outro exemplo é quando um fato sem um conteúdo positivo real, se transforma, ao ser ecoado pelo conjunto da imprensa, em um indicador de êxito da política econômica do governo. Como exemplo, veja-se o Editorial “Brasil supera meta de superávit primário do FMI”.

Este fato é um “sucesso” se analisado da perspectiva do cumprimento do Acordo com o FMI, mas tem implicações econômicas complexas, podendo resultar em agravamento de problemas econômicos e sociais, pois significa redução de gastos do governo em investimentos, programas sociais, etc. Ao ser ecoado pelo conjunto da imprensa, até mesmo pela não especializada, produz um efeito de “espetaculariedade” que torna uma notícia econômica positiva em si mesmo.

É importante ressaltar que o público do jornalismo especializado em economia tem uma relação diferente com as notícias, pois freqüentemente elas o afetam diretamente. Ele é constituído de 70 a 80% de executivos ou profissionais de empresas industriais, comerciais ou financeiras. Trata-se, assim, de uma implicação direta das notícias econômicas com os agentes econômicos em questão.

O acontecimento econômico tem, portanto, maiores dificuldades de se transformar em notícia. ALSINA(1996) lista os fatores que determinam essa transformação, ou seja, quais os critérios de seleção que são utilizados para escolher, dentre uma série de acontecimentos, os que devem se transformar em notícias. Uma primeira característica é a freqüência com que se produz o acontecimento. No caso dos acontecimentos econômicos, alguns têm freqüência diária, outros semanal, mensal ou anual e muitos duram por décadas. Há uma forte tendência do jornalismo econômico de acentuar os acontecimentos mais freqüentes, evitando, portanto, análises mais aprofundadas sobre mudanças estruturais da economia. No caso dos ciclos econômicos, por exemplo, os de “onda longa” podem durar até 25 anos.

A questão do “ponto de partida” para noticiar um fato econômico tem grande importância. O nível de inflação atual raramente ocupa as primeiras páginas do jornal, porque seu “nível de normal de significação” dificilmente passa por um aumento repentino. Outra era a situação quando a economia brasileira apresentava índices de 40% ou 50% de inflação mensal, mantendo o tema freqüentemente nas primeiras páginas.

Quanto à questão da ambigüidade, dificilmente um fato econômico é indefinido, pois apresenta sempre um aspecto quantitativo. Já o fator significância é extremamente importante para o jornalismo econômico. A análise das manchetes de primeira página mostrou que estas são majoritariamente favoráveis à agenda neoliberal. Isto porque os acontecimentos relativos aos temas de privatização, abertura comercial, por exemplo, tem grande relação com os interesses e cultura do público do jornal. O mesmo pode-se constatar quanto ao fator consonância, fazendo com que o acontecimento escolhido atenda as expectativas deste público.

Outros fatores apontados por ALSINA (1996) são a imprevisibilidade e continuidade. Eles raramente determinam a seleção dos acontecimentos econômicos como notícias pelo jornalismo especializado. Em geral os temas tem uma continuidade assegurada e grande previsibilidade. E quando ocorrem de forma abrupta – como no caso dos “crashes”, falências de empresas ou golpes financeiros, merecem um tratamento ainda mais discreto, dificilmente tendo destaque em manchetes principais da primeira página. Há uma preocupação com a questão da composição, do equilíbrio de temas. Temas relativos à vida das empresas se alternam com temas econômicos nacionais e internacionais.

Finalmente, quanto aos valores socioculturais, é claro o rigor seletivo. Raramente o indivíduo anônimo ou os setores de baixa renda são fontes jornalísticas ou temas de notícia. Os assalariados somente aparecem através da ação de entidades ou das lideranças sindicais.

A produção de notícias pelo jornal *GAZETA MERCANTIL* tem, no entanto, características próprias, que só podem ser captadas analisando as notícias por ele veiculadas, através das matérias publicadas.

Na “produção de notícias” pelo Jornal Gazeta Mercantil, algumas características gerais se repetem em quase todas as matérias determinando um verdadeiro padrão. A principal característica geral fazer com que as matérias aparentem “objetividade e profissionalismo”.

Teoricamente, o profissionalismo jornalístico é visto de duas formas. Ou se assume a figura do "gatekeeper", isto é, do selecionador imparcial dos fatos, deixando ao leitor a tarefa de "formar a opinião" , ou se assume a função do "advocate", isto é, se toma posição sobre o fato, partindo do princípio da responsabilidade jornalística diante dos leitores. (ALSINA,1996, ps.149-156) A *GAZETA MERCANTIL* se coloca sempre na perspectiva do "gatekeeper", ou seja, do selecionador imparcial de fatos. Esta característica se manifesta imediatamente a partir da capa do jornal ou da forma como são apresentadas as manchetes. O jornal não busca atrair o leitor com o "assunto quente" do dia. Todos são igualmente importantes, cabe ao leitor selecionar qual lhe interessa mais. E, contraditoriamente, o "assunto quente" da grande imprensa é tratado com olímpica indiferença, sendo reservado ao tema uma pequena manchete na capa, mesmo quando o assunto é da área econômica.

Por trás desse "profissionalismo" está na verdade uma "produção social de realidade". O que as capas do jornal - e de resto todas suas páginas - exprimem é "ilusão" de uma estabilidade permanente, do mundo das empresas , dos "negócios", diante da qual os temas relativos a governo e política - do conflito, da instabilidade - são pouco relevantes. Como afirma ALSINA(1996) , trata -se de um profissionalismo que supõe

" a capacidade de recategorizar sociocognitivamente os acontecimentos nas notícias. Os "mass medias" recolhem as construções sociais estabelecidas (que mais adiante definirei como "mundos de referência) e diante dos acontecimentos, que são realidades socialmente construídas, os recategorizam por meio dos especialistas em produção do saber social que são os jornalistas." ⁶ (ALSINA, 1996, p.164)

Nas matérias da secção nacional as informações são geralmente captadas de fontes "especializadas" : empresários ou entidades empresariais, em particular

⁶ Tradução livre do original em espanhol

seus departamentos de assessoria econômica e os componentes do governo federal ou mesmo do governo estadual, através de suas equipes e órgãos econômicos. Estas são invariavelmente as fontes básicas das matérias, a partir das quais se monta toda o discurso jornalístico. As matérias são quase sempre ilustradas com gráficos, tabelas, ou fazem referência a dados econômicos no seu corpo. A busca do profissionalismo se revela nas fontes dos dados noticiados. Em quase todas as matérias, as tabelas e gráficos indicam como fonte, ao lado do Banco Central, IBGE, o "Centro de Informações da Gazeta Mercantil" num processo de auto-referenciação importante. (NETO,1997, ps.170-173)

Esta característica de profissionalismo da *GAZETA MERCANTIL* se funde com a marca de "objetividade" de seu jornalismo. Segundo ALSINA(1996), as estratégias de objetividade se concretizam em quatro procedimentos:

- "1. Apresentação da possibilidade de se verificar a suposta verdade, indicando claramente as fontes;
 2. apresentação de provas suplementares posteriores que reafirmem um fato. O jornalista pode fazer uma lista de afirmações sobre os fatos comprovados;
 3. o uso das aspas. Põe-se o texto na boca de outro. Supõe um distanciamento do jornalista, já que não é ele que garante a verdade. (...);
 4. estruturação da informação de uma forma adequada. Quer dizer, apresenta-se em primeiro lugar os fatos essenciais;
 5. separação da informação da opinião, os fatos dos comentários."
- (ALSINA ,1996, ps.169-70)

Este roteiro é seguido à risca pela Gazeta, dando pelo menos a aparência de sobriedade e imparcialidade. Para isto se evitam fotos, substituindo-as por fotogravura de um ator econômico ou político importante para a matéria em foco. Em todas as matérias nota-se uma profusão de depoimentos entre aspas, e em quase todas se cita a fonte. Não há qualquer afirmativa ou recurso gráfico que

revele uma opinião do jornal ou do articulista. O fato de serem todas matérias assinadas impede que se possa captar diretamente a opinião do próprio jornal. Os articulistas constroem as matérias em torno basicamente de dados econômicos e depoimentos de personalidades vinculadas ao tema.

Alguns teóricos incluem no conceito de notícia os princípios de universalidade e neutralidade. Segundo GOMIS (1997) nada poderá ser excluído de conceito de notícia, aconteça o que for e onde for. Há uma certa confusão de GOMIS (1997) entre o conceito de acontecimento e de notícia. O que não podemos determinar que ocorra é o acontecimento. Já a notícia é fruto de um processo de seleção, classificação e hierarquização, e não se constitui como mero “reflexo” do acontecimento. A notícia, como mostra ALSINA (1996) é fruto de um processo de produção da realidade social, na medida que a imprensa é parte integrante, talvez a mais importante, dos aparelhos ideológicos do Estado. (ALTHUSSER, 1985). Embora o Jornal *GAZETA MERCANTIL* tente se mostrar como um analista neutro dos fatos econômicos, a análise anterior mostrou que o resultado final é claramente tendencioso, favorável ao projeto neoliberal. Para GOMIS (1997), no entanto “O valor da notícia é moralmente neutro”. E para justificar esta afirmação, usa do argumento que quanto maior o número de notícias, mais interessantes serão aquelas que sobreviverem em um “rápido e enérgico processo de seleção”. GOMIS (1997)⁷ A pesquisa do Jornal *GAZETA MERCANTIL* mostrou que não se trata de um processo de “seleção natural” das notícias, e sim de um criterioso planejamento do emissor em interação com o receptor.

4.3.1 Títulos da Seção Nacional: a construção do e a busca da credibilidade

Para se descobrir qual é realmente a mensagem transmitida pela Gazeta, ocultada pela sua postura de “gatekeeper”, procedeu-se a uma análise dos títulos das matérias da seção nacional em duas etapas. Na primeira, buscou-se estabelecer a relação existente entre os títulos e a agenda neoliberal

⁷ Tradução livre do original em espanhol

diferenciando-os em favoráveis e desfavoráveis. Na segunda, fez-se uma classificação dos principais temas abordados nos títulos.

Os títulos da seção Nacional, do ponto de vista da relação com a agenda neoliberal, possuem as mesmas características já observadas nas manchetes da primeira página. Há um grande privilegiamento para títulos favoráveis à agenda, em detrimento dos desfavoráveis, e o comportamento dos títulos ao longo do tempo é também semelhante. (Vide Anexo I). Dessa forma, torna-se possível afirmar que se trata de uma análise válida para o conjunto do jornal. Quanto à construção do temário, há características específicas que merecem ser analisadas em profundidade.

A pesquisa do conteúdo temático dos títulos da Seção Nacional revelou uma maior relevância de temas amplos da economia nacional, embora ainda seja significativa a quantidade de títulos que tratam quase exclusivamente de fatos econômicos ligados à atividade das empresas e do mercado, como mostra o quadro a seguir.

Quadro IX
Títulos da Seção Nacional
Classificados por Temas

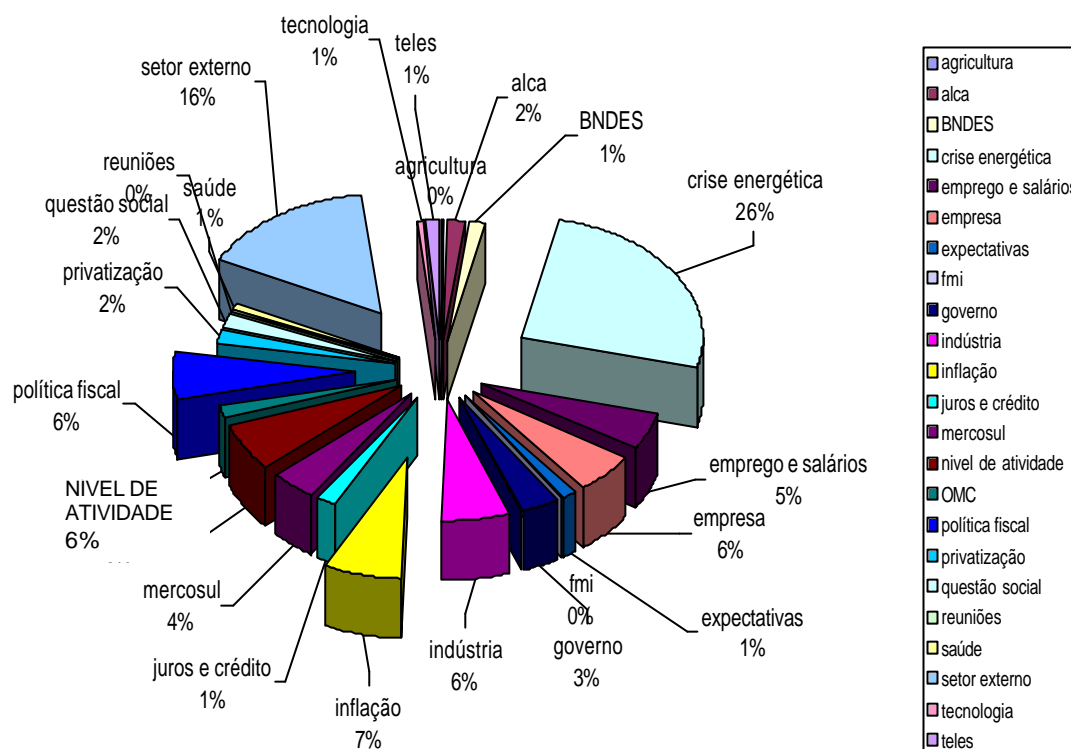
Tema	Percentual
agricultura	0,20
alca	1,80
BNDES	1,34
crise energética	25,83
emprego e salários	4,94
empresa	5,61
expectativas	1,34
fmi	0,13
governo	3,27
indústria	6,21
inflação	6,94
juros e crédito	1,47
mercosul	4,27
nível de atividade	6,41
OMC	1,67
política fiscal	6,41
privatização	1,54
questão social	2,07
reuniões	0,27
saúde	0,67
setor externo	15,89
tecnologia	0,73
teles	1,00

Fonte: Banco de Dados de Títulos

O quadro mostra que os temas gerais com maior percentual são os que abordam o setor externo (15,89%) e a crise energética (25,83%). O quadro mostra também que os temas relativos a empresas se limitam a 5,6%, abaixo de outros temas gerais importantes como política fiscal e nível de atividade (6,41%), indústria (6,21%) e inflação (6,94%).

Gráfico 6

Títulos das matérias da seção nacional classificados por temas



O gráfico e o quadro acima mostram, assim, que a Seção Nacional é a mais indicada para a análise do discurso jornalístico da Gazeta Mercantil, pois é aí que se concentram os títulos cuja preocupação central é o efetivo funcionamento da economia nos seus aspectos mais gerais e também nos resultados positivos ou negativos desse funcionamento.

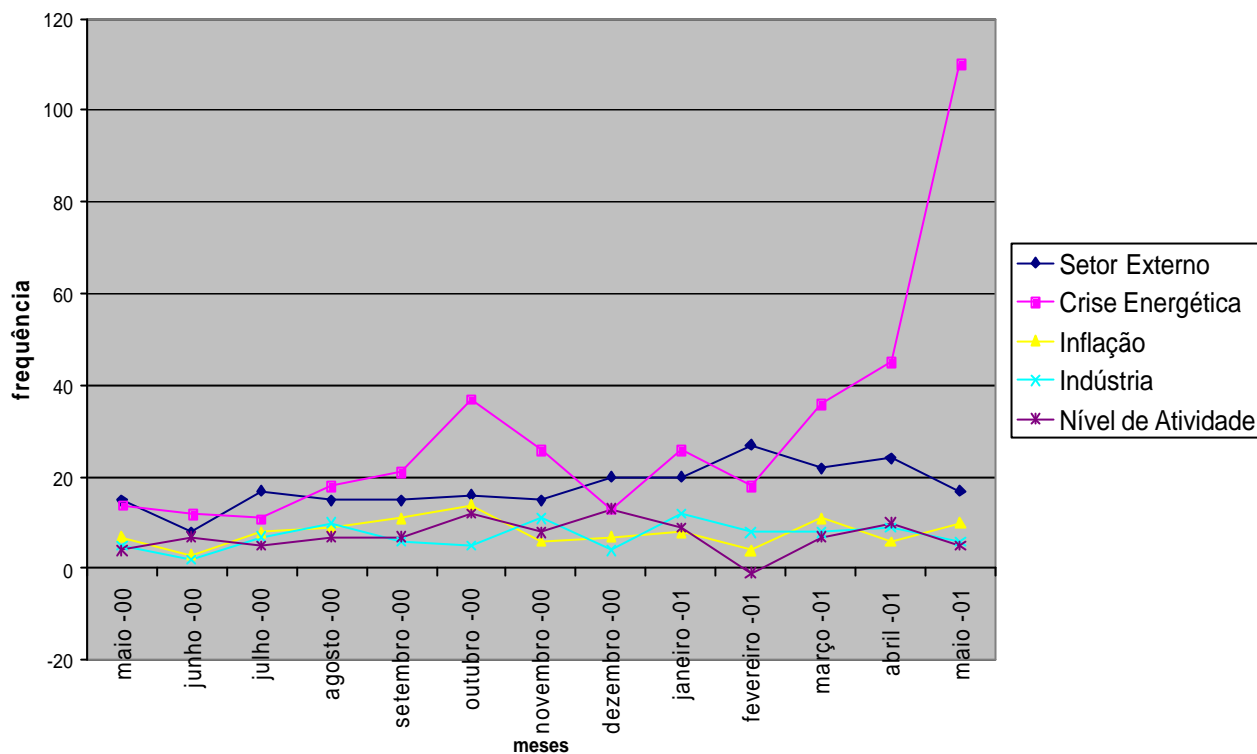
A análise dos títulos da Seção Nacional chama a atenção de imediato para um fato. Apesar de algumas variações ao longo do período há uma grande permanência de alguns temas em destaque, por trás da aparência de que se trata apenas de um conjunto de notícias que refletem os “acontecimentos econômicos” do dia. Na verdade o Jornal (o emissor) define previamente um temário, e praticamente impõe ao receptor do discurso.

Este temário é, também, resultado da opção editorial do jornal, em favor da agenda neoliberal, que é a característica dominante do conjunto dos títulos. Mas, além dessa agenda maior, há uma outra, específica da Seção Nacional do jornal, composta por temas que podem ser caracterizados como gerais da economia nacional. Os temas prioritários, em termos quantitativos são:

1. Crise energética
2. Setor externo
3. Inflação
4. Indústria
5. Política fiscal
6. Nível de atividade
7. Empresa
8. Emprego e salários
9. Mercosul
10. Governo
11. Questão social
12. ALCA
13. OMC
14. Privatização
15. Juros e crédito
16. BNDES

Com exceção do tema ALCA, a maioria dos temas mantém uma frequência mais ou menos uniforme ao longo do período estudado, o que demonstra uma clara imposição de temário, como podemos ver no gráfico a seguir, construído com os seis primeiros temas prioritários.

Gráfico 7
Títulos das matérias da seção nacional por temas principais



Pelo gráfico acima podemos constatar a uniformidade de tratamento dos temas, que contam com um acompanhamento constante do jornal, ao longo de todos os meses do período estudado. A única exceção, além do tema ALCA, foi o da crise energética, cuja frequência de títulos por mês aumenta progressivamente quando se inicia a crise. Este aumento corresponde a um fator conjuntural, quando o tema se torna obrigatório para a análise do desempenho da economia e atrai a atenção do público do jornal.

Esses resultados na análise temática dos títulos confirma os fundamentos da “teoria de construção do temário” ou “agenda-setting”. O jornal tem uma capacidade estratégica de impor seus temas ao seu público, facilitada pela sua

especialização em temas econômicos, o que estabelece um “contrato de leitura” muito particular.

“a teoria de construção do temário se baseia na investigação das relações entre os temas que foram considerados como importantes pelo “mass media” e os temas que são importantes para o público. Afirma-se que existe uma relação direta e causal entre o conteúdo dos meios e a percepção por parte do público do que é o assunto mais importante do dia. É muito possível que los “mass media” não tenham o poder de impor às pessoas como devem pensar, mas conseguem impor ao público o que deve pensar.” (ALSINA, 1996,p.62)⁸

Quais são os temas privilegiados pelo jornal? Porque priorizar os temas relacionados ao setor externo, por exemplo, em detrimento a temas mais “locais” ?

Os temas priorizados pelo jornal são importantes para a análise econômica, mas envolvem uma escolha que, nem sempre, guarda relação com as preferências do público leitor. Mas, no caso estudado, têm amplas ligações com o processo de globalização e financeirização da economia. Sob este aspecto, a escolha do tema setor externo como prioritário é facilmente explicável. Ou seja, o jornal pretende, no contexto de imposição do temário, destacar os temas que fazem parte de sua preocupação básica. Assim, o acompanhamento do setor externo é fundamental para a defesa da abertura comercial, da competitividade externa, e de outros assuntos vinculados ao projeto neoliberal. No período, a economia atravessa uma conjuntura particularmente favorável no que diz respeito ao setor externo, começando a apresentar melhores resultados no Balanço de Pagamentos, em função da flexibilização do câmbio em 1999. Por outro lado, ao contrário do que a maioria dos analistas econômicos esperavam, a inflação não se acelerou acima de níveis controláveis, possibilitando a manutenção da estratégia geral de política econômica do governo. Os demais temas, indústria e nível de atividade, refletem o otimismo com uma leve retomada do crescimento econômico iniciado a partir do segundo semestre de 2000. Apesar de muito do “crescimento”

⁸ Tradução livre do original em espanhol.

admir de uma comparação enganosa com os níveis muito baixos de produção de 1999, ele vai ser um dos elementos principais da defesa da agenda neoliberal no período, pois “comprovaria” o acerto das opções de política econômica feitas: privatização, abertura comercial e flexibilização dos contratos de trabalho, com eliminação do reajuste dos salários de acordo com a inflação, etc.

O fato de o jornal ter mantido uma audiência crescente durante o período perante seus leitores permite interpretar como positiva esta imposição de temário. Ou seja, os temas definidos pelo jornal, de acordo com uma agenda própria, foram absorvidos pelo público leitor. A questão é se essa absorção se dá de forma exatamente de acordo com o temário do jornal. Por isso, o jornal vai buscar estabelecer o grau máximo de credibilidade junto ao seu público.

As manchetes e títulos são parte integrante do discurso do jornal e contêm alguns de seus elementos principais. O aspecto que mais se destaca é o que também vai caracterizar o “dispositivo de enunciação” construído. Trata-se da busca de credibilidade, ou seja, de afirmar seu discurso como verdadeiro, e os demais discursos como falsos, ou, pelo menos, suscitadores de dúvidas. Na sociedade atual, os meios de comunicação “constroem a realidade social”. Mas esse processo não pode se dar no vazio, é preciso que o receptor do discurso - o público do jornal - confie no que é noticiado e possa comprovar sua veracidade. Isso é feito no jornalismo econômico utilizando-se das Ciências Econômicas como fundamento de seu discurso.

Um primeiro passo para que isso se dê está na busca da objetividade, que se identifica aqui com a isenção no trato dos fatos econômicos. Isso pode ser percebido nas manchetes da primeira página e nos títulos das matérias da seção Nacional. Em primeiro lugar, as manchetes são múltiplas, tendo algumas o papel de principais, mas nunca se dá o destaque a apenas um tema. O objetivo é manter a característica de isenção, pois na medida que vários temas são igualmente importantes, não pode se atribuir ao editor uma atitude pré-seletiva e, portanto, não isenta. O mesmo se aplica à multiplicidade de manchetes secundárias, na primeira página.

Mas é preciso uma análise comparativa para que se possa captar as características gerais presentes tanto em manchetes como em títulos das matérias. Para essa análise, parte-se dos quadros a seguir (X e XI), que mostram uma seleção de manchetes da primeira página e de títulos das matérias da Seção Nacional.

Quadro X

Características das manchetes principais da primeira página

Data	Manchetes
23/5/2000	O nervosismo acelera procura por 'hedge'
29/6/2000	Governo reforça meta de crescer até 2002
7/8/2000	Mercado força bancos a buscar mais eficiência
24/9/2000	Indústrias fazem pressão contra mudança no IPI
25/9/2000	Elétricas vendem mais que energia ao grande cliente
23/10/2000	Volatilidade inibe captação no exterior
26/10/2000	INSS e Receita devem a bancos R\$ 700 milhões
6/11/2000	Banespa tem crédito fiscal de R\$ 2,9 bi
7/11/2000	Multis disputam novas fronteiras da telefonia celular
4/12/2000	Ganhos recordes no melhor ano do Plano Real
28/3/2001	Salto na taxa de captação da Argentina
9/4/2001	Banespa capta título de 1,1 bilhões de reais em depósitos
15/5/2001	empresas antecipam-se ao apagão
20/7/2000	Otimismo baixa o juro para 16,5%
3/10/2000	Mercado quer executivo capaz de virar o jogo

Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

Quadro XI

Características dos títulos de matérias da seção nacional

16/5/2000	FHC prevê ciclo de prosperidade
19/5/2000	Superavit de R\$ 1,1 Bilhão nas contas públicas
21/6/2000	BNDES vai ampliar linha de pré-embarque
7/7/2000	Importação de bens de capital será facilitada
7/8/2000	Setor público vai ter limites de endividamento
15/8/2000	Fraga diz que inflação ficará em 6%
15/9/2000	Estabilidade Cambial facilita comércio externo
28/9/2000	BNDES fará exigências sociais
24/10/2000	Leve melhora no emprego industrial
29/10/2000	Mantida em R\$ 37 bilhões meta de superávit
20/11/2000	FHC confirma apoio à exportação
11/12/2000	Malan diz que mercosul vai reduzir a TEC
19/1/2001	Fhc Prevê Crescimento Superior Ao Da Inlação
22/1/2001	Indústrias começam o ano contratando
14/2/2001	Crise leva Brasil assumir o papel de liderança
6/3/2001	privatizações voltam com furnas

Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

Um primeiro aspecto a destacar é que tanto manchetes como títulos são descritivos, sem adjetivos e sem qualquer referência opinativa. Em geral, os verbos são conjugados na terceira pessoa (“Empresas antecipam-se ao apagão”) ou tem como sujeito o fato econômico, como se não fosse resultado da ação de atores sociais (“Leve melhora no emprego industrial”). A ação do governo, por outro lado, também é destacada como se fosse resultado de “fatos econômicos inexoráveis” e, portanto, são implicam em juízos de valor: “FHC prevê ciclo de prosperidade”, “Malan diz que mercosul vai reduzir a TEC”, “Fraga diz que inflação ficará em 6%”. Essa neutralidade da ação do governo é ainda maior na maioria de manchetes pois apenas nos títulos os nomes das autoridades são

declarados. Nas manchetes usa-se denominadores impessoais como “o governo” , “os municípios” , “ o país” ou as ações são executadas por órgão do governo : “Governo reforça meta de crescer até 2002”., “BANESPA capta título de 1,1 bilhões de reais em depósitos”, “Setor público vai ter limites de endividamento”, “um Brasil com as janelas abertas à ALCA “, etc. Ao abordar os fatos econômicos como resultantes de “forças naturais” , o jornal consegue transformar os atores políticos em seres indeterminados, submetidos também eles às “leis de ferro” do mercado. Finalmente as manchetes excluem quase sempre também os atores propriamente econômicos, como empresas, órgãos de classe ou empresários. Em “Renda não acompanha emprego em SP” ou “ Mercado força bancos a buscar mais eficiência” ou ainda “Volatilidade inibe captação no exterior”, vê-se claramente uma “fetichização” dos atores econômicos, e a economia parece dominada por forças impessoais como “o mercado” , “ Renda” , “volatilidade”. Nesse contexto, até mesmo as reações psicológicas são atribuídas a entes supra-pessoais: “ O nervosismo acelera procura por 'hedge' “, “Otimismo baixa o juro para 16,5%” , “ Disputa emperra política de exportação” ,etc.

Qual é o objetivo desta insistência na isenção e objetividade perante os fatos econômicos, dotando-os de características idênticas aos fatos naturais? A resposta deve estar na análise da própria natureza da notícia. Como afirma ALSINA(1996):

“ Em nossas sociedades os “mass media” são, em grande parte, os construtores da realidade social. (...) As notícias ajudam a construir a sociedade como um fenômeno social compartilhado, já que no processo de descrever um fato relevante a notícia o define como tal e lhe dá forma.” (...) Para que os “mass media” possam desenvolver esta função é imprescindível que possuam sobretudo um elemento: credibilidade” .⁹
(ALSINA,1996,P.70)

⁹ Tradução livre do original em espanhol

O discurso jornalístico da Gazeta é assentado sobre a credibilidade, como seu atributo principal, que se fundamenta na objetividade e isenção. E é essa característica que explica, segundo seus editores, a consolidação do jornal como único grande jornal econômico do Brasil até 2000. A credibilidade tem uma função muito importante no discurso jornalístico: é tornar as notícias como “fatos indiscutíveis”. A mera publicação dos fatos, ou seja, o ato de tornar públicos determinados eventos, com base em alguma fundamentação que os torne comprovável, faz a notícia uma verdade irrefutável. Esta busca de se apresentar como um “gatekeeper”, pela GAZETA MERCANTIL tem, no entanto seus limites. A análise das manchetes e títulos de matérias do jornal tem mostrado que, quando se penetra no interior do discurso produzido pelo Jornal, este profissionalismo e objetividade é questionável. Sobre a objetividade, o teórico Gilles Gauthier é fortemente crítico:

" Em termos epistemológicos, ela é impossível porque não se pode ter um conhecimento puro e inteiro da realidade. Do ponto de vista ontológico, lembra que a objetividade é impossível porque a realidade não existe. Explica que, em termos psicológicos, a objetividade é impossível porque os jornalistas apreendem sempre a realidade em função da sua subjetividade. Acrescenta ainda: do ponto de vista pragmático ela é compreendida diretamente articulada aos procedimentos do processo produtivo da informação. Em relação ao aspecto ético, não se trata de uma norma desejável porque ela tem por consequência ocultar a responsabilidade do jornalista. Finalmente, em termos ideológicos, a objetividade deve ser denunciada como instrumento de mistificação utilizado pelos poderes dominantes ". (Gauthier apud Neto,1997,p.10)

Por outro lado, o profissionalismo significa, evidentemente, uma opção de um determinado tipo de jornalismo, nesse caso o econômico, o que exige

determinados requisitos técnicos sem os quais o discurso perde eficácia. Como afirma Alsina:

“Sempre é necessário que um jornalista tenha uma ampla base cultural. Recordemos que o problema da identidade dos intelectuais nasce da passagem do antigo regime à sociedade industrial burguesa. Na sociedade pós-industrial se começa a desenhar a passagem do ideólogo ao especialista. Frente a esta especialização se manteria todavia o caráter universal do saber jornalístico. É o que FOUCAULT (1981, p 138 y segs.) distinguia entre 'intelectual específico' (o especialista) e o intelectual universal”. (ALSINA, 1996, P.177)¹⁰

Mas, como lembra o próprio ALSINA(1996), a afirmação do profissionalismo não pode entrar em conflito com o fato de que há uma "elaboração produtiva" intrínseca à sua própria atividade profissional que não pode ser negada. O discurso, por ser profissional, não deixa, portanto, de dar origem a uma "construção de sentido". Pelo contrário, se o faz é exatamente pelo seu caráter profissional. (ALSINA, 1996, P.179)

Para entender como se dá esta “construção de sentido” no jornal *Gazeta Mercantil*, é necessário um aprofundamento da análise, indo além das manchetes e títulos, para desvendar o que efetivamente se constitui como um “discurso jornalístico econômico”. É preciso ir além das manchetes e buscar o entendimento da enunciação do discurso, ou seja, da maneira como é este discurso produzido.

4.3.2 Matérias da seção nacional: construção de notícias e polifonia no discurso jornalístico

As matérias publicadas na seção nacional pela *GAZETA MERCANTIL* mostram como o jornal constrói o seu discurso. Se no jornalismo não-especializado a enunciação jornalística se dirige ao outro, o leitor, no caso do

¹⁰ Tradução livre do original em espanhol.

econômico há uma apropriação lingüística muito complexa realizada pelo profissional que se coloca como "locutor". (NETO,1995)

Com relação ao discurso político, é sabido que o ato de enunciação pressupõe a existência de um adversário. Como afirma VERÓN (1987), "de certo modo, todo ato de enunciação política é ao mesmo tempo uma réplica e supõe (ou antecipa) uma réplica. Metaforicamente, podemos dizer que todo discurso político está habitado por um outro negativo"¹¹ Já no discurso jornalístico econômico podemos imaginar que ele se dirige a dois outros interlocutores: o dotado de saber técnico e o leigo. E é, assim como o discurso político, sempre tencionado pelo "outro negativo", orientado por uma visão teórica em economia diferente. O discurso jornalístico econômico deve, do ponto de vista verbal, ser capaz, portanto, de se produzir construindo a notícia de forma a imediatamente replicar ao "outro negativo", demonstrar saber técnico para o leitor formado e ser (parcialmente) inteligível / didático para o leigo. Há, sempre, uma polifonia no jornalismo econômico. No caso da Gazeta Mercantil, como se trata de um jornal especializado, o "leitor -modelo" construído inicialmente excluía aquele relativamente leigo. No período abrangido pelo "corpus" da pesquisa, nota-se uma mudança, embora sutil, de 2000 para 2001. Houve um esforço do jornal, a partir de 2001, em ampliar o espectro de seus leitores. Isso se manifestou no uso gradativo, e ainda pouco freqüente, a partir de 2001, de parte dos tradicionais recursos didáticos utilizados pela grande imprensa não-especializada. No período de maio de 2000 a janeiro de 2001, quase não há o uso de infográficos ou qualquer outro expediente para tornar o conteúdo mais acessível a leitores leigos. Pelo contrário, as questões teóricas subjacentes aos temas tratados são referidas como elementos integrantes do universo cultural do leitor. Há, por outro lado, a necessidade de se fundamentar as análises feitas nas matérias em estudos teóricos de instituições de pesquisa e de Universidades. Em algumas delas, a própria matéria é uma síntese destes estudos.

¹¹ Tradução livre do original em espanhol.

É o que ocorre na matéria de primeiro de setembro de 2000 “Ganhos de produtividade agora viram vagas” :

“Quem investiu em pesquisa e desenvolvimento e introduziu inovações tecnológicas em seu negócio nos últimos anos conseguiu tais ganhos de produtividade que está agora colhendo lucros, contratando pessoal e expandindo suas atividades”

Esse é o traço que une empresas como a Embraer, na indústria; os produtores de café irrigado do oeste baiano, na agricultura, e o Laboratório Fleury, nos serviços. E também é o fator que distingue estes negócios da média do ranking da produtividade brasileira. Esta média, como revela estudo do pesquisador associado do IPEA, Regis Bonelli, divulgado esta semana, é bem inferior à que se imaginava “.

Certamente que a explicação dos altos lucros advindos de inovações tecnológicas não exige necessariamente o apoio de nenhum estudo teórico, pois é um fato econômico corriqueiro. Mas para a produção de sentido realizada pelo jornal, isto é fundamental. Já a partir de janeiro de 2001 começa a se notar a presença de infográficos, com evidente sentido didático-explicativo. Esse recurso se resume , no entanto, a mapas, para localização geográfica do processo econômico abordado na matéria. O infográfico geralmente é utilizado para ilustrar temas que não necessariamente fazem parte dos conhecimentos básicos do leitor-modelo, como no caso da energia elétrica. Na matéria “Emae ganha força no mercado de energia” , de 24 de janeiro de 2001, por exemplo, é apresentado um mapa estilizado mostrando “ o complexo gerador de energia da EMAE e a nova usina”.

Esta mudança não chega, no entanto, a alterar o padrão básico das matérias do jornal. A busca de uma fundamentação teórica a partir de fontes externas é um recurso muito freqüente. Há outras características que se repetem constantemente em todo o período estudado, fazendo que as matérias possuam uma estrutura básica. O tema destacado no título é brevemente resumido nos primeiros parágrafos. A partir daí começa a construção de um discurso sobre o

tema que é, aparentemente, apenas um relato "objetivo" de depoimentos e opiniões de personalidades sobre os temas. Mas, por trás desse conteúdo aparentemente simples se estabelecem complexas operações discursivas.

Em termos teóricos, é possível entender melhor essas operações discursivas a partir do próprio conceito de notícia. De acordo com ALSINA(1996,P.188), "notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível". Representação social aqui significa que ela não é apenas um "reflexo" da realidade, mas produto de uma verdadeira construção envolvendo os atores em ação, a própria ação e seu objetivo, assim como os critérios de seleção que dão adotados. É institucional porque o jornalista produz a notícia a partir de um papel definido dentro da instituição jornalística.

Nessa construção da notícia intervém três mundos distintos e inter-relacionados, a saber: o mundo real, o mundo de referência e o mundo possível. Enquanto o mundo real é o mundo dos acontecimentos, o mundo de referência é aquele no qual se pode enquadrar os acontecimentos do mundo real, mostrando a importância maior ou menor de certos fatos, o que vai refletir no tratamento que vai ser dado pelo jornal.

"O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador a partir de outros dois mundos já citados. Se no mundo 'real' se produzia a verificação e no mundo de referência se determinava a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a enunciação. O enunciador deve fazer parecer verdade o mundo possível que constrói. Para isso se vale das marcas de enunciação que permitem criar uma ilusão referencial que é condição necessária para a virtualidade do discurso" .(ALSINA,1996, p.188)¹²

A matéria "Avanço nos indicadores sociais" de 21 de julho de 2000 é um exemplo desta construção. Ela parte de um mundo real – a situação de campeão

¹² Tradução livre do original em espanhol

da concentração de renda ostentada pelo Brasil. Para a criação do mundo possível o jornal vai buscar como mundo de referência uma pesquisa científica – a PNAD do IBGE. Com base na pesquisa o jornal consegue uma série de fundamentos para construção de um mundo possível: a situação está melhorando.

“(...) os indicadores sociais melhoraram na última década. Hoje há menos analfabetos e mais pessoas trabalhando, redução da concentração de renda. Há mais casas servidas por saneamento básico, eletrificação e telefonia. Também cresceu nas casas a presença de geladeiras, freezers, fogões e rádio. Nisso tudo, a má notícia é a da queda do rendimento médio real dos trabalhadores.(..)

O nível de instrução da população também melhorou. (...) A informalidade no trabalho entre a população total ocupada vem diminuindo no setor agrícola e aumentando nos demais. (...) O trabalho infantil continuou em queda. “

Sabe-se que a pesquisa é inadequada para captar os níveis de concentração de renda do país, na medida que coleta informações no ambiente domiciliar e não no do trabalho e da produção. Mas ela é um instrumento útil, um “mundo de referência” para que se possa chegar ao mundo possível almejado.

Uma outra característica peculiar do discurso da Gazeta é a polifonia. Ela se caracteriza não só pela pluralidade das “vozes” que compõem o discurso, mas também pela negação implícita do discurso de um “outro negativo”. Este outro negativo se desdobra em dois: naquele que é simplesmente negado, excluído e no alternativo, que poderia existir em outro dispositivo de enunciação.

Na matéria “privatizadas mostram eficiência” de 16 de março de 2001 tem-se um exemplo claro desta polifonia. A matéria reúne uma série de “vozes” a favor do processo de privatização. A pergunta inicial que se coloca o jornal é “Como, afinal, está a situação das empresas privatizadas, especialmente em relação à produtividade e à lucratividade?” A resposta já está previamente

elaborada. Em primeiro lugar, busca-se uma fundamentação científica, pois se reclama do fato de que “poucos são os estudos que se aprofundam nos efeitos da passagem da propriedade das empresas estatais - e muitas vezes o seu controle - às mãos privadas.”

A matéria se propõe, portanto, a dar base científica à questão da privatização, para responder à questão inicial. E para isso vai buscar um consultor do Banco Mundial, Jairo Procianoy e um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Osvaldo Fontoura de Carvalho Sobrinho. As críticas possíveis são logo afastadas pois, segundo afirmam, já é patente que a privatização foi um sucesso, “do ponto de vista da eficiência empresarial”. Para os dois estudiosos, o importante é saber qual foi o impacto da mudança de objetivos das empresas, de maximização de benefícios sociais, para maximização de benefícios privados. Ao se rejeitar previamente o estudo da privatização como um todo, já se estabelece um discurso que elimina o outro, ou seja, aqueles que no plano do estudo científico, questionam a excelência de seus resultados. E, imediatamente, se coloca uma réplica a este outro: a eficiência das novas empresas é patente em contraste com a ineficiência anterior. Mas a comparação não se faz em relação aos chamados “benefícios sociais” que nunca foram os objetivos das estatais brasileiras e sim com os “critérios guiados por políticas governamentais.” Ora, esses critérios se relacionavam com as políticas macroeconômicas, de utilizar as estatais para fins de combate à inflação ou de financiamento externo.

A possibilidade de réplica na enunciação do discurso é evidente e ela é introduzida no texto através de pesquisa feita pelo Prof. Wilson Cano, da Unicamp. Ele mostra três problemas básicos na privatização: subavaliação das empresas, liberação de preços e de relacionamento com o mercado externo. O professor também argumenta contra a entrada do capital estrangeiro.

Se a matéria incorpora o estudo do Prof. Cano, como visualizar parcialidade na sua abordagem? A questão reside na separação entre avaliação microeconômica (eficiência empresarial) e macroeconômica (resolução do

problema da dívida interna, da inflação) na análise da privatização. O projeto de privatização é todo ele uma estratégia macroeconômica, portanto, sua avaliação deve se dar em termos macroeconômicos.

Na verdade esta ótica microeconômica não é arbitrária: trata-se de uma enunciação polifônica com sentido claro de emitir uma réplica a todo outro possível discurso crítico, de ótica macroeconômica. Os argumentos apontados na matéria relativos a aumento de produtividade, lucros e bem-estar da população servida pelas empresas privatizadas são, do ponto de vista do emissor, tão eloqüentes, que a crítica de Cano pode ser “justaposta” no texto, sem quebra de seu sentido último. A afirmação de que não se deveria ter oferecido tanto dinheiro a estrangeiros soa como uma advertência inútil, e sem força de persuasão. Ao término da leitura do texto o leitor estará muito provavelmente convencido dos “benefícios evidentes” da privatização. Estamos, assim, diante de atos de enunciação, em que o jornal emite o seu ponto de vista particular, ao mesmo tempo que faz o relato dos “fatos” de forma aparentemente “imparcial”. Desta forma, introduz necessariamente um ato de classificação, estabelecendo parâmetros para que o leitor possa assimilar, muitas vezes inconscientemente, a opinião do jornal. Como afirma Neto:

" (...) a enunciação jornalística, por não ser um ato coletivo, mas um dispositivo interno a cada suporte, se constitui em *maneiras de dizer, ou seja*, atos singulares de apontar, e ao mesmo tempo, classificar o dito, segundo certas pautas culturais, sociais e éticas." (NETO,1995:122)

4.4 Seção cartas e opiniões: a construção do receptor

Uma forma de captar o “discurso do receptor” é através da pesquisa da única seção do jornal onde ele se expressa: a “Cartas e Opiniões”, que publica diariamente de duas a quatro cartas de leitores. É uma fonte de informação precária, na medida que as cartas publicadas passam pelo filtro dos editores do

jornal, o que fica bem marcado pela presença, ao lado das cartas de pequenas notas de “correções e esclarecimentos” elaboradas pelos editores para explicar e/ou justificar falhas nas matérias. Além disso um texto em letras corpo oito, que pode passar despercebido ao leitor menos atento, adverte que:

“(...)Idéias, opiniões, observações e informações sobre quaisquer temas serão bem acolhidas e na medida do possível publicadas- na íntegra ou, por razões de espaço, em seus tópicos principais. Só serão consideradas as correspondências com nome, no. da cédula de identidade, endereço completo e telefone do remetente. Originais não serão devolvidos.(...)”

Além dessas regras explícitas existem aquelas implícitas, que mostram a seleção feita pelo jornal. Em geral, só são publicadas cartas de “personalidades” como presidentes ou diretores de empresa, autoridades (juizes de direito), profissionais de grande expressão pública, representantes de entidades, partidos políticos ou de setores sociais, como se pode constatar ao se verificar o “status” dos remetentes. De qualquer forma, é a fonte disponível para se captar o temário que este público expressa. Para isto, foi feita uma pesquisa dessas cartas com a mesma classificação de temas utilizada na análise das manchetes do jornal, resultando no quadro a seguir.

Quadro XII**Temário da seção cartas e opiniões versus
temário da seção nacional**

Cartas & Opiniões	Frequência	Temário: Seção Nacional
Empresa	44	1. Crise energética
Pol. Fiscal	42	2. Setor externo
Energia	30	3. Inflação
Setor externo	26	4. Indústria
Empresários	20	5. Política fiscal
Governo	19	6. Nível de atividade
Indústria	17	7. Empresa
Ecologia	14	8. Emprego e salários
Estatais	12	9. Mercosul
Globalização	11	10. Governo
Privatização	11	11. Questão social
Bancos	10	12. ALCA
Tecnologia	10	13. OMC
Economia	7	14. Privatização
Alca /mercosul	6	15. Juros e crédito
Cidades	6	
Emprego e Salários	6	
Previdência	6	
Questão Social	6	
Juros e crédito	5	
Teles	4	
Inflação	3	
Mercosul	3	

Note-se que os temas preferidos pelos leitores são aqueles referentes às empresas, política fiscal, setor externo, empresários, governo e indústria. Já o temário dos títulos da seção nacional enfatiza temas como :

1. Crise energética
2. Setor externo
3. Inflação
4. Indústria
5. Política fiscal
6. Nível de atividade

7. Empresa
8. Emprego e salários

Há uma grande identificação dos temas tratados pelo jornal e os expressos nas “cartas”. Mas a ordem de prioridade não é a mesma. Para os leitores tem uma grande importância a vida nas empresas e todos os demais temas se relacionam com isso. A política fiscal é sempre levantada como uma crítica aos impostos do governo, aos prejuízos que causa aos empresários. Também no mesmo sentido aparecem os temas de energia e setor externo. Geralmente as cartas de leitores se referem a experiências empresariais bem-sucedidas (ou não) em função destes temas. Há também uma série de cartas destacando a atuação de empresários, em geral elogiando a atuação empresarial como um todo.

Na seção nacional constatou-se que há um temário pré-definido pelo jornal, e que é imposto ao seu público, sem contestação. Este temário acaba reforçando temas relativos ao funcionamento da economia, em contraposição a uma abordagem mais vinculada às empresas e ao mercado, presentes nas cartas de leitores. Isto pode ser atribuído às características da própria seção nacional, cuja abordagem é mais ampla, em contraposição ao caderno empresas e mercados, onde predominam as preocupações dos empresários. Mas há também uma grande presença de temas que não são destacados pelo jornal, como, por exemplo, ecologia e cidades. De qualquer forma, fica evidente que, na seção nacional, o jornal é capaz senão de determinar, pelo menos influenciar fortemente a “agenda” do seu público, delimitando temas que são importantes e fixando a abordagem dos mesmos.

Uma questão, no entanto, fica, dessa análise do discurso da seção nacional, que se manifesta nesta forma de abordagem dos temas. Se os temas empresariais caracterizam o discurso do receptor, e mesmo influenciam os temas preferenciais, porque o jornal mantém como parte principal de seu primeiro caderno, ocupando a maior parte do espaço, a seção nacional? A resposta mais adequada diz respeito ao fato de que, por mais qualificado que seja o público do jornal, este é um discurso que ele não tem “competência” para produzir. Enquanto

ele aborda, com maior interesse, temas empresariais, focado sempre na vida das empresas, o jornal produz um discurso jornalístico polifônico voltado para noticiar os acontecimentos, com base no estatuto das Ciências Econômicas.

O temário do público receptor, portanto, é diverso em ordem de importância e mesmo com a introdução de temas novos, em relação ao temário da seção nacional. Mas esse mesmo público aceita e paga pelo acesso diário às notícias veiculadas pelo jornal. No caso da GAZETA MERCANTIL constata-se que, na seção cartas e opiniões, é muito reduzido o número de reclamações dirigidas ao jornal e há casos freqüentes de elogios. Isso pode ser uma das explicações da enorme aceitação do temário do jornal pelo seu público, já que entre ambos existe um “contrato de leitura” relativo à questão da agenda neoliberal. Na seção carta e opiniões só foi possível constatar alguma voz desfavorável nas cartas de representantes de entidade sindicais ou movimentos sociais, que não fazem parte do público preferencial da Gazeta.

4.5 Os efeitos da crise: o caso “apagão”

Em todo o processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil ocorreu uma grave desestruturação do potencial produtivo da economia, num claro exemplo do processo de financeirização do capitalismo, resultante da mundialização do capital. A justificativa para esse processo de “destruição não criadora” foi a estabilização dos preços, ficando a economia refém de uma verdadeira armadilha. O preço pago pelo “resgate” tem sido extremamente caro: a estagnação, o desemprego, o crescimento da concentração de renda com toda seqüela de conflitos e “comportamentos desviantes” no plano social. Como nos mostra MATTOSO (1999), no plano econômico os resultados da adoção de uma “inserção internacional subordinada” foram:

1. “Crescentes déficits na balança comercial (resultante da intensa elevação das importações) e do saldo das transações correntes (resultante da

elevação dos déficits da balança comercial e dos serviços) que apontam para recorrentes crises cambiais ;

2. crescimento econômico medíocre e sujeito a fortes movimentos de retração das atividades produtivas, dado seus reflexos na elevação dos déficits do saldo da balança comercial e do saldo das transações correntes;
3. elevação crescente da dívida líquida do setor público, e constituição de sucessivos ajustes fiscais que aceleraram o desmonte do Estado Nacional, com a deterioração das atividades públicas no campo social e da sua capacidade de investimento;
4. transformação da estrutura do comércio exterior, com um crescimento medíocre das exportações (ancorado em setores exportadores tradicionalmente competitivos e de grande escala de produção baseados em recursos naturais e energia abundante, tais como papel e celulose, “agribusiness”, siderurgia, processamento mineral e alumínio) e intensa ampliação das importações nos setores de maior conteúdo tecnológico.
5. especialização produtiva regressiva com:
 - ✍ ampliação da desnacionalização , dada a substituição da produção de componentes e matérias primas nacionais por importados, com conseqüente redução do valor agregado no país, nas cadeias produtivas mais complexas, como a indústria automobilística e no setor eletrônico;
 - ✍ ampliação da desindustrialização, com forte substituição da oferta doméstica de bens finais por importados, fechamento de linhas de produção e até mesmo de unidades fabris inteiras.”(MATTOSO,1999,p.124)

Todo este processo vai ser ocultado pelo discurso do jornalismo econômico, que, através de diversas operações discursivas, consegue divulgar a idéia de que a economia brasileira avançou neste período, sendo sempre otimistas as matérias sobre a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentações levadas a cabo pelo governo FHC, nos seus dois mandatos. A própria elaboração das

matérias segue um roteiro determinado pela necessidade de assegurar o predomínio da “agenda neoliberal” como solução e não como problema. Quando, no entanto, irrompe uma crise cria-se a possibilidade de ruptura no consenso neoliberal, o que vai receber o nome de “turbulência” no discurso do jornalismo econômico. Isso ocorreu, no período de 1994 a 2001 em várias oportunidades, com crises internas ou externas que assolaram a economia brasileira. Nenhuma delas recebeu solução no plano econômico, agravando as contradições e gerando efeitos de destruição cada vez mais avassaladores. Mas, no plano do discurso do jornalismo econômico, as turbulências passaram e o vôo prosseguiu. No período em que foi formado o “corpus” da pesquisa, no entanto, algo de novo ocorreu. A crise energética, com a constatação das deficiências de fornecimento de energia elétrica, interferiu no discurso de forma eficaz, revelando que o modelo neoliberal se mostrou incapaz de resolver um dos problemas básicos da própria economia capitalista – o fornecimento sem interrupções de energia elétrica. Como a pesquisa demonstrou, a crise mudou a trajetória das manchetes e matérias do *Jornal Gazeta Mercantil*, fazendo com que predominassem matérias desfavoráveis à agenda neoliberal no período de auge, de janeiro a maio de 2001. O que cabe aqui indagar é quais foram as transformações no próprio discurso jornalístico, quais foram as operações discursivas específicas utilizadas para o tratamento deste tema pela *GAZETA MERCANTIL*? Como o jornal vai enfrentar e tentar impedir que a crise energética comprometa a essência do discurso jornalístico aí construído? A análise destas questões deve avançar algumas pistas para seu “desvendamento”, nos limites do “corpus” e a partir do entendimento de que essa crise não acabou, embora assim esteja sendo tratada pelo jornal no segundo trimestre de 2002.

4.5.1 – Aspectos verbais e não-verbais das operações discursivas

O surgimento do tema da crise energética nas páginas do jornal não se restringe ao período de “descoberta” da crise, a partir de março de 2001. No “corpus”, encontram-se matérias sobre as deficiências de energia elétrica e os planos de prevenção contra o racionamento desde de 2 de maio de 2000. A

sucessão de matérias sobre o tema no período anterior se reporta a três questões principais:

1. A previsão de escassez de energia em função do aumento da demanda resultante do crescimento da economia em 2000;
2. A dificuldade em operacionalizar o projeto do governo para o setor devido a :
 - impossibilidade de privatizar Furnas
 - necessidade de implantar o programa de termelétricas a gás
 - impossibilidade de solucionar o problema do ônus cambial do gás importado
3. Os conflitos que esse tema gera no interior do governo.

Os problemas não são solucionados e a crise emerge em março de 2001, com a divulgação de “balões de ensaio” do governo sobre os planos de racionamento. Como a Gazeta acompanhava o tema regularmente, se tornou difícil analisar a crise como uma leve “turbulência” no andamento da economia. A operação discursiva empregue pelo jornal (e pelo conjunto da imprensa não-especializada) foi a anáfora. O uso do termo “apagão” como símbolo da crise serviu a vários propósitos. Em primeiro lugar, ao se referir a acontecimentos passados, tantos os mais recentes (interrupções em todo o território nacional do fornecimento de energia elétrica em um mesmo período, devido a problemas de operação do sistema) como os racionamentos mais antigos, efetivados nas décadas de 50 e 60, o termo consegue romper com a idéia de que a crise se origina do modelo de privatização do setor energético adotado pelo governo FHC.

Em segundo lugar, ele introduz no discurso um elemento de dissuasão de críticas ao estimular sentimentos de verdadeiro pavor diante da ameaça de “apagão”.

Uma terceira operação discursiva é realizada quando reforça a “boa vontade” do público em reduzir o consumo de energia, desprezada, segundo o jornal, pelo caráter compulsório do plano de racionamento do governo. Abre-se espaço, aqui, para uma crítica liberal ao racionamento, paralelamente à idéia de que a crise se origina não da privatização, mas da sua paralisação no setor energético.

Quanto ao primeiro efeito, a matéria de 21 de maio de 2001, “Vozes contrárias ao modelo privatista” alerta os críticos do modelo de privatização do setor. Depois de analisar a situação argentina, a matéria termina com o depoimento de uma especialista afirmando: “Se realmente há um risco de racionamento, esse é um mecanismo que viabiliza a solução da privatização. Não há nada melhor que mostrar à população os padecimentos sofridos quando não se pode ter o serviço, e mostrar a incapacidade do Estado para fornecê-lo. Nesse momento, a população aceita qualquer coisa.”

Em uma matéria de 21 de maio de 2001 a questão desta aceitação de “quase tudo” em função do medo do apagão é muito evidente:

“É claro que a garantia de suprimento energético é questão estratégica, requerendo ações emergenciais que evitem a ocorrência de um indesejável apagão - advertência, a propósito, reiteradamente manifestada ao governo por técnicos e órgãos de imprensa, como é o caso deste jornal.

Há que lamentar a oportunidade perdida para atacar o problema energético com a profundidade que a matéria requer.”

A operação discursiva de colocar a boa vontade “desperdiçada” do consumidor contra a imposição arbitrária do Estado está presente em matérias durante todo o período. Na matéria de 21 de Maio de 2001, essa enunciação do discurso jornalístico fica evidente:

“Paralelamente, a letargia do governo impediu a definição de regras claras para o programa de privatização, de forma a criar um ambiente seguro e confiável para a concretização de investimentos por parte da iniciativa privada. Dessa forma, o gasoduto Brasil-Bolívia opera com 50% de ociosidade e as 49 usinas termelétricas, projetadas há mais de dois anos para operar com gás natural, não saíram das pranchetas.”

Uma operação de classificação prévia é feita ao longo de todas as matérias sobre a crise energética. Há uma diferença , neste aspecto, entre o período de maio de 2000 a janeiro de 2001 e o período restante. Inicialmente não há vinhetas, nem identificadores visuais mas há uma espécie de identificador invisível.

Em primeiro lugar algo que funciona como contra - identificador: a relativa pouca frequência do tema nas capas, a não ser no auge da crise. Mas o “locus” deste tema era sempre o de tema subalterno, com pequeno destaque, letras pequenas, espaço mínimo para o resumo da matéria e, muitas vezes, na segunda dobra da capa. O quadro a seguir, relativo a manchetes de primeira página, mostra a frequência com que o tema é colocado com destaque.

Quadro XIII

Manchetes da primeira página sobre crise energética

Data	Manchetes
25/09/00	Elétricas vendem mais que energia ao grande cliente
10/10/00	Reformas de Usinas elétricas giram R\$ 3,5 bi
20/11/00	As elétricas na contramão
29/11/00	Elétrica teve o maior lucro da Bovespa
26/12/00	Geração decide a competição nas elétricas
27/12/00	A volta das pequenas hidrelétricas
26/01/01	US\$ 5 Bilhões em negócios de petróleo e gás
05/02/01	Atacado de energia atrai vendedores
19/02/01	Elétricas da Espanha vem lutar no Brasil
05/04/01	planalto atua para evitar o racionamento
06/04/01	energia atrai investimentos
24/04/01	empresas cortam gasto com energia
02/05/01	crece briga pela guarda de recursos
02/05/01	elétricas podem perder 17% na geração de caixa
03/05/01	a consumo de energia tem de cair 10% a 20%
04/05/01	a aneel nega repasse do racionamento
07/05/01	siderúrgicas unem-se para produzir coque
08/05/01	fhc decide pelo corte de energia
10/05/01	racionamento afeta exportações
14/05/01	mega projeto de 2,6 bi de dólares para a importar energia
15/05/01	empresas antecipam-se ao apagão
16/05/01	ampliação de emergência nas termelétricas
17/05/01	corte de energia para quem não obedecer cotas
20/05/01	crise desmonta o modelo do setor de energia
20/05/01	mais 3 anos de deficiência no fornecimento
22/05/01	indústria começa a cortar novos investimentos
23/05/01	crise de energia já afeta vendas de automóveis
27/05/01	cortes vão variar segundo setor industrial
29/05/01	racionamento afeta competição entre regiões

Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

Analisando-se o quadro vê-se que, num total de 600 manchetes principais, apenas 28 se referem direta ou indiretamente à crise energética. E destas apenas 6 datam de 2000.

Em segundo lugar a constância: quase diariamente o tema crise energética é tratado. Há um “lugar” reservado para ele, geralmente no final da Seção Nacional. Nesta parte da Seção, seguem-se matérias sobre o tema, como se houvesse um discurso subjacente: “isto pode vir a ser importantíssimo, fique

informado de tudo". Ao se comparar o quadro acima com o quadro de matérias da Seção Nacional sobre a crise energética, veremos a desproporção entre esta frequência cotidiana de matérias e as manchetes sobre o tema. (Ver quadro completo no Anexo III)

Quadro XIV

Títulos das Matérias da seção nacional sobre a crise energética

Data	Títulos
01/06/00	Grupo Espanhol chega ao interior paulista
01/06/00	tarifas de Transmissão mais caras
07/06/00	Infra-estrutura gera desabastecimento
07/06/00	ANP leiloará hoje 23 novas áreas
23/06/00	Distribuição de gás natural é antecipada
27/06/00	Mercado disputa energia de Itaipu
27/06/00	Preocupação é com o uso da água
29/06/00	RS começa a mudar matriz energética
29/06/00	Tourinho e Diretor da Aneel Divergem
15/07/00	Angra II pronta para entrar em operação
15/07/00	Iluminação dependerá de verba da Petrobrás
15/07/00	Petrobrás aprova parceria em consorcio
15/08/00	ANP define preço de transporte do gás
15/08/00	Governo tenta conter tarifas e eletricidade
15/08/00	Regras do MAE podem mudar
25/08/00	Mantidas normas para energia
25/08/00	Sul inicia distribuição de gás natural
25/08/00	Teme-se falta de energia em 2001
27/05/01	cortes seletivos para indústrias
27/05/01	governo volta atrás e permite ligações novas
27/05/01	mercado quer bolsa eletrônica debate
27/05/01	nordeste e sul podem ser incluídos
27/05/01	oposição vai contestar corte de energia com adin
27/05/01	osram demite 53 em Osasco
29/05/01	código do consumidor é preservado
29/05/01	definição do preço do gás sai hoje o
29/05/01	governo tenta dividir o prejuízo
29/05/01	Itamar vai apresentar seu plano alternativo

Vê-se que há várias matérias no mesmo dia, mostrando a importância que o tema recebe do jornal.

Finalmente, a abordagem obedece sempre a mesma lógica, apontada acima. Se partirmos do ponto de vista do "contrato de leitura" feito com o leitor, há

uma espécie de acordo tácito: não se dá ênfase ao tema, mas ele é abordado quotidianamente, porque emissor e receptor "sabem" e "negam" sua importância. Esta abordagem tem uma única explicação possível: o fato de que era importante não dar destaque nas manchetes da primeira página, porque o tema era desfavorável à agenda neoliberal. Por outro lado, para o "leitor-modelo" do jornal, era importante estar informado sobre as tentativas de superação da crise.

Outro tratamento vai ser dado a partir do momento que a crise se torna um fato inquestionável. As matérias passam a ocupar o lugar nobre – as primeiras páginas da seção nacional – e se tornam maiores e em maior número. Além disso, o número de manchetes sobre o tema na primeira página, inclusive as manchetes principais aumenta significativamente. A importância que passa a ser dada ao tema faz com que as matérias melhorem de qualidade e passem a ser assunto de várias seções do jornal. Há reportagens e entrevistas sobre o tema, artigos no terceiro caderno (empresas e carreiras) e até mesmo no segundo caderno (finanças e mercados).

A mudança mais significativa do ponto de vista da classificação prévia é a introdução de uma vinheta identificativa do "apagão". Uma figura de uma lâmpada apagada, como dois semicírculos à sua volta, transmitindo a idéia de que ela está sendo retirada, começa a identificar as matérias, a partir de 10 de maio de 2001. O símbolo é colocado nas manchetes sobre o tema e em todas páginas que contém matérias sobre a crise energética. Trata-se de um "modelo semântico", como afirma Neto:

"Os acontecimentos do real são sempre previamente classificados em modelos semânticos pelos jornais, a fim de poderem ser devidamente reconhecidos por seus leitores" . (...) "Visualmente, este trabalho de construção de modelos semânticos pode se dar através de vários dispositivos. O mais comum é a instituição do selo, espécie de vinheta usada sempre no início das matérias como forma de associá-las, buscando demonstrar que são assuntos correlatos nos vários dias em que são noticiadas. (...)" (NETO,1995,ps.124-126)

Outro aspecto importante na construção do discurso da *GAZETA MERCANTIL* sobre a crise energética na sua dimensão não verbal são as metáforas conceituais. Isso acontece quando se justapõe duas notícias sobre um mesmo tema produzindo o efeito de um outro discurso, diferente daqueles originais. Esta utilização da organização do material discursivo para produzir um *outro* discurso se manifesta também na utilização dos recursos de diagramação. No auge da crise, o jornal divulga matérias que relatam a crise e as medidas de racionamento que estão sendo adotadas pelo governo. Justapostas a estas matérias, são colocados em um box, separados do conjunto ou em partes inferiores das páginas, as reações de consumidores ou empresários contra as medidas de racionamento, seja ao nível do discurso ou em ações judiciais e políticas. Trata-se, sem dúvida, de "metáforas conceituais", onde a associação das matérias produz a idéia de que o racionamento pode não vingar ou que é injusto e não adequado, embora nenhuma das duas matérias em separado expresse essa idéia. Na relação de matérias abaixo mostra-se como se dá essa associação, embora esse efeito só seja realmente possível de ser captado através da leitura do próprio material jornalístico impresso.

Data: 04/05/2001

Matéria Principal: Concessionárias querem elevar tarifa

Box : Fiat pode reduzir exportações

Metáfora Conceitual: Multinacionais estão contra o racionamento

Data: 04/05/2001

Matéria Principal: Racionamento preocupa equipe econômica

Box : Empresas avaliam impacto dos cortes de energia

Metáfora Conceitual: Empresas e equipe econômica criticam o caráter recessivo do racionamento

Data: 14/05/2001

Matéria Principal: Controle mais difícil em prédio moderno

Box : Gerador custa R\$ 40mil

Metáfora: Racionamento afeta até mesmo os prédios de luxo, que não tem como investir em gerador.

Data: 17/05/2001

Matéria Principal: Quem não cumprir meta terá corte

Box : Contra luminosos apagados

Metáfora Conceitual: O racionamento já enfrenta opositores

Data: 29/05/2001

Matéria Principal: Código do consumidor é preservado

Box : Juízes derrubam restrições

Metáfora Conceitual: O racionamento é falho juridicamente e pode ser anulado

Finalmente, há um outro aspecto a destacar na análise do discurso da seção nacional: é a construção de identidades ao longo das matérias. (NETO,1995, p.127) Talvez em função do compromisso de "objetividade" do jornal, há uma operação discursiva específica com relação à construção de identidades e atores. Lendo apenas as manchetes, observa-se que são instituições, órgãos do governo, associações empresariais que dão declarações, emitem opiniões, informam sobre ação de outros, etc. Os exemplos são abundantes: "Emae ganha força no mercado de energia" (24/01/2001); "Usiminas investe em geração de energia" (30/04/2001); "Concessionárias querem elevar tarifa" (04/05/ 2001). Para funcionar como contraponto dessa "impessoalidade" das manchetes o jornal estampa gravuras de personagens importantes-empresários, membros do governo, que foram citados ou entrevistados. A idéia é reforçar a credibilidade das matérias, com base no depoimento de alguma autoridade no assunto.

NETO(1994) mostra que os eventos em um discurso recebem “tratamentos através de marcas cujo efeito semântico visa situar atores e às situações nas quais são produzidas.” No caso do “corpus” da pesquisa, constata-se que os únicos atores que se constroem na seção nacional são os governantes, as autoridades. São as únicas personalidades que são nomeadas nos títulos das notícias da seção nacional. Se em outras seções as empresas e os empresários são os atores, na seção nacional, o Estado é o grande ator. Ao contrário da seção política, onde o Congresso ou seus membros tem certo destaque, na seção nacional é o Executivo o representante do Estado. O quadro abaixo, retirado do período que dentro do “corpus” representa o auge da crise, é bem representativo dessa tendência.

Quadro XV

Nomeação de atores nos títulos das matérias da seção nacional

Data	Títulos
11/05/2001	Parente lidera combate à crise de energia
15/05/2001	Malan aponta erros de avaliação
09/05/2001	Ação de Zylbersztajn desagrada a técnicos
29/05/2001	Itamar vai apresentar seu plano alternativo
08/05/2001	FHC troca multa por corte de energia
04/05/2001	Arce defende corte em vez de cobrança de multas*

Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

* Secretário de Energia do Estado de São Paulo Mauro Arce

4.5.2 A construção do mundo possível : solução privatista da crise energética

O tema crise energética representou, no mundo real, um evento desestruador do projeto econômico hegemônico do governo e dos empresários – a agenda neoliberal. A privatização é incompatível com o “modus operandi” do setor energético, e mesmo em países de capitalismo avançado, como os EUA, a maior parte da energia é gerada pelo setor estatal. Mas o mundo de referência do jornal *GAZETA MERCANTIL* é fundamentado na idéia de que somente a iniciativa privada é eficiente na resolução do problema da alocação de recursos escassos, devendo o Estado agir como mero regulador externo deste processo. Assim , o

mundo possível construído pelo jornal não poderia ser o da negação do projeto, mas de sua afirmação. Fica claro nas matérias sobre o tema que a escassez de energia não ocorreu não pela privatização já realizada, mas pelo fato do setor ainda permanecer, em grande parte, nas mãos do Estado.

Na matéria “Governo é forçado a mudar modelo energético”, de 18 de maio de 2001, essa construção fica clara. Depois de criticar o governo por ter impedido investimentos das estatais do setor em função da privatização, o jornal faz uma série de especulações sobre a ação futura do governo, depois de relatar a retomada dos investimentos nas estatais e o plano de racionamento:

(...)Já há negociações em curso entre as distribuidoras e o Governo, para que sejam atendidos os pedidos de recomposição tarifária reivindicados pelas empresas. Haverá, entretanto, um cronograma para que a Aneel aumente as tarifas ao longo deste ano.

O Governo também deve reconhecer um princípio há muito tempo reivindicado pelos investidores em projetos de geração: a Eletrobrás receberá autorização para aceitar contratos do tipo PPA (que garantem a compra da energia gerada). Na opinião de especialistas do Governo, esta decisão dará tranquilidade ao empresariado para que assuma a sua parcela de responsabilidade como investidor no novo modelo. No Governo também está em evolução a proposta de alterar os limites atuais de concentração de mercado. O objetivo é permitir que os atuais investidores possam ampliar a sua presença no Brasil.(...)

A análise mostrou que a Gazeta utiliza-se de uma série de operações discursivas, verbais ou não verbais, visando “a construção social da realidade”, produzindo o real através de um discurso jornalístico específico – o discurso jornalístico econômico.

CONCLUSÃO

A evolução do Jornalismo econômico nas décadas de 80 e 90 está intrinsecamente vinculada às grandes transformações ocorridas na economia mundial nesse período. De um lado, tem-se a expansão da economia capitalista com características cada vez mais internacionalizadas, utilizando-se de forma ampla das mais recentes inovações tecnológicas. De outro, tem-se a constituição de um jornalismo segmentado – especializado para a área econômica – que se expande conjuntamente com a economia, estabelecendo múltiplos vínculos com o próprio mercado, na medida em que as informações econômicas influenciam – muitas vezes decididamente – os próprios fatos econômicos.

O jornalismo econômico estabelece uma relação contraditória com a economia, em que busca perceber e expressar o pensamento do “mercado” e, ao mesmo tempo, divulgar dados e informações que acabam por influenciar decisivamente este mesmo mercado. O discurso do jornalismo econômico passa, assim, a assumir dimensões propriamente econômicas, uma vez que no ambiente de uma economia baseada no lado fictício do capital - o lado monetário ou financeiro - a palavra tem a propriedade de movimentar bilhões de dólares

O jornalismo econômico vive atualmente um processo de mudanças na sua estrutura e no seu discurso. O amplo avanço tecnológico e a ampliação dos meios de comunicação a nível internacional resultaram na transformação completa dos discursos midiáticos nacionais em um discurso midiático internacional "globalizado". O desenvolvimento, em nível nacional e internacional, de um jornalismo econômico estreitamente identificado com os princípios básicos do projeto neoliberal tem sido uma peça fundamental na sua difusão e legitimação, juntamente com a desmoralização de qualquer tentativa de contraposição e alternativa que possa surgir.

O pensamento econômico produzido pelas escolas acadêmicas - onde o

critério de avaliação é científico e teórico - passa a ser objeto de um discurso midiático específico e com características próprias de legitimação também no interior do seu próprio campo jornalístico. O enfoque neoliberal busca identificar-se com os padrões éticos de "isenção", "objetividade", "adequação aos novos paradigmas científicos" e rejeição de "antigas abordagens ideológicas" . O jornalismo econômico que buscar outros parâmetros contrários aos do neoliberalismo será sempre "antiquado" , "ideológico" , "panfletário", etc. Os parâmetros para análise da realidade não são dados pelo critério da verdade e da visão de conjunto do processo econômico. A realidade é retalhada em "indicadores", resultados (geralmente relativos a contas públicas ou outros vistos como importantes pela ótica neoliberal) , e opiniões do "mercado" , uma entidade criada pelo discurso do jornalismo econômico para representar a opinião dos analistas do sistema financeiro dominante. A junção entre processo de mundialização do capital, da construção de um discurso econômico hegemônico e da criação e desenvolvimento de um jornalismo econômico se dá de forma integrada e harmônica.

A ampla adesão das empresas de comunicação e do seu corpo editorial ao neoliberalismo reflete não só aspectos subjetivos mas também alterações importantes no processo de trabalho das empresas jornalísticas, onde aplicação em massa de tecnologia de informática transformou completamente as "relações de produção da notícia". A autonomização do capital é hoje praticamente total, submetendo todos às suas necessidades de acumulação e expansão em escala global.

A análise do discurso da GAZETA MERCANTIL mostrou algumas características importantes. A primeira é a do monopólio do mercado de referencialidade, que foi claramente identificada nos editoriais do jornal. Estabelece-se o discurso dos empresários - e a defesa da economia de mercado - como universal e válida porque racional e eficiente. Impede-se a possibilidade de outros concorrentes neste mercado, vistos como irracionais e inconscientes.

Uma segunda característica é a estratégia discursiva do jornal, alicerçada na não identificação do emissor. Na GAZETA MERCANTIL, o Jornal se apresenta ao receptor como portador da razão e da consciência e estrutura sua legitimidade discursiva a partir da demonstração da racionalidade de suas teses.

A terceira característica é a construção do receptor como empresário, cidadão e contribuinte. Trata-se de um receptor que está disposto a aceitar as teses da necessidade do ajuste econômico e do acordo com o FMI, mas que, ao mesmo tempo, está preocupado com as consequências da política econômica.

No período em que foi realizada a pesquisa algo de novo ocorreu. A crise energética, com a constatação das deficiências de fornecimento de energia elétrica, interferiu no discurso de forma eficaz, revelando que o modelo neoliberal se mostrou incapaz de resolver um dos problemas básicos da própria economia capitalista – o fornecimento sem interrupções de energia elétrica. A crise foi capaz de mudar a trajetória das manchetes e matérias da GAZETA MERCANTIL, fazendo com que predominassem matérias desfavoráveis à agenda neoliberal no período de auge da crise.

O tema crise energética representou, no mundo real, um evento desesturador do projeto econômico hegemônico do governo e dos empresários – a agenda neoliberal. A privatização é incompatível com o “modus operandi” do setor energético, e mesmo em países de capitalismo avançado, como os EUA, a maior parte da energia é gerada pelo setor estatal. Mas o mundo de referência da GAZETA MERCANTIL, se fundamenta na idéia de que somente a iniciativa privada é eficiente na resolução do problema da alocação de recursos escassos, devendo o Estado agir como mero regulador externo deste processo. Assim, o Mundo possível construído é o da afirmação de uma solução da crise através da ampliação e generalização da privatização.

Essa dupla crise, do projeto neoliberal dominante, de um lado, e do jornalismo econômico que faz o papel de seu principal divulgador mostra que há possibilidades de superação de um e de outro, no sentido de transformações econômicas e do próprio jornalismo especializado em economia.

Os resultados da pesquisa e da análise do jornalismo econômico no contexto da mundialização do capital apontam para a necessidade urgente dessas transformações. A crise do jornalismo econômico e do projeto neoliberal não tem apontado necessariamente para a superação de suas bases econômicas e políticas, mas antes para a desnacionalização e dissolução de qualquer referencial científico para as “produções de sentido” desse jornalismo. A fusão entre o jornalismo econômico e os grandes capitais internacionais resulta na redução das próprias fontes originais de notícias, multiplicando a capacidade do capital mundializado de criar uma realidade mediática favorável aos seus interesses. Por outro lado, surgem iniciativas no sentido de buscar a construção de mecanismos de controle social sobre os órgãos de informação econômica, pelo alto grau de influência que os mesmos podem ter sobre a opção futura entre prosperidade e progresso ou depressão e barbárie.

Ficam, portanto, como interrogações acerca do desenvolvimento do jornalismo econômico, capazes de suscitar novas pesquisas, algumas questões importantes. Em primeiro lugar, temos a problemática da vinculação íntima e profunda dos meios de comunicação globais e o capital internacionalizado. O processo de concentração e oligopolização levará inevitavelmente ao predomínio de um grande e único centro internacional de notícias econômicas, como um subsetor das grandes empresas? Haverá o limite para esse processo, do ponto de vista econômico? O mecanismo auto-regulador do mercado é eficiente para evitar um totalitarismo midiático global, pela via do capital privado e não pelo Estado?

Outro conjunto de temas importantes se refere à evolução do jornalismo econômico frente ao desenvolvimento dos meios digitais de comunicação como a Internet. Os sites de informação econômica, pela sua agilidade e rapidez, substituirão os tradicionais jornais impressos? Será viável a transformação do jornalismo econômico em meio de comunicação de amplos setores da sociedade, ou permanecerá como um segmento específico, com permanente monopólio dos empresários do seu “mercado de referencialidade”?

Finalmente, destacamos a necessidade de se pesquisar a possibilidade de gestação de um novo tipo de jornalismo econômico, a partir dos mais variados setores da sociedade, e voltado para questões importantes da vida econômica de assalariados, pequenos e médios empresários, profissionais e demais agentes econômicos que não encontram atualmente meios de expressão de seus interesses e necessidades. É uma linha de pesquisa importante que poderá apontar os caminhos possíveis para novas articulações, socialmente mais justas e economicamente mais produtivas, entre o campo midiático e a economia.

ANEXOS

ANEXO I

Manchetes da seção nacional : a defesa da agenda neoliberal

Do ponto de vista da agenda neoliberal, pudemos identificar as mesmas características já observadas nas manchetes da primeira página. Há um grande privilegiamento para matérias favoráveis à agenda neoliberal, em detrimento das desfavoráveis, como pode-se perceber pelo quadro abaixo:

Quadro XVI

Manchetes das Matérias da Seção Nacional

Favoráveis ou Desfavoráveis à Agenda Neoliberal

meses	Matérias Favoráveis	Matérias Desfavoráveis
maio	67,14	32,86
junho	62,22	37,78
julho	65,33	34,67
agosto	61,76	38,24
setembro	68,69	31,31
outubro	64,84	35,16
novembro	64,71	35,29
dezembro	67,44	32,56
janeiro	71,43	28,57
fevereiro	63,46	36,54
março	59,12	40,88
abril	58,29	41,71
maio	55,92	44,08

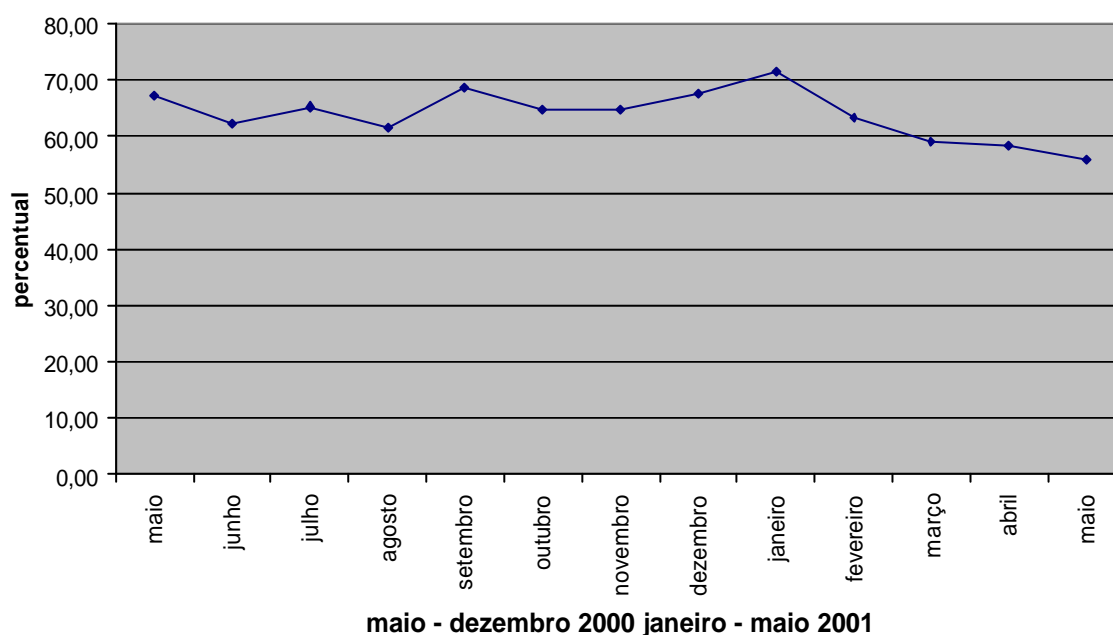
Fonte: Banco de Dados de Manchetes e Títulos

Esses resultados mostram que , em média, 60% das matérias da seção nacional tem manchetes que expressam um conteúdo favorável à agenda Neoliberal. A partir do acesso à quase totalidade dos exemplares do jornal foi

constituído um corpus com cerca de 200 matérias no período de maio de 2000 a maio de 2001. Pode-se afirmar, portanto, que as manchetes constituem um indicador adequado para a análise, na medida que elas não buscam, como nos jornais da grande imprensa, ser um mero expediente para atrair o leitor. Pelas próprias características do jornal, o objetivo das manchetes é indicar resumidamente o conteúdo das matérias e é esse conteúdo que pode efetivamente atrair o leitor..

Os dados se mostram muito semelhantes aos relativos às manchetes da primeira página, tanto principais como secundárias. Outra semelhança diz respeito à distribuição destas manchetes no tempo e a tendência que manifestam no período considerado, como pode ser verificado pelos gráficos a seguir.

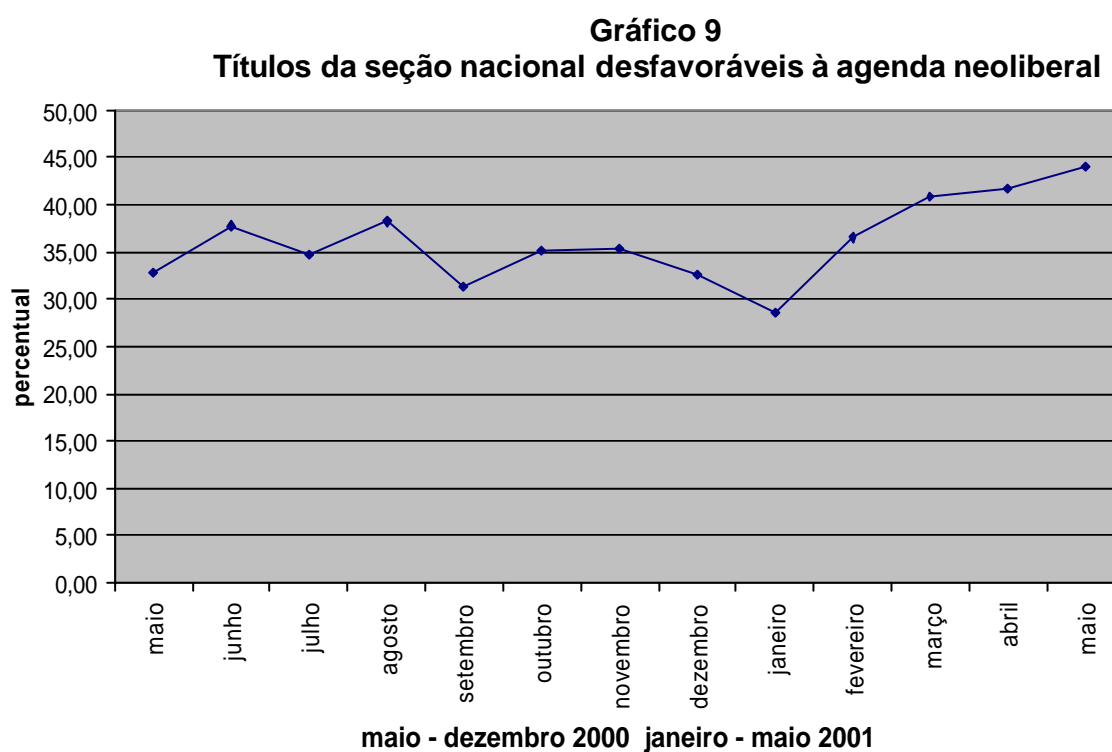
Gráfico 8
Títulos da seção nacional favoráveis à agenda neoliberal



O gráfico acima, além de mostrar a manutenção de um percentual de manchetes favoráveis acima de 60% em cada mês, mostra também uma tendência à queda destas matérias a partir do mês de janeiro de 2001, caindo

abaixo dos 60% a partir de março de 2001. Assim como na primeira página, este fato é atribuído à crise energética, o que faz com que todas matérias otimistas, que vinculam os resultados positivos da economia – crescimento, baixa inflação, etc à agenda, não tenham mais base factual para serem publicadas. Essa mudança faz com que a maioria das matérias sejam agora desfavoráveis à agenda neoliberal.

Essa mudança vai se revelar no gráfico abaixo, que expressa o comportamento das matérias desfavoráveis à agenda neoliberal, com críticas ao projeto de privatização do setor, à questão cambial no caso das usinas termelétricas, etc.



O gráfico acima mostra as matérias desfavoráveis ao projeto sempre em torno de 30%, até janeiro de 2001. A partir deste mês a tendência se inverte e

começa um aumento das matérias desfavoráveis até atingir, em maio de 2001, quase 45% do total de matérias.

Anexo II

O “Corpus” da pesquisa: as matérias da seção nacional

O corpus abrange o período de maio de 2000 a maio de 2001, contendo matérias selecionadas de acordo com critérios definidos na análise anterior das manchetes principais e secundárias da primeira página e dos títulos da seção nacional qual seja, a de conteúdo favorável ou desfavorável à agenda neoliberal.

Outro bloco de matérias foi selecionado por se referir à crise energética, e do impacto que a mesma provocou no discurso do jornal. Ela foi capaz de desarticular e desestruturar o projeto neoliberal para o setor energético, abalando posteriormente a economia com um todo e o próprio Governo FHC. O discurso produzido pela *GAZETA MERCANTIL* sobre este tema é um objeto fundamental de análise pois se refere a fatos econômicos cuja lógica profunda nega toda a estratégia neoliberal. O esforço do discurso jornalístico de “construção da realidade” sobre esta crise se torna, portanto, um elemento fundamental da análise do discurso como um todo.

O quadro XVII relaciona os títulos das matérias favoráveis à agenda neoliberal que compõe o corpus. Já o quadro XVIII faz o mesmo para os títulos das matérias desfavoráveis à agenda neoliberal. Finalmente, o quadro XIX mostra os títulos das matérias referentes à crise energética. Os quadros se referem a matérias selecionadas para a análise da seção nacional que estão armazenadas em um Banco de Dados.

Quadro XVII - Corpus**Títulos das matérias da seção nacional
favoráveis à agenda neoliberal**

Data	Título das matérias favoráveis à agenda neoliberal
5/5/2000	Parcerias tentam reduzir a pobreza
8/5/2000	Presidente critica o FMI
11/5/2000	Empresas expandem estratégia para o Mercosul
12/5/2000	Inadimplência está no menor nível desde 1995
12/5/2000	Indústria alavanca expansão do PIB
16/5/2000	FHC prevê ciclo de prosperidade
19/5/2000	Fórum de Líderes inicia discussão sobre o PPA
19/5/2000	Verbas para ciência e tecnologia podem dobrar
22/5/2000	Receita crescente retarda a reforma tributária
6/6/2000	Venda externa muda ritmo de empresas
23/6/2000	Previdência aperfeiçoa análise de dados
27/6/2000	Superávit no ano é de US\$ 750 mi
3/7/2000	BNDES monta cenários para 6 anos
3/7/2000	Governo será mais rígido na defesa do produto nacional
12/7/2000	Indústria paulista está contratando
13/7/2000	RS lança programa para crescer mais
14/7/2000	União arrecada R\$ 13,5 bilhões em junho
20/7/2000	Estudo da Unctad diz o que falta ao Brasil
20/7/2000	Fundos setoriais produzem resultados
21/7/2000	Avanço nos indicadores sociais
24/7/2000	Consórcio de exportação rende divisas e emprego
24/7/2000	Fundações descartam avanço de estrangeiros
24/7/2000	Prefeituras não exploram toda a base tributária
9/8/2000	Demanda por Proequalização compromete recursos
15/8/2000	Fraga diz que inflação ficará em 6%
23/8/2000	Reajustes salariais superam inflação
23/8/2000	Seminário discute a abertura da mídia ao capital externo
28/8/2000	Para Malan, saldo comercial vai melhorar
30/8/2000	Valor social da exportação
1/9/2000	Ganhos de produtividade agora geram vagas
11/9/2000	Indústria de máquinas prevê vender até 30% mais
15/9/2000	Estabilidade cambial facilita comércio externo
15/9/2000	FHC lança novo nacionalismo em cerimônia da ANP
20/9/2000	Para Ipea, inflação não subirá mais
28/9/2000	BNDES fará exigências sociais
29/9/2000	Emprego formal teve o melhor agosto da década
4/10/2000	Pequenas aumentam participação na balança
5/10/2000	Novo contratado recebe salário maior
10/10/2000	Ritmo de produção bate recorde
13/10/2000	Stanley Fischer cobra reforma da Previdência

Data	Título das matérias favoráveis à agenda neoliberal
18/10/2000	Malan defende orçamento de 2001
20/10/2000	FHC confirma apoio à exportação
23/10/2000	Arida vê perspectivas promissoras em 2001
23/10/2000	Japão revê condições para investir no Brasil
24/10/2000	Pequenas e micro em bom ritmo
26/10/2000	Setor de bens de consumo promete reação rápida
27/10/2000	Fundamentos econômicos em ordem
10/11/2000	Desvalorização dos salários beneficia exportações
10/11/2000	Queda nos preços dos alimentos derruba inflação
20/11/2000	Americanos querem investir no País
20/11/2000	PIB acumula expansão de 3,89% até setembro
24/11/2000	Desemprego é o menor desde 1991 e renda aumenta 3,8%
24/11/2000	Incentivo ao pequeno exportador
27/11/2000	Desemprego cai nas grandes cidades
27/11/2000	Salário médio começa a melhorar na indústria
29/11/2000	Indústrias estagnadas em 2000 vão à forra
10/1/2001	Indústrias estagnadas em 2000 vão à forra
16/1/2001	BNDES vai financiar inovação tecnológica
16/1/2001	Previdência estabiliza rombo em R\$ 10 bilhões
18/1/2001	Os EUA querem a Alca ainda com FHC
19/1/2001	FHC prevê crescimento superior ao da inflação
19/1/2001	Pesquisa revela otimismo
23/1/2001	Dez anos depois, emprego industrial sobe
30/1/2001	Indústria quer substituir importados
31/1/2001	Déficit público fica em 4,5% do PIB
5/2/2001	Indústria traça mapa de especialização do Brasil
6/2/2001	FMI quer superávit primário de 3% do PIB
8/2/2001	Impacto mais político que econômico
14/2/2001	Aumenta confiança de investidor estrangeiro no Brasil
14/2/2001	Crise leva Brasil a assumir papel de liderança
16/2/2001	Fiesp estuda perfil exportador
22/2/2001	BNDES quer atrair empresas pequenas
22/2/2001	Importação recorde de máquinas
23/2/2001	IBGE prevê safra recorde em 2001
28/2/2001	Lafer diz que Brasil mostrará força na Alca
1/3/2001	Consumidor está mais otimista na Grande SP
6/3/2001	Melhora o desempenho das estatais da União
6/3/2001	Privatizações voltam com Furnas
7/3/2001	Crescimento sustentável começa em março
14/3/2001	Melhora a percepção do bloco hemisférico
14/3/2001	Propostas empresariais se afinam
16/3/2001	Malan diz que governo não vai mudar a LRF
16/3/2001	Privatizadas mostram eficiência
26/3/2001	Capitais ganham em educação e perdem em renda
29/3/2001	Estudos mostram acerto brasileiro
3/4/2001	Mercosul define posição unificada, mesmo em crise
5/4/2001	Jospin leva investidores à Fiesp
6/4/2001	Alca deslança, com nova posição de Washington
10/4/2001	Alca será instalada em dez anos
10/4/2001	Estrutura industrial quase inalterada

Data	Título das matérias favoráveis à agenda neoliberal
17/4/2001	Eficácia de bolsa-escola depende de manter renda
18/4/2001	Bird mantém otimismo sobre Brasil
23/4/2001	Estudo do impacto será apressado
23/4/2001	Indústrias driblam impacto cambial
24/4/2001	Ocupação na indústria cresce em relação a 2000
11/5/2001	Bolsa-escola brasileira é modelo
14/5/2001	Empresas avaliam investimentos
14/5/2001	Inflação acumulada este ano é de 2%
21/5/2001	Déficit comercial sobe, mas inflação não vai disparar
24/5/2001	Estatais liberadas para investir em novos projetos
24/5/2001	Sem-terra terão US\$ 200 milhões
25/5/2001	Bird empresta US\$ 404 milhões para reformas
25/5/2001	Brasil pode rever meta de PIB com FMI

Quadro XVIII - Corpus

Títulos das matérias da seção nacional desfavoráveis à agenda neoliberal

Data	Títulos das matérias desfavoráveis à agenda neoliberal
02/05/00	Novo mínimo criticado no Dia do Trabalho
05/05/00	Ferrovias investem menos que o previsto
21/07/00	Renda do brasileiro cai desde o início do Real
24/07/00	Ipea estima superávit comercial de US\$ 2 bilhões
09/08/00	Risco de retrocesso preocupa Brasil e Argentina
03/10/00	CNI diz que fim de ano terá efeito na balança
09/08/00	Empresas reduzem jornada sem criar empregos
25/08/00	Ministério endossa produtos ruins e perigosos
06/09/00	Indústria farmacêutica desrespeita congelamento
13/09/00	Turbulências no comércio mundial
28/09/00	Para Malan, Bird precisa acertar o foco
10/10/00	Balança comercial registra déficit e preocupa governo
11/10/00	Abertura reduz pobreza, mas não a desigualdade
20/10/00	EUA preferem investir em outros países
27/10/00	Malan diz que haverá cortes
31/10/00	EUA criticam a política brasileira
09/11/00	Redução da dívida será mais lenta que o esperado
09/11/00	Pochmann critica a globalização
26/01/01	Produção científica quase não chega ao mercado no Brasil
09/03/01	Aumenta a polêmica sobre o FGTS
17/11/00	Governo afrouxa os gastos
24/01/01	Endividamento de empresas cresceu com o Plano Real
29/01/01	Anti-Davos busca o consenso entre 900 entidades
05/02/01	Segundo ataque americano contra patentes

Data	Títulos das matérias desfavoráveis à agenda neoliberal
22/03/01	Fiesp rejeita contribuição maior
07/03/01	Tarifas públicas puxam inflação
08/03/01	Situação das rodovias piora em 2000
09/03/01	Municípios querem limitar pagamento de dívidas
05/04/01	Renda cresce e de sigualdade persiste
06/04/01	Economistas prevêem queda na produção
12/04/01	Pesquisa revela pessimismo este ano
18/04/01	Perfil revela que Brasil foi tomado pelos conselhos
19/04/01	Governo tenta abafar vozes discordantes
20/04/01	Aumenta o déficit da Previdência
27/04/01	Câmbio piora as contas públicas
05/05/01	Estudo da FGV relaciona salário com homicídio
11/05/01	Três boas razões para se duvidar da Alca
11/05/01	Abril tem inflação recorde do Real
15/05/01	Pressão americana contra lei brasileira
23/05/01	Indexação de preços garante investimento de concessionárias
25/01/01	Brasil exportou mais, mas recebeu menos
30/05/01	Câmbio e Juros pressionam as contas do governo

Quadro XIX - Corpus

Títulos das matérias da seção nacional sobre crise energética

Data	Títulos das matérias sobre crise energética
02/05/00	Demanda de energia bate recorde
11/05/00	Limite a crédito pode afetar térmicas
19/05/00	Governo aposta em térmicas
29/06/00	Tourinho e diretor da Aneel divergem
10/07/00	Estatal fecha vendas de gás com 16 térmicas
25/07/00	Benedito Carraro pede demissão
04/08/00	Preço de energia cai em agosto, apesar da seca
07/08/00	Governo sai do mercado de energia
30/08/00	Termelétricas protegidas contra variação cambial
13/09/00	MAE atravessa crise de credibilidade por dívidas
19/09/00	Dívida pode ser paga com produção de Angra II
20/09/00	Governo pagará em moeda parte da dívida de energia
29/09/00	Enron põe fim a monopólio do gás
28/09/00	BID vai diversificar investimentos em energia
04/10/00	Governo demora a definir térmicas
04/10/00	Governo demora a definir térmicas
09/10/00	Eletrobrás sem proposta para dívida com o MAE
20/10/00	Aneel revela como será reajuste de tarifas

Data	Títulos das matérias sobre crise energética
31/10/00	Mais recursos para pequenas centrais
13/11/00	Matriz energética terá 10% de gás em 2005
24/11/00	Agência licita linhas de transmissão de energia
27/11/00	Relatório desaconselha construção de barragens
08/01/01	Concessionárias se previnem contra apagões
12/01/01	Risco cambial atrasa cronograma de térmicas
31/01/01	Eletrobrás e MAE ainda sem acordo
07/02/01	Furnas investe em nova linha de transmissão
16/02/01	Elétricas brasileiras criam mercado paralelo
28/02/01	Califórnia é exceção em energia
02/03/01	Indefinição no setor elétrico preocupa
07/03/01	Risco de racionamento de energia
09/03/01	Um modelo inovador de privatização
09/03/01	Reações ao plano para a privatização de Furnas
22/03/01	Plano para evitar racionamento vigora em abril
28/03/01	FHC decide conduzir projetos de energia
03/04/01	Racionamento de energia sem perda de receita
06/04/01	Ameaça de racionamento continua
17/04/01	A margem da falta de energia
03/05/01	A versão preliminar do racionamento
08/05/01	FHC troca multa por corte de energia
09/05/01	Racionamento preocupa a equipe econômica
18/05/01	Governo é forçado a mudar modelo energético
25/05/01	Cortes seletivos para indústrias
29/05/01	Código do Consumidor é preservado
30/05/01	FHC vai à Bolívia para comprar gás

ANEXO III

Quadro XX

Títulos de todas Matérias da seção nacional sobre a crise energética (Quadro XIV completo)

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
02/05/00	Demanda de energia bate recorde
07/05/00	Aneel explica critério de reajuste de tarifas
07/05/00	Banco financia navios para transporte de gás.
08/05/00	Acordo do Gás Natural deve sair hoje
11/05/00	Limite a crédito pode afetar térmicas
11/05/00	Opção por preço de gás natural pode ser feita até dia 30
12/05/00	Começa segunda fase do gasoduto
16/05/00	Co-geração de energia é mais utilizada
16/05/00	Fábricas de vidro tentam reduzir os gastos
19/05/00	Brasil terá comércio virtual de eletricidade

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
19/05/00	Brasil terá comércio virtual de eletricidade
19/05/00	Governo aposta em térmicas
19/05/00	Ministério vai aplicar R\$ 1,8 bilhão
19/05/00	Tourinho de olho na Bolívia
01/06/00	Grupo Espanhol chega ao interior paulista
01/06/00	tarifas de Transmissão mais caras
07/06/00	Infra-estrutura gera desabastecimento
07/06/00	ANP leiloará hoje 23 novas áreas
07/06/00	Brasil quer receber mais energia da Itaipu
07/06/00	Gás pode chegar mais caro ao Noroeste paulista.
23/06/00	Distribuição de gás natural é antecipada
27/06/00	Mercado disputa energia de Itaipu
27/06/00	Preocupação é com o uso da água
27/06/00	troncos da Chesf entram em operação
29/06/00	RS começa a mudar matriz energética
29/06/00	Tourinho e Diretor da Aneel Divergem
03/07/00	Associação protesta contra tarifa de gás
04/07/00	Gás natural argentino chega hoje ao Brasil
07/07/00	Risco cambial emperra plano das térmicas
10/07/00	Estatal fecha vendas de gás com 16 térmicas
13/07/00	Rolls-Royce construirá usina térmica em Alagoas
15/07/00	Iluminação dependerá de verba da Petrobrás
15/07/00	Petrobrás aprova parceria em consorcio
18/07/00	Leilão de linhas de transmissão atrai 44 interessados
25/07/00	Benedito Carraro pede demissão (secretario nacional de energia)
25/07/00	Mineiros trocam energia por lucro
04/08/00	Aneel habilita consórcios para leilão
04/08/00	Preço de energia cai em agosto, apesar da seca
07/08/00	Governo sai do mercado de energia
11/08/00	Autorizado reajuste de 20% para energia
15/08/00	ANP define preço de transporte do gás
15/08/00	Governo tenta conter tarifas e eletricidade
15/08/00	Regras do MAE podem mudar
18/08/00	Eletrobrás fará parceria para atuar na transmissão
21/08/00	ONS tem orçamento de R\$ 128,8 mi 35,7 para investimentos
24/08/00	Termelétrica de Piratininga opera com gás natural
25/08/00	Energia solar garante controles
25/08/00	Mantidas normas para energia
25/08/00	Sul inicia distribuição de gás natural
25/08/00	Teme-se falta de energia em 2001
28/08/00	Oferta adicional de energia ainda sem garantia
28/08/00	Vale e Cemig se unem para construir usina
30/08/00	Termelétricas protegidas contra variação cambial
01/09/00	Agência fará licitação para usinas
01/09/00	Impasse na negociação de preço do gás natural

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
01/09/00	Tarifa menor define vencedores de leilão da Aneel
05/09/00	US\$ 200 milhões para gás natural em Suape
07/09/00	Empresas disputam hidrelétricas gaúchas
13/09/00	Aneel é contra repasse de variação cambial para tarifas
13/09/00	Furnas recusa-se a assinar contratos de longo prazo
13/09/00	MAE atravessa crise de credibilidade por dívidas
15/09/00	Eletrobrás quer solução para dívida
19/09/00	Dívida pode ser paga com produção da Angra II
19/09/00	MAE pode receber dívida em energia
20/09/00	Governo pagará em moeda parte da dívida de energia
21/09/00	Dívida de R\$210 milhões será paga Furnas
21/09/00	Funcionários ocupam subestação da Light
25/09/00	Termelétrica exige mais carvão no RS
28/09/00	BID vai diversificar investimentos em energia
29/09/00	Cemig e Gaspetro farão novo gasoduto
29/09/00	Emprego formal teve o melhor agosto da década
29/09/00	IGP-M em setembro revela queda de 3 pontos
01/10/00	Cemig e Braspetro farão novo gasoduto
01/10/00	Empresas podem entrar com ações contra FURNAS
01/10/00	Enron põe fim ao monopólio do gás
03/10/00	Coordenador do MAE joga pesado com Furnas
03/10/00	Proposta de Tourinho racha diretoria da Aneel
03/10/00	Rizzieri critica uso do IGP-M
03/10/00	RS atrai interesse de empresas especializadas
04/10/00	Governo demora a definir térmicas
05/10/00	Cemig assina concessão para subestação
05/10/00	Indexação pode sair, mas restrita a termelétricas
08/10/00	ANEEL vai decidir se nuclear fica no MAE
10/10/00	Exigência da Gaspetro atrasa acordo do gás
10/10/00	Tourinho estuda alternativa para tarifa
12/10/00	Estudo da ONU mostra uso desigual da energia
13/10/00	Hidrelétricas começam a operar antes do prazo
18/10/00	Uso do gás pode ser trunfo para o Brasil
22/10/00	Abdo cobra Eficiência de cooperativas
22/10/00	ANEEL abrirá licitação para 17 hidrelétricas
25/10/00	Minigasoduto para térmica em Corumbá
25/10/00	Preços no Sul são mais baratos
29/10/00	BNDES busca solução para as térmicas
29/10/00	MAE aprova proposta da Eletrobrás
29/10/00	Reserva de gás na Bahia pode chegar a 20 bilhões de m3
29/10/00	Tourinho nega estudos para reajustar gasolina
30/10/00	Bahiagás volta à pauta de privatizações
22/10/00	ANEEL revela como será reajuste de tarifas
22/10/00	Rio tem as primeiras térmicas do Sudeste
23/10/00	Canabrava antecipará operação

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
23/10/00	Eletrobrás quer energia nuclear fora do MAE
23/10/00	Sócios ampliam participação em Itá
25/10/00	Gerasul prioriza investimentos no Centro-Oeste
30/10/00	Cemig inicia usina e depois busca parceria
30/10/00	MAE testará sistema de garantias em novembro
31/10/00	Mais recursos para pequenas centrais
02/11/00	Gargalos de transmissão provocam oscilações
02/11/00	MAE corrige preços de energia para outubro
05/11/00	Preço de atacado da energia sobe até 96%
06/11/00	Fornecimento de gás no RS pode ser adiado
12/11/00	Coastal acha indícios de gás no Paraná
12/11/00	Estudo de viabilidade de Angra III será revisto
12/11/00	Hotéis firmam contrato para gás natural
13/11/00	Eletronorte transfere sobras de tucuruí
13/11/00	Matriz energética terá 10% de gás em 2005
16/11/00	Eletrobrás lucra R\$ 1,4 bilhão
20/11/00	Construção de pequenas hidrelétricas é facilitada
20/11/00	Diretoria fica para destravar MAE
20/11/00	Termelétrica reserva garantirá Angra II
24/11/00	Agência licita linhas de transmissão de energia
24/11/00	Rio estuda viabilidade de uso da energia eólica
27/11/00	Cemig vende energia on-line
27/11/00	Governo de Minas prepara a venda de uma parte da Cemig
27/11/00	Proposta de Furnas sai até dia 15
27/11/00	Relatório desaconselha construção de barragens
27/11/00	Térmica opera em caráter provisório
28/11/00	Petrobrás vai instalar duas termelétricas
28/11/00	Usina terá energia e amônia
29/11/00	Setor elétrico terá fundo para universalização
30/11/00	Mais 4 mil linhas de transmissão em 2001
03/12/00	ANEEL leiloa dez hidrelétricas por R\$270 milhões
03/12/00	Proposta de Furnas será avaliada (dívida)
04/12/00	BNDES financia usinas na co-geração
04/12/00	EDP vai investir US\$ bi na geração de energia
18/12/00	Eletrobrás firma-se como vendedora de energia
19/12/00	Estado não perderá o controle de Furnas
20/12/00	Governo limita importação de energia elétrica
21/12/00	Gerasul vende no mercado livre
21/12/00	Transporte de gás natural será facilitado
25/12/00	Distribuidoras não querem arcar com custos de acordo
27/12/00	Família de fazendeiros torna-se geradora de energia
27/12/00	Grandes grupos apostam em pequenas hidrelétricas
27/12/00	Setor elétrico retoma modelo do passado
02/01/01	Brasil terá linha de crédito para tecnologias limpas
03/01/01	Troca de transformador para Angra 2

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
04/01/01	Consumidores rejeitam aumento no preço do gás
08/01/01	Concessionárias se previnem contra Apagões
08/01/01	Petrobras e Abegás analisam preço do gás
10/01/01	Preço da energia na Califórnia é alerta para o Brasil
10/01/01	Suspensão reajuste de 12,6 % para gás natural
11/01/01	BNDES financia rede de distribuição em SC
11/01/01	Petrobras ameaça abandonar projeto da Vale
11/01/01	Reunião dia 15 vai discutir novos critérios
12/01/01	Risco cambial atrasa Cronograma de térmicas
15/01/01	Preço do gás não muda até março
16/01/01	Ainda sem acordo o novo preço do gás natural
16/01/01	Interior paulista prepara-se para ser pólo energético
17/01/01	Gás canalizado terá reajuste de 5,03%
19/01/01	Capacidade de gasodutos triplicará até 2005
22/01/01	Transmissão atrai 14 empresas
23/01/01	Semana decisiva no MAE
24/01/01	Emae ganha força no mercado de energia
25/01/01	Créditos à Gerasul pode elevar capacidade
26/01/01	Eletrobrás ameaça pedir ação da ANEEL no MAE
29/01/01	BG importará gás natural a partir de abril
31/01/01	ANEEL compara Brasil e Califórnia
31/01/01	Eletrobras e MAE ainda sem acordo
01/02/01	Agência de energia anuncia reajuste de tarifas.
01/02/01	Credores fecham acordo com Eletrobrás.
05/02/01	vendas externas dividem opiniões
07/02/01	Furnas e investe em Nova linha de transmissão
13/02/01	Quinze grupos vão disputar o leilão de transmissão.
14/02/01	Brown Boveri e Civilia fora do leilão de transmissão.
16/02/01	Elétricas brasileiras criem o mercado paralelo.
16/02/01	Nível de reservatórios supre demanda
20/02/01	A agência de energia vai decidir a dívida da Eletrobrás.
20/02/01	Usinas ampliam geração com bagaço.
23/02/01	A ameaça à competição das elétricas.
23/02/01	Agência nacional de energia elétrica faz reunião com credores
23/02/01	British Gás autorizada a importar.
23/02/01	Pequenas centrais hidrelétricas ganharam mais na venda de energia
23/02/01	Petros e Petrobrás vão dividir ações da cia distribuidora de gás do Rio de Janeiro.
23/02/01	Programa terá menos usinas térmicas
26/02/01	Califórnia é exceção em energia.
26/02/01	Crise pode beneficiar Nymex.
02/03/01	Indefinição no setor elétrico preocupa.
02/03/01	Petrobrás constrói novo gasoduto.
06/03/01	ANP criará mercado para gás
06/03/01	Petroleira a investe em energia solar
06/03/01	recorde de consumo com o calor no sul

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
07/03/01	risco de racionamento de energia
08/03/01	agência de energia intervém para regularizar dívidas
08/03/01	privatização das energéticas muda de comando
08/03/01	reformulação da light vai começar
12/03/01	privatização de furnas estará em pauta dia 27
14/03/01	quatro novas térmicas a gás no Rio
14/03/01	Tocantins terá hidrelétrica totalmente privada
16/03/01	abdo diz que é cedo para racionar
16/03/01	agência nacional de energia elétrica aprova usina movida a carvão
16/03/01	light vai operar térmica a gás no Rio
19/03/01	Luiz Gonzaga é novo secretário de energia
21/03/01	opinião pública culpa administradores
21/03/01	o impacto da medida ainda é incerto
21/03/01	projetado corte de até 10%
22/03/01	dívidas com o mae campo volta para Furnas
22/03/01	plano para evitar racionamento vigora em abril.
27/03/01	estudo sugere conclusão de Angra 3
27/03/01	obras de térmicas serão aceleradas
27/03/01	plano para economizar energia sai em doze dias
28/03/01	o minas começa a controlar consumo industrial
29/03/01	acesso a dutos definirá o mercado de gás
29/03/01	crise energética pode paralisar hidrovía
29/03/01	secretários querem discutir o plano de corte
30/03/01	geração nova de energia nas mãos da Petrobrás
30/03/01	lançado edital para mais oito hidrelétricas
30/03/01	preços de gás e diesel em estudo
30/03/01	todos buscam um solução para o racionamento
30/03/01	trocar petróleo por lixo pode dar lucro
30/03/01	universidade gaúcha terá a termelétrica
01/04/01	em estudo, usinas sobre barçaça
03/04/01	racionamento de energia sem perda de receita que
04/04/01	aumenta a reserva de gás na Bolívia
04/04/01	BNDES prioriza este ano projetos de geração de energia
04/04/01	plano de racionalização sai até sexta
04/04/01	preço do diesel não cai nesse sábado
05/04/01	Cemig eleva tarifas em 16% dia 8
05/04/01	pronto Plano para poupar energia
05/04/01	sugerida punição para consumo alto
06/04/01	ameaça de racionamento continua
06/04/01	empresas começam a planejar economia
06/04/01	para secretários, o risco vai até 2003
06/04/01	tarifas de energia de 18% mais caras no
09/04/01	Edf vai investir na geração de energia
09/04/01	Fiat e Petrobrás iniciam termelétrica
09/04/01	pronto o plano de fiscalização da aneel

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
10/04/01	bolsa mercantil e futuros vai lançar mercado futuro de energia elétrica
10/04/01	manutenção para AnGra um até maio
12/04/01	acidente em furnas deixa Rio e Espírito Santo sem luz
12/04/01	bcp tem queda de 60% no prejuízo
12/04/01	credores podem ir à justiça
12/04/01	eletro sul fica com PFL catarinense
12/04/01	nova data para a venda da copene
16/04/01	agência nacional de energia elétrica define diretores nos próximos
17/04/01	a margem da falta de energia
17/04/01	crise energética reabre discussão sobre a angra da 3
17/04/01	custo conforme a demanda
17/04/01	preço do gás natural será decidido hoje
18/04/01	entreve agora até sobre o custo do transporte
18/04/01	acionamento mais próximo a cada dia
18/04/01	sul perde batalha na " guerra do gás"
20/04/01	fundo para manter preço de energia é
20/04/01	São Paulo planeja como a ampliar geração
24/04/01	empresas já economizam energia
24/04/01	intervenção no mae desagrada a agentes
25/04/01	conta gás preocupam estrangeiras
25/04/01	Volkswagen sai-se energia faltar
29/04/01	a CoelBa quer produzir energia eólica na Bahia
29/04/01	consumo excedente será multa do
29/04/01	fabricante de aquecedor solar espera vender mais
29/04/01	para distribuidoras, custos já estão subindo
29/04/01	um mês para resolver pendências do mae
29/04/01	vale está interessada na usina belo monte
01/05/01	e Usiminas investe em geração de energia
01/05/01	furnas antecipa transmissão de Itaipu
02/05/01	agência de energia elétrica detalha medidas sobre o uso de energia
02/05/01	acionamento pode reduzir o ganho das elétricas
03/05/01	a versão preliminar do racionamento
03/05/01	em busca de novas obras
03/05/01	usina Machadinho pode operar ainda este ano
04/05/01	angra 2 vai pagar dívida do mae
04/05/01	arce defende corte em vez de cobrança de multas
04/05/01	concessionárias querem elevar tarifa
04/05/01	Fiat pode reduzir exportações
04/05/01	liberado o Preço do gás de cozinha
08/05/01	aumenta a procura por geradores a diesel
08/05/01	BNDES pode financiar energia
08/05/01	FHC troca multa por corte de energia
09/05/01	ação de Zylbersztajn desagrada da técnicos
09/05/01	concessionárias antecipam as ações para economizar
09/05/01	distribuidoras sugerem antecipar o programa

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
09/05/01	empresas avaliam impacto dos cortes de energia
09/05/01	acionamento preocupa a equipe econômica
10/05/01	empresas trocam cotas de energia
10/05/01	fruticultura irrigada no nordeste susta planos
10/05/01	governo os responde a aes Moore e que
10/05/01	racionamento afeta exportações
10/05/01	risco do preço do gás é da Petrobrás
10/05/01	urgencia para programa de geração
13/05/01	blocos antecipam programas de economia
13/05/01	corte de energia pode chegar a 35%
13/05/01	governo estuda fazer o leilão de térmicas
13/05/01	níveis de reservatórios baixam perigosamente
13/05/01	parente lidera combate à crise da energia
13/05/01	acionamento torna -se jogo de empurra
14/05/01	Co-gerador ganha com racionamento de energia
14/05/01	controle mais difícil em prédio moderno que
14/05/01	perdas de da celpe nasceu de podem chegar a 100 milhões de reais
14/05/01	projeto permite importar energia
15/05/01	Abdo disse que a aneel não tem culpa
15/05/01	divulgação do plano será antecipada em seis dias
15/05/01	indústrias antecipam-se ao pagão
15/05/01	para a e estados do sul não aceitam a padrões
15/05/01	refrigeração é o maior problema
15/05/01	siderurgia perderá 890 milhões de dólares
16/05/01	e estados vão reforçar o policiamento no apagão
16/05/01	FHC estuda demitir diretoria da aneel
16/05/01	MAE vai a Brasília negociar intervenção
16/05/01	MP traz de esboço do racionamento
16/05/01	oferta de de energia térmica aumenta 1500 megaWats
16/05/01	programa emergencial desmontado
17/05/01	Chesf transfere potencial hídrico
17/05/01	conta luminosos apagados
17/05/01	empresário espera solução para tarifas
17/05/01	empresas querem a administrar a falta de energia do
17/05/01	Peugeot de Citroen quer tratamento especial
17/05/01	quem não cumprir meta terá corte
20/05/01	BNDES dará prioridade à projetos de geração
20/05/01	distribuidores apoio sistema de cotas
20/05/01	governo é forçado a mudar o modelo energético
20/05/01	grandes consumidores esperam indenização
20/05/01	para a AES já existem bons sinais
21/05/01	cortes e individuais em vez de apagões coletivos
21/05/01	do Petrobrás antecipou a construção de térmicas
21/05/01	investidores elogiam garantia para a gás
21/05/01	licenciadores de usinas prometem rapidez

Data	Títulos das Matérias sobre Crise Energética
21/05/01	racionamento pode impulsionar Mae
21/05/01	venda de energia toda a ser suspensas se indústria demitir
22/05/01	bid dará prioridade ao setor elétrico
22/05/01	compra de energia no mae eleva custos das distribuidoras
22/05/01	indústrias suspendem nos investimentos
22/05/01	para ministro, BNDES deve financiar térmicas
22/05/01	setor metal mecânico prioriza exportações
22/05/01	incentivo fiscal ameaçado
23/05/01	cortes atingirão primeiro maiores consumidores
23/05/01	empresas estudam a aumentar estoques
23/05/01	incerteza afeta venda de automóveis
23/05/01	medida provisória do apagão pode nem tramitar
23/05/01	plano de oferta preve mais 10.000 MW
23/05/01	proposta muda os atuais contratos do mae
24/05/01	a belgo vai reduzir a produção e as vendas externas
24/05/01	expansão da CSN não será afetado
24/05/01	o Fiat cancela férias coletivas investe em geradores
24/05/01	racionamento pode afetar projeto de níquel ânglo
27/05/01	cortes seletivos para indústrias
27/05/01	governo volta atrás e permite ligações novas
27/05/01	mercado quer bolsa eletrônica debate
27/05/01	nordeste e sul podem ser incluídos
27/05/01	oposição vai contestar corte de energia com adin
27/05/01	osram demite 53 em Osasco
29/05/01	código do consumidor é preservado
29/05/01	definição do preço do gás sai hoje o
29/05/01	governo tenta dividir o prejuízo
29/05/01	Itamar vai apresentar seu plano alternativo
29/05/01	localização de fábricas desequilibra concorrência
29/05/01	telefônicas dizem que pode haver " caladão"
30/05/01	Bolívia vai vender mais gás ao Brasil
30/05/01	Confaz que isenta lâmpadas do ICMS
30/05/01	enron e british dividem risco cambial
30/05/01	sobra de energia pode não ter mercado para venda
30/05/01	telefônicas vão unificar contas de energia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo - **La construcción de la noticia** - Barcelona: Ediciones Paidós, 1996. 208 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. R. J. : Graal,1985 128 p.
- ANDERSON, Perry – **Balanço do Neoliberalismo – in: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático/** SADER, Emir; GENTILI , Pablo.(org.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p. 9-23
- AUBENAS, Florence; Benasayag , Miguel – **La fabrication de l’information –** Paris: La Découverte,1999 107 p.
- BRAGA, José Carlos de Souza , A Financeirização da Riqueza. **Economia e Sociedade**. Campinas,São Paulo, nº 2, p. 25-57, 1993, Instituto de Economia da Unicamp
- BRAGA, José Luiz(org) **A Encenação dos Sentidos- Mídia,Cultura e Política** . RJ: Diadorim Editora Ltda, 1995. 338 p.
- BRUNHOFF, Suzanne de– A Instabilidade Financeira Internacional in: Chesnais, François – **A Mundialização Financeira- Gênese, Custos e Riscos –** São Paulo: Xamã, 1998. p. 35-59
- CHESNAIS, François – **A Mundialização Do Capital**– São Paulo: Xamã , 1996. 335 p.

- _____, – **A Mundialização Financeira- Gênese, Custos e Riscos** – São Paulo: Xamã, 1998 334 p.
- CHOSSUDOVSKY, Michel – **A Globalização Da Pobreza: Impactos Das Reformas do FMI e Banco Mundial** – São Paulo: Moderna , 1999 p. 303
- DANTAS, Marcos – Capitalismo na Era das Redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva– In: LASTRES, Helena M.M. e ALBAGLI, Sarita – **Informação e Globalização na Era do conhecimento** . São Paulo: Editora Campus, 1999 318 p.
- DORNBUSCH, Rudiger e Fischer, Stanley- **Macroeconomia** -2ª. edição- São Paulo: Makron, MacGraw-Hill,1991. 673 p.
- DREIFUSS, René Armand **A Época das Perplexidades – mundialização, globalização e planetarização: novos desafios** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 350 p.
- FARNETTI, Richard – A Instabilidade Financeira Internacional in: Chesnais, François – **A Mundialização Financeira- Gênese, Custos e Riscos** – São Paulo: Xamã, 1998 p. 183-210
- FILHO, Ciro Marcondes. **Imprensa e Capitalismo**. São Paulo: 1984, Kairós.169 p.
- _____, **O Capital da Notícia** - São Paulo: Ática, 1986. 188 p.
- FORRESTER, Viviane **O Horror Econômico** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 199. 154 p.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes – **Mídia, Terceiro Setor e MST** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 182 p.

GOLDSTEIN, Sérgio- **A Dívida Externa Brasileira 1964-1982-** Evolução e Crise - 1986: RJ, Guanabara 165 p.

GOMIS, Lorenzo– **Teoria del periodismo – Como se forma el presente-** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A. , 1997 210 p.

GRAY, John – **Falso Amanhecer: os equívocos do capitalismo global** – Rio de Janeiro: Record, 1999 333 p.

GUARESCHI, Pedrinho A. e outros– **Os Construtores da Informação.**Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,2000 380 p.

HABERMAS, Jürgen **Mudança estrutural da esfera pública : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa** Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. 397 p.

HALIMI, Serge - **Os novos cães de guarda** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 150 p.

HILL, Telênia – **A “cultura global” e as implicações do processo de mercantilização no Brasil** - Texto apresentado no IV Congresso do Brazilian Studies Association – BRASA, Whashington,1997 (mimeo.) 13 p.

HIRST, Paul and Thompson, Grahame – **Globalização em questão** - Petrópolis: Vozes,1998. 364 p.

IANNI, Octavio **A Era do Globalismo** -Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1997 303 p.

KUCINSKI, Bernardo - Paradoxos do Jornalismo Econômico – **Revista ADUSP** São Paulo, no. 12 Dezembro de 1997 p 14-16

_____, **Jornalismo Econômico.** São Paulo: EDUSP,1996. 224 p.

_____, A mídia de FHC e o fim da razão In: Lesbaupin,Ivo(org.) **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1999. 199 p.

_____, Paradoxos do Jornalismo Econômico In: A Síndrome da antena parabólica - ética no jornalismo brasileiro São Paulo: Perseu Ábramo, 1998 p. 38-46

KURTZMAN, Joel – A Morte do Dinheiro: como a economia eletrônica desestabilizou os mercados mundiais e criou o caos financeiro- São Paulo: Atlas, 1994. 226 p.

LACHINI, Cláudio- **Anábase - História da GAZETA MERCANTIL** - São Paulo:Ed. Gazeta Mercantil, 2000. p. 332

LASTRES, Helena M.M. e ALBAGLI, Sarita – **Informação e Globalização na Era do conhecimento**. São Paulo: Editora Campus, 1999 318 p.

MAMOU, Yves - **A Culpa é da Imprensa** - São Paulo: Marco Zero, 1992. 207 p.

MANTEGA, Guido - O pensamento Econômico Brasileiro de 60 a 80: Os Anos Rebeldes in: **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**- Loureiro, Maria Rita (org.) - Petrópolis, RJ: Vozes,1997 406 p.

MATTOSO, Jorge – Produção e Emprego: o renascer das cinzas p.124 in: Lebaupin, Ivo (org) - **O Desmonte da Nação - Balanço do Governo FHC** - Petrópolis: Vozes,1999 199 p.

MEDINA, Cremilda – **O Jornalismo na Nova República** - São Paulo: Summus, 1987 209 p.

MORAES, Dênis de (org) -**Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea** -
 Campo Grande: Letra Livre, 1997. 262 p.

MÜLLER, Karla Maria; Jr., Alfredo Eurico V. Pereira – O Mundo Acadêmico e as
 Estratégias Discursivas da Revista Veja in: Guareschi, Pedrinho A. e outros – **Os
 Construtores da Informação** – Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes,2000 380 p.

NETO, Antonio Fausto - **Em Busca da Cena Primária: Notas sobre os
 dispositivos e condições de enunciação dos discursos jornalísticos.**

Mimeo, RJ: UFRJ, 1996 27 p.

_____, **Vozes do Impeachment** - mimeo, RJ: UFRJ ,1993

_____; Castro, Paulo César; Lucas, Ricardo J. de Lucena- Mídia
 -Tribunal - A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro in:
Comunicação e Política - Mídia, Drogas e Criminalidade – Rio de Janeiro, v. I.
 n.2 p. 109-141 dezembro de 1994-março 1995 nova série

_____; Pinto, Milton José – **O indivíduo e as mídias.** RJ:
 Diadorim Editora, 1996 385 p.

NÓBREGA, Mailson da - **O Brasil em transformação**- São Paulo: Editora Gente,
 2000 324 p.

NUNES, Geraldo - Sobre a Noção de Mercado de Referencialidade em Análise de
 Discurso" in: Braga, José Luiz(org) **A Encenação dos Sentidos- Mídia,Cultura e
 Política** . RJ: Diadorim Editora Ltda, 1995. 338 p.

OLIVEIRA, Francisco de - "**A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**", São
 Paulo: Seleções CEBRAP I (1972), 1975. 35 p.

OLIVEIRA, Francisco de – Neoliberalismo à Brasileira In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático** / SADER, Emir; GENTILI , Pablo.(org.)

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 205 p. 24-28

PAULANI, Leda Maria – Teoria da Inflação Inercial: Um Episódio Singular na História da Ciência Econômica no Brasil? - in: **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**- Loureiro, Maria Rita (org.) - Petrópolis, RJ: Vozes,1997 406 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser – Interpretações sobre o Brasil – in: **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**- Loureiro, Maria Rita (org.) - Petrópolis, RJ: Vozes,1997 406 p.

PINTO, Milton José – **Comunicação e Discurso** – São Paulo: Hacker Editores, 1999. 102 p.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras - **O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**- Rio de Janeiro:Agir,1967. 213p.

RAMONET, Ignacio - **A tirania da Comunicação** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 138 p.

RUBIM, Antônio Albino C. ; BENTZ, Ione Maria G.; Pinto, Milton José (orgs.) Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos. Petrópolis, RJ: Vozes,1998 186 p.

SADER, Emir; GENTILI , Pablo.(org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.

SARCINELLI, José Antonio - Jornalismo Econômico: A Sedução do Poder In: **Parem as Máquinas** – Disponível em: [http:// www.paremasmaquinas.com.br](http://www.paremasmaquinas.com.br).

SARDENBERG, Carlos Alberto - **A transição no Jornalismo Econômico** - mimeo, Palestra proferida em 24.11.95 16 p. disponível em : <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>

SCHUCH, Hélio A. - **Jornalismo e Ambiente Econômico Competitivo** - *Paper* apresentado no Congresso da Intercom de 1997, em Santos (SP). UFSC/CCE/COM . disponível : <http://www.jornalismo.cce.ufsc.br/jornambiente.html>

SERFATI, Claude O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia__ in: Chesnais, François – **A Mundialização Financeira - Gênese, Custos e Riscos** – São Paulo: Xamã, 1998 334 p

SODRÉ, MUNIZ O Discurso da neobarbárie in: MORAES, Dênis de (org) - **Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea** - Campo Grande: Letra Livre, 1997. 262 p.

TASZHNER, Gisela. **Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil** SP: Paz e Terra, 1992 230 p.

VERÓN, Eliseo et alii - La palabra adversativa - Observaciones sobre la enunciación política in: **El discurso político . Languages y acontecimientos**. Buenos Aires: Hachette ,1987